



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

**ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA:
Experimentações e Impressões simbólicas na rota de percursos
turísticos**

AMNERES SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

**BRASÍLIA-DF
MARÇO, 2018**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

**ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA:
Experimentações e Impressões simbólicas na rota de percursos
turísticos**

AMNERES SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Turismo – do Centro de Excelência em Turismo – CET – da Universidade de Brasília - UnB – na linha de pesquisa Cultura e Sustentabilidade no Turismo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena

**BRASÍLIA-DF
MARÇO, 2018**

FICHA CATALOGÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santiago de Brito Pereira, Amneres.
SA235

ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA:
Experimentações e Impressões simbólicas na rota de
percursos turísticos. / Amneres Santiago De Brito Pereira;
orientador Biagio Maurício Avena. -- Brasília, 2018.

319 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2018.

1. Turismo. 2. Olhar do Viajante. 3. Olhar do Habitante.
4. Roteiro Geopoético. 5. Brasília. I. Avena, Biagio Maurício,
orient. II. Título.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

Dissertação de autoria de Amneres Santiago de Brito Pereira, intitulada “**ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA: Experimentações e Impressões simbólicas na rota de percursos turísticos**” submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito necessário para obtenção do grau de Mestre em Turismo, em 07/03/2018, apresentada à Comissão Examinadora abaixo assinada.

Aprovada por:

Prof. Dr. Biagio Mauricio Avena
Orientador – Presidente da Banca
CET – UnB / IFBA

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch
Membro Interno
CET – UnB

Prof. Dr. Ronaldo Costa Fernandes
Membro Externo
Doutor em Literatura
TEL - UnB

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
Membro Interno Suplente
CET – UnB

Brasília, 07 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Com alegria e a humildade de me saber pequena – pois que grande é o Pai - quero expressar profunda gratidão pela missão cumprida e pelo prazer de ter voltado à UnB, para compor esse Roteiro Geopoético de Brasília. Essa é uma singela homenagem à Cidade que abracei e que me abraçou, há quase quatro décadas. Meus sinceros agradecimentos também aos professores do CET-Turismo, ao Professor Biagio Mauricio Avena – que me orientou nessa jornada - aos colegas de Mestrado e à família, que estiveram ao meu lado, ao longo dessa trajetória de dois anos, na grande aventura do conhecimento.

RESUMO

O objeto dessa pesquisa foi a experimentação do espaço urbano e dos principais atrativos turísticos de Brasília, e a coleta de impressões simbólicas de alguns sujeitos, com o objetivo de despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade. Como resultado da pesquisa, propusemos o delineamento de alguns percursos turísticos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília. A ideia é que os percursos propostos deem visibilidade às marcas, em seu espaço social, do processo sócio-histórico-cultural e dos mitos e utopias presentes em sua fundação e nos primeiros anos de consolidação da nova Capital do Brasil. Hoje, aos 57 anos, a Cidade Modernista caminha para se consolidar como uma metrópole polinucleada, com todos os graves problemas das grandes cidades brasileiras. Na perspectiva de entender, primeiro, como se deu esse processo de desconstrução de uma utopia; segundo, em que medida os habitantes e viajantes guardam na memória essa história e seus mitos fundantes; e, terceiro, como os habitantes e viajantes vivenciam a Cidade, atualmente, é que nossa pesquisa se delineou. A metodologia escolhida foi o Brico-Método (AVENA, 2008), considerando o sujeito complexo e multirreferencial (sujeito social), que interage com os outros e, juntos, produzem o tecido social que, por sua vez, retroage sobre esses e os produz “enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 1999 *apud* AVENA, 2008, p. 166). O método utilizado foi o fenomenológico, tanto na experimentação dos percursos turísticos, quanto na interpretação de entrevistas feitas com viajantes e habitantes da Cidade. Os percursos turísticos propostos, ao longo de alguns trechos que consideramos mais simbólicos da Cidade de Brasília, têm o objetivo de resgatar o olhar de habitantes e viajantes para alguns conceitos e temas, tais como: viagem, território, espaço social, hospitalidade, ideologia, modernismo, arquitetura e urbanismo, direito à cidade e mitos fundantes. Essa pesquisa foi ancorada em alguns autores que se dedicaram à construção de uma teoria da viagem; e outros que estudaram a construção de Brasília, a partir do seu contexto sócio-histórico-cultural. Os percursos turísticos incluíram a experiência da caminhada, sempre que possível, como forma de apreender, fenomenologicamente, a paisagem e o espaço social, numa perspectiva geopoética - o amor pela beleza da terra.

Palavras-chave: Turismo, olhar do viajante, olhar do habitante, roteiro geopoético, Brasília.

ABSTRACT

The object of this research was the experimentation of urban space and of the major Brasilia's touristic points, besides the collection of symbolic impressions from some individuals, with the objective of awaking a new look or giving a new significance to the look of the travellers and the inhabitants on the city. As research results, we proposed some touristic routes of a Geopoetic Itinerary of Brasília. The idea is that the pathways proposed give visibility to the marks of the cultural socio-historical process and the myths and utopias presented in its social space. Nowadays, with 57 years of existence, the Modernist City is in turn to become a polynucleated metropolis, with all the serious problems of the big Brazilian cities. Our research was based on the perspective of understanding, first, how the deconstruction process of an utopia took place; second, as far as the traveller and the inhabitant still keeps in their minds its history and founding myths; and third, how the travellers and the inhabitants experience the City, nowadays. The chosen methodology was the Bricomethod (AVENA, 2008), considering the complex and multireferential subject (social subject), when interacting with others, producing together the social subject that, in its turn, function as a retrospective view on them, endueing them with a culture as social individuals ((MORIN, 1999 *apud* AVENA, 2008, p. 166). The method used was the phenomenological method, both in the experienced routes and in the interpretation of the interviews with inhabitants and travellers of the City. The routes proposed, along some places we consider more symbolic of Brasília City, has the objective of rescuing the look of inhabitants and travellers on some concepts and themes, such as travel, territory, social space, hospitality, ideology, modernism, architecture and urbanism, the right to enjoy the city and founding myths. This research was anchored in some authors who studied travel theory, and others who studied the construction of Brasilia, from a cultural, social and historical context. The proposed touristic pathways include the experience of walking, whenever possible, as a form of apprehending phenomenologically the landscape, in a geopoetical perspective – love for the beauty of Earth.

Keywords: Tourism, traveller's look, inhabitant's look, geopoetic itinerary, Brasília.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Brasília.....	101
Foto 2 - Brasília.....	109
Foto 3 - Palácio do Itamaraty	113
Foto 4 - Jardim Botânico de Brasília	116
Foto 5 – Entrevistados: pioneiros, candangos e brasilienses históricos	121
Foto 6 - Pedra Fundamental	160
Foto 7 - Vale do Amanhecer	163
Foto 8 - Eixo Rodoviário.....	168
Foto 9 – Solarius	170
Foto 10 - Palácio do Catetinho.....	171
Foto 11 - Casa Velha do Gama.....	174
Foto 12 - Museu Vivo da Memória Candanga.....	176
Foto 13 - Núcleo Bandeirante	179
Foto 14 - Praça do Cruzeiro	181
Foto 15 - Memorial JK.....	183
Foto 16 - Memorial dos Povos Indígenas.....	187
Foto 17 - Eixo Rodoviário Sul.....	192
Foto 18 - Passarela subterrânea.....	194
Foto 19 - Bar Beirute.....	196
Foto 20 - Clube Unidade de Vizinhança.....	199
Foto 21 – Igrejinha	201
Foto 22 - Superquadra Modelo 308 Sul	203
Foto 23 - Espaço Cultural Renato Russo.....	209
Foto 24 - Cine Brasília	212
Foto 25 – CONIC	218
Foto 26 - Calçadão CONIC	222
Foto 27- Rodoviária de Brasília.....	223
Foto 28 - Teatro Nacional.....	226
Foto 29 - Esplanada dos Ministérios	229
Foto 30- Complexo Cultural da República.....	230
Foto 31 - Catedral de Brasília	232
Foto 32- Conjunto Nacional.....	235

Foto 33 - Praça dos Três Poderes	241
Foto 34 – Palácio Do Planalto.....	246
Foto 35 – Congresso Nacional.....	248
Foto 36 – Itamaray	250
Foto 37 – Vila Planalto	256
Foto 38 - Concha acústica	259
Foto 39 - Museu de Arte de Brasília.....	260
Foto 40 - Hotel Brasília Palace.....	261
Foto 41 - Palácio da Alvorada.....	263
Foto 42 - Lago Paranoá	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de diferenças entre o consumidor moderno e o pós moderno	36
Quadro 2 - Nomes e datas das entrevistas	122
Quadro 3 – Profissões	122
Quadro 4 - Representatividade social (autodeclarada)	122
Quadro 5 - Perfil por idade	141
Quadro 6 – Naturalidade	142
Quadro 7 - Tempo de residência em Brasília (anos).....	142

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Traços que formam a base do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa	152
Figura 2 – Visão geral do Percuso Um	155
Figura 3 - Primeira parte do Percurso Um.....	156
Figura 4 – Segunda parte do Percurso Um.....	157
Figura 5 – Terceira parte do Percurso Um	158
Figura 6 - Visão geral do Percurso Dois	191
Figura 7 - Visão geral do Percurso Três	215
Figura 8 - Visão geral do Percurso Quatro.....	236
Figura 9 – Visão geral do Percurso Cinco.....	253

Sumário

PARTE I - INTRODUÇÃO	15
PARTE II – TEORIA	24
CAPÍTULO I - TEORIA DA VIAGEM, TURISMO E HOSPITALIDADE	24
Teoria da Viagem	25
Turismo.....	34
Hospitalidade.....	40
CAPÍTULO 2 - CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO-CULTURAL E MITOS FUNDANTES	47
PARTE III – METODOLOGIA	74
PARTE IV – PESQUISA E INTERPRETAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE HABITANTES E VIAJANTES E DOS PERCURSOS TURÍSTICOS EXPERIMENTADOS	91
CAPÍTULO 3 – PANORAMA DE PASSEIOS, CITY TOURS E PERCURSOS TURÍSTICOS PÚBLICOS E PRIVADOS.	93
Passeios, City Tours e Roteiros Turísticos oferecidos por hotéis e agências de viagens de Brasília.....	97
CAPÍTULO 4 - ROTEIROS PRÉ-EXISTENTES EXPERIMENTADOS.....	99
Roteiro um - Verde perto Brasília: uma experiência poética entre as árvores da cidade-parque.	99
Verde perto Brasília.....	100
Roteiro dois - Existem belezas que só se encontram em Brasília – City tour	108
Existem belezas que só se encontram em Brasília	108
Roteiro três - Visita guiada ao Palácio do Itamaraty	111
Visita guiada ao Palácio do Itamaraty	112
Roteiro quatro - Visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília	115
Visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília.....	115
CAPÍTULO 5 – CANDANGOS, PIONEIROS, BRASILIENSES HISTÓRICOS, HABITANTES E VIAJANTES: OLHARES SOBRE BRASÍLIA	119
5.1 Entrevistas longas, semiestruturadas, com pioneiros, candangos e brasilienses históricos:	120
Detalhamento das entrevistas	121
Interpretação	122
5.2 Entrevistas curtas, estruturadas, com habitantes e viajantes	141
Interpretação	142
Viajantes	147
Interpretação	148
CAPÍTULO 6 – ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA	151
Percurso Um: No meio do caminho tinha uma Pedra Fundamental	154

Pedra Fundamental – definição do Quadrilátero Cruls	159
Vale do Amanhecer – onde todas as crenças se encontram	162
Eixo Rodoviário – passeio pelas asas do avião	167
Solarius – ruína precoce da Cidade Modernista	169
Palácio do Catetinho: um palácio de tábuas para JK.....	170
Casa Velha do Gama: Brasília é Goiás.....	173
Museu Vivo da Memória Candanga: heróis da utopia	175
Núcleo Bandeirante: a Cidade Livre	178
Praça do Cruzeiro: reencenando a Primeira Missa.....	180
Memorial JK: a fundação de Brasília	182
Memorial dos Povos Indígenas – a fundação do Brasil	186
Percurso Dois – Geopoética do Espaço Social do Plano Piloto	189
Eixo Rodoviário Sul – a escala bucólica do Eixão.....	191
Passarela subterrânea: ruína precoce no caminho do pedestre	193
Bar Beirute: utopia dos garçons proprietários	195
Clube Unidade de Vizinhaça: onde os vizinhos se encontram.....	198
Igrejinha: a primeira igreja de Brasília	200
Superquadra Modelo 308 Sul: a escala residencial	202
Espaço Cultural Renato Russo: a arte pede socorro	208
Cine Brasília: o templo do Troféu candango de Cinema.....	211
Percurso três: A escala gregária de Lúcio Costa	215
CONIC – Decadência, arte e resistência.	217
Calçadão CONIC - Conjunto Nacional – geopoética da paisagem.....	221
Rodoviária de Brasília – caldeirão cultural, pastel e caldo de cana.	222
Teatro Nacional – engenho e arte de Niemeyer	225
Esplanada dos Ministérios – a escala monumental	228
Complexo Cultural da República – projeto para o futuro	229
Catedral de Brasília – obra-prima de Niemeyer	231
Conjunto Nacional – o primeiro shopping da Cidade	234
Percurso Quatro: A Praça monumental, seus palácios e tesouros.	236
A Praça dos Três Poderes: museu a céu aberto	240
O Planalto, o Congresso e o Itamaraty: tesouros guardados nos Palácios	245
Percurso Cinco – Palácios, hotéis e uma Vila, na rota do Lago Paranoá	253
Vila Planalto – luta dos candangos pela conquista do território.....	255
Concha acústica – ruína precoce	258
Museu de Arte de Brasília – ruína precoce.....	259
Hotel Brasília Palace – a arte de ressurgir das cinzas.....	260

Palácio da Alvorada – um Palácio Modernista para JK	262
Lago Paranoá – a praia de Brasília	264
PARTE V – ECOS DA HISTÓRIA NAS FALAS DOS PERSONAGENS E NOS PERCURSOS TURÍSTICOS DE BRASÍLIA	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302
APÊNDICES	309
APÊNDICE A: Formulário de observação de roteiros e atrativos turísticos pré-existentes de Brasília.....	309
APÊNDICE B: Formulário de observação de percursos e atrativos do Roteiro Geopoético de Brasília.....	310
APÊNDICE C: Quadro de Campos de Investigação da Pesquisa.....	311
APÊNDICE D: Formulário de pesquisa semiestruturado com pioneiros, candangos e brasilienses históricos.	312
APÊNDICE E: Formulário de pesquisa estruturada com turistas em Brasília.....	313
APÊNDICE F: Formulário de pesquisada estruturada com habitantes de Brasília.....	314
APÊNDICE G: A Perna Amputada de Rimbaud	315

PARTE I - INTRODUÇÃO

PARALELO 15¹

*A flor do ipê amarelo
Postou-se à margem
Esquerda inferior
Do livro de JK
E a faixa amarela
Da capa, onde se lia
“Por que construí Brasília²”,
Fazia uma estranha conexão
Entre a flor, o Presidente.
E o título. Havia uma luz,
Um brando raio de sol,
Ainda morno (pode-se sentir),
Iluminando a lateral esquerda
Do terno claro do homem,
Mirando o horizonte
De um novo mundo
Que se sonhara
Coletivamente,
Num certo período
Do Brasil, em meados.
Do Século XX.*

*A Cidade arde, em agosto,
E os ipês amarelos,
Em espantoso contraste*

¹ (PEREIRA, Amneres, 2017)

² COSTA, Lúcio. Brasília, cidade que inventei. Brasília: GDF, 1991, p. 32
KUBITSCHEK, Juscelino. Por que construí Brasília. Brasília. Edições do Senado Federal, 2010.

*Com a secura da paisagem
E o azul do céu, luzem;
De certa forma, tecem.
Um milagre, ao florescerem,
Exatamente quando o verde
Do Cerrado desaparece.
Em devaneio, a mente
Faz a conexão entre
Mito e realidade,
Ao deparar-se com a imagem
Da capa do livro
E, sobre ela, a flor.
"O mito é o nada que é tudo",
Vaticinou Fernando Pessoa,
No Poema Ulisses.
Em Brasília, esses mitos
De fundação persistem:
Paralelo 15, Dom Bosco, JK.
Enigma e maquete,
"Sonho arqui-secular do Patriarca"*,
A Cidade imaginada existe,
Ora a esconder-se,
Ora a se revelar.*

A ideia de se mudar a Capital do Brasil do Rio de Janeiro para o interior vinha sendo defendida desde os Inconfidentes, ainda no Brasil-Colônia (1500-1822), e em vários outros momentos, durante o Império (1822-1889) e, posteriormente, na República, ao longo da história. Às discussões geopolíticas sobre a necessidade da mudança foram se somando narrativas místicas e utópicas que acabaram por provocar, quando do anúncio da construção de Brasília, no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a migração de milhares de brasileiros que se deslocaram para o Centro-Oeste, em busca do sonho de trabalho e prosperidade.

Atualmente, aos 57 anos, a Cidade Modernista por excelência – na visão de alguns autores – caminha para se consolidar como uma metrópole polinucleada, com todos os complexos problemas das demais grandes cidades brasileiras.

Na perspectiva de entender em que medida os habitantes e viajantes guardam na memória os aspectos históricos e os mitos fundantes que alimentaram o projeto de Brasília e, também, como eles veem e vivenciam a Cidade na atualidade, é que nossa pesquisa se delineou. Por meio da experimentação participativa de roteiros e atrativos turísticos, de um lado, e, de outro, da coleta de impressões simbólicas de habitantes e viajantes, delineamos alguns percursos turísticos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília. Nosso objetivo foi que tais percursos pudessem contribuir para despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade.

Para construir os percursos turísticos propostos, concentramos nossa pesquisa em quatro campos de investigação (BOURDIEU, 1989):

No primeiro campo, construímos uma relação dialógica com autores que estudaram as áreas da Teoria da Viagem, da Geopoética, e do Turismo e Hospitalidade.

No segundo campo de investigação, buscamos compreender o contexto sócio-histórico-cultural da época da construção e consolidação de Brasília. De um lado, analisamos autores que discutiram temas como o direito à cidade, o espaço urbano, a segregação e a mobilidade. De outro, estudamos as representações sociais dos mitos fundantes que marcaram a história de Brasília, dentre eles, os de Capital da Esperança, Cidade Modernista, Capital do Brasil do Futuro e Espaço Urbano Democrático.

Nosso terceiro campo de investigação se deu por meio de seis entrevistas semiestruturadas, com personagens de Brasília que vivenciaram sua história, desde a construção e/ou dos primeiros anos de sua fundação. Eles foram escolhidos dentro das representações sociais (autodeclaradas) de pioneiros, candangos e brasilienses históricos (chegados ou nascidos na Cidade entre os anos de 1957 e 1977), sendo que, no caso dos dois primeiros, os significados ora se diferenciam, ora se confundem, ao longo da história. Nesse campo, também coletamos impressões (via 40 entrevistas curtas) de habitantes e viajantes (turistas) sobre a Cidade, a partir de questões pré-definidas, distribuídas em dois questionários diferentes utilizados para cada uma dessas categorias.

Nosso quarto campo de investigação se realizou por meio da experimentação fenomenológica de atrativos e percursos turísticos, sendo alguns prévios e realizados por agências de turismo da Cidade e por órgãos do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal, e outros propostos por nós para compor um Roteiro Geopoético de Brasília. Esses percursos foram escolhidos por serem simbólicos do contexto sócio-histórico-cultural da Cidade de Brasília, com inclusão da experiência da caminhada, sempre que possível, como forma de apreender fenomenologicamente a paisagem, numa perspectiva geopoética – o amor pela beleza da terra.

A ideia central que permeou nossa pesquisa foi a de resgatar a memória dos habitantes e viajantes para certo período, entre as décadas de 50 e 60, quando, no Brasil, os ventos da Modernidade se faziam sentir, representada – em nosso contexto – pelo Modernismo, nos campos da arquitetura e da arte, e pelo Desenvolvimentismo e Democracia Social, no campo da política. Entendemos que tais memórias estão impregnadas nos lugares, espaços, monumentos, esculturas, painéis, pinturas, colunas, superquadras, parques e jardins que compõem os percursos turísticos ora delineados.

Por último, fazem parte do corpo da presente pesquisa criações literárias, tais como ensaios e poemas, criadas ao tempo de seu desenvolvimento. Tais escrituras, em nossa interpretação, são parte do escopo da Dissertação, por terem nascido a partir do diálogo com autores, de nossa reflexão sobre a Cidade, da experimentação fenomenológica dos percursos turísticos e da interpretação dos dados coletados nas entrevistas com pioneiros, candangos, brasilienses históricos, além de habitantes e viajantes, ouvidos aleatoriamente.

Para alcançar nosso objetivo geral de promover um novo olhar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade de Brasília, procuramos entender, em primeiro lugar, como se deu o processo de desconstrução de uma utopia que moveu o sonho de milhares de brasileiros que vieram para Brasília, ao tempo de sua construção. E, em segundo lugar, quais os significados ocultos dessa saga que podem ser resgatados, por meio de percursos turísticos possíveis de compor um roteiro geopoético que traga à luz essa história.

Nossa questão norteadora foi buscar responder se o Turismo, a partir da experimentação fenomenológica de atrativos que compõem os percursos turísticos propostos, possibilita ao habitante e viajante resgatar o olhar ou desenvolver um

novo olhar sobre o processo sócio-histórico-cultural e a carga de poder simbólico que marcaram a fundação de Brasília.

Com essa questão fundamental guiando nossa pesquisa, procuramos identificar e desenvolver a reflexão sobre como se legitimaram os lugares e espaços propostos nos percursos turísticos, por meio da recuperação de sua história e memória, a partir do estudo do contexto sócio-histórico-cultural e dos territórios, espaços, edificações e monumentos tombados e/ou traduzidos fenomenologicamente como patrimônio material e imaterial de Brasília.

Em seguida, buscamos identificar, com sujeitos previamente selecionados - entre pioneiros, candangos e brasilienses históricos - e também com habitantes e turistas, ouvidos aleatoriamente, qual o olhar dos viajantes e habitantes sobre Brasília; e, por último, realizamos um levantamento sobre alguns roteiros turísticos da Capital Federal, desenvolvidos por agências de turismo, hotéis, e pela Secretaria de Turismo do Governo do Distrito Federal.

Para embasar nossa interpretação das representações da realidade estudada e construir a proposta dos percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília, desenvolvemos os seguintes estudos e trabalhos de campo que compõem os objetivos específicos de nossa pesquisa:

Estudo de autores nos campos da Teoria da Viagem, Geopoética, Turismo e Hospitalidade, com o clareamento de conceitos como nomadismo; errância; território; paisagem; espaço social; e *hostis* e *hospes*. Entre esses autores, destacamos Avena (2008 e 2006); Bachelard (1993); Besse (2006); Deguy (2010); Derrida (2003); Dufourmantelle (2003); Huberman (1998); Gastal (2007); Moesch (2007); Gros (2010); Maffesoli (2001); Marcel (2005); e Santos (2014).

Estudo de autores que refletiram sobre temas como ideologia, modernismo, arquitetura, urbanismo e cidade e, ainda, que analisaram a construção de Brasília, a partir do contexto sócio-histórico-cultural do Brasil, à época. Nosso objetivo foi a análise de conceitos tais como poder simbólico, direito à cidade, espaço social, mobilidade urbana e segregação social. Estudamos, ainda, nesse tópico, autores que lançaram luz sobre temas como mitos e mitos fundantes, para analisar as representações sociais dos mitos fundantes da Cidade de Brasília, como os de Capital da Esperança, Cidade Modernista, Capital do Brasil do Futuro, e Espaço Urbano Democrático. Entre esses autores, podemos destacar Almino (2006 e 2010); Behr (2014); Barroso (2008); Bourdieu (1989); Bauman (2011); Brunel (1997);

Carvalho (1997), Costa (1991); Heidegger (2005); Holston (1993); Eagleton (1997); Husserl. (2006); Lefebvre (2015); e Merleau-Ponty (1973).

Foram efetuadas entrevistas com personagens históricos de Brasília, que chegaram à Cidade entre 1957 e 1977, ou que nasceram nesse período, e que se inserem nas categorias de pioneiros, candangos e brasilienses históricos.

Foram, igualmente, efetuadas entrevistas com habitantes e viajantes sobre Brasília, colhida por meio de 40 entrevistas curtas, estruturadas, em atrativos turísticos e de aglomeração, sendo 20 entrevistas com turistas, e outras 20 com habitantes da Cidade.

Além disso, foram levantados roteiros turísticos pré-existentes junto a cinco agências e cinco hotéis, com sede física ou virtual no Plano Piloto de Brasília; e foi efetuada pesquisa na literatura sobre turismo em Brasília, junto à Secretaria Adjunta de Turismo e à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal;

Com esses dados em mãos, partimos para o delineamento de alguns percursos turísticos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília, capaz de ressignificar o olhar dos viajantes e habitantes, fenomenologicamente, recuperando a percepção de Brasília, com sua carga de historicidade, símbolos e mitologias, presentes em seu espaço social (SANTOS, 2014).

Com a perspectiva de despertar esse novo olhar, a partir dos percursos turísticos propostos, buscamos respostas para as seguintes questões:

Como e em que medida se deu o processo de exclusão do direito à cidade, na concepção de Lefebvre (2015), que entendemos atingir seus viajantes e habitantes, e que estão presentes, sob essa ótica, na espacialidade polinucleada (BARROSO, 2008) do Distrito Federal, formado por Brasília e pelas cidades de suas outras 30 regiões administrativas?

Por que os viajantes e habitantes de Brasília tendem a interpretar a Cidade como mais *hostis* e menos *hospes* (AVENA, 2007), do atrativo de vista de sua espacialidade, urbanidade e monumentalidade?

Qual o poder simbólico expresso pelo projeto arquitetônico e urbanístico de Brasília, pelo discurso de alguns de seus ideólogos e fundadores, e que podemos inferir, a partir de conceitos estudados por autores como Bourdieu (1989) e Eagleton (1997); e sua influência no olhar dos viajantes e habitantes sobre a Cidade?

Em que medida a falta de equipamentos turísticos adequados (cafés, espaços de sombra, lojas de souvenirs, mobilidade urbana, estacionamentos, integração

dos roteiros cívicos, etc.) contribuem para dificultar o exercício do direito à cidade e para tornar os espaços públicos da Cidade mais *hostis* e menos hospitaleiros aos seus viajantes e habitantes?

É possível determinar percursos turísticos que possam contribuir para despertar ou ressignificar o olhar dos viajantes e habitantes, fenomenologicamente, recuperando a percepção de Brasília, com sua carga de historicidade, símbolos e mitologias presentes em seu espaço social?

Responder a essas indagações justifica-se na medida em que consideramos fundamental o resgate da memória coletiva dos brasileiros sobre o processo sócio-histórico-cultural que levou à mudança da Capital, e do que tal fato significou para o País. Esse resgate tem sido objeto do esforço de inúmeros pesquisadores, especialmente dentro da Universidade de Brasília, que tem um rico acervo de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a matéria, como pudemos constatar, no decorrer de nossa pesquisa.

Consideramos também fundamental para o turismo em Brasília, detectar as barreiras concretas que impedem seu incremento, e que puderam ser inferidas, nessa pesquisa, por meio da interpretação (à luz do brico-método) das falas coletadas nas entrevistas com viajantes e habitantes da Cidade; e pela experimentação fenomenológica dos percursos turísticos propostos nesse estudo.

Entendemos, por fim, que o delineamento de alguns percursos turísticos, propostos como possibilidade de construção de um Roteiro Geopoético de Brasília, possa contribuir para promover um novo olhar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade, revelando-a enquanto realidade sócio-histórica e obra prima da arquitetura modernista, tombada triplamente como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (1987), pelo IPHAN, no âmbito federal, e pelo Governo de Brasília.

Caminhar para entender poeticamente o espaço social que se habita ou visita; *homo viator*, de passagem, em devaneio, duplamente nômade e sedentário – eis a matéria constitutiva dos percursos turísticos propostos na composição de nosso Roteiro Geopoético de Brasília. Revelar e revelar-se ao outro é o objetivo central da proposta: revelar Brasília e revelar-se, ao desvelar a Cidade.

A metodologia adotada foi a do Brico-Método (AVENA, 2008), na interpretação dos dados coletados em entrevistas estruturadas e semiestruturadas com viajantes e habitantes. Utilizamos também o método fenomenológico na

observação participante de roteiros prévios e na experimentação dos percursos turísticos. Dentro de uma perspectiva multi, inter e transdisciplinar, trabalhamos com o Turismo, e com alguns conceitos emprestados das ciências sociais aplicadas da Arquitetura e Urbanismo e da Sociologia. Utilizamos ainda alguns conceitos da Geografia e da Fenomenologia, enquanto sistema filosófico.

O olhar nessa pesquisa foi caleidoscópico e subjetivo, de quem “observa de longe, como ideia” (ALMINO, 2006) o movimento dos viajantes e habitantes, o espaço social, os monumentos e as ruínas precoces da Cidade Modernista. Utilizamos-nos do Brico-Método, na perspectiva da bricolagem metodológica, como propõe Avena (2008). Em seu delineamento, o Brico-Método parte da concepção de um sujeito complexo e multirreferencial: o sujeito social que interage com os outros e, juntos, produzem o tecido social que, por sua vez, “retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 1999 *apud* AVENA, 2008, p. 166).

Na segunda parte da pesquisa, desenvolvemos uma relação dialógica com autores que estudaram Teoria da Viagem, Turismo e Hospitalidade (analisados no Capítulo I); e com estudiosos dos Mitos Fundantes e do Contexto Sócio-Histórico-Cultural em que se realizou a construção e a fundação de Brasília (analisados no Capítulo II).

Na terceira parte explicamos o Brico-Método – a metodologia que adotamos nessa investigação, a partir dos estudos de Avena (2008), considerando o sujeito complexo e multirreferencial (sujeito social), enquanto produtor e produto do tecido social (MORIN, 1999); e o método fenomenológico (HUSSERL, 2006), na interpretação dos percursos turísticos.

Na quarta parte de nossa investigação, composta pelos capítulos 3, 4, 5 e 6, desenvolvemos nossa pesquisa de campo. No capítulo 3, fizemos um panorama dos dados do turismo no DF e dos roteiros, passeios e city tours, pesquisados junto ao GDF e junto a cinco agências de turismo e cinco hotéis, com sede física ou virtual no Plano Piloto de Brasília.

No capítulo 4, experimentamos alguns roteiros preexistentes, feito por agências de turismo da Cidade e por órgãos do Governo do Distrito Federal. No capítulo 5, realizamos seis entrevistas longas com, personagens históricos de Brasília, e 40 entrevistas curtas, com habitantes e viajantes em visita à Cidade.

E no capítulo seis, delineamos cinco percursos turísticos, com a recuperação da história e memória de cada um dos atrativos turísticos que deles fazem parte, com o propósito de compor o Roteiro Geopoético de Brasília - o produto final de nossa pesquisa. Cada atrativo turístico escolhido – em nossa interpretação – tem grande carga de simbolismo na história da fundação de Brasília. E, por isso, possibilita o despertar desse novo olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade, que é nosso objetivo-geral.

Na quinta e última parte, fizemos nossas considerações finais, com a interpretação das entrevistas colhidas, dos roteiros prévios experimentados e do delineamento e experimentação dos cinco percursos que compõem nosso Roteiro.

Passemos, então, a discorrer sobre a reflexão que desenvolvemos com os autores que embasaram nossa investigação, conforme exposta na Parte II do presente trabalho.

PARTE II – TEORIA

CAPÍTULO I - TEORIA DA VIAGEM, TURISMO E HOSPITALIDADE

*Geopoética*³

*Quando cheguei,
Estranhaste-me
E te estranhei,
Duas aves míticas,
Malditas, presas
Ao concreto armado
De nossas íntimas
Solidões.*

*Desde ali,
No momento exato
Em que te vi, foste
Pulsão e espelho,
E em tuas asas
Percorro léguas
De existir.*

Nesse capítulo, fizemos um passeio pelo pensamento de autores que se debruçaram sobre o fenômeno da viagem do homem pelo Planeta, desde seus primórdios, desenvolvendo conceitos como nomadismo, errância, hospitalidade, geopoética e topo-análise, na tentativa de apreender o fenômeno do Turismo.

Buscamos também compreender a viagem, a partir de autores que discutiram o surgimento do fenômeno do Turismo, que teve início no Século XVII, com o *grand-*

³ (PEREIRA, Amneres, 2017)

tour, intensificou-se como fenômeno de massa no Século XX, e, atualmente, encontra-se num estágio denominado por Molina (2002) como Pós-Turismo.

Nosso objetivo, com o clareamento desses conceitos e do olhar investigativo sobre o fenômeno do Turismo, foi compreender as motivações no processo de migração que aconteceram, durante o período da construção e fundação de Brasília; e a ocorrência do turismo em sua configuração atual, nos aspectos da hospitalidade e da apreensão geopoética da Cidade por seus viajantes e habitantes. Com esse objetivo, dividimos o presente capítulo em três subitens: Teoria da Viagem; Turismo: e Hospitalidade.

Teoria da Viagem

As figuras do turista e do viajante ora se separam ora se confundem nos múltiplos olhares dos autores que refletem sobre uma teoria da viagem. Deguy (2010, p. 125) ressignifica o conceito de viajante/explorador como aquele que opta pela saída geológica, geopoética; ou seja, como aquele que contempla a “reunião da beleza da Terra”. O homem – explorador ou viajante – é movido pelo amor ao “caráter terrestre da terra, da terra vista do céu”, e declara o seu amor pelas viagens.

Para o autor de *Reabertura após Obras*, há na alma humana essa necessidade de sair, de explorar o mundo, e depois retornar, “trazendo um pouco daquilo que Blanchot chamava o fora eterno” (DEGUY, 2010, p.125). Ele propõe que se ultrapasse a lógica estruturalista, contida em livros e autores por ele citados, como Lévi-Strauss, com *Tristes Trópicos*, quando afirma: “Odeio as viagens e os exploradores⁴”, para outra vez se reencontrar na alma do homem essa paixão pela viagem, cujo objeto “é a terra, sob certo aspecto, um modo de sua diversidade terrestre (ou beleza, ou divindade) que pode ser mostrada apenas pela literatura” (DEGUY, 2010, p. 126).

Contra a pressa da Modernidade, o autor propõe o que nomeia como o paradigma da lentidão:

Maneira de traduzir, simplificando um pouco, a bela sentença holderliniana “Dichterich aber wohnt der Mensch”, esse apego é

⁴ LÉVI-STRAUSS, apud DEGUY, 2010, p. 125.

fenomenológico. Tomo o exemplo de um fenômeno, porque o fenômeno é o exemplo, aquele da lentidão (DEGUY, p. 126).

Para Deguy (2010, p. 126 e 127), esse explorador ou viajante tem uma paixão específica pela diversidade terrestre, seja o mar, a floresta, um vulcão ou a montanha, um apego fenomenológico ao terrestre, manifestação de mundo em processo, em todas as línguas, e para a admiração dos recém-chegados, a cada geração.

Também Maffesoli (2001) fala sobre essa figura do viajante movido pelo que chama de pulsão da errância, que ressurgir no homem pós-moderno com toda força, contrapondo-se à domesticação da modernidade, baseada na permanência. Neste cenário, o autor questiona:

Será que o drama contemporâneo não vem do fato de que o desejo de errância tende a ressurgir como substituição, ou contra o compromisso de residência que prevaleceu durante toda a modernidade? (MAFFESOLI, 2001, p. 22).

Na visão do pesquisador, a fixação do homem à cidade, ao trabalho, à residência, quando da formação do Estado-Nação, foi a forma de dominação encontrada pelas sociedades modernas. Esse processo característico da Modernidade, no entanto, veio se desenvolvendo ao longo da história, na passagem do nomadismo para o sedentarismo e teve seu apogeu no que chama de “violência totalitária moderna” (MAFFESOLI, 2001, p. 22).

Na atualidade, segundo Maffesoli (2001), o império da imobilidade e da dominação está ameaçado, e seus:

Sinais de fraqueza estão por toda parte: hippies, vagabundos, poetas, jovens sem atrativo de referência, ou mesmo turistas surpreendidos nos circuitos de férias programadas. (Maffesoli, 2001, p. 27).

Pondera, no entanto, que esse movimento não é consciente, mas um “fenômeno silencioso, uma onda das profundezas, manifestando-se, curiosamente, por arrancos sucessivos, e dando a impressão de uma estranha imobilidade”.

O cientista vê nesses movimentos o “novo espírito do tempo”. O homem pós-moderno, segundo diz, está impregnado desse sentimento e descobre na errância ou nomadismo uma nova forma de estar no mundo. Isso, para ele, representa o

grande paradoxo da contemporaneidade, que traz a “marca das culturas nascentes”, como disse Goethe (MAFFESOLI, 2001, p.28).

Com a globalização e as novas tecnologias, esse paradoxo tem se aprofundado e se acelerado, pois permite que se transponham fronteiras, que se transgridam regras e moral, para – de acordo com Maffesoli (2001, p. 30) - “percorrer o vasto mundo para experimentar-lhe as múltiplas potencialidades”. Pois, pela via do ciberespaço – acrescenta – é possível ao homem contemporâneo viver, em tempo real, e, sobretudo, coletivamente, experiências culturais, científicas, sexuais, religiosas que são, justamente, o próprio da aventura existencial.

Para Maffesoli (2001, p. 34), o nomadismo, o *homo viator*, a viagem iniciática estão na raiz de nossa aventura existencial: do nomadismo de Israel à ascensão de Cristo, da vida errante dos monges da Índia antiga ao código de hospitalidade. Ou seja, a errância, afirma o autor, “é uma constante antropológica que, sempre mais uma vez, não para de penetrar em cada indivíduo e no social em seu conjunto”.

Na visão de Maffesoli (2001, p. 51 a 54), antes que econômica ou funcional, a necessidade ou o desejo que leva o sujeito à errância “é uma espécie de pulsão migratória incitando a mudar de lugar, de hábito, de parceiro” e vem alimentando o imaginário das sociedades ao longo da história. Em sua análise, “um corpo social, qualquer que seja, guarda a memória de sua errância original” e a fundação do Brasil pelos portugueses é citada como exemplo de que “a nostalgia do outro lugar engendra a errância que, por sua vez, favorece um ato fundador”.

Ao desenvolver o conceito de Topoanálise, Bachelard (1998, p. 28 e 29) fala-nos também da errância intrínseca ao homem e da importância do espaço para a memória do sujeito. É o espaço que “retém o tempo comprimido”, é o espaço e não o tempo que “anima a memória” é no espaço “que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências”.

Para o autor da Poética do Espaço, nosso inconsciente está “alojado” nos espaços da memória e a psicanálise – que trabalha com os inconscientes que estão “desalojados” – procura colocar “o ser em movimento..., fora dos abrigos do inconsciente e entrar nas aventuras da vida” (BACHELARD, 1980, p. 30 e 31).

Para ajudar a psicanálise nesse trabalho, o autor defende ser preciso:

Empreender uma topoanálise de todos os espaços que nos chamam para fora de nós mesmos. Ainda que centrássemos nossas pesquisas nos devaneios do repouso, cumpre não esquecer que há

um devaneio do homem que anda, um devaneio do caminho.
(BACHELARD, 1980, p.30).

Na visão de Bachelard (1980, p. 218), é exatamente quando está fora de si, que o ser se percebe errante, ou como ele afirma: “é no âmago do ser que o ser é errante” e, ao mesmo tempo, “é estando fora de si que o ser experimenta consistências”.

Mas esse estar fora de si, adverte o pesquisador, é também claustrofóbico, pois “o excesso de espaço sufoca-nos muito mais do que a sua falta” (SUPERVIELLE, *apud* BACHELARD, 1980, p. 223), e esses versos nos remetem à topoanálise do nosso objeto de pesquisa: Brasília, com seu excesso de espaço, com seu excesso de céu, com seu excesso de luz.

Esse devaneio do homem que anda está presente em inúmeros autores das mais diferentes áreas, na história do pensamento ocidental. Petrarca (1336), em relato que faz sobre sua escalada ao Monte Ventoso, na França, fala-nos de seu desejo de escalar aquele Monte cuja visão estava sempre ao seu alcance, no lugar em que vivia. Em sua Carta do Monte Ventoso, ele cita relato que lera sobre a história de Roma, em que o Rei Filipe, da Macedônia, teria afirmado poder ver os mares Adriático e Atrativo Euxino, do alto do Monte Emo, na Tessália. Para Petrarca, aquele relato fantástico, objeto de controvérsias por vários escritores posteriores, aumentou-lhe ainda mais o desejo de sua escalada pessoal, como uma viagem em busca do autoconhecimento.

Na Carta de Petrarca (1336, p. 5), a viagem é duplamente o caminho do corpo e o caminho espiritual. Ao enfrentar as dificuldades do caminho, ele as compara às dificuldades de se “ascender à vida feliz” e afirma que “a vida a que chamamos feliz está situada num lugar excelso, e é estreito, como dizem, o caminho que a ele conduz. Para alcançá-la, segundo o filósofo, é preciso percorrer caminhos estreitos, degrau por degrau, “de virtude em virtude”, como percorrera, “com os pés do corpo” a subida escarpada ao Monte Ventoso.

Também Marcel (1998, p. 12) considera que o caminho é ao mesmo tempo do corpo e da alma, pois para ele, “*em realidad, ser es ser em camino*”. Ele compreende a peregrinação do homem como um modo de vida, pois em sua visão há um vínculo sagrado do homem com a vida.

“*Es el alma, precisamente, la que es una viajera*” (MARCEL, 1998, p. 12), afirma o autor de *Homo Viator*, para quem somente é possível existir uma ordem terrestre estável, a partir da consciência do homem de sua condição itinerante.

Por sua vez, Maldonado (2004, p. 32) fala-nos, igualmente, sobre “essa voz que convida à viagem” e que significa “a mais autêntica descendência de Abraão: a descendência de migração”. Em sua visão, são essas errâncias que caracterizam o estrangeiro, o que migrou, deixando seu país, sua língua, suas raízes, para tornar-se um ser “mareado em terra firme”. Ao partir – acrescenta – aquele que migrou corta todos os vínculos e se torna ser errante, movido pela “inapreensível errância do pensamento”.

Segundo Onfray (2007, p. 9), todo ser, mais cedo ou mais tarde, se descobre “nômade ou sedentário”, mas impreterivelmente, em sua visão, todo ser tem o desejo da viagem e esse desejo “tem sua confusa origem” no ventre materno:

Ninguém se torna nômade impenitente a não ser instruído, na carne, pelas horas do ventre materno, arredondado como um globo, um mapa-mundi. “O resto é um pergaminho já escrito”. (ONFRAY, 2007, p. 9).

Na visão do filósofo, na própria origem do ser estão inscritos esses dois princípios do nomadismo e do sedentarismo e que deram origem às figuras mitológicas do pastor e do camponês. Ele lembra que tais figuras estão presentes já no Velho Testamento, no Gênesis, nas figuras mitológicas do pastor e do camponês – Abel, o pastor de rebanhos e Caim, o camponês lavrador. Nessa história, destaca Onfray (2007, p. 11 e 12), a afeição de Deus por Abel leva Caim a assassinar seu irmão e então Deus “o condena a vagar, a errar... o viajante procede da raça de Caim”.

O autor destaca que as ideologias de dominação sempre trataram os nômades com violência ou tentaram domesticá-los. Ele cita diversos exemplos na história, como o Nazismo, que celebrava a raça ariana, enraizada e nacional, e perseguia os judeus e os ciganos; e o Stalinismo, que perseguia os semitas e os povos pastores das repúblicas caucasianas ou sul-siberianas, entre outros.

Para Onfray (2007), o viajante atual concentra esse sentimento nômade:

O gosto pelo movimento, a paixão pela mudança, o desejo ardoroso de mobilidade, a incapacidade visceral de comunhão gregária, a

vontade de independência, o culto da liberdade e a paixão pela improvisação de seus menores atos e gestos. (ONFRAY, 2007, p.13).

Esse viajante sem raízes – acrescenta o filósofo – ameaça a sociedade dos Estados-Nações, na medida em que não se adequa ao trabalho cotidiano e à residência fixa, preferindo sua autonomia, sua liberdade de movimento e de ação, contrapondo-se ao controle do emprego e da residência fixos. E mesmo quando está na cidade, esse sujeito “coloca sua autonomia bem acima da salvação da cidade, que ele habita como ator de uma peça da qual não ignora a natureza da farsa” (ONFRAY, 2007, p.14).

Onfray (2007, p. 15) descreve o viajante como aquele que “recusa o tempo social, coletivo e coercitivo”, em favor de um tempo seu, subjetivo, cheio de momentos festivos que busca e deseja. Esse viajante – que em nossa visão se confunde com o turista, o andarilho ou o mochileiro pós-moderno –, no momento em que parte deixando para trás o mundo do cotidiano, obedece, segundo o filósofo, “a uma força que, surgida do ventre e do âmago do inconsciente, lança-o no caminho, dando-lhe impulso e abrindo-lhe o mundo como um fruto caro, exótico e raro”.

Na concepção de Onfray (2007), cada viajante possui uma mitologia própria, uma geografia que traduz seu temperamento, um destino que traduz, dentro de si, “uma voz estrangeira”. Essa mitologia do sujeito, diz o autor, alimenta-se de memórias, leituras, filmes, fotos e imagens adquiridos ao longo de toda uma existência.

No momento em que se fecha a porta de casa, o viajante dá início a sua viagem que, na visão do pesquisador, acontece primeiro no que chama de entremeio: “não mais no lugar deixado, ainda não no lugar cobiçado. Flutuando vagamente ligado a duas margens” (ONFRAY, 2007, p. 35). Esse tempo de passagem, representado pelos transportes, seja avião, barco, trem ou ônibus (e acrescentamos, na caminhada como experiência fenomenológica, proposta em nossa pesquisa), é o momento no qual o viajante compartilha com outros viajantes esse percurso de um atrativo a outro, ou como descreve o autor, é o momento em que “reina uma atmosfera particular e consubstancial à circunstância do entremeio”.

Mas a viagem, quando finalmente se chega ao destino, é, na visão de Onfray (2007, p. 75), como já dissera Goethe e tantos outros célebres viajantes que registraram seus feitos, antes de tudo, uma busca de si mesmo. “O que posso

apreender e descobrir a meu respeito se mudo de lugares habituais e modifico minhas referências?”, indaga o autor, para concluir que “toda viagem é iniciática” e reveladora de verdades que formam a identidade dos que nela se lançam.

Para o autor de Teoria da Viagem, na viagem, a maior referência é o próprio eu; e, portanto toda viagem conduz à subjetividade e, de outro lado, não há viagem sem retorno, e é isso, de acordo com Onfray (2007, p. 89), que dá sentido ao deslocamento. Esse retorno ao domicílio, ao “lugar deixado e depois reencontrado” é o eixo em torno do qual oscila a agulha da bússola e faz o viajante escolher um destino.

Toda viagem pressupõe também uma poética da geografia, “essa arte de deixar-se embeber pela paisagem, para querer depois compreendê-la, vê-la em suas combinações”, afirma Onfray (2007, p. 111), acrescentando que, uma vez que se experimenta a viagem, nunca mais se deixa de tornar a partir. Quando o viajante se vê tomado por uma “pulsão nômade” e pelo “gosto pela novidade”, conclui, ele parte em busca de uma “geografia sentimental encarnada, em busca de uma poética da geografia”, pois “o poema do mundo não cessa de invocar propostas de deciframentos”.

O conceito de Geopoética foi proposto e desenvolvido pelo poeta e pensador escocês Keneth White, na década de 70. Seus livros-guia, escritos a partir de viagens pelo mundo, e sua tese de doutorado sobre o tema do nomadismo intelectual, foram os embriões de uma nova teoria – a Geopoética – e de um novo campo de investigação transcultural e transdisciplinar, que tem gerado inúmeros estudos ao redor do mundo, coordenados pelo Instituto Internacional de Geopoética, fundado pelo autor, em 1989.

Para White (1989, p. 18), o que marcou o final do século XX e que, em nossa visão, ainda está presente nessas primeiras décadas do Século XXI, “é o retorno do fundamental, isto é, do poético”. “Toda criação do espírito é, finalmente, poética”, afirma, em seu texto fundador do Instituto, ao explicar que o que chama de campo geopoético fundamental não é um movimento cultural ou uma escola literária, mas sim um pensamento filosófico, uma nova base teórica que faz parte “de um movimento maior que concerne os fundamentos próprios da existência do Homem na Terra”. Nesse movimento, de acordo com White (1989, p. 18), “encontram-se pensadores e poetas de todos os tempos e de todos os países”, destaca, citando Heráclito, Hölderlin, Heidegger, Wallace Stevens, na cultura ocidental; e, no Oriente,

Tchouang-tseu, Matsuo Bashô e Hwa Yen Sutra; além de geógrafos, biólogos, ecologistas e outros cientistas.

Na concepção do autor,

A geopoética oferece um terreno de encontro e estimulação recíprocos não somente (e isto torna-se cada vez mais necessário) entre poesia, pensamento e ciência, mas entre disciplinas das mais diversas, desde o momento em que estas estão prontas para saírem de quadros, na maioria das vezes restritos, e entrarem num espaço global (cosmogológico, cosmopoético), interrogando-se sobre a questão fundamental : o que sabemos da vida na Terra, o que sabemos do mundo? (WHITE, 1989).

No Caderno 1 (um) dos Cadernos de Geopoética (1990), publicado no site do Instituto, intitulado *Leitura de Lapérouse*, White refere-se ao Diário de Bordo do geógrafo, que o escreveu percorrendo as ilhas do chamado cinturão de fogo do Pacífico (engloba as ilhas vulcânicas de Halmaheira, ao sul das Filipinas, até o Kamtchatka, passando pelos Pescadores, Taiwan, Okinawa, os Ryukyu e o Hokkaido). “É o itinerário aproximativo que percorreu Lapérouse quando deixou Manila em abril de 1787 a caminho da costa de Tartaria e das obscuras regiões do noroeste do Pacífico”, destaca o autor escocês, afirmando ler a obra de Lapérouse sobre sua expedição “como uma viagem mental –, não apenas por causa da confusão cartográfica que reinava nessa parte do mundo, mas também porque era a única região que tinha «escapado à energia incansável do Capitão Cook»”.

White ressalta que, “a 44 (quarenta e quatro) graus de latitude, ele chega ao local que os geógrafos tinham denominado por «estreito de Soya». Mas, Lapérouse descobre que a geografia é completamente falsa”. E acrescenta que quando o geógrafo afirma ser “muito difícil examinar e saber ler os arquivos do mundo” (Diário de bordo, agosto de 1787), ele estaria resumindo “não apenas suas pesquisas no Pacífico norte, mas também qualquer expedição – e a busca pelo saber em geral”. A expedição terminou num “desastre total em Vanikoro”, conclui o autor e resume assim o sentido geopoético dos escritos do geógrafo:

Mas o Diário de bordo sobrevive – pois Lapérouse, correndo o risco de as mentes pequenas o utilizarem em seu próprio benefício, o enviara, fragmento por fragmento, para Paris. É um monumento. Melhor ainda: o mapa de um espírito em movimento (WHITE, 1990).

White (1990) lembra, nesse artigo, a viagem do escritor russo Tchekhov (1890), um século depois de Lapérouse, à ilha de Sakhalin, “nos confins do Império Russo”, para escrever um livro e como sua narrativa foi modificada pela força geopoética da paisagem, o que ele chama de “literatura dos confins”, a exemplo do que fizera Melville, em *Moby Dick*:

Essa literatura (a literatura dos confins) – sobre a qual eu tenho que falar – tem seu lugar mental na borda extrema de nossa cultura e seu movimento físico consiste em uma tentativa de « abraçar » a terra de um novo modo para retomar o contato com o universo pela atenção múltipla e simultânea (mais rápida e mais sutil do que a simples justaposição), cuja lógica, erótica e errática, não tem nada a ver com as lógicas em curso (WHITE, 1990).

Em artigo de 2012 sobre o tema, Kozel (2012) propõe o resgate de uma geopoética das paisagens, nos moldes propostos por White, como forma de melhor compreender as relações que se estabelecem entre o ser humano e o mundo, por meio da cultura, de sentimentos e de valores. Para a autora, quando White (1989) elabora o conceito de Geopoética, ele se inspira “numa visão de mundo integrada e significativa, onde o ser humano e as coisas do mundo compõem um único universo integrado pela geopoética” (KOZEL, 2012, p. 66).

Kozel (2012, p. 66) defende ser possível – por meio de uma visão geopóetica do mundo onde a poesia, o pensamento e a ciência podem convergir – “romper com as fragilidades inerentes à fragmentação e dualidade do conhecimento cartesiano”. Para ela, pela via da Geopoética, é possível empreender uma busca pela “alma do lugar”; por meio da “tríade olhar, sentir e ouvir”, é possível ao homem “construir significados entre as coisas do mundo e o estar no mundo” e chegar a uma consciência de si ou *autopoiesis*, isto é, é possível “adquirir uma consciência de si na relação com o outro e com as coisas do mundo resignificando-as”.

Dentro dessa perspectiva da viagem como um traço peculiar à humanidade, em sua caminhada pela terra, e abraçando o conceito de geopoética como a busca pela “saída geológica”, quando o sujeito é movido pelo amor ao “caráter terrestre”, “à beleza da terra” (DEGUY, 2010. p. 125); é que nos propomos, nessa pesquisa, a empreender essa viagem fenomenológica na construção dos percursos turísticos possíveis de compor um Roteiro Geopoético de Brasília. Da leitura dos autores que trataram do tema da viagem e da descoberta de nosso objeto de pesquisa: do

delineamento e experimentação desses percursos turísticos nasceu o ensaio, *A Perna Amputada de Rimbaud* (APÊNDICE E).

Nesse contexto, o nosso foco é o viajante e habitante da cidade de Brasília, “movido pela pulsão da errância, que ressurge na pós-modernidade” (MAFFESOLI, 2001), por meio da figura do turista. É sobre esse turista e o fenômeno do Turismo que passamos a discorrer.

Turismo

Do diálogo que empreendemos com os vários autores que, ao longo da história, vem construindo uma Teoria da Viagem, foi possível compreender como a necessidade de deslocamento é inerente à condição humana. Se analisarmos o fenômeno da viagem na história das civilizações, é possível compreender como, na Modernidade, esse fenômeno tomou fôlego, na medida em que se desenvolveram os transportes, dando origem ao que conhecemos como Turismo.

Molina (2003) separa a história do desenvolvimento desse fenômeno em três categorias que surgem em diferentes momentos na história da civilização: o pré-turismo, o turismo (em sua concepção industrial) e o pós-turismo. O pré-turismo, segundo o autor, começa no século XVII e se estende ao século XVIII, caracteriza-se pelo *grand tour*; o turismo industrial ou de massas, que ele divide em dois períodos: do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; e a partir da década de 50, quando vira um fenômeno massivo, “passando de 25 milhões de turistas internacionais até mais de 600 milhões na década de 1990” (MOLINA, 2003, p. 24). E, por fim, o pós-turismo, a partir da década de 80, que o autor identifica pela diferenciação e personalização dos produtos e serviços, ao lado da desmassificação dos mercados, e do desenvolvimento do turismo sustentável.

O estudioso sustenta que essa categorização não é excludente, ou seja, “tais categorias devem-se a conceitos e práticas diferenciadas” (MOLINA, 2003, p. 21), mas podem aparecer simultaneamente “em uma mesma década ou lustro” (MOLINA, 2003, p. 22). Foi a consolidação do Turismo de massas, entre as décadas de 1950 e 1970, que sacramentou “o caráter piramidal, monolítico e burocrático” (MOLINA, 2003, p. 25) da organização do setor e permitiu, de acordo com este pesquisador, “a colonização de diversos territórios e sociedades,

ampliando significativamente as fronteiras do planeta”. Mas a partir de meados de 1980, com o surgimento de um novo paradigma que o autor classifica de pós-turismo, o capital humano e a ecologia passam a ter um papel privilegiado no desenvolvimento do setor.

Entre as características do pós-turismo, em contraste direto com o turismo industrial, Molina destaca:

A diferenciação dos produtos/serviços e também a desmassificação dos mercados ou a alta segmentação; o começo da personalização dos serviços; a descentralização de decisões nas empresas e no setor; e o ecologismo, que se desdobra na estratégia de desenvolvimento sustentável (MOLINA, 2003, p. 26).

Molina (2003) lista as principais características que diferenciam, em sua visão, do atrativo de vista do consumidor, o turismo industrial do pós-turismo, alertando que o turista pós-moderno diferencia-se tão substancialmente do turista moderno que pode chegar a travar a comunicação entre emissor e receptor.

A partir da plataforma de um modelo (o moderno) não se pode persuadir e atrair consumidores regidos pela emergência de um outro modelo (o pós-moderno)...pois cria-se “uma barreira epistemológica que o impede (MOLINA, 2003, p. 117).

As principais diferenças entre o consumidor moderno e o pós-moderno foram descritas pelo autor na tabela reproduzida abaixo:

Quadro 1: Quadro de diferenças entre o consumidor moderno e o pós moderno

Consumo moderno	Consumo pós-moderno
Centralizado	Descentralizado
Sujeito à lógica totalizante do mercado	Emancipatório
Condutas previsíveis e contínuas	Condutas prováveis e fragmentadas
Supõe racionalidade do consumo	Componente fenomenológico
Realidade única	Múltiplas realidades
Identidade única	Múltiplas identidades
Impulsionada uma visão universal	Peculiaridades; visões alternativas.

Fonte: Molina, 2003, p. 117.

De acordo com Molina (2005), em *Fundamentos del Nuevo Turismo*, com a globalização, começa o que se convencionou chamar de pós-modernidade, a passagem da era industrial para a sociedade da informação e, com esta, os modelos de produção flexíveis e a personalização de produtos e serviços:

Ambos os sistemas, estrechamente dependientes, se particularizan por rechazar las rigideces, la uniformidade y al contrario, reconocen la movilidad, el cambio, la profundización de los esfuerzos por buscar lo singular (MOLINA, 2005, p. 49).

Esse novo modelo causou profundas transformações no Turismo no mundo e, de acordo com o pesquisador, produziu um “*nuevo turismo*”, com características próprias, entre elas, a busca de novas experiências, períodos de viagens e de férias mais curtos e a inserção de múltiplos temas e atividades diversificadas nos pacotes de viagens.

Na visão de Molina (2005), esse novo turismo exige uma mudança de paradigma, especialmente em relação à melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas, particularmente nos países da América Latina e Caribe, objetos de seu estudo.

O autor lista dez premissas que considera fundamentais para impulsionar um turismo que beneficie as comunidades locais: a visão do turismo como uma atividade socialmente incluyente; a visão do turismo como um direito e uma necessidade para todos; a noção de responsabilidade social das empresas do turismo; a compreensão de que a base do turismo é a integração via rede entre as empresas; a consciência de que o capital humano é seu principal ativo; o incremento da comunicação estratégica com inserção de novos conteúdos; o reconhecimento da ética do consumidor; a missão de melhoria do bem estar dos residentes; a promoção do desenvolvimento do setor tendo como base o associativismo; e o planejamento estratégico com participação de todos os envolvidos, nos múltiplos setores do turismo (MOLINA, 2005, p. 57-58).

Para Molina (2005), mudanças, volatilidade e incerteza são componentes inerentes à pós-modernidade e, aliados às características de sociedade do conhecimento (avanços científicos e tecnológicos; convergência da informação; baixos custos de processamento e de difusão; Internet; e globalização e liberalismo), formam o paradigma no qual está inserido o novo turismo.

A partir disso – adverte o estudioso – para trabalharem dentro desse paradigma pós-moderno, os atores envolvidos nas múltiplas atividades do Turismo devem estar imbuídos de valores como experimentação, imaginação, diversidade, criatividade, sensação de pertencimento, desenvolvimento de talentos, comunicação, motivação e trabalho em equipe. (MOLINA, 2005, p. 77). São esses atores – conclui Molina (2005, p. 77), que formam “*el principal capital y activo de las empresas. Son los motores de la innovación*”.

Também Moesch (2004) pensa o Turismo na perspectiva de um paradigma pós-moderno. Ao fazer um histórico do desenvolvimento do Turismo, a autora destaca que a primeira definição de turismo é de 1800, no pequeno dicionário Oxford, embora sua raiz (*tour*) seja anterior e, de acordo com Fuster (1974), teria aparecido na Inglaterra, em 1760. No entanto, segundo a autora, foi só a partir da publicação, em 1838, da obra *Memórias de um Turista*, de Stendhal, que a expressão turista (*touriste*) se generalizou (MOESCH, 2004, p. 18).

Ao fazer uma retrospectiva do surgimento do fenômeno do turismo, Moesch (2004, p. 19) destaca os estudos da Escola Berlinesa que, ainda segundo Fuster (1974), “dedicou-se ao estudo do impacto econômico que produziu, mas na hora de definir o Turismo, ficou restrito à presença do sujeito agente – o turista”. O conceito foi se desenvolvendo ao longo do tempo, mas, de acordo com a pesquisadora, embora “exaustivamente analisado na esfera macro, a sua produção”, pouco se estudou o fenômeno em sua “esfera micro, os sujeitos consumidores” (MOESCH, 2004, p. 22).

Somente em 1937 – acrescenta – foi definido pela Sociedade das Nações, um critério estatístico para definir a categoria de turista: “Toda pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto da sua residência habitual”. (FUSTER, 1974, *apud* MOESCH, p. 17).

Na visão da autora, ao longo da história, as definições do turismo resultaram de “observações empíricas, ora restritas, ora genéricas e amplas” (MOESCH, 2004, p. 26), sendo a conceituação mais aceita do fenômeno a de Fuster (1974), para quem o turismo é a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais”. (FUSTER, 1974, *apud* MOESCH, 2004, p.19).

Por sua força estatística na economia global, o fenômeno do Turismo tem sido tratado por muitos autores e planejadores públicos como uma “indústria sem

chaminés”, de acordo com a cientista social e, somente nas décadas de 50 e 60, começou a ser visto, no que Fuster (2001) denomina "lado teleológico" do deslocamento, ou seja, o "lado de fuga", com uma fuga não só de pessoas senão também de capitais, devido aos efeitos negativos da balança de pagamentos (p. 30).

Mas ainda ali, de acordo com Moesch (2004, p. 30), o destaque era para os efeitos econômicos do fenômeno nos grupos receptores e não para a importância de seu conhecimento teórico ou de sua apreensão metodológica como objeto do conhecimento. Ao longo das décadas de 70 e 80, os estudos acadêmicos e, em consequência, o conceito do fenômeno do Turismo, começaram a ser aprimorados, destaca a autora, quando alguns teóricos, como Baptista (1997) e Sessa (1993), começaram a ancorar seus conceitos no sujeito turístico, o turista, e não somente em seu objeto, o turismo. Na visão de Batista – destaca a estudiosa – o turista é definido como

Um indivíduo em viagem cuja decisão foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos e representam manifestações, atitudes e atividades relacionadas a fatores psicológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos (BAPTISTA, 1997, *apud* MOESCH, 2004, p. 30).

E a viagem é conceituada por aquele autor como uma atividade que envolve uma multiplicidade de agentes institucionais e empresariais, desde sua partida até sua volta, situação que, por isso, também se estende ao próprio Turismo como setor de atividade que, “sendo fundamentalmente econômica, tem igualmente significados, implicações, relações e incidências sociais, culturais e ambientais” (BAPTISTA, 1997, *apud* MOESCH, 2004, p. 31).

Já Sessa (1983), conforme destaca a autora brasileira, defende que se dê “um tratamento científico ao fenômeno, pois este representa uma nova Ciência” (SESSA, 1983, *apud* MOESCH, 2004, p. 32), dentro do campo das Ciências Sociais. Na sua concepção, o objeto do conhecimento do Turismo tem interconexões com várias outras ciências como a Economia, a Sociologia, a Geografia e a Psicologia. Sessa, *apud* Moesch (2004, p. 32), defende que “no Turismo, o epicentro do fenômeno é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias”.

Moesch (2004, p. 15) conceitua o fenômeno do turismo como “uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços”. Para a autora, o Turismo não é uma indústria de serviços, como tem sido definido desde sua massificação, mas sim um fenômeno complexo, que se compõe:

De uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio-ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural parte de um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, que venha a ser consumido por milhões de pessoas, enquanto síntese – o produto turístico, que está sendo tratado como um fenômeno totalizante, e não dialeticamente – uno/diverso, mas como produto final possível de total controle, suficiente em si mesmo. (MOESCH, 2004, p. 15).

Assim como Molina (2005), Moesch (2004) também propõe um corte epistemológico para a construção de uma Ciência do Turismo, ancorada no processo histórico,

Desde o termo Turismo de raiz cartesiana e empirista, até a estrutura na qual a dialética e a complexidade predominam e, portanto, se reconhece a primazia do intencional e do sentido sobre o meramente econômico e produtivo (MOESCH, 2004, p.394).

Na concepção da cientista social, o Turismo:

É uma prática social da vida humana, preparada para o chamamento mais radical (que exige uma opção fundamental) que nos orienta para a superação. O Turismo encontra seu dinamismo enraizado numa experiência ontológica do nomadismo e anseio de superação. O ser humano é movimento, comunicação, presença. A mulher e o homem são sujeitos nômades, nomadismo que se faz representar historicamente pelo tipo de deslocamento, deslocamento que se expressa determinado pelas condições econômicas, sociais, tecnológicas e ideológicas de cada tempo histórico, mas criadora acima de tudo. Assim, o Turismo pode ser percebido e estudado como ciência autônoma. (MOESCH, 2004, p. 395).

É na errância (um tipo de nomadismo) – diz a autora – que é possível se apreender o objeto turístico, pois de acordo com Maffesoli (1994), citado por Moesch (2004) é nela que o ser humano se reconhece e reencontra a sua essência nômade, quando

O desejo de quebrar o enclausuramento e o compromisso de residência, próprios da modernidade, é como momentos de busca do

Graal, representando outra vez simultaneamente a dinâmica do exílio e a da reintegração. (MOESCH, 2004, p. 396).

Krippendorf (1987), *apud* Moesch (2004), em suas pesquisas empíricas, constata que nós viajamos para fugir, devido ao desejo de fuga causado pelas prisões utilitaristas de nosso ser, tanto no mundo do trabalho como no ambiente uniformizado de nossas cidades.

Moesch (2004) defende então que, diante da pulsão da errância, inerente ao ser humano e outra vez presente no paradigma da pós-modernidade,

O Turismo pode ser percebido e estudado como ciência autônoma. Uma ciência social, tendo como objeto próprio inaudível o nomadismo, o deslocamento, o encontro. Deslocamento de superação criativa e humanizadora. (MOESCH, 2004, p. 397)

A autora cita a tradição budista, cuja crença de que “o não pertencimento a um lugar é a própria condição de uma possível realização de si na plenitude do todo” (MOESCH, 2004, p. 397), para defender que também no “encontro possibilitado pelo Turismo”, no qual o turista tem essa vivência de não pertencimento às tradições culturais de um lugar, “será possível reencontrar a sua essência, “o saber cuidar”, ou seja, a real hospitalidade humana” (MOESCH, 2004, p. 397).

E nesse momento, Moesch (2004) enfatiza um conceito crucial para a apreensão do objeto turístico: a Hospitalidade, cuja história e conceituação – por sua relevância para nossa pesquisa – passamos a destacar, a partir de diversos autores que aprofundaram os estudos sobre o tema.

Hospitalidade

Num diálogo entre os filósofos Dufourmantelle e Derrida (2003, p. 8), em que a filósofa convida o estudioso francês a falar sobre o tema da hospitalidade, segundo ela, uma obsessão para aquele autor, Dufourmantelle afirma “evocar a hospitalidade poética de Derrida” para trazer à luz o que ela chama de “uma geografia – impossível ilícita – da proximidade”, quando “o *hostis* responde à hospitalidade como o fantasma se faz lembrar aos vivos sem admitir o esquecimento”.

Na visão da autora, o lugar é, no pensamento de Derrida (2003, p. 16) sobre hospitalidade, a questão “fundamental, fundadora e impensada da história da nossa cultura”. Pois, para o filósofo francês, cujo pensamento é abraçado por Dufourmantelle (2003), somente numa relação primordial entre exílio e morada, seria possível apreender o sentido pleno da hospitalidade. Em suas próprias palavras:

As meditações de Derrida sobre a sepultura, o nome, a memória, a loucura que habita a língua, o exílio e o limiar, são sinais endereçados a essa questão do lugar convidando o sujeito a reconhecer que ele é, primeiramente, um hóspede (DUFOURMANTELLE, p. 17 e 19).

Na visão de Dufourmantelle (2003),

Ao próximo não se opõe o algures, mas outra figura do próximo. E esta geografia conduz meu sentido, ao longo do seminário, à revelação da questão “onde” como sendo a questão do homem. Questão que tem em comum com aquela da esfinge o endereçamento a um homem que caminha que não tem outro lugar que não o estar a caminho, rumo a um destino que lhe é desconhecido, mas que de sua sombra o precede (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 50-52).

A autora discorre então sobre a diferenciação essencial feita por Derrida (2003) entre o que chama de Lei da Hospitalidade Universal e as leis da hospitalidade, dialogando com o autor quando este indaga:

Para oferecer hospitalidade... É preciso partir da existência segura de uma morada ou apenas a partir do deslocamento do sem abrigo, do sem-teto, que pode se abrir para a autenticidade da hospitalidade? (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 54).

De acordo com a pensadora francesa, nessa indagação, Derrida dá a conhecer sua visão de que a hospitalidade em sua plenitude só aconteceria a partir de “um lugar que não pertencesse originalmente nem aquele que hospeda, nem ao convidado, mas ao gesto pelo qual um oferece acolhida ao outro” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 58-60).

Em sua fala sobre o conceito de Hospitalidade, Derrida (2003, p. 15) se refere a Sócrates para afirmar, em primeiro lugar, que “o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o

direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc.” e é nessa situação que estaria implícita a questão do paradoxo da hospitalidade.

Para Derrida (2003), no diálogo expresso no livro *Apologia de Sócrates*, aparece com clareza a distinção que ele vê entre a Lei da Hospitalidade Universal e leis de hospitalidade que são condicionadas ao direito e ao pacto de hospitalidade. Essas leis, em sua visão, não garantiam, na Atenas de Sócrates, e não garantem, na atualidade, a hospitalidade a todos indistintamente. Na Grécia Antiga, a hospitalidade não abrangia, por exemplo, aqueles que não tinham nome, família ou estatuto social, e que, por isso, eram tratados não como estrangeiros, mas como bárbaros.

O estudioso contrapõe o conceito de hospitalidade absoluta às leis de hospitalidade restrita, impostas por governos, que considera “paradoxal, perversível ou pervertedora” (DERRIDA, 2003 p. 23). Segundo o autor, para se garantir a hospitalidade absoluta, é preciso romper com a “hospitalidade de direito, com a lei ou a justiça como direito” (DERRIDA, 2003, p. 25). Não se trata de opor uma lei à outra, explica, mas de se contrapor um conceito ao outro, para que, em face da Lei da Hospitalidade Universal, seja possível o progresso contínuo das leis da hospitalidade vigentes na atualidade dos governos do mundo.

Na visão do filósofo francês, a Lei da Hospitalidade Universal é o intrínseco ao ser, em sua humanidade, é a lei do acolhimento incondicional a que as leis de hospitalidade vigentes, baseadas em princípios e direitos, buscam alcançar, alcançar o inalcançável, a utopia da hospitalidade absoluta:

Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade definisse essa própria impossibilidade, como se não se pudesse senão transgredi-la, como se a lei da hospitalidade absoluta, incondicional, hiperbólica, como se o imperativo categórico da hospitalidade exigisse transgredir todas as leis da hospitalidade, a saber, as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferecem e àqueles e àquelas que recebem a acolhida (DERRIDA, 2003, p. 67-69).

Mas essa lei incondicional – adverte Derrida (2003, p. 71) – “ainda que se mantivesse acima das leis da hospitalidade”, delas necessita e, mais do que isso, as requer. A lei da hospitalidade universal, portanto, na visão de Derrida, para não se tornar abstrata ou ilusória, necessita das leis da hospitalidade, embora estas a

ameaçem, a neguem e até a corrompam ou pervertam, pois os dois regimes de leis – o da lei universal e os das leis ordinárias – “são, portanto, ao mesmo tempo, contraditórios, antinômicos e inseparáveis. Eles se implicam e se excluem simultaneamente um ao outro”.

Nesse cenário, ao citar o conceito de Mauss (1974) de dádiva, composta dos três atos de dar, receber e retribuir como característicos das sociedades arcaicas, Camargo (2004) lembra como esse conceito forma a base das relações humanas, ao longo da história.

Na visão do autor,

O contato humano não se estabelece como uma troca, como um contrato. Começa com uma dádiva que parte de alguém. A retribuição é uma nova dádiva que implica um novo receber e retribuir, gerando dons e contradons, num processo sem fim (CAMARGO, 2004, p. 16).

Camargo (2004, p. 17) lembra que foi Mauss (1974) quem primeiro conceituou a hospitalidade como “o ritual básico do vínculo humano”, um ritual composto por atores que se perpetuam nos papéis de ora hóspedes, ora anfitriões. E a hospitalidade, na visão de Mauss (1974), seria então – assim como a dádiva, “um fato social total”.

Na definição de, (Mauss, 1974 *apud* CAMARGO, 2004), um fato social total é um fenômeno que, embora delimitado empiricamente, abrange a totalidade da cultura. E a hospitalidade, como tal, é, ao mesmo tempo, uma realidade empírica delimitável como prática e um juízo de valor, que implica em um dever ser.

Camargo conceitua a hospitalidade como:

Um conjunto de leis não escritas que regulam o ritual social e cuja observância não se limita aos usos e costumes das sociedades ditas arcaicas ou primitivas. Continuaram a operar e até hoje se exprimem com toda força nas sociedades contemporâneas (CAMARGO, 2004, p. 3).

O autor lembra Allain Caillé, para quem o conceito de hospitalidade de Mauss (1974, p. 18) implica um novo paradigma científico para as Ciências Sociais, que deveriam considerá-la como “o universal sócioantropológico sobre o qual foram constituídas as sociedades antigas e tradicionais”.

Para Camargo (2004), os atos formadores da hospitalidade – dar, receber e retribuir – podem ser desmembrados em seis leis universais da hospitalidade: a hospitalidade começa com uma dádiva; a dádiva implica sacrifício; toda dádiva traz implícito algum interesse; o dom deve ser recebido, aceito; receber implica aceitar uma situação de inferioridade diante do doador; e quem recebe deve retribuir. Ele lembra que recusar uma dádiva ou um presente – a quarta lei da hospitalidade –, pode desencadear exatamente o seu oposto: a hostilidade.

Presente desde a mais remota antiguidade (segundo o estudioso, antes já de 8.000 a.C.), a hospitalidade entra em crise e passa a perder terreno para o seu oposto, a hostilidade no neolítico, quando o homem passa do sistema de caça para o sistema agrícola, de acordo com Karl Marx (1991), (MARX, 1991 *apud* CAMARGO, 2004, p. 27). Na análise marxista, essa mudança trouxe com ela “a divisão social perversa do trabalho, a exploração do homem pelo homem e o conflito/luta de classes”.

Camargo (2004, p. 31) ressalta haver uma ética da hospitalidade que subsiste no tempo e que pode ser percebida desde a Grécia Antiga, onde “visitar e ser visitado constituía uma obrigação carregada de rituais”. Mais do que uma ética aplicada, a hospitalidade é vista por esse autor como “uma ética em si mesma”. Ele define a hospitalidade como

Um processo de comunicação interpessoal, carregado de conteúdos não verbais ou de conteúdos verbais que constituem fórmulas rituais que variam de grupo social para grupo social, mas que ao final são lidas apenas como desejo/recusa de vínculo humano (CAMARGO, 2004, p. 31).

E destaca a importância do tema para os cursos de lazer, turismo e hotelaria, defendendo o aprofundamento dos estudos sobre essa ética da hospitalidade e de seu contraatrativo, a hostilidade, a partir da perspectiva de uma nostalgia, uma inocência perdida, presente em seus mitos religiosos e profanos.

No mundo contemporâneo, o tema da hospitalidade volta com força total, especialmente com o advento da globalização e com a multiplicação no mundo do fenômeno das migrações, que continuam a ser, na visão de Camargo (2004, p. 37), “a única alternativa de populações que enfrentam a violência ou o caos econômico e a miséria”.

Provocado pelo agravamento da crise social no mundo contemporâneo, o fenômeno das migrações tem colocado o tema da hospitalidade no centro das discussões filosóficas, como as discussões de Derrida e Levinas sobre a ética da hospitalidade incondicional – afirma Camargo (2004) – bem como no centro das reflexões nos campos da sociologia, da semiologia e da teoria da literatura.

O pesquisador diferencia esses estudos da hospitalidade, a partir da crise social no mundo contemporâneo, da vertente dos estudos da hospitalidade no âmbito das migrações turísticas e separa essas vertentes em duas escolas: a francesa “que tem na matriz maussiana do dar-receber-retribuir a sua base, ignorando a hospitalidade comercial” (CAMARGO, 2004, p. 40) e a americana, “baseada no contrato e na troca estabelecidos por agências de viagens, operadoras, transportadoras e por hotéis e restaurantes”.

Camargo (2004, p. 42-44) defende a necessidade de se estabelecer uma ponte entre essas duas vertentes da Hospitalidade e destaca as iniciativas nesse sentido desenvolvidas por autores ingleses (reunidos na publicação Lashley & Morrison. *In Search of Hospitality*) e brasileiros (Programa de Mestrado em Hospitalidade, Universidade Anhembi-Morumbi-SP). Segundo ele, o que une as duas iniciativas é, de um lado, a compreensão de que “tanto a hospitalidade comercial como a hospitalidade pública nutrem-se da mesma matriz, a hospitalidade doméstica”; e, de outro, o entendimento de que a hostilidade ou “inospitabilidade”, da qual são vítimas migrantes e turistas, pode ser vista como a incapacidade de hospitabilidade de anfitriões e de hóspedes, traduzida na expressão “hospitabilidade” pela escola inglesa.

O fundamental nessa ponte entre os dois conceitos francês e americano, na visão do autor, é a compreensão de que – para além das práticas modernas de hospitalidade presentes, em especial, nas práticas comerciais do Turismo – “permanecem vivas a hospitalidade (e porque não lembrar também?) a hostilidade humanas” (CAMARGO, 2004, p. 45). Ou seja, mesmo quando há dinheiro ou objeto material envolvidos nas relações comerciais e prestação de serviços do Turismo, “o processo de dar-receber-retribuir continua em marcha. Essa dívida/retribuição torna o receptor que a aceitou imediatamente disponível para retribuir” (CAMARGO, 2004, p. 48).

Como destacam Gastal e Moesch (2007), para além das relações comerciais e de prestação de serviços presentes nas relações turísticas, o pressuposto do deslocamento, inerente ao fenômeno do Turismo,

É um deslocamento coberto de subjetividade, que possibilita afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer (GASTAL e MOESCH, 2007, p.11).

Na visão dessas autoras, é no estranhamento provocado pelo deslocamento que o sujeito, o turista, ressignifica “não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas”. Elas afirmam que o Turismo “se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam”, e sua chave está no deslocamento (GASTAL e MOESCH, 2007, p. 11).

Mas esse deslocamento, afirmam Gastal e Moesch (2007, p. 12), “não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada”; e isso pode acontecer não só com o turista, mas com o próprio habitante de um lugar, de uma cidade, quando este “sai de suas rotinas temporais e espaciais”.

Muito mais do que um conceito de turismo “marcado pelas distâncias espaciais”, as pesquisadoras brasileiras defendem um novo conceito de Turismo que priorize o percurso “por tempos-espacos” que se diferenciem da rotina do cotidiano dos sujeitos, “um percurso por tempos-espacos em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências” (GASTAL e MOESCH, 2007, p. 37).

E nada mais instigante para essa nova visão do fenômeno do Turismo – destacam as autoras – do que percorrer as cidades contemporâneas, “um caleidoscópio de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças” que se configuram no “território por excelência do exercício da diversidade” (GASTAL e MOESCH, 2007, p. 19).

E é esse território por excelência, essa visão geopoética da cidade, essa busca pela alma do lugar, que nosso objeto de pesquisa se propôs a revelar. É, ainda, o espírito dessa viagem, empreendida pelos candangos e pioneiros – os construtores de Brasília; e a busca dessa alma do lugar,

do atrativo de vista de seus viajantes e habitantes, que a presente dissertação se propôs a resgatar.

Para desvelar esse espírito que guiou os migrantes em direção ao Planalto Central do Brasil e essa alma do lugar, incrustada em seu território e em suas edificações e monumentos, passamos a investigar a ideologia e o poder simbólico presentes nos mitos fundantes e no próprio contexto sócio-histórico-cultural em que se construiu a nova Capital.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTO SOCIO-HISTÓRICO-CULTURAL E MITOS FUNDANTES

Foram muitos os brasileiros que nas décadas de 60 e 70 deixaram-se levar por essa poética da geografia, encarnada na construção de uma Cidade que lhes traria felicidade, prosperidade e um passaporte para o futuro. Foi o espírito dessa viagem, empreendida pelos candangos e pioneiros a ideologia e o simbolismo presentes nessa trajetória e o atual olhar de seus habitantes e viajantes que buscamos entender no presente estudo.

O primeiro conceito que nos propusemos a analisar foi o de mito, em seu intrincamento com o conceito de ideologia, por estar umbilicalmente ligado à trajetória que partiu da ideia de uma nova Capital até a construção de fato de Brasília, entre 1957 a 1960, e ao processo de migração denominado pelo discurso oficial como a Marcha para o Oeste que permitiria o grande salto para o Brasil do futuro.

Ao tratar do conceito de Ideologia, ao longo da história, Eagleton (1997, p. 11) considera a grande contradição da pós-modernidade, o “apagamento” da noção de ideologia, “em um mundo atormentado pelo conflito ideológico”. Na visão do autor, o termo refere-se comumente tanto a um sistema de crenças quanto a questões de poder, e como tal é visto como “forma de legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante” (1997, p. 19).

O problema, na visão do autor, está em se considerar que tudo é ideológico, já que o poder parece estar tanto nos sistemas políticos constituídos, quanto em nossas relações pessoais e nas atividades do cotidiano. Pois, como adverte,

Se não há valores e crenças que não sejam relacionados com o poder, então o termo ideologia corre o risco de expandir-se até o atrativo de desaparecer. (EAGLETON, 1997, p. 20-21)

Para o estudioso, é possível reintroduzir o termo na atualidade, a partir da visão de que ideologia é mais uma questão de discurso do que de linguagem, o que significa que ela tem de ser considerada dentro de um contexto.

Na concepção de Eagleton (1997, p, 22), não é possível se distinguir “se um enunciado é ideológico ou não, o examinando isoladamente de seu contexto discursivo” e acrescenta que um mesmo discurso pode ser ideológico em determinado contexto e, em outro, não. A ideologia estaria, portanto, “no reino do significado”.

Para esse autor, ideologia é essencialmente um fenômeno discursivo ou semiótico, “abrangendo, portanto, uma materialidade (signos) e uma rede de significados” (EAGLETON, 1997, p. 171). Ele destaca os estudos de Voloshinov, que desenvolveu o que classifica de uma teoria semiótica da ideologia, na qual

O domínio dos signos e o da ideologia são coextensivos: a consciência só pode surgir na corporificação material dos significantes, e como esses significantes são em si mesmo materiais, não são apenas “reflexos” da realidade, mas uma parte integral dela (VOLOSHINOV, 1929 *apud* EAGLETON, 1997, p. 172).

Eagleton (1997) afirma com Voloshinov (1929) ser a palavra “o fenômeno ideológico por *excellence*”, sendo a consciência apenas sua internalização. Para o autor, os estudos de Voloshinov (1929) “fornece-nos uma nova definição de ideologia como a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo” (EAGLETON, 1997, p. 172).

O estudioso comunga ainda com os estudos de Pêcheux (1975), que vê a linguagem como um sistema comum a todos e, por isso, forma “a base comum de todas as formações discursivas, tornando-se o veículo do conflito ideológico (PECHÊUX, 1976 *apud* EAGLETON, 1997, p.173)”.

Na visão de Pêcheux (1976), segundo Eagleton (1997, p. 173), uma semântica discursiva teria necessariamente que examinar “como os elementos de uma formação específica são ligados para formar processos discursivos em relação

com um contexto ideológico”. E esses processos levam ao que Barthes (1957) chama de “naturalização da realidade social”. Para esse autor, “o mito (ou ideologia) é o que transforma a história em Natureza emprestando a signos arbitrários um conjunto de conotações aparentemente óbvio, inalterável”.

Eagleton (1997, p. 177) alerta ser próprio de uma postura pós-modernista ou pós-estruturalista considerar que todo discurso é ideológico o que leva à conclusão, em sua visão, errônea, de que toda linguagem é “irremediavelmente retórica”. Segundo ele, essa postura leva ao desmoronamento da noção de ideologia, mas isso, em sua visão, é uma postura igualmente ideológica defendida pelos que querem fazer crer que “tudo é retórica”, e acusa os que defendem essa postura de “homogeneizar violentamente espécies muito diferentes de atos discursivos”.

Para o autor, a ideologia em um discurso se dá exatamente quando “os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político” (EAGLETON, 1997, p. 178). Em sua visão, a ideologia é “antes uma questão de discurso que de linguagem” e “representa os atrativos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas”; “relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade”, quando estas são vistas “a luz de certas lutas de poder centrais” para se reproduzir ou contestar “toda uma forma de vida social” (EAGLETON, 1997, p. 195).

É a esse poder mascarado, camuflado, naturalizado, do discurso ideológico que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico. Segundo esse autor, no mundo contemporâneo, o poder está por toda parte e por isso mesmo em parte alguma, correndo-se o risco de não o perceber, por este encontrar-se camuflado, encoberto inclusive não só pelos que a ele se sujeitam, mas também pelos que o exercem e como que se recusam a ver.

Bourdieu (1989) chama exatamente de poder simbólico ao poder que é “invisível, o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Os sistemas simbólicos, como a arte, a religião, a língua, a ciência e o mito, na concepção do estudioso, são dotados de uma função social, que, segundo ele, nada mais é do que uma função política. Ou seja, esses sistemas não se restringem à função de comunicação.

Em sua concepção,

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social... Eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Para além de sua estrutura lógica e de sua função gnoseológica (sentido imediato do mundo), Bourdieu considera, com a tradição marxista, a função política dos sistemas simbólicos, relacionando as produções simbólicas aos interesses e aspirações da classe dominante. Em sua visão,

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

E a cultura dominante – afirma o cientista social – contribui para a manutenção da dominação, ao identificar-se e comunicar-se com as aspirações de determinada classe social, em detrimento de outras, utilizando-se sempre da função de comunicação.

Bourdieu (1989, p. 11) considera que todas as relações de comunicação são relações de poder, “que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações”. Segundo ele, são as lutas simbólicas que marcam significativamente as relações entre dominantes e dominados, e são os sistemas simbólicos, “enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento”, os reais instrumentos “de imposição ou de legitimação da dominação” de uma classe sobre as demais.

De acordo com Bourdieu (1989), quanto mais invisível, mais deletério é o poder simbólico, ou seja, na medida em que ele é produzido e apropriado pelo grupo, este – para legitimar sua dominação – passa a utilizar-se de “instrumentos e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. É o que o autor chama de “o jogo da violência simbólica legítima”. Para o autor, é no campo da produção simbólica que se dá “a luta simbólica entre as classes”, e os instrumentos de que se utiliza a classe dominante é a própria

produção simbólica, de um lado, e o discurso construído por intermédio de seus ideólogos, de outro.

O discurso – estruturante e estruturado – é o instrumento de comunicação que legitima a dominação, afirma Bourdieu (1989, p.12-13), dando como exemplo clássico a história da transformação do mito em religião (ideologia). O autor lembra que não se pode separar essa história da “história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos”. Em sua visão, é exatamente na função ideológica do discurso que se legitima a dominação, quando este “tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia)”.

Na visão de Bourdieu, portanto, o poder simbólico não reside propriamente nos sistemas simbólicos, mas na relação entre os dominantes e dominados quando esse poder se confunde com a crença. Ou seja:

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Para o estudioso, a força do poder simbólico está exatamente na construção desse discurso e em sua transformação em crença; trata-se, segundo Bourdieu (1989, p. 15), de um “poder subordinado, uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”.

Na história da fundação de Brasília, o poder simbólico é quase uma entidade, envolvendo-a em todas as áreas, política, social, mística e cultural, a partir da história geopolítica do Brasil, que apontava para a necessidade de se construir uma Capital longe do litoral, para garantir a preservação do território continental do País, defendida desde a época do Brasil-colônia, passando pelo Império e chegando à República.

Ao longo do tempo, foram se somando à ideia da mudança da Capital, mitos e utopias, como o que atribuía à mudança a possibilidade de refundação do País rumo a um futuro com desenvolvimento e justiça social, ou ainda o que ligava a fundação de Brasília ao sonho do santo italiano Dom Bosco, que profetizou que entre os paralelos 15° e 20°, nasceria uma Cidade fundadora de uma nova civilização, de cujo território jorraria “leite e mel” (SENADO FEDERAL, 2010).

No espaço-tempo de quase 70 anos – entre as duas missões Cruls, que demarcaram o quadrilátero do Planalto Central onde deveria ser fundada a nova

Capital, e o projeto político do Presidente Juscelino Kubistchek que possibilitou a construção de Brasília – esses mitos fundantes se enraizaram na memória coletiva da Nação, transfigurando-se em poder simbólico, na concepção de Bourdieu (1989), como pode ser percebido por nós, na interpretação dos dados coletados na presente pesquisa.

Muitos desses mitos fundantes que envolvem o deslocamento, a descoberta de novos mundos, o desbravamento de horizontes, a conquista de territórios, e ainda a busca do divino, a viagem interior, o sonho do eldorado, marcaram a história da construção de Brasília e a história de seus construtores, os candangos. Eles partiram de todas as regiões do País para fincar os pés nas terras altas do Planalto Central, determinados a construir ali a Capital do País do futuro: moderna, desenvolvida, mais justa e solidária.

Na busca de entender como se forjaram os mitos fundadores e se eles, de alguma forma, ainda estão presentes na memória coletiva de Brasília, desde sua inauguração, em 1960, é que essa pesquisa se desenvolveu. Hoje, quase seis décadas depois, a Cidade caminha para os três milhões de habitantes, com graves problemas urbanos, mas ainda embalada pelo sonho de muitos migrantes e também por brasilienses, que continuam a vê-la como Capital da Esperança e do Futuro.

A complexidade do conceito de mito tem sido tema de vários estudos científicos, ao longo da história. Desvelar esse conceito significa “penetrar no espaço do indizível e do inexplicável”, como afirmam Souza e Rocha (2009, p. 199), que tratam do tema no artigo intitulado *No Princípio era o Mythos: Articulações entre Mito, Psicanálise e Linguagem*. Seguindo o roteiro traçado por Abbagnano (2000), os autores destacam três significados do termo mito, ao longo da história ocidental.

Na antiguidade clássica, Mythos referia-se às narrativas do campo do fantástico, do irracional, em oposição a Logos, significando o racional, o verdadeiro, quando “o mito deixa de ser a explicação para as coisas do cotidiano e o cotidiano passa, então, a explicar as construções míticas”. [...] É quando surge a filosofia, na Grécia, segundo os estudiosos, que acontece o declínio do pensamento mítico” (SOUZA e ROCHA, 2009, p. 199).

Num segundo momento da história, o mito recupera o seu status, ao ser conceituado como “uma forma autônoma de pensamento ou de vida” (ABBAGNANO, 2000, p. 673 *apud* SOUZA E ROCHA, 2009, p. 200). Esse conceito

é adotado pelo Romantismo e por vários filósofos e sociólogos, entre os quais, Cassirer (1964-1998).

De acordo com Souza e Rocha (2009), Cassirer conceitua o mito como:

Uma forma de vida característica e original, encontrando-se, assim como a vida, situada na linha divisória entre o meramente objetivo e o meramente subjetivo, sendo uma esfera indiferenciada entre ambos. Ademais, ele é considerado como um patrimônio espiritual da humanidade, cuja unidade deve ser explicada pela unidade da alma humana (CASSIRER, 1964/1998 *apud* SOUZ E ROCHA, 2009, p. 200).

Numa terceira concepção, Souza e Rocha (2009, p. 200) destacam que o conceito de mito “fundamenta-se na moderna teoria sociológica, tendo Fraser e Malinowski como precursores”. Nessa concepção, a função do mito é “dar continuidade à cultura, estando intimamente ligada à natureza da tradição, à atitude humana em relação ao passado”. Eles destacam os estudos de Lévi-Strauss (1973/1996) e de Morin (1986), que recuperam a importância do mito para cada grupo social, que não se sujeita a “nenhuma regra de lógica ou de continuidade” (LÉVI-STRAUSS, 1973/1996, p. 239 *apud* SOUZA E ROCHA, 2009, p. 200) e se distingue, como modo simbólico, do modo empírico, podendo coexistir e interagir entre si.

Os autores ressaltam ainda, a partir de Morin (1986), que mito e linguagem são inseparáveis, pois “Mythos e Logos possuem antagonismos, ao mesmo tempo em que tem complementaridades, interferindo um no outro”, cabendo, portanto ao mito “preservar a verdadeira história, a história da condição humana, falando de realidades e do modo como elas passaram a existir” (SOUZA E ROCHA, 2009, p. 201).

Depois de analisarmos o desenvolvimento e as mudanças históricas no conceito de mito, buscamos analisar, então, o conceito de mito fundante e sua importância na identidade das sociedades, em especial, no pós-guerra, quando se formaram os Estados-Nações.

No artigo *A produção social da identidade e da diferença*, Silva (2000, p. 2) estuda conceitos como diferença, identidade, diversidade e alteridade, para chegar à problemática de como se formam os mitos fundantes. O autor parte do conceito de identidade como aquilo que se é, contrapondo-se aquilo que não se é, ou seja, em

relação estreita com o conceito de diferença, acrescentando que ambos os conceitos são “criações sociais e culturais”.

Identidade e diferença são nomeadas pela linguagem, que é signo, afirma o estudioso, lembrando que ambos os conceitos só podem ser compreendidos dentro de sistemas de significações “nos quais adquirem sentido” (SILVA, 2000, p.2), mas que mesmo esses sistemas são instáveis. Segundo Silva (2000, p. 2), “o signo não é um presença, ou seja, a coisa ou o conceito não estão presentes no signo”. Ele considera que o signo não é só a presença, mas também “o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença”.

Na análise de Silva (2000, p. 3), a identidade depende de “uma cadeia de significação formada por outras identidades” para ter sentido e, portanto, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem. Dessa forma, a afirmação da identidade depende de uma forte separação entre “nós” e “eles”, e é nesse jogo de relações binárias que, na visão de Derrida, formam-se as identidades nacionais e, para fortalecê-las se criam os mitos fundadores:

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson chamou de “comunidades imaginadas”. (SILVA, 2000, p. 4).

Silva (2000, p. 4) argumenta que esses mitos são criados para estabelecer laços onde eles não existem, ou seja, como não há “comunidade natural”, é preciso que ela seja “inventada, imaginada”. Segundo ele, esses laços têm sido impostos a essas comunidades por meio da imposição de uma língua comum e da criação de símbolos nacionais, entre eles “os chamados mitos fundadores”.

Mito fundador, nessa perspectiva, portanto,

Remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional (SILVA, 2000, p. 4).

Pouco importa se os fatos assim narrados são "verdadeiros" ou não; o que importa – afirma o autor – é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional “a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia” (Silva, 2000, p. 4).

A partir dessa reflexão sobre o conceito de mito e o processo de formação dos mitos fundantes, foram levantadas as questões as quais a presente pesquisa se propôs a responder. Seis décadas depois, será que viajantes e habitantes de Brasília ainda carregam em sua memória os mitos fundantes que marcaram o contexto-sócio-histórico-cultural no qual se construiu Brasília? E, se os carregam, será que é possível despertar-lhes o olhar para a presença desses mitos, por meio dos percursos turísticos por nós propostos?

A segunda questão que se buscou responder foi se, na visão de viajantes e habitantes, ouvidos nas entrevistas de nosso estudo, Brasília ainda representa essa mola impulsionadora de desenvolvimento e oportunidade de melhorias para o cidadão e se, atualmente, o habitante da Cidade sente que exerce um legítimo direito à cidade, conforme propõe Lefebvre (2015).

Nas palavras do romancista Almino (2006), que retratou essa saga em vários romances nela ambientados, “a imagem de Brasília é forjada pelo mito e pela história de uma ideia” e reflete “a tensão entre o moderno e o arcaico que parece estar no coração do mundo contemporâneo” (2006, p. 5). Em conferência na Academia Brasileira de Letras, Almino (2006, p. 8) lembra que o papel do escritor “não é fazer profecias”, mas “tentar iluminar o que parece obscuro e tornar opaco o que parecia claro” e alerta o turista que, para penetrar no coração da Cidade é preciso vê-la como um “caleidoscópio de combinações infinitas”, aberta ao “olhar subjetivo do seu *flâneur* [...] daquele que a observa de longe, como ideia”.

Em seu romance *Cidade Livre*, Almino (2010), numa trama que mistura ficção e realidade, personagens inventados e personagens históricos dão sua visão da saga da construção da Cidade planejada, e de suas contradições sócio-históricoculturais. Em seu relato, o autor discorre sobre os mitos de fundação de Brasília e nos conduz ao desnudamento das contradições, desigualdades e imperfeições presentes na sociedade brasileira e que, afinal, parece terem se imposto já nos primórdios da nova Capital.

O grande personagem do romance de Almino (2010) é o candango, a gente simples e pobre do país que acorreu ao Centro-Oeste em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida. É nesse cenário caótico da antiga Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, que o autor nos remete ao confronto entre a Brasília utópica e a Brasília real. Na trama, o protagonista da história mistura sua visão de menino, à época da construção da Capital, com sua revisitação a esses acontecimentos, já como jornalista, ao buscar resgatar as memórias do pai moribundo, durante os últimos sete dias de sua vida.

A trama histórica envolve o próprio processo de construção da cidade. Por meio do personagem Ísis, prostituta e profetisa, o autor nos conduz à mística e aos mitos que envolveram a fundação de Brasília, desde o sonho de Dom Bosco ao sonho do Presidente JK, que se considerava também, como revelou no livro *Por que Construí Brasília (1975)*, “um construtor de catedrais”.

Por meio do personagem Valdivino, tomamos conhecimento da exploração do trabalhador já a partir do trajeto: dívidas com o transporte de suas cidades de origem até Brasília, trabalho escravo (já que tinham de trabalhar sem salário para pagar a viagem e a alimentação); jornadas de trabalho abusivas, que duravam 24 horas, por dias seguidos, sem descanso; morte de trabalhadores nos canteiros de obras, muitas das quais atribuídas a assassinatos envolvendo a GEB, a Guarda Especial de Brasília; enterros em covas coletivas e muitas vezes clandestinas.

Pelos relatos da prostituta Lucrécia, que era também a profetisa Isis, ao seu pai, Moacyr, o autor nos remete à construção de cidades espirituais nos arredores de Brasília, e à suposta presença de Ovnis, na Chapada dos Veadeiros, tudo isso acontecendo em regiões próximas à Brasília, no estado de Goiás.

A descoberta do Asteróide Brasília (1890), na região onde fica a cidade de Alto Paraíso; a visita do presidente JK ao Egito (1930) e sua admiração pelo Faraó Akhenaton, que governara o Egito entre 1353 e 1355 e criara a primeira capital planejada do mundo; a Cidade de Z, entre o Xingu e o Araguaia, contada no livro *O Mundo Perdido*, de Arthur Conan Doyle (1912). Tudo isso faz parte do imaginário que, na visão do escritor, envolveu a construção da nova Capital do País.

A Cidade Livre deveria ter sido destruída, assim que Brasília fosse inaugurada, o que acabou não acontecendo. A Cidade foi renomeada como Núcleo Bandeirante, a primeira cidade-satélite do Distrito Federal.

Tanto no romance de Almino, como nos estudos de autores analisados nessa pesquisa, a Cidade sonhada para ser igual já nasceu desigual, mas a força do sonho de milhares de brasileiros – pensadores, cientistas e operários –, que emprestaram sua força e seu talento à realização de um sonho, essa permanece inscrita nos palácios, esculturas e monumentos de Brasília, que ainda hoje encantam muitos de seus viajantes e habitantes.

Foi por meio da investigação desse contexto sócio-histórico-cultural; do levantamento dos roteiros prévios e atrativos turísticos, presentes no espaço urbano da Cidade; e da interpretação fenomenológica das vozes e do olhar de alguns de seus habitantes e viajantes, ouvidos nas entrevistas; que delineamos os percursos turísticos para compor nossa proposta de construção de um Roteiro Geopoético de Brasília.

Para embasar nossa construção, pesquisamos autores como Lefebvre (2015), Costa (1991), Almino (2006), Barroso (2008) e Bauman (2011), entre outros. Podemos dizer que a perspectiva do direito à cidade já se revelava no projeto de Costa (1957), ganhador do concurso de Brasília. Não só esse direito, mas também o mito da terra prometida, sonhada por Dom Bosco, estavam presentes no Relatório do Plano Piloto de Brasília, quando o urbanista contou à Comissão Julgadora como concebera a ideia de Brasília: “uma solução possível que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta” (COSTA, 1991, p. 18).

Em seu relatório, o urbanista afirma só ter se inscrito no concurso porque a ideia de Brasília lhe veio como uma “solução possível” e foi para dela se desvencilhar que se decidira por entrar na disputa, “imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção” (COSTA, 1991, p. 20). E acrescenta ter sido essa postura que lhe garantiu apresentar um projeto capaz de “[...] conferir ao conjunto o desejável caráter monumental... no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa” (COSTA, 1991, p. 20).

Para estender o olhar sobre Brasília e desvelar o coração da urbe, hoje uma metrópole de três milhões de habitantes, é preciso, antes, entender o conceito e o significado que ganhou a cidade para o homem contemporâneo. Em seu livro, *O Direito à Cidade*, Lefebvre (2001, p.7) afirma que a cidade, hoje, é “o grande laboratório do homem”, assumindo o papel que por muitos séculos foi da Terra.

O autor faz uma análise da cidade, desde seu surgimento no Oriente e na Grécia Antiga, passando pela cidade medieval até sua forma atual, a partir do

advento da industrialização, quando nasce o capitalismo concorrencial e com ele os problemas “referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à cultura”. (LEFEBVRE, 2001, p.11)

Sob essa perspectiva, no mundo globalizado contemporâneo o conceito de cidade, enquanto centro ou agrupamento de centros de decisão, vai além do local onde se confrontam relações de desejo e necessidade, satisfação e insatisfação, para tornar-se agente da dominação e exploração de toda a sociedade. Ele defende o desenvolvimento de uma ciência da cidade que a apreenda como objeto, mas alerta que a cidade, [...] historicamente formada não vive mais [...] não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Para Lefebvre (2001, p. 106), esse direito “[...] se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”.

Como diz Bauman (2011, p. 173), “nem toda vida na cidade é moderna, mas toda vida moderna é na cidade”. Segundo o filósofo, viver modernamente a cidade é dispor de liberdade de movimento (mais de um destino) e, também, mover-se por um espaço habitado por outros com necessidades semelhantes e, ao mesmo tempo, passíveis de movimentos imprevisíveis.

Para esse autor, o ideal é que a vida na cidade sujeita a risco e a aventura, tenha um “equilíbrio sutil entre oportunidades e perigos” (BAUMAN, p.174). Ou seja, o direito à cidade, na sociedade atual, exige “sacrificar da liberdade apenas o pouco (e não mais que o) necessário para tornar suportável a angústia da incerteza”. (BAUMAN, p. 174). Ele adverte, porém, que “a promessa moderna de purificar o cristal de prazer e drenar dele as impurezas contaminantes não se concretizou” (BAUMAN, p.188).

Para entender a força do mito na sociedade contemporânea, e, em especial, na cartografia de Brasília, defendemos com Morin (1999, p. 11) ser preciso quebrar o paradigma do pensamento cartesiano que separa história e mito, e aproximar-se do pensamento complexo. O autor lembra que o paradigma cartesiano baseado na observação empírica e lógica se, de um lado, “permitiu os maiores progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica”, de outro, gerou uma visão “mutiladora e unidimensional” que leva ao “obscurantismo científico que produz

especialistas ignaros” e a “doutrinas obtusas que pretendem monopolizar a cientificidade”.

Para Morin (1999, p. 11), o conhecimento produzido pelo paradigma cartesiano gerou “a incapacidade de conceber a realidade antropossocial, em sua microdimensão (o ser individual), e em sua macrodimensão (o conjunto da humanidade planetária)”. A esse conhecimento que classifica de “inteligência cega”, o autor contrapõe a necessidade do pensamento complexo como forma de “civilizar o conhecimento”.

Um dos conceitos chaves dessa forma de pensar é em relação ao princípio da incerteza fundamental na relação entre o sujeito e o meio ambiente. Para o cientista, é preciso partir-se da ideia fundamental de um sistema auto-eco-organizador, onde se encontra o sujeito pensante e vice-versa, ou seja, pode-se partir do sujeito pensante até chegar à sociedade humana. O fato é que, por qualquer das duas vias,

{...} o mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo. Sujeito e objeto nesse processo são constitutivos um do outro. Mas isso não resulta numa via unificadora e harmoniosa. Não podemos escapar de um princípio de incerteza generalizada (MORIN, 1999, p. 43).

Como analisa Morin (1999, p. 43), as noções de objeto e sujeito em nossa mente são perturbadas uma pela outra, gerando o que considera “uma incerteza fundamental, ontológica, na relação entre o sujeito e o meio ambiente” e é exatamente essa incerteza que, em sua visão, faz avançar o conhecimento.

Foi a partir desse pensamento complexo, dessa incerteza que gera conhecimento, que gera incerteza, que nos propusemos a, por meio do ato de olhar Brasília como uma ideia que se revela no interior da mente e que está no interior do mundo, desvelar seu espaço social urbano enquanto mito e enquanto urbe real. E assim tentar responder às questões desse estudo.

O primeiro mito fundante de que trata esse estudo nasce do sonho de D. Bosco, santo italiano fundador da ordem dos salesianos, que em 1883, relatou:

Entre os graus 15° e 20° havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um atrativo onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: - Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível (SENADO FEDERAL, 2010).

O relato de D. Bosco é analisado por muitos estudiosos como uma profecia da construção de Brasília e encontra-se no livro *Memórias Biográficas de São João Bosco*, escrito pelo Padre Lemoyne, assistente do religioso. Na matéria da página do Senado Federal, comemorativa dos 50 anos de Brasília, a reportagem destaca:

Setenta e sete anos depois do sonho, era inaugurada no Planalto Central brasileiro a cidade de Brasília, exatamente dentro do intervalo de coordenadas geográficas mencionado na visão de Dom Bosco e emoldurada pelo Lago Paranoá. (SF, 2010)

Na página do Senado, a reportagem dá destaque ao fato de que a vinculação entre Brasília e o sonho de Dom Bosco já existia desde o princípio de sua construção e, por isso, a Ermida Dom Bosco, a pequena capela em forma de pirâmide projetada por Niemeyer, foi a primeira obra de alvenaria construída em Brasília, ainda em 1957. Dom Bosco foi escolhido também para ser padroeiro da Cidade, ao lado de Nossa Senhora Aparecida.

O segundo mito fundante é sócio-político-cultural e estava impregnado tanto no Programa de Governo de JK quanto nos projetos urbanísticos e arquitetônicos de Costa e Niemeyer (BARROSO, 2008). Brasília seria a Capital do País do futuro, a Capital da esperança, que faria com que o Brasil desse o grande salto do arcaico para o moderno.

Segundo Barroso (2008), o projeto de Brasília foi concebido a partir dos princípios da moderna arquitetura mundial, especialmente da Carta de Atenas, que pregava que a cidade moderna deveria restaurar a coesão social que havia sido perdida, e criticava o processo de desenvolvimento espontâneo da cidade liberal que, conforme expressa, havia desordenado o espaço e dissolvido o caráter comunitário da cidade.

A autora ressalta que, imbuídos desse espírito, os construtores de Brasília, especialmente seu projetista, Lúcio Costa, e seu principal arquiteto, Oscar Niemeyer, construíram a Cidade a partir da definição de “uma ideia e, por isso, transformou-se numa utopia já que sua projeção visava o futuro e não as contingências imediatas do presente”. (BARROSO, 2008, p. 34).

Barroso (2008, p. 34) destaca, porém, que desde o princípio, Brasília misturou arcaísmo e tradição e que mesmo seu projetista, que a concebeu como um avião

que traria esperança e desenvolvimento ao Planalto Central e, a partir dele, a todo o país, não deixou de simbolicamente tomar “posse da terra à maneira cabralina ao inscrever na terra o signo da cruz”.

Na visão de Barroso (2008, p. 211), ao lado dos sonhos, mitos e simbologias que carrega, Brasília traz, também, as marcas da história, com consequências econômicas e sociais e de “uma urbanização que se quis racional, mas que foi impossível de ser contida devido às necessidades dos imigrantes” (BARROSO, 2008, p. 37) que para a cidade vieram.

Há quase seis décadas, exatamente no dia 21 de abril de 1960, era fundada a nova Capital do Brasil, no centro do País. Hoje, beirando os três milhões de habitantes, além de ter-se firmado como centro político, é o principal destino dos imigrantes internos e tem potencial para tornar-se um importante destino turístico do País.

Mas como é, atualmente, a Cidade, para os que para ela se deslocam e para os que nela vivem? Por que Brasília, contrariando as projeções de seus idealizadores e construtores, transformou-se, na visão de autores como Barroso (2008) e Paviani (2010), em uma metrópole polinucleada e segregacionista, reproduzindo o que acontece na maioria das grandes cidades brasileiras, e até aprofundando o *apartheid* social em seu espaço urbano?

A partir dessas indagações e constatações de autores que estudam o processo de desenvolvimento de Brasília, voltamos nosso olhar para o contexto sócio-histórico-cultural que envolveu sua fundação, bem como o que aconteceu nesses últimos 57 anos, que provocou a estratificação e segregação do seu espaço urbano.

Antes de fixar o olhar no espaço urbano de Brasília e em seu contexto sócio-histórico-cultural, foi preciso apreender o conceito de espaço habitado, segundo Santos (2008). Na definição desse autor, o espaço habitado é sinônimo de ecúmeno. Ele destaca a importância da ubiquidade do homem para sua análise; ou seja, a partir da onipresença do homem na totalidade do Planeta. Segundo o geógrafo, o homem é um ser social e dinâmico e no atual estágio de desenvolvimento da sociedade contemporânea, a paisagem cultural substituiu a paisagem natural, a um atrativo em que se tornou muito difícil distinguir-se uma da outra.

Para Santos (2008), com a globalização e, em consequência, a interdependência das diferentes economias nacionais, o desenvolvimento dos transportes e a maior mobilidade do homem, rompeu-se o conceito piramidal que estabelecia as relações entre os grandes centros urbanos, as cidades de médio e de pequeno porte e o campo. Em seu lugar, estabeleceu-se uma nova hierarquia urbana, cujo principal enfoque no estudo das cidades deve ser o caráter social do espaço.

Mas o que significa esse caráter social do espaço? Segundo Santos (2008, p. 85), significa entender o espaço habitado como “a totalidade verdadeira”, pois que engloba a paisagem (tudo o que a visão e os sentidos alcançam na natureza, incluindo objetos naturais e artificiais), a configuração territorial (recursos naturais e artificiais, arranjos em sistemas e que se confundem com o próprio território do país) e a sociedade.

A paisagem, em sua análise, é sempre parcial, enquanto a configuração territorial e o espaço são totalidades. Mas, enquanto a paisagem e a configuração territorial são inertes, o espaço – por abranger a sociedade – está sempre em movimento (SANTOS, 2008, p. 84-85). A paisagem, portanto, se insere na configuração territorial que, por sua vez, se insere no espaço. Por isso, só o espaço é a “totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial” (SANTOS, 2008, p. 85). Santos propõe como forma de se ter uma visão prospectiva da cidade contemporânea, a reflexão sobre o processo histórico que a trouxe ao atual estágio. E foi nessa perspectiva, que analisamos o contexto sócio-histórico-cultural no qual se construiu Brasília, trazendo-a até sua situação atual.

É encampando esse conceito de espaço social do geógrafo brasileiro, que nos voltamos para o contexto sócio-histórico-cultural em que se fundou Brasília. COUTO (2013, p. 9), ao analisar as condições geopolíticas que possibilitaram a fundação de Brasília, retoma a trajetória histórica da ideia da necessidade de se construir uma nova Capital, desde sua concepção, no Brasil Império.

Entre a primeira proposta concebida por José Bonifácio (1823), retomada por Adolfo Varnhagen (1849) e finalmente levada a termo por Juscelino Kubitschek (1955), o estudioso tece um fio histórico, a partir da concepção de Brasília como “um espaço-memória”, no qual o espaço é considerado um “a priori social”. Nesse sentido, o autor parte da compreensão de que:

O espaço nunca é apenas um espaço físico e plano, mas sempre um espaço rugoso onde se coagulam significações, estimas e valorações que, na condição de se tornar um saber incorporado adotado como modo de coordenação e comunicação, produz efeitos nas condutas e nas práticas dos sujeitos nele implicados (ELIAS, 1988, *apud* COUTO, 2013, p. 10).

Na concepção de Elias, de acordo com Couto (2013, p. 10), o espaço representa as relações sociais e simbólicas dos sujeitos e essas relações acabam por afetar sua “sensibilidade corporal, a percepção e a memória” sobre esse mesmo espaço, “por meio do qual uma realidade se constitui como familiar e natural para todo um grupo interdependente de pessoas, uma certeza incrustada no *habitus*”.

Essa realidade familiar e natural, formada a partir das relações sociais e simbólicas dos sujeitos, definida por Couto (2013) é, em nossa interpretação, semelhante à concepção de Bourdieu (1998) sobre o poder simbólico, quando o poder se confunde com crença. Ou nas palavras de Couto (2013),

O modo pelo qual determinadas narrativas gestadas no espaço social são institucionalizadas – reconhecidas e naturalizadas – como razões de Estado (ou indo mais além, como pensamentos e sentimentos da nação), constituindo-se, então, como linguagens “oficiais” que acabam informando direta ou indiretamente os projetos estatais de intervenção e criação de espaços urbanos ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil (COUTO, 2013, p.10).

Couto vê a fundação de Brasília dentro da perspectiva de uma “paisagem (que é, antes de tudo, memória social e histórica)”, cuja trajetória se deu,

Por meio de cruzamentos históricos através dos quais as trajetórias e concepções de mundo de determinados grupos, como os movimentos intelectuais de 1870 e 1922, acabaram informando a construção de imagens de nação, cultura e povo, além de perspectivas de civilização e modernidade, que operaram como prerrogativa de diferentes projetos de sociedade engendrados entre 1889 e 1960 e que, de alguma maneira, estiveram diretamente relacionados à pauta de criação de uma nova capital. De certa forma, essas imagens e perspectivas acabaram constituindo uma base compreensiva que informou a ação estatal na sua relação com as populações e os territórios, influenciando diferentes políticas de integração nacional que traziam como pauta a necessidade de conquista e desenvolvimento do interior do país. Por meio dessas políticas integracionistas, o projeto de interiorização da capital ganha vida pela primeira vez em 1891 e mais tarde se materializa na cidade construída por Juscelino Kubitschek em 1960 (COUTO, 2013, p.11).

Na visão desse autor, Brasília nasceu dessas “utopias estatais”, que “vislumbravam a constituição de uma nova sociedade nacional” (COUTO, 2013, p. 12), destacando em especial três momentos históricos: o projeto imperial de 1889, que almejava “a constituição de uma grande civilização”, a partir da interiorização da Capital que permitiria “a integração do território e das populações”; o projeto do Governo Getúlio Vargas (1930) que promoveu uma marcha para o oeste; e o Governo JK, em 1955, que o autor considera a etapa final do processo, no que concerne “à realização da modernidade nacional através dos processos de modernização econômica e cultural”.

Também Farret (2010) considera que a necessidade de ocupação e integração do território brasileiro, antiga preocupação dos governantes em face de sua extensão continental, aliada à necessidade de desenvolvimento regional, levou o Estado a lançar as bases para a mudança da Capital.

Ao analisar as bases socioeconômicas e territoriais que levaram à fundação de Brasília, o pesquisador aponta dois estágios de desenvolvimento capitalista na história do Brasil, quando o Estado desenvolveu políticas públicas voltadas para a ocupação plena de seu território. Num primeiro momento, que nomeia de Modelo Primário de Exportação (1900-1930), as ações do Estado voltaram-se para algumas regiões agrícolas e cidades costeiras, com incentivos às monoculturas de café, açúcar, algodão e ouro, para atender à demanda da Europa.

Num segundo momento, chamado de Modelo de Acumulação Industrial (1930-1964), quando “o setor industrial tornou-se o principal *locus* da acumulação e a divisão social do trabalho acelerou-se” (FARRET, 2010, p. 31), a necessidade da ampliação de um proletariado urbano levou o Estado a fazer investimentos diretos em infraestrutura e em indústrias básicas, e a fornecer créditos subsidiados e incentivos fiscais voltados para a industrialização do Sudeste, o que acabou por agravar as disparidades regionais.

Segundo o autor, na década de 50, o Brasil concentrava sua economia entre uma metrópole nacional (SP), uma regional (RJ) e o que chama de periferia dinâmica, com algumas poucas metrópoles regionais. Já o Nordeste e o Norte eram regiões decadentes e abandonadas pelo Poder Público, sendo que parte do Norte e do Centro-Oeste eram fronteiras ainda inexploradas. Ele destaca ter sido nesse cenário que foi lançado o Plano de Metas do novo presidente do País, Juscelino Kubitschek, e o compromisso de construir Brasília e mudar a Capital para o interior.

Farret (2010, p. 34) destaca ainda que o Plano de Metas “abriu setores inteiros da economia ao capital multinacional” via “privilégios cambiais e creditícios”, e produziu, “desde sua concepção, diversos impactos socioeconômicos e espaciais sobre o território nacional”. Na visão do autor, não só a questão geopolítica, mas a questão econômica foi determinante para a viabilização da mudança da Capital, na medida em que o Plano de Metas de JK considerava a questão territorial relevante, em função das desigualdades regionais e do processo de urbanização acelerada em torno do Sudeste.

Ou seja, conforme Farret (2010, p. 36), a fundação de Brasília deve ser vista também dentro dessa ênfase à escala regional, com a criação de agências como a SUDENE, e investimentos no programa rodoviário de integração nacional. A construção de Brasília, na década de 50, era considerada a chave para o desenvolvimento regional – a região Centro-Oeste – que, por sua posição estratégica no centro do Brasil, alavancaria o desenvolvimento nacional. Nas palavras de Farret, a nova Capital foi ainda “o trampolim do Sudeste industrial para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil”.

Ao lado da questão econômica, a questão política do Brasil na década de 50 envolvia, de acordo com Shimidt (2010), um debate que se iniciou no século XVIII, atravessou o Século XIX, e chegou à metade do Século XX, e que apontava para a necessidade de se ocupar e desenvolver o Centro-Oeste – o centro do Brasil – para garantir mais desenvolvimento e sua integração territorial. Segundo atesta, foram essas duas bandeiras, a da integração territorial e a do desenvolvimento regional do centro estratégico que “pôs as elites políticas e econômicas juntas em favor da nova localização da Capital” (SHIMIDT, 2010, p.52).

Outra característica da fundação de Brasília foi o papel monopolizador do Estado no processo, inclusive utilizando a terra pública “para promover a migração de pessoal administrativo e para sustentar o funcionamento do sistema governamental” (SHIMIDT, 2010, p. 56). Da mesma forma como atuou na construção de Belo Horizonte, cidade também planejada; no caso de Brasília, também o Estado foi o “promotor do novo ambiente a ser construído, através da canalização de fundos públicos”.

O que deu errado, então, no planejamento de Brasília, tendo o Estado como principal promotor de seu desenvolvimento, que gerou as distorções apontadas por esses autores em relação ao seu projeto original? Na visão de Paviani (2010), a

rápida evolução populacional e o próprio contexto sócio-histórico-cultural em que Brasília se insere estão na raiz dessas distorções.

As mudanças no modelo de cidade pretendido, causado por mudanças econômicas e sociais, além do excesso de imigrantes, na visão do autor, fez emergir uma cidade, onde:

Os núcleos implantados geraram um sistema urbano interligado, interatuante e interdependente, com o que Brasília acabou por se constituir em cidade polinucleada, com um centro, o Plano Piloto, e diversos assentamentos periféricos administrativamente denominados cidades-satélites (PAVIANI, 2010, p. 84).

Nesse processo, os próprios pioneiros e operários – os candangos – que construíram a nova capital, foram “periferizados” e a cidade que “fora designada para ser socialmente igualitária, abriga, hoje, uma população submetida a desiguais encargos sociais e econômicos” (PAVIANI, 2010, p. 92).

A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), realizada pelo Governo do DF, em 1970-1971 – **quando estava em vigor uma das mais duras fases da Ditadura Militar no Brasil** (grifo nosso) –, foi, de acordo com esse autor, uma tentativa de preservar o Plano Piloto das mazelas sociais do País, erradicando diversas favelas, como “as favelas do IAPI, as vilas Tenório, Esperança, Bernardo Saião e o Morro do Querosene, criando Ceilândia, com seus 80.000 habitantes” (PAVIANI, 2010, p. 94).

Para o autor, mais grave do que isso foi à centralização no Plano Piloto das atividades econômicas, enquanto a maior parte de sua população foi submetida a um padrão de desconcentração-concentração nas cidades, assentamentos e invasões do DF e de seu entorno.

Ao analisar as características atuais do espaço urbano de Brasília, Barroso (2008, p. 19) destaca que a forma polinucleada assumida pela cidade deve ser compreendida como estratégia para possibilitar seu controle geopolítico. “A cidade ao ser fragmentada acaba por criar núcleos múltiplos e desencoraja as pressões populares”, afirma a pesquisadora, lembrando que desde sua construção, já havia a intenção de se criarem cidades-satélites para abrigar os operários e também para suprir a demanda das levas de imigrantes que para cá vinham em busca de um futuro promissor na nova Capital.

Barroso (2008, *apud* Paviani, 2010), analisa como a lógica da produção do espaço urbano da cidade seguiu o modelo de segregação social e econômica das demais cidades brasileiras. No Distrito Federal, a quilômetros de distância do Plano Piloto, as cidades, invasões e assentamentos são ligados a ele por espaços desabitados, formando um todo em que o espaço é inacabado. Nessa configuração do espaço habitado, aprofunda-se a segregação socioeconômica (espacial) entre o Plano Piloto e as cidades-satélites **atuais Regiões Administrativas – Ras**, assentamentos e invasões, que concentram “uma série de problemas comuns ao espaço periférico e pauperizado das grandes cidades” (BARROSO, 2008, p. 20).

O projeto urbanístico de Brasília foi desenvolvido em prancheta pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, ganhador do concurso nacional aberto pelo Governo JK, em 1957. Amigo de Oscar Niemeyer e de Le Corbusier, Costa (1991) apresenta um relatório autoexplicativo, em que cada proposta vinha acompanhada por desenhos.

Era a década de 50, quando ainda imperava a Guerra Fria, que dividia o mundo entre os que apoiavam os Estados Unidos (EUA) e os que se colocavam ao lado da União Soviética (URSS). No Brasil, após uma conjuntura política de muita tensão, que culminara com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, a poeira parecia ter baixado, com a eleição de Juscelino Kubitschek, que prometia, em sua plataforma eleitoral, desenvolvimento de 50 anos em cinco, com a transferência da Capital da República para o interior.

Costa (1991), como vários outros intelectuais e artistas brasileiros, era simpatizante do socialismo e estava imbuído do espírito de seu tempo. E seu projeto para Brasília também refletia esse espírito. Seu projeto lembra uma ave (ou uma nave) que pousa no solo do Centro-Oeste, a partir do traçado de uma cruz. Dois eixos que se cruzam em ângulo reto – a cruz – e para adaptar-se ao território, no formato de um triângulo equilátero, arqueia-se um dos eixos, qual asas, prontas a alçar voo. Os primeiros três desenhos do livro realizam com precisão cirúrgica a ideia do projetista.

Em seguida, Costa (1991) passa a explicar os princípios das técnicas rodoviárias, com a eliminação de cruzamentos, aliados à técnica urbanística, que são os princípios básicos da proposta. Ao eixo arqueado, o arquiteto confere o papel de circulação rodoviária, ao longo do qual se fixariam os setores residenciais. No outro eixo, que passa a chamar de eixo monumental, impõem-se, os setores cívico, administrativo e cultural da vida urbana.

No centro, exatamente no cruzamento dos eixos, uma plataforma “liberta do tráfego” (COSTA, 1991, p. 20), para abrigar cultura e lazer; embaixo dessa plataforma, a estação rodoviária interurbana. E no centro do triângulo equilátero, a Praça dos Três Poderes, num desenho “vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los” (COSTA, 1991, p. 22).

A medida que avança em seu relatório, COSTA (1991) vai inventando uma cidade, como uma antevisão da nova Capital surgindo na vastidão do Planalto Central. Utilizando-se de terraplenos, nascem os Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, em seguida a Esplanada dos Ministérios e as autarquias, de um lado e de outro do Eixo Monumental. E defende a escolha da aplicação “dessa técnica oriental milenar dos terraplenos”, que segundo ele, garante “a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista” (COSTA, 1991, p. 22).

Com a proposta das Superquadras, o urbanista projeta as moradias da nova Capital numa disposição em que cada conjunto de superquadras teria em seu interior parques, jardins e escolas primárias, além do comércio local de um lado e de outro de cada conjunto. Edifícios de seis andares no máximo e mais o pilotis de cada bloco, além da indispensável “separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra”, para garantir a adequada escala do homem, a “civitas”, como defendia logo na introdução (COSTA, 1991, p. 22).

A igreja do bairro e a escala social, atribuída às superquadras, garantiriam, de acordo com o arquiteto, a convivência fraterna e as “gradações próprias do regime vigente”, mas, ao mesmo tempo, propiciando “num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação”. (COSTA, 1991, p. 30).

Essas ideias de uma sociedade sonhada duplamente pelo socialismo e pelo humanismo, sem perder o pé na realidade de um regime capitalista, estão presentes em todo o projeto proposto por Costa (1991, p. 30), em sua concepção de projeto de uma cidade que, em “sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima”, uma cidade em que “o tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre” (COSTA, 1991, p. 30).

E por fim, uma cidade, como ele imagina:

De fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro [...] De um lado, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins [...] Brasília, capital aérea e rodoviária: cidade parque. Sonho arquissecular do Patriarca (COSTA, 1991, p. 32).

Em estudo sobre o espaço urbano de Brasília, Machado e Magalhães (2010), afirmam que os estudos científicos sobre a cidade tem girado em torno do que caracteriza a modernidade de sua proposta: a organização espacial. As análises se voltam para “o tipo de sociabilidade urbana” (p. 285) que ela produziu. O caráter experimental de seu projeto, nascido diretamente, segundo eles, da concepção urbanística moderna do século XX, consolidada na Carta de Atenas (documento publicado na Assembleia do CIAM, em 1933), que apregoava uma nova sociabilidade urbana, a partir de uma nova organização do espaço das cidades.

Entre os ideólogos desse urbanismo moderno estava Le Corbusier, além do próprio Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, o arquiteto por excelência de Brasília. A Carta de Atenas (1933) propunha, nas palavras desses estudiosos,

Uma nova morfologia urbana capaz de debelar o caos urbano gerado pela concentração da indústria capitalista, não só colocando em ordem as funções desempenhadas pelas cidades, como devolvendo a cidade para o homem (MACHADO e MAGALHÃES, 2010, p. 287).

Para Machado e Magalhães (2010, p. 288), ao propor um modelo de cidade capaz de “produzir um novo estilo de agregação humana” e tendo por princípio o homem enquanto ser individual e não enquanto ser social, o urbanismo moderno teve como consequência “uma utopia de delineamento muito fluido e elástico”, passível de ser moldado por diferentes propostas políticas.

No caso da construção de Brasília – avaliam – a essa utopia do urbanismo moderno uniu-se outra utopia, a de se fazer da mudança da capital o “marco de uma nova sociedade brasileira mais democrática, quem sabe, futuramente socialista” (MACHADO e MAGALHÃES, 2010, p. 290).

E qual o resultado dessa utopia em contraposição à urbe real, quanto ao acolhimento do habitante e viajante? Em que medida ele exercita seu direito à Cidade, especificamente, no que se refere ao espaço social tombado como

Patrimônio Cultural da Humanidade, onde estão concentrados os monumentos, palácios e obras de arte? Em que medida, ele usufrui de seu planejamento urbano e da condição de cidade-parque? Em que medida o habitante de Brasília e o viajante é acolhido, enquanto turista, nesse espaço privilegiado da Capital da República e que, afinal, pertence a todos os brasileiros?

Para Ferreira (2010), passadas quase seis décadas de sua inauguração, Brasília traz em seu DNA uma história de mais de 100 anos, que não pode ser deixada de lado, ao se analisar sua condição atual de metrópole polinucleada. Em sua visão, a história da Cidade, marcada por mitos e ideologias, como as da escolha histórica do lugar ideal, da transferência do litoral para desenvolver o interior, e do planejamento como solução para vencer as desigualdades sociais,

Escondem as verdadeiras intenções, que apoiadas nos mitos desencadeiam processos, muitas vezes conflituosos e que vão influir na formação da cidade (FERREIRA, 2010, p. 51).

A autora propõe que a Capital brasileira seja vista em sua atualidade, uma metrópole fincada no Centro-Oeste brasileiro, repleta de contradições, e não apenas como a cidade planejada, que é patrimônio da humanidade. Em sua visão, é preciso entender a Cidade como:

Segmentada em classes e fragmentada espacialmente. Uma metrópole que se espraia pelo território de forma não contígua, polinucleada e socialmente desigual, formando assim sua região metropolitana um todo complexo, heterogêneo e interligado (FERREIRA, 2010, p. 50).

Ao fazer uma rápida cronologia da história centenária que vai da ideia à construção de Brasília, a autora coloca a mensagem de José Bonifácio, em 1823, à Assembleia Constituinte do Império, como o marco inicial dessa trajetória e que, em sua visão, influenciou no processo de formação da atual metrópole, com todos os seus gargalos sócio-econômico-culturais.

Na época do Império, prevalecia a preocupação geopolítica com a localização da Capital no litoral. Num segundo momento, que ela considera como de “determinismo geográfico”, a geógrafa destaca a definição do quadrilátero Cruls e da colocação da Pedra Fundamental da nova Capital, em 1922, no atrativo mais alto do Quadrilátero Cruls, na região administrativa de Planaltina.

No terceiro momento, o da transferência da Capital, é o momento em que “interesses locais e gerais convergem – a capital é transferida – o poder público se desloca” (FERREIRA, 2010, p. 25). É nesse momento, segundo a estudiosa, que se viabiliza a política de “polo de desenvolvimento nacional e regional”, encampada pelo presidente JK.

O quarto momento é o atual, estando em curso a formação da metrópole e de sua área metropolitana. Como polo de desenvolvimento do Centro-Oeste e do País, Brasília transformou-se em “um centro urbano de múltiplas funções, extrapolando a função administrativa de sede do governo federal”, mas a centralidade dessa função, na análise de Ferreira (2010, p. 50), acabou por barrar a migração das indústrias para a periferia, como aconteceu em outras metrópoles, provocando um processo de “satelização” das periferias, que atuam como “subúrbios-dormitórios”, de trabalhadores que trabalham no Plano Piloto e moram nessas regiões administrativas.

Segundo Giovenardi (2010, p. 429), a migração intensa de brasileiros que acorreram a Brasília nos últimos 50 anos, em sua maioria, oriundos do campo ou das periferias dos centros urbanos “contribuiu para aumentar a reserva de força de trabalho não profissional”. Em 2009, esse número já chegava a 200 mil desempregados, no Distrito Federal, resultado, segundo esse autor, do aumento desordenado da população.

Essa migração constante e estimulada pelo Poder Público, nos primeiros anos de construção e consolidação da Nova Capital, provocaram, entre outros problemas, a precarização do sistema de transporte urbano, e “a segregação e discriminação na repartição do espaço ambiental”, que, de acordo com Giovenardi (2010, p. 431), pode ser constatado, “comparando-se a densidade no Plano Piloto com a de outras áreas como Ceilândia e Cruzeiro”.

Essa expansão urbana, segundo o autor, descontínua e com traçado diversificado, provoca e perpetua essa discriminação, não só em relação aos transportes, mas também “na oferta de serviços básicos de educação, saúde e transporte” (GIOVENARDI, 2010, p. 435); e também, em nossa interpretação, impõe esse mesmo processo discriminatório ao habitante e viajante de Brasília, em relação ao exercício de seu direito a usufruir dos espaços urbanos da cidade.

Mas talvez a maior ameaça vivida pelos habitantes de Brasília, na visão desse autor, esteja na relação da metrópole com o meio-ambiente. Ele alerta que a

própria condição de Patrimônio da Humanidade, declarado pela UNESCO e pelo governo Federal e do DF sobre o conjunto urbanístico do Plano Piloto, não pode ser garantida, sem a preservação do bioma ambiental que abriga a Cidade, e essa é a principal crítica do autor ao projeto urbanístico de Brasília: uma política de ordenamento territorial:

Que devia preceder a chegada de povoadores limitou-se ao traçado do Plano Piloto. As demais áreas ficaram ao sabor da força das construtoras, incorporadoras, imobiliárias, corretores e bancos, associados ao interesse político dos legisladores e administradores, estimulados pela pressão populacional na busca de habitação (GIOVENARDI, 2010, p. 453).

Disso resultou o desastre sócio-ambiental em que se transformou a metrópole, adverte o autor, defendendo a necessidade de o Poder Público debruçar-se sobre o problema do planejamento urbano em todo o Distrito Federal, incluindo algumas cidades de Goiás e de Minas Gerais, que formam o seu entorno, para reverter ou, pelo menos, minimizar a gravidade desse quadro.

No que diz respeito ao exercício do direito à cidade por habitantes e viajantes de Brasília, que interessa a nossa pesquisa, esse tema do desenvolvimento com justiça social deve ser tratado, segundo Soares (2010, p. 172), sob a ótica de Derrida, “no contexto ético-político de uma democracia por vir, que não significa uma democracia futura, mas sim a promessa de uma autêntica democracia, que nunca é concretizada”.

O autor comunga com Derrida da ideia da impossibilidade de uma hospitalidade incondicional, e de sua colocação no campo da promessa “inscrita num processo sem fim de melhoramento e perfectibilidade” (SOARES, 2010, p. 172). Essa posição defendida por Derrida, conforme esse autor implica a possibilidade de uma sociedade mais tolerante, um “Estado reconciliado e democrático por vir, ainda que a ambivalência hospitalidade/hostilidade permaneça” (SOARES, 2010, p. 163).

Em Brasília, essas barreiras impostas pela má qualidade dos serviços públicos (transportes, segurança, saúde), aliada à discriminação espacial, representada pelas grandes distâncias que separam as populações das periferias dos espaços sociais do Plano Piloto, representam, de fato, os maiores entraves ao

desenvolvimento do Turismo e ao exercício do direito à cidade por seus habitantes e viajantes?

Essa foi uma das indagações que procuramos responder, em nossa pesquisa, por meio não só da interpretação fenomenológica das entrevistas curtas, estruturadas, que fizemos com habitantes e viajantes (turistas), e; das entrevistas longas, semiestruturadas, feitas com candangos, pioneiros e brasilienses históricos; mas também a partir da experimentação fenomenológica e participativa de percursos prévios que realizamos, bem como dos percursos por nós propostos e experimentados, durante a pesquisa de campo, conforme exposto no Capítulo 4.

Nosso percurso foi ancorado na metodologia do Brico-método, com a utilização do método fenomenológico na interpretação dos dados coletados e nos percursos prévios por nós percorridos, conforme explicado a seguir.

PARTE III – METODOLOGIA

*Meditação*⁵

Sobre

Ser e Tempo

Medito,

Contemplo

Ser e estar

No mundo,

Compadeço-me

De mim

E do outro,

Vejo-o em mim,

E nele me vejo,

Semelhante,

Espelho,

Escopo,

Conceito

Universal

E obscuro,

Cujo sentido,

Em Heidegger,

É a questão

Fundamental

Da Existência

Do ser

No tempo.

No brico-método (AVENA, 2008) – a metodologia escolhida para ancorar nosso trabalho de pesquisa científica – considera-se com Morin (1999) o princípio da

⁵ (PEREIRA, Amneres, 2017)

complexidade como base para os estudos científicos, a partir das relações entre o objeto e o ambiente e entre o observador e a coisa observada; e da consciência de que todo fenômeno contém em si ordem, desordem e organização. A proposta de Morin (2015) não elimina a simplicidade, mas a integra:

A complexidade surge, é verdade, lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. (MORIN, 2015, p. 6)

O pensamento complexo, segundo Morin (2015, p. 7), ao mesmo tempo em que “recusa as consequências mutiladoras, reducionistas” da simplificação, não almeja alcançar o conhecimento completo, que o autor considera impossível de ser alcançado. Ele considera com Adorno (1966) que “a totalidade é a não verdade”, acrescentando que o pensamento complexo implica “o reconhecimento de um princípio de incompletude e incerteza”.

Nesse contexto, “você vai juntar o Uno e o Múltiplo, você vai uni-los, mas o Uno não se dissolverá no Múltiplo e o Múltiplo fará ainda assim parte do Uno” (MORIN, 2015, p.77), explica o autor, acrescentando que, dessa forma, o “princípio da complexidade, de todo modo, se fundará sobre a predominância da conjunção complexa”, na qual se “junta a causa e o efeito, e o efeito voltar-se-á sobre a causa, por retroação, e o produto será também produtor”.

Segundo AVENA (2008, p. 168), no brico-método, a identidade do sujeito tem alguns princípios: distinção, diferenciação e reunificação; autorreferência; exclusão; e inclusão, sendo esses dois últimos princípios “ligados de modo inseparável”. Na abordagem multirreferencial, com a qual o brico-método trabalha, a formação do sujeito pode ser considerada como uma bricolagem (ou pachtwork) composta de experiências diversas, dentre elas, ambientais, sociais, educacionais, etc. Ele defende que a pesquisa científica tenha marco teórico flexível, que permita “transcender as autossuficiências” para dar conta da complexidade do humano, do sujeito.

O brico-método parte do conceito de multirreferencialidade de Jacques Ardoino, segundo Avena (2008, 169), sendo composto por múltiplos olhares sobre um objeto de pesquisa. Ele considera, com Lapassade (1988), que as próprias ciências sociais têm na bricolagem intelectual sua regra incontornável e fundamental. Ele lembra que a Teoria da Complexidade de Morin (2015, p. 88)

considera que nós conhecemos o mundo a partir de mensagens dos sentidos aos nossos cérebros e que, por isso, “o mundo está presente no interior de nossa mente, que está no interior de nosso mundo”. Por isso, a necessidade de a Ciência reintegrar o observador na observação e de produzir um conhecimento científico que tenha em sua base a auto-eco-organização, como um valor hologramático: “não só a parte está no todo; o todo está no interior da parte que está no interior do todo!”.

Essas ideias são incorporadas aos estudos de Ardoino (2000) segundo Avena (2008), no desenvolvimento e aplicação da Multirreferencialidade nos estudos do Turismo. Ao compartilhar do pensamento de Morin (2015) sobre o princípio dialógico do pensamento complexo, que reúne dois princípios ao mesmo tempo complementares e antagônicos, Avena (2008, p. 166) parte do indivíduo como “produto de um ciclo de reprodução, mas esse produto é igualmente produtor nesse ciclo” para indagar “quem é o sujeito” de que se fala.

Segundo Avena (2008, p. 166), para respondê-lo se deve considerar, como Morin (2015), o egocentrismo como primeira definição do sujeito, no sentido deste “colocar-se no centro de seu mundo”, ou seja, “a identidade do sujeito comporta um princípio de distinção, de diferenciação e de reunificação”. Também seriam princípios do sujeito, um segundo princípio de identidade, “a permanência da autorreferência a despeito das transformações e por meio das transformações”; e um terceiro e quarto princípios, inseparavelmente ligados: de exclusão e de inclusão.

Na visão de Morin (1999), “o sujeito oscila entre o egocentrismo absoluto e o devotamento absoluto” e o princípio da inclusão “supõe, para os humanos, a possibilidade de comunicação entre os sujeitos de uma mesma espécie, de uma mesma cultura, de uma mesma língua, de uma mesma sociedade” (MORIN, 1999, *apud* AVENA, 2008, p. 166).

A chave da compreensão desse sujeito, na visão do estudioso, é a intersubjetividade, pois “para conhecer o que é humano, individual, interindividual e social, é necessário ligar explicação e compreensão” e compreender que “todo sujeito é potencialmente não somente o ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão” (MORIN, 1999 *apud* AVENA, 2008, p. 166) e que são esses vários sujeitos, em cooperação e inter-relações, que formam a sociedade.

Ou seja, dentro da abordagem multirreferencial, é necessário, como defende o autor, “uma concepção complexa do sujeito” (MORIN, 1999 *apud* AVENA, 2008, p. 167) para se empreender uma abordagem transpessoal e transdisciplinar nos

estudos do Turismo. Para Avena (2008, p. 167), a própria formação do sujeito, que envolve experiências as mais variadas e complexas, tem “uma característica híbrida que pode ser simbolizada e/ou representada pela composição em *patchwork* inglesa ou na perspectiva da *bricolage* francesa”.

É a partir e no desenvolvimento desse olhar diferenciado que se realiza a abordagem multirreferencial do objeto científico. “A multirreferencialidade em todas as suas formas é a condição *sine qua non* da seminalidade criativa do pensamento científico” (MACEDO, 2004 *apud* AVENA, 2008, p. 168).

A concepção de multirreferencialidade adotada por Avena (2008) é a proposta por Ardoino (2000), que considera três tipos de abordagens: “uma multirreferencialidade de compreensão; uma multirreferencialidade interpretativa; e uma multirreferencialidade explicativa” (ARDOINO, 2000 *apud* AVENA, 2008, p. 168). A compreensão multirreferencial de um fenômeno, segundo Ardoino (2000),

É uma forma de escuta destinada à familiarização do pesquisador com as particularidades indexais e simbólicas, bem como com as significações próprias vindas das experiências, das formas triviais expressadas espontaneamente pelos sujeitos (ARDOINO, 2000 *apud* AVENA, 2008, p. 168).

Já a multirreferencialidade interpretativa é feita, de acordo com Avena (2008, p. 168), “a partir dos dados precedentes e visando, através da comunicação, um certo tratamento desse material”; enquanto que a explicativa é “mais interdisciplinar e orientada para a produção do saber”. Por esse motivo, considera o autor que esse seria “um olhar interrogativo plural muito mais pertinente com a complexidade da emergência das ações humanas”.

Na concepção do pesquisador, compreender, interpretar e explicar seriam, portanto, os três componentes de uma abordagem multirreferencial do objeto científico, a partir do sujeito complexo e multirreferencial que considera sua pesquisa “sempre de uma perspectiva inconclusa, e a obra como produto de um imaginário sempre em devir” (MACEDO, 2004 *apud* AVENA, 2008, p. 169).

De acordo com Avena (2008, p. 165), “do atrativo de vista biológico, o indivíduo é o produto de um ciclo de reprodução, mas esse produto é igualmente produtor nesse ciclo”, o que torna os sujeitos produtos e produtores desse ciclo. Também o sujeito social é, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade em que vive, já que, como lembra o autor - considerando o fenômeno social –.

São as interações entre os indivíduos que produzem a sociedade, mas a sociedade com sua cultura, com suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura (MORIN, 1999, p. 146, *apud* AVENA, p.165 e 166).

Para o pesquisador (2008, p. 166), “o sujeito oscila entre o egocentrismo absoluto e o devotamento absoluto” e são as relações intersubjetivas que são essenciais para “se conhecer o que é humano, individual, interindividual e social”. Sob essa perspectiva, Avena (2008) entende que a sociedade não está submissa aos determinismos materiais, pois é o sujeito, em última instância, que “dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades”, o que torna necessário “uma concepção complexa do sujeito”, nos estudos do objeto turístico.

Nessa perspectiva, Avena (2008, p.167) propõe a abordagem multirreferencial, transpessoal e transdisciplinar nas pesquisas do fenômeno do Turismo, levando em conta as “complexas e múltiplas experiências (ambientais, sociais, educacionais, institucionais, etc.) presentes na formação do sujeito”. Para o autor, é essa característica híbrida do fenômeno do Turismo que autoriza a sua análise utilizando-se “a composição em *patchwork* inglesa ou na perspectiva da *bricolage* francesa”.

Para Avena (2008), o *patchwork*, de origem inglesa, que significa “trabalho com retalhos”, ou a bricolagem, de origem francesa, termo usado em atividades em que o sujeito produz, ele mesmo, para o seu próprio consumo, sem utilizar terceiros, adequa-se perfeitamente à metodologia que classifica como brico-método, que defende para os estudos do objeto turístico.

Na concepção do pesquisador, a abordagem de pesquisa é aberta à articulação de múltiplas realidades, com a natural diversidade das construções humanas, estando à especificidade da sua inspiração na:

Afirmção da limitação dos diversos campos do saber, da tomada de consciência da necessidade do rigor fecundante, da nossa ignorância enquanto inquietação (MACEDO, 2004 *apud* AVENA, 2008, p. 168).

Avena (2008, p. 169) propõe, com Barbosa (1998), uma abordagem multirreferencial “aberta à complexidade da realidade e à interioridade significativa do

sujeito observador”, conforme proposta por Ardoino (2000). Nesse tipo de abordagem, conforme destaca Avena (2008), Ardoino parte do princípio de que a multirreferencialidade “se compõe de múltiplos olhares sobre um objeto de pesquisa”. E Lapassade, por sua vez, “mediante a explicitação da sua experiência enquanto pesquisador demonstra a perspectiva multirreferencial como bricolagem” (LAPASSADE, 1988 apud AVENA, 2008).

Na visão de Lapassade (1998 *apud* AVENA, 2008, p. 170) a bricolagem intelectual [...] seria mesmo a regra fundamental e incontornável das “ciências sociais”, as quais estão de alguma forma condenadas a esta maneira de trabalhar, porque o seu objeto é infinitamente complexo.

Ao utilizarmos nesse estudo a metodologia do Brico-Método, tendo por cenário a complexidade de Morin (1999) e a multirreferencialidade de Ardoino (AVENA, 2008), partilhamos ainda da posição de Bruyne *et all* (2015), ao considerarem que o campo das problemáticas das Ciências Sociais – por sua amplitude – é pluridisciplinar. Para esse autor, a unidade da Ciência é sempre problemática, ela constitui muito mais um campo de heterogeneidade no qual disciplinas parcelares tentam se articular umas às outras do que um edifício no qual a totalização do saber se realizaria progressivamente segundo os votos do positivismo (BRUYNE *et all*, p. 26).

Bruyne *et all* (2015) estabelecem quatro polos metodológicos comuns a pesquisas científicas: epistemológico, teórico, morfológico e técnico. O polo epistemológico explicita o objeto científico e suas problemáticas, destrinchando as relações entre as teorias e os fatos; o polo teórico conduz o pesquisador na elaboração das hipóteses, construção dos conceitos e interpretação dos fatos; o polo morfológico é o campo em que se estabelecem os quadros de análise (modelos ou simulacros das problemáticas que envolvem o objeto de pesquisa); e o polo técnico é onde se definem os modos de investigação.

Na presente pesquisa, o polo epistemológico foi construído nas relações entre os teóricos que trataram do fenômeno Brasília; os que discorreram sobre metodologias da pesquisa em Ciências Sociais, e, dentro desta, no campo específico do Turismo; e o objeto real do estudo: a proposição de percursos turísticos capazes de despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre Brasília.

O polo teórico se constituiu a partir do diálogo com filósofos, cientistas sociais e autores que discorreram sobre o contexto sócio-histórico-cultural que permeou a fundação de Brasília, Mitos Fundantes, Teoria da Viagem, Turismo, Hospitalidade, Direito à cidade, Ideologia e Poder Simbólico.

Já o polo morfológico se constituiu do delineamento de percursos turísticos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília – a partir da interpretação de dados de habitantes, viajantes e brasilienses; e também da experimentação fenomenológica de roteiros turísticos – capaz de despertar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade. O polo técnico foi multirreferencial, com utilização de métodos e técnicas diversos, tais como:

Entrevistas longas, semiestruturadas, com seis personagens previamente selecionados da Cidade (entre as representações sociais de pioneiros, candangos e brasilienses históricos), no tempo histórico de duas décadas (1957 a 1967). Nosso objetivo foi apreender, via memória dos entrevistados, a memória coletiva de viajantes e habitantes sobre os mitos fundantes que marcaram a fundação de Brasília, entre eles, os de Capital da Esperança, Cidade Modernista e Capital do Brasil do Futuro.

Entrevistas curtas, estruturadas e aleatórias, com 20 habitantes e 20 turistas, colhidas em hotéis, atrativos turísticos e atrativos de aglomeração de Brasília;

Experimentação fenomenológica por meio da observação participante em quatro roteiros turísticos preexistentes;

Experimentação fenomenológica no delineamento dos cinco percursos turísticos formadores do Roteiro Geopoético de Brasília (construídos, utilizando-se o método fenomenológico, com observação participante).

Sendo assim, a partir da compreensão de um sujeito complexo, formado por experiências variadas que podem ser representadas pela bricolagem ou *patchwork*, nossa abordagem do objeto científico foi multirreferencial, como proposto por Macedo (2004), pois foi resultado da articulação de “múltiplas realidades”.

Entendemos, com Avena (2008), a multirreferencialidade na concepção de Ardoino (2000), ao promovermos em nossa pesquisa o exercício da compreensão, interpretação e explicação do objeto científico. Entendemos, também, com Bruyne *et al* (1997), o campo de investigação do fenômeno turístico, enquanto campo das Ciências Sociais, como pluridisciplinar e também, com Moesch e Beni (2015), como um fenômeno inter e transdisciplinar.

Ou seja, entendemos com Bruyne *et all* que o Turismo não abrange, por si só, a totalidade do conhecimento, mas é uma disciplina – como outras dentro do vasto campo epistemológico das ciências do homem – parcelar e aberta (BRUYNE *et all*, 2015, p. 20) e que deve se articular com outras disciplinas na busca do conhecimento. E com Moesch e Beni (2015, p. 333), ampliamos essa compreensão, para considerar que o fenômeno do turismo é um “caso fecundo de hibridização disciplinar” e possibilita, pela via da interdisciplinaridade, o surgimento de novas disciplinas e novos conceitos e categorias de análise, para alcançar a transdisciplinaridade, isto é, um fenômeno que, por sua complexidade, está entre, através e além das disciplinas.

Na perspectiva enfim de buscar apreender o fenômeno do Turismo em toda sua complexidade, tendo o sujeito em seu epicentro, decidimo-nos por utilizar, na presente pesquisa, a metodologia do Brico-Método, conforme propõe Avena (2008), por permitir a utilização de múltiplas técnicas de pesquisa. E como método científico, utilizamos a Fenomenologia, na concepção de autores como Husserl (2006), Heidegger (2005), Merleau-Ponty (1973), Demo (1995) e Bruyne *et all* (2015).

Dessa forma, utilizamos como método a Fenomenologia, com a utilização das técnicas da entrevista semiestruturada com pioneiros, candangos e brasilienses históricos; da entrevista estruturada com habitantes e turistas; e da observação participante e experimentação nos percursos turísticos pré-existente e também os propostos para compor um possível roteiro geopoético de Brasília.

Os percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília, cujo traçado é permeado por informações sócio-histórico-culturais que marcaram a construção e fundação de Brasília, incluíram visitas a feiras, parques, jardins, monumentos e prédios históricos, com alguns percursos feitos a pé, em trechos pré-selecionados da Cidade de Brasília, que, em nossa visão, seriam passíveis de despertar ou resgatar o olhar para conceitos e subjetividades tais como: imensidão, espaço social, ser geográfico, nomadismo, museu a céu aberto, modernidade, monumentalidade, desenvolvimentismo, mitos fundantes e espaço urbano democrático.

A partir de conceitos desenvolvidos por Santos (2008), para fundamentar o que classificou de Geografia Nova, cujo principal enfoque é o caráter social do espaço; e pelos filósofos Bachelard (1993), em sua Poética do Espaço, que nos conduz a uma fenomenologia da imaginação, através do estudo do devaneio; e

Derrida (2003), que reflete sobre o conceito de hospitalidade em sua dialética indissociável: “entre uma lei incondicional ou um desejo absoluto de hospitalidade, de um lado, e, de outro, um direito, uma política, uma ética condicionais” (DERRIDA, p. 129), o delineamento de percursos turísticos teve o objetivo de desvelar o que dá anima aos espaços e lugares turísticos de Brasília e quais os caminhos que melhor revelam esse entrelaçamento entre o real e o imaginário, entre as ideias que nortearam a construção de uma Cidade e as imagens e imaginários que dela surgiram.

E mais, a partir da caminhada, descobrir como a amplidão dos espaços em Brasília é sentida pelos que por ela transitam; como os viajantes e habitantes compreendem essa Cidade monumental e simbólica dos sonhos de uma Nação. Propusemos nas visitas, sempre que foi possível, a experiência da caminhada por diversos atrativos do Roteiro, utilizada como uma experiência fenomenológica e geopoética, na qual a paisagem entra no visitante e o visitante compõe a paisagem. Um corpo que se movimenta nos espaços geológicos de Brasília, onde a proximidade do céu impele o viajante e o habitante a estabelecerem uma relação cósmica com esse espaço. Caminhada e lentidão sob o céu de Brasília permearam a proposta dos percursos turísticos que compõem nosso roteiro geopoético.

A Fenomenologia foi à base filosófica norteadora do objetivo geral dessa pesquisa, que foi o de despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar do habitante e viajante sobre Brasília, a partir da experimentação de alguns percursos turísticos que compõem nosso roteiro. O Brico-Método foi a metodologia aplicada na interpretação das entrevistas com habitantes e viajantes e que, também, nos permitiu a utilização do método fenomenológico, na interpretação dos percursos turísticos, na tentativa de compor um mosaico geopoético que nos levasse a desvelar Brasília para seus habitantes e viajantes, dentro da perspectiva do Turismo.

Mas o que é Fenomenologia enquanto filosofia e enquanto método científico e como ela perfaz tanto a questão norteadora quanto a aplicabilidade como método científico nos percursos observados e experimentados nessa pesquisa?

Husserl (2006) foi o criador da Fenomenologia como Ciência e também como método científico, cujos princípios e conceituação estão explicitados em livro de sua autoria, publicado em 1913. Em prefácio à edição brasileira de 2006, quase um século depois, Moura (2006) ressalta a defesa desse autor de que “os objetos se constituem graças aos atos da consciência, que essa consciência não precisa da

realidade para existir e que a realidade, ao contrário, depende da consciência” (HUSSERL, 2006, p. 15).

Moura (2006) lembra, no entanto, que a filosofia de Husserl (2006) trabalha em duas frentes: a natural e a fenomenológica; aquela estuda as coisas, enquanto essa se debruça sobre os fenômenos. Segundo ele, a chamada “redução fenomenológica” de que trata o autor é, exatamente, a atitude de ver o objeto intencional como “sentido”, sem qualquer relação com o mundo existente, puro e simples, pertencente às ciências naturais.

Segundo Husserl (2006, p. 22), “em regime de redução fenomenológica, é o próprio mundo que se torna subjetivo. E enquanto tal, esse mundo pertence à região da consciência”. Na Fenomenologia, as livres imaginações conseguem uma posição privilegiada em relação às percepções. Isso franqueia ao estudioso acesso às imensas possibilidades eidéticas, com seus horizontes infinitos de conhecimento de essência. Ou seja, “a ficção constitui o elemento vital da Fenomenologia, bem como de todas as ciências eidéticas”. Ela é “a fonte da qual o conhecimento das verdades eternas tira seu alimento” (HUSSERL, 2006, p. 154).

Outro autor que se dedicou ao estudo da Fenomenologia foi Heidegger (2005, p. 18), na obra *Ser e Tempo*. Segundo ele, o termo Fenomenologia tem dois componentes: fenômeno e logos, significando, portanto a ciência dos fenômenos. Para ele, fenômeno é o que se revela o que se mostra em si mesmo. Fenômenos são, portanto, a totalidade do que estão à luz do dia, os entes que se podem pôr à luz do dia. A totalidade de tudo que é. Já logos é discurso, discurso autêntico; “retira o que diz daquilo sobre que discorre de tal maneira que, em seu discurso, a comunicação discursiva revele e assim, torne acessível aos outros, aquilo sobre que discorre” (HEIDEGGER, 2005, p. 63).

Heidegger (2005) coloca a consciência na posição prévia de tema de uma investigação puramente existencial. A consciência de algo a compreender dá origem ao clamor que, em sua visão, é um modo de discurso. Ou seja, para o autor, a voz da consciência não é propriamente a verbalização, mas é o que dá a compreender e causa um impacto, um sobressalto.

Também Merleau-Ponty (1973) desenvolveu estudos sobre a Fenomenologia como Ciência e como Método, no livro *Ciência do Homem e Fenomenologia*. Para ele, o filósofo deve existir compreendendo o que faz, sendo-lhe necessário “suspender o conjunto de afirmações implicadas nos dados de fato de sua vida”.

Alerta, no entanto, que “suspendê-las, não é negá-las, e, menos ainda, negar o vínculo que nos liga ao mundo físico, social e cultural. Ao contrário, é vê-lo e ser dele consciente” (MERLEAU-PONTY, 1973, p. 21).

Sobre o conceito de essência de Husserl (2006), Merleau-Ponty (1973, p. 27) explica que o essencial, para aquele autor, é que a vida de cada um não se constitua apenas de eventos psicológicos contingentes e que, através do acontecimento psicológico, se revele um sentido irreduzível às particularidades do fato. A esta emergência do verdadeiro através do fato psicológico, de acordo com o estudioso, Husserl (2006) chama a intuição das essências.

E qual a diferença essencial entre a Fenomenologia enquanto ciência e enquanto método científico, por nós utilizados, na interpretação dos dados coletados nessa pesquisa? Em *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*, Bruyne *et all* (1997, p. 74-75) distingue “a fenomenologia como ciência das essências, análise eidética, da filosofia fenomenológica enquanto sistema de filosofia transcendental”. Segundo ele, enquanto método, técnica de análise, a Fenomenologia “vai do constituído (realidade concreta) ao constituinte (essência), que contém a intelegibilidade do constituído”. Ou seja, ao mesmo tempo em que contesta, esse método explica as aparências empíricas.

Na visão desses autores, com esse duplo movimento, o método fenomenológico rompe radicalmente com as “certezas positivas que povoam a consciência ingênua do senso comum” (redução fenomenológica). É, em resumo, a atitude do pesquisador de duvidar a priori das evidências prévias, pondo-as entre parênteses, para que “apareça, em sua evidência, “as próprias coisas”, pois “é na e pela experiência do fenômeno”, que o pesquisador chega a sua essência (BRUYNE *et all*, 1997, p. 75-76),

Demo (1995), por sua vez, ao tratar da Hermenêutica e da Fenomenologia no campo da Metodologia em Ciências Sociais, aponta a Fenomenologia enquanto método científico como “uma postura que prima pela modéstia do respeito à realidade social”, partindo da compreensão da realidade social enquanto “algo existencial, irreduzível à realidade natural” (DEMO, 1995, p. 250). Segundo ele, cabe ao cientista social compreender os fenômenos sociais a partir da realidade concreta, com sua carga intrínseca de subjetividade, ao qual está também sujeito.

Segundo o autor, o método fenomenológico parte da compreensão do senso comum, presente no cotidiano da sociedade concreta, para interpretar a vida

cotidiana: “ali está a fonte de significados sociais que é central e implícita à pesquisa (DEMO, 1995, p. 251). Em sua visão, no método fenomenológico,

O cientista social é levado a recuar criticamente na direção do mundo cotidiano, para nele recompor o contexto de ciências sociais devotadas a problemas relevantes, incapazes de separar teoria e prática, forma e conteúdo (DEMO, 1995, p. 252).

Essa atitude fenomenológica essencial guiou nossa pesquisa na experimentação dos percursos turísticos propostos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília. De nossa percepção, enquanto sujeitos complexos e multirreferenciais, a partir do “concretamente experimentado”, buscamos nos aproximar da essência do nosso objeto de pesquisa: despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Capital do País, num exercício intelectual de compreendê-lo – como propõe Husserl (2006) – como um fenômeno que está diante de nós e que revela, enquanto tal, uma realidade – a Cidade de Brasília – à nossa consciência.

Como técnicas de coleta de dados utilizadas para uma aproximação com nosso objeto de pesquisa, utilizamos: as entrevistas e questionários; as observações direta e participante; e as análises documentais, como descritas e classificadas por Bruyne *et all* (1997).

Foram utilizadas nessa pesquisa a entrevista longa, semiestruturada, a entrevista curta, estruturada e a observação participante (no levantamento dos roteiros pré-existentes e na experimentação dos percursos turísticos que compõem um possível Roteiro Geopoético de Brasília).

O instrumento por nós utilizados nas entrevistas longas com personagens de Brasília foi o formulário de pesquisa semiestruturado (Apêndice A), com o objetivo de reativar nos entrevistados suas motivações, expectativas e vivências, durante o processo de construção e consolidação da cidade de Brasília. Já nas entrevistas curtas, utilizamos o formulário de pesquisa estruturado, por nós desenvolvido (Apêndices E e F), com o objetivo de ouvir habitantes e turistas, encontrados em atrativos turísticos e de aglomeração da Cidade de Brasília. Ambos os questionários buscaram resgatar a memória e provocar a reflexão dos entrevistados sobre mitos fundantes da Cidade, migração, espaço urbano, arquitetura, hospitalidade, direito à cidade, utopias e realidade.

O universo da pesquisa abrangeu seis personagens escolhidos entre habitantes da cidade de Brasília ou de suas regiões administrativas, que migraram no período de sua construção ou nos primeiros anos de formação da Cidade (entrevistas longas); e 40 personagens, sendo 20 habitantes e 20 turistas em visita à Cidade, escolhidos aleatoriamente em atrativos turísticos e de aglomeração (entrevistas curtas). O recorte utilizado para escolha dos seis personagens ouvidos nas entrevistas semiestruturadas foi de vinte anos (1957 a 1977).

Dentro desse recorte de 20 anos (1957-1977), todos os escolhidos para as entrevistas longas se enquadram nas categorias das representações sociais de Pioneiros, Candangos e Brasilienses históricos, segundo o critério de autodeclaração dos entrevistados.

Pioneiros e Candangos foram representações sociais aplicadas aos primeiros habitantes de Brasília pelas campanhas e órgãos oficiais de recrutamento, cuja distinção era a seguinte:

Pioneiro, de acordo com Holston (1993, p. 206) foi a denominação dada pelo próprio Governo JK, em 1957, numa campanha nacional lançada para recrutar pessoas para a construção de Brasília. A campanha buscava o recrutamento de voluntários para três tarefas principais: “construir a capital, fornecer os suprimentos para as atividades de construção, e planejar e administrar o projeto”.

O pesquisador lembra, no entanto, que, embora tratados como heróis nacionais e “bandeirantes do século XX” (1993, p. 209), com toda uma propaganda oficial que fazia um chamamento centrado “na ideologia da marcha para o Oeste, da expansão da fronteira e, acima de tudo, a ideia de domar a terra”, a realidade era outra, mantendo-se a segregação e estratificação social presente no “velho” Brasil que se queria apagar:

O discurso da solidariedade e da democracia da frente pioneira era negado pelas condições de trabalho e pelos processos de recrutamento do projeto de construção: estes estratificavam os pioneiros em várias classes com diferentes interesses, privilégios e poderes em relação uma com as outras – formando uma estrutura de diferenças que gerava lutas e alianças entre essas classes (HOLSTON, 1993, p. 207).

Holston (1993) relata que entre 1956 e 1960, cerca de 100 mil pioneiros haviam se deslocado para Brasília e eram divididos pelo Governo em duas categorias – os pioneiros e os candangos (os operários da construção da cidade):

Uma, recrutada pela Novacap para a construção da Capital, que o Governo destituiu do direito de morar na nova cidade; a outra, recrutada pelo GTB (Grupo de Trabalho de Brasília) para a burocracia da capital, que o Governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento, dos quais os mais importantes era o de morar nos apartamentos construídos pelos trabalhadores (HOLSTON, 1993, p. 204).

Essa estratificação presente desde os primórdios de Brasília estava em flagrante contradição com o discurso oficial que proclamava democracia e igualdade de oportunidades para os que atendiam ao chamado para a construção da nova Capital. Mas, segundo o estudioso, embora a segregação acontecesse de forma brutal, entre os pioneiros e os candangos, nos primórdios da construção,

Sob o regime de trabalho muito duro, ao qual todos estavam sujeitos, ocorria um conjunto de trocas simbólicas que gerava um sentido de camaradagem através de fronteiras de classe e de status mantidas sobre outros aspectos (HOLSTON, 1993, p. 213).

E eram essas trocas simbólicas, provocadas pelo trabalho quase ininterrupto nos canteiros de obra, que alimentaram a sensação de solidariedade e de democracia nos que participaram do processo de construção de Brasília, na visão desse autor.

Ao relatar as distinções entre as categorias de pioneiros e de candangos, Holston (1993, p. 209) lembra que os pioneiros eram identificados como “os primeiros” – funcionários, comerciantes, profissionais liberais, comerciantes, agricultores, etc. Já os candangos eram os operários de construção, qualificados ou não. Segundo o pesquisador, candango era um termo “depreciativo, quase insultuoso. Significava alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa”.

Até a construção de Brasília, candango mantinha esse sentido pejorativo e, de acordo com o estudioso, chegou ao Brasil trazido pelos escravos angolanos, nas plantações de açúcar, que assim se referiam aos colonizadores portugueses e, depois, aos patrões brasileiros (HOLSTON, 1993, p. 209). Depois, numa inversão de sentido, a palavra passou a ser utilizada como sinônimo de mestiço e, por extensão, “como essas misturas raciais compõem uma grande parte da população sertaneja brasileira”, de acordo com o autor, passou a ser sinônimo de homem do interior, especialmente usada para designar o cidadão pobre e interiorano.

Em Brasília, o termo foi utilizado para distinguir o trabalhador da construção civil, o operário, do pioneiro, mas – como afirma Holston (1993, p. 210) – em pouco tempo seu significado se alterou, em razão da campanha de recrutamento do Governo, que colocava os candangos como “participantes-chave de um novo pacto de desenvolvimento nacional”, promovendo-os a “heróis nacionais”.

Na visão do autor, essa mudança do “pejorativo para o honorífico foi assim forjada na retórica da construção nacional” e o próprio Presidente JK referia-se ao operário de Brasília, ou seja, ao candango, como “o obscuro e formidável herói da construção de Brasília” (KUBISTSCHEK *apud* HOLSTON, p. 210-212).

Nessa estratégia, o próprio pioneiro passou a chamar a si mesmo de candango e o candango passou a ser chamado de pioneiro e, ao longo do tempo, a palavra candango passou a ser usada indistintamente por todos os que participaram do processo de construção e consolidação de Brasília, ao atrativo de – segundo destaca Holston (1993, p. 212) – ter se incorporado à memória coletiva como aqueles que participaram de “uma era dourada de fraternidade entre homens e de confraternização entre classes”. Por essa razão, decidimo-nos por adotar a autodeclaração, nas entrevistas longas, sobre as representações sociais de pioneiros e candangos.

Já a representação social de Brasilienses Históricos foi por nós sugerida para definir os personagens nascidos na Cidade ou que assim se autodefiniram, durante as entrevistas. São os brasilienses tomados pelo espírito dos pioneiros e candangos (filhos dessas categorias), em sua relação com a Cidade, em seus primórdios e sua vivência no período de consolidação da Capital.

As questões por nós desenvolvidas para as entrevistas – tanto para os seis personagens representativos das categorias de pioneiros, candangos e brasilienses históricos (Apêndice A), quanto para os 40 habitantes e viajantes (Apêndice B) - foram estruturadas, a partir da técnica da entrevista semiestruturada, conforme conceituada por Denzin e Lincoln (2006, p. 17).

As entrevistas buscaram captar a memória afetiva dos entrevistados – experiências pessoais, histórias de vida, etc. – em relação a suas experiências e visões de Brasília, com o objetivo de responder aos campos de investigação por nós definidos (Apêndice C), no escopo dessa pesquisa.

Dentro da perspectiva de ser o pesquisador, nesse tipo de investigação científica, uma espécie de *bricoleur*, como propõe Denzin e Lincoln (2006, p. 18-19),

é que se apresentaram as perguntas por nós elaboradas, conforme explicitadas no Apêndice D.

Quanto à observação participante – conforme detalhada por Bruyne *et all* (1997), o observador é conhecido ou oculto e os tipos de informação a serem coletados são os fatos tais como são para os sujeitos observados e os fenômenos latentes (que escapam ao sujeito mas não ao observador).

As vantagens nessa técnica apontadas pelos autores são “a participação máxima do pesquisador e a relação menos artificial”; enquanto que as desvantagens são “a recusa possível do observador ou integração e socialização excessivas, o acontecimento que interessa frequentemente é fortuito” (BRUYNE *et all*, p. 211-213).

A seguir, apresentamos os passos utilizados em nosso estudo, com a utilização dessa técnica, a partir da construção do formulário de observação participante (Apêndice A), aplicado em alguns roteiros turísticos prévios e também propostos por nós para compor o Roteiro Geopoético de Brasília.

Na observação participante, efetuamos – na qualidade de pesquisadores anônimos entre turistas – alguns dos principais roteiros turísticos de Brasília, disponíveis em cinco agências de viagem (por nós definidas), com sede na Cidade (física ou virtual), e em cinco hotéis (por nós definidos); e também de visitas guiadas, promovidas por órgãos públicos, a parques, monumentos e palácios da Cidade.

O objetivo foi experimentar fenomenologicamente esses roteiros como passo metodológico na busca de apreender nosso objeto de pesquisa: o delineamento dos percursos turísticos para compor um possível Roteiro Geopoético de Brasília capaz de despertar um novo olhar ou de ressignificar o olhar de viajantes e habitantes sobre a Cidade.

Nas experimentações, com observação participante, realizadas, nessa fase de investigação, nosso universo de pesquisa abrangeu o território da Região Administrativa de Brasília e, ainda, das regiões administrativas de Planaltina e do Núcleo Bandeirante, que compõem, entre outras, o território do Distrito Federal.

Depois de feita a coleta de dados, coube-nos realizar a última etapa da pesquisa, antes das considerações finais: a interpretação dos dados coletados. Nos próximos capítulos, relatamos, primeiro, o levantamento dos dados e atrativos turísticos divulgados pela Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal e os desenvolvidos pelas cinco agências; segundo, as experimentações participantes de percursos preexistentes e dos percursos turísticos por nós propostos para compor o

Roteiro Geopoético de Brasília; e, terceiro, as entrevistas com personagens históricos, habitantes e viajantes.

PARTE IV – PESQUISA E INTERPRETAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE HABITANTES E VIAJANTES E DOS PERCURSOS TURÍSTICOS EXPERIMENTADOS

PAISAGEM⁶

*Vou ao Beirute⁷,
Digo em silêncio,
Ao mesmo tempo
Em que ouço
O canto dos pássaros,
Uns sons de latidos,
Sussurros, estalos,
Ruídos, ruídos,
E se a gente
Se põe a escutar,
Dá para ouvir a Terra
- Esse indelével Planeta -,
Lentamente, respirar.*

Em busca de nos aproximarmos de nosso objeto de pesquisa, numa primeira etapa, levantamos alguns dados socioeconômicos e sobre o turismo no Distrito Federal, disponíveis no site da Secretaria Adjunta do Turismo, na página do Observatório do Turismo. Em seguida, analisamos os atrativos e roteiros turísticos destacados pelo Governo do Distrito Federal. Numa segunda etapa, fizemos o levantamento dos roteiros preexistentes, oferecidos por cinco agências e cinco hotéis de Brasília. Numa terceira etapa, experimentamos alguns percursos turísticos e visitas guiadas preexistentes; e numa quarta etapa, experimentamos os cinco percursos turísticos por nós propostos, entre outros possíveis, para compor o Roteiro Geopoético de Brasília.

⁶ (PEREIRA, Amneres, 2017)

⁷ Beirute, bar histórico de Brasília, na SCLS 109, bloco A, fundado em 1966.

Paralelamente, resgatamos os dados das entrevistas longas com seis personagens da Cidade, dentro das representações sociais de pioneiros, candangos e brasilienses históricos; e de mais 40 entrevistas curtas, sendo 20 com habitantes da Cidade e 20 com turistas, escolhidos aleatoriamente em atrativos turísticos e atrativos de aglomeração da Cidade.

Por último, interpretamos os percursos prévios e as entrevistas. Os resultados são os que se seguem.

CAPÍTULO 3 – PANORAMA DE PASSEIOS, CITY TOURS E PERCURSOS TURÍSTICOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

Nesse capítulo, apresentamos um levantamento dos dados do Turismo no DF e dos atrativos e roteiros turísticos destacados pelo site da Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal e demais ferramentas disponíveis sobre o tema; so. Levantamos também alguns passeios, *city tours* e roteiros turísticos oferecidos por cinco agências de turismo e cinco hotéis da Região Administrativa de Brasília⁸.

De acordo com informações disponíveis no site da Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal – Setur-DF, o Distrito Federal é composto por 31 Regiões Administrativas e tem uma população de 2.852. Localizado na Região Centro-Oeste, O PIB do Distrito Federal, em 2012, era de R\$ 180 bilhões, dos quais 2,5% vinham de atividades características do turismo (OTDF-2013). O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em 2010, era 0,824; já o Índice de Gini (mede a distribuição da renda), em 2013, era de 0,570 (Fonte: Pesquisa Codeplan 2014).

Os atrativos turísticos mais visitados, de acordo com a Setur, são: a Catedral (44%); a Torre de TV (23%); a Praça dos Três Poderes (12%); a Esplanada dos Ministérios (11%) e o Congresso Nacional (10%). E os brasileiros que mais visitam a Cidade são oriundos de São Paulo (15%); Minas Gerais (14%); Goiás (12%); Rio de Janeiro (7%); e Bahia (4%) (*Fonte: Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista – OTDF 2013, amostragem de 2.013 na alta temporada e 2.173 na baixa temporada, somando, então, 4.186 turistas entrevistados*).

A pesquisa supracitada revelou, ainda, que os motivos que mais trazem o turista à Cidade são os negócios e eventos; a visita a amigos e familiares; o lazer, a cultura e os estudos, sendo que negócios e eventos e visita a amigos e familiares representam mais de 50% dos motivos de viagem. A maioria dos que fazem turismo em Brasília vem com a família (50%) ou sozinhos (20%) e o que mais usufruem na

⁸ Dados do Turismo e Ferramentas físicas e virtuais da Secretaria Adjunta de Turismo do Governo do Distrito Federal – www.setur.df.gov.br).

Cidade é Cultura (52%), seguida do Contato com a Natureza (35%), e de Aventura/esporte (13%).

Na Secretaria Adjunta de Turismo do Distrito Federal, os únicos materiais impresso oferecidos ao turista – no momento de nossa investigação - eram dois folders, contendo mapas da Cidade, onde estavam destacados 65 atrativos turísticos de Brasília, com textos descrevendo cada atrativo, no verso, em três idiomas: português, inglês e espanhol. Ambos os *folders* foram publicados, respectivamente, nos eventos da Copa do Mundo de 2014, e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Há três atrativos de atendimento aos turistas em Brasília, atualmente: além da própria Secretaria de Turismo, há dois quiosques em funcionamento, um na Casa de Chá, localizada na Praça dos Três Poderes; e outro no Aeroporto de Brasília.

Segundo informações que nos foram fornecidas por funcionário da Setur-DF, não há uma atuação conjunta para a gestão do Turismo entre o órgão, a Secretaria de Cultura do GDF, responsável pela gestão de alguns atrativos turísticos da Cidade, e os órgãos e autarquias federais, responsáveis pela gestão de vários outros atrativos, incluindo palácios, museus e monumentos, espalhados pelas regiões administrativas de Brasília, Planaltina e Núcleo Bandeirante, objetos de nossa investigação. Tal informação pode ser constatada, *in loco*, durante nossa pesquisa.

No site da Setur-DF, a situação não é muito diferente. Embora contenha informações importantes sobre a história da fundação de Brasília, e sugestões de alguns roteiros turísticos interessantes e diferenciados, as informações são muito dispersas e não atendem às necessidades imediatas dos turistas que porventura ali busquem informações e orientação sobre o turismo na Cidade.

Dentro do site⁹ há o ícone *Visite Brasília* e dentro dele, clicando nos ícones Atrativos Turísticos, o cidadão é levado à página do Observatório do Turismo do Distrito Federal. Nele o turista pode acessar o *Conheça Brasília*, com sugestões para Atrativos Culturais (sugestões de museus), Parques e Atrativos Naturais, Turismo Místico, Turismo Rural e Shoppings. Há ainda um ícone sobre a VisitaçãO Institucional que enfatiza o Turismo Cívico, com os endereços dos sites para agendamento de visitas guiadas aos vários Palácios onde funcionam os órgãos dos Três Poderes da República. No link para o VIIBRA – VisitaçãO Institucional

⁹ <http://www.setur.df.gov.br>

Integrada, em Brasília, o turista consegue os telefones dos vários órgãos públicos para agendamento das visitas.

Dentro da Página do Observatório do Turismo, há, ainda, o ícone Destino Brasília, com informações sobre o tombamento da Cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade; sobre o projeto urbanístico com suas escalas monumental, gregária, bucólica e residencial, proposto por Lúcio Costa; sobre o contexto histórico que culminou com a construção de Brasília; além de dados gerais (históricos, políticos, econômicos e sociais) sobre o Distrito Federal e suas regiões administrativas.

Outro ícone que destacamos é o do Turismo Criativo que traz informações sobre o que significa a temática e sobre uma parceria entre GDF e SEBRAE para o desenvolvimento dessa nova tendência do turismo internacional. Esse projeto ainda está em discussão no órgão e não há ainda ações práticas desenvolvidas.

A Secretaria Adjunta de Turismo do DF desenvolveu, também, o aplicativo *Visite Brasília*, dentro do projeto Mobilidade Cidadã, plataforma de Governo Eletrônico do DF. O aplicativo traz informações sobre serviços, hotéis, alimentação, câmbio, telefones úteis e atrações. No ícone *Atrações*, o turista encontra informações básicas sobre 26 atrativos turísticos e 24 parques localizados nas várias Regiões Administrativas do DF.

A Secretaria Adjunta de Turismo do DF disponibiliza em seu site¹⁰, com 60 atrativos turísticos da Cidade e sugestão de nove roteiros turísticos para a Cidade: arquitetônico, arte/entretenimento; cívico; esporte e lazer; diversão; ecológico; gastronômico; jurídico; e religioso. Cada um desses roteiros inclui itens que se assemelham nas temáticas, com um pequeno resumo sobre o monumento ou atrativo destacado.

Destacamos algumas informações interessantes dentro do *Destino Brasília*, em especial nos itens Histórico Brasília e Distrito Federal. O Histórico Brasília traz um resumo sobre a história da origem do território onde está o Distrito Federal, que traz indícios da presença do homem há mais de dez mil anos. As marcas dessas migrações podem ser encontradas, de acordo com o site, em escrituras rupestres, cerâmicas e utensílios que foram preservados. O site destaca os principais

¹⁰ www.vemviverbrasil.df.gov.br Acessado em 21/01/2018 às 20h.

acontecimentos históricos, entre 1751 e 1961, que culminaram com a fundação de Brasília¹¹.

Também dentro do ícone Destino Brasília, o item Patrimônio Cultural da Humanidade traz informações importantes sobre o tombamento da Cidade pela UNESCO e sobre as quatro escalas (gregária, monumental, bucólica e residencial) proposta no Projeto de Lúcio Costa.

De acordo com o site oficial,

Brasília foi inscrita na lista do Patrimônio Mundial em 1987, com base em dois dos critérios definidos pela Convenção do Patrimônio Mundial: (i) obra prima do gênio criativo humano e (iv) conjunto arquitetural que ilustra período significativo da história humana. A cidade destaca-se, em todo o mundo, pela aplicação dos princípios da Carta de Atenas (1943), integrada a uma estratégia de desenvolvimento e autoafirmação nacional. Representou, na trajetória da implementação da Convenção, algo totalmente novo, ou seja, a primeira representação do Movimento Moderno no urbanismo

¹¹ 1751- O Marquês de Pombal propõe pela primeira vez transferir a Capital do Brasil para o interior.
 1789- Os inconfindentes, liderados por Tiradentes, insatisfeitos com a Coroa Portuguesa, defendem a interiorização da Capital.
 1813- Hipólito José da Costa publica no Correio Braziliense sua primeira defesa da transferência da Capital para o interior central nas cabeceiras dos grandes rios.
 1821- José Bonifácio, o Patriarca da Independência, propõe levantar, na latitude aproximada de 15, uma cidade central para a Corte Portuguesa, sugerindo o nome de Brasília.
 1877- Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, inicia pesquisas in loco e sugere que a Nova Capital seja construída na vizinhança do triângulo entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre D'Armas, no Planalto Central Brasileiro.
 1883- Dom Bosco, padre italiano fundador dos Salesianos tem um sonho profético, no qual prevê o surgimento de rica e próspera civilização na América do Sul, entre os paralelos 15° e 20°, onde Brasília está inserida.
 1891 – O Art 3º da Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891 determina que “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”..
 1891- Presidente Floriano Peixoto estabelece a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls, para demarcar a área estipulada na Constituição.
 1893– A área sugerida pela Comissão recebe o nome de Quadrilátero Cruls e aparece pela primeira vez no Mapa do Brasil com a inscrição de “Futuro Distrito Federal”.
 1922- O Presidente Epitácio Pessoa lança a Pedra Fundamental da Nova Capital do Brasil no Morro do Centenário, em Planaltina/GO, em 7 de setembro, em comemoração do centenário da Independência.
 1955– O candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek, durante o seu primeiro comício, em Jataí/GO, promete construir a Capital no Planalto Central conforme previsto na Constituição Federal. Seu slogan de campanha promete desenvolvimento de “50 anos em 5”.
 1956– JK é eleito presidente da República e define a construção de Brasília como meta-síntese de seu Governo, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, tendo como diretores Bernardo Sayão, Íris Meinberg, Ernesto Silva e Israel Pinheiro, cuja primeira ação foi a publicação do edital do Concurso do Plano Piloto de Brasília (20/09).
 1957- Lucio Costa, arquiteto e urbanista, vence o concurso público apresentando o Plano Piloto de Brasília em quatro escalas: Monumental, Gregária, Residencial e Bucólica. O projeto é escolhido dentre 25 concorrentes.
 1960- Em 21 de abril, Brasília é inaugurada após 3 anos e 4 meses de construção em ritmo acelerado, e é oficializada a transferência da Capital Federal.

e na arquitetura a ser inscrita na Lista da UNESCO. Nessa primeira análise o Prof. Léon Pressouyre, da Sourbonne, ressaltou o valor do plano urbano de Brasília com base na arquitetura moderna. Em 10 de outubro de 1987, o então Governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, por meio do Decreto Nº 10.829, criou legislação específica a fim de atender aos pressupostos do Comitê de Patrimônio Mundial assegurando a preservação do Plano Piloto de Brasília. A iniciativa permitiu que a cidade se tornasse o primeiro núcleo urbano contemporâneo reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O Destino Brasília traz, ainda, informações históricas sobre a desapropriação do território do DF para a construção de Brasília, além de informações sobre as 31 Regiões Administrativas que compõem, atualmente, o DF. A formação do território do Distrito Federal foi feita a partir da desapropriação “de parte das terras provenientes das cidades de Formosa, Luziânia e Pirenópolis, importantes cidades que integravam as rotas dos bandeirantes em busca de ouro”, de acordo com o site oficial.

Após o levantamento dessas informações, passamos a levantar os principais percursos e atrativos turísticos contidos nos roteiros oferecidos por cinco hotéis e cinco agências de turismo de Brasília, escolhidos por nós, dentro da Região Administrativa de Brasília.

Passeios, City Tours e Roteiros Turísticos oferecidos por hotéis e agências de viagens de Brasília¹².

Na pesquisa que realizamos junto a cinco agências de viagens e cinco hotéis localizados nos Plano Piloto de Brasília, constatamos que apenas dois tipos de passeio são oferecidos pelos hotéis pesquisados: o *city-tour*, de curta, média ou longa duração, por atrativos turísticos, em sua maioria, localizados ao longo do Eixo Monumental, com poucas exceções como a Ponte JK, o Templo da Boa Vontade e o Palácio da Alvorada, que não estão ali localizados. O serviço é prestado, na maioria deles, por uma única empresa, que, em dois horários previamente determinados (manhã e tarde), pegam os turistas em vários hotéis da Cidade, em Vans de 15

¹² Agências e hotéis pesquisados: Hotel Brasília Palace, Grand Mercure Brasília Eixo Monumental; Hotel Athos Bulcão; Royal Tulip Brasília Alvorada; Agência Delpho's Turismo; Agência Cathedral Turismo, Agência Experimente Brasília e Agência Brasília Tours; e o site conhecendobrasilia.com.

lugares. Alguns *city-tours* mais longos incluem, também, visitas ao Catetinho e à Ermida de Dom Bosco.

O outro tipo de passeio oferecido por um desses hotéis é o passeio pelo Lago Paranoá, na barca denominada Mar de Brasília, que sai de dois atrativos: Pontão do Lago Sul e Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, com saídas somente aos sábados, ao meio-dia.

Quanto às agências de turismo pesquisadas, três fazem *city-tours*, diurnos e noturnos, pelos atrativos turísticos da Cidade, concentrados, em sua maioria, ao longo do Eixo Monumental. Os veículos oferecidos variam de ônibus de dois andares (uma agência), a vans para grupos e também veículos menores para atendimento individual ou de pequenos grupos (duas agências). Outras duas agências objetos de nossa investigação desenvolvem um turismo mais diversificado, com possibilidade de roteiros diferenciados, com temáticas como roteiro cívico, arquitetônico, religioso, jurídico, e ecoturismo; passeios noturnos por atrativos turísticos, bares e restaurantes; e passeios a pé pelo Eixão e pela superquadra 308 Sul, a quadra-modelo do projeto original de Lúcio Costa.

Experimentamos alguns desses roteiros preexistentes, bem como, alguns passeios e visitas guiadas, e, em seguida, interpretamos seus resultados, utilizando a técnica da experimentação participante e o método fenomenológico, como estão descritos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - ROTEIROS PRÉ-EXISTENTES EXPERIMENTADOS

Nessa etapa da pesquisa, fizemos três visitas guiadas aos Palácios do Planalto, da Alvorada e ao Itamaraty, com agendamento prévio e guias turísticos fornecidos pelos órgãos federais que ali funcionam; um city-tour, com duas horas de duração, promovido pela agência Cathedral Turismo, em ônibus aberto; e duas experimentações, com observação participante, sendo uma visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília, promovida pelo próprio órgão do GDF; e outra – uma caminhada pelo Eixão Norte, com aula de botânica sobre as árvores da avenida – promovida pela Agência Experimente Brasília. Os dados coletados e a interpretação fenomenológica dessas ações estão descritos a seguir.

Roteiro um - Verde perto Brasília: uma experiência poética entre as árvores da cidade-parque.

Agência/empresa: Experimente Brasília

Endereço: www.experimentebrasilia.com.br

Data: 16/07/2017

Duração: três horas de atividades, no período das 10h às 13h.

Local: Eixão, próximo ao Posto da 214 Norte

Preço: R\$ 85,00 por pessoa

Grupo: 10 pessoas

Verde perto Brasília

Foto 1 - Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹³

Nessa experimentação fenomenológica com observação participante, a atividade proposta foi uma caminhada pelo Eixão Norte, com aula de Botânica ao ar livre, ministrada pelo poeta Nicolas Behr; e um piquenique com pequeno sarau poético. O objetivo, segundo a Agência de Turismo, era a observação de ipês, sucupiras, paus-ferros, angicos e outras árvores plantadas ao longo do Eixão, e que fazem parte da paisagem afetiva da cidade, com o objetivo de saber mais sobre sua floração, frutificação e reprodução; além da experiência de um piquenique, com sarau poético e direito a brinde de um livro autografado pelo autor.

O Eixão Norte é o principal atrativo turístico que compõe o roteiro. O Eixo Rodoviário ou Eixão divide-se em Eixão Norte e Eixão Sul e é a maior Avenida de Brasília, cortando a cidade de Norte a Sul. Aos domingos e feriados, o Eixão é fechado para que a população possa usufruir de seu espaço. O passeio turístico aconteceu no Eixão Norte.

¹³ Legenda: Foto 1 - Behr discorre sobre as árvores do Eixão. Foto 2 - Visão panorâmica do Eixão Norte, em um domingo de sol. Foto 3 - Árvores do Eixão Norte. Foto 4 - Vendedor de mate e biscoitos globo no Eixão Norte. Foto 5- Ipês rosa do Eixão Norte. Foto 6 - Piquenique debaixo das árvores do Eixão Norte.

A paisagem do percurso turístico proposto é composta por árvores, flores e frutos de diversas famílias, plantadas ao longo das laterais da larga avenida, formando grandes espaços de sombra. A cena urbana experimentada foi a de um feriado de domingo, quando a população vai ao Eixão, em busca de lazer e da prática de atividades físicas e culturais.

Chegamos ao Eixão Norte, exatamente às 10 horas da manhã. Fazia frio, 14 graus em média; um frio seco, típico do mês de julho, em Brasília. O céu era azul, sem uma nuvem, como é comum na estação das secas, e muita gente andava de um lado por outro, ao longo da avenida. Gente de patins, de skate, de bicicleta, em bicicletas coletivas; pais seguindo a pé crianças montadas em velocípedes, triciclos e outros brinquedos eletrônicos ou manuais; gente correndo, gente fazendo caminhada, ou simplesmente sentada no gramado, debaixo das árvores.

O lugar marcado era no Eixão Norte, em frente ao Posto de Gasolina, na altura da SQN 214. Logo reconhecemos o grupo pela figura peculiar do poeta Nicolas Behr: rosto bem vermelho, emoldurado por longos cabelos grisalhos, entre o louro dourado e o branco. Faltavam ainda alguns componentes do grupo que, assim que chegamos, soubemos ser de dez pessoas, todas moradoras da cidade.

Além de Behr, a equipe responsável pelo roteiro era formada por duas mulheres, Talita Ribeiro – uma das três sócias da empresa - e Bruna Pina, que segundo nos informou Ribeiro, era *social-media* da Agência. Quando chegou a última pessoa que comprou o pacote, Ribeiro cumprimentou a todos, apresentou-se e apresentou sua parceira jornalista e o poeta Nicolas Behr, que conduziria o passeio para falar sobre as árvores ao longo do percurso.

Ribeiro destacou que o objetivo de sua Agência era trabalhar com o turismo de uma forma diferente, levando tanto o turista quanto o habitante de Brasília – mais do que conhecer ou descobrir a Cidade – a experimentá-la, sempre em companhia de um morador ilustre e representativo de sua cena urbana. No caso do roteiro Verde Perto Brasília: uma experiência poética entre as árvores da cidade-parque, ela explicou que a escolha de Behr se deu em virtude de sua condição de especialista em botânica e de poeta cuja temática central de seus escritos é a cidade de Brasília.

Em seguida, ela passou a palavra ao poeta que pediu para cada um de nós apresentarmos ao grupo, informando profissão e estado de origem. Percebemos então que o grupo era eclético e heterogêneo, como é característico de Brasília.

Dentre os participantes, havia uma garota jovem que era arquiteta; sua mãe, uma dona de casa aposentada e apaixonada por botânica; um pioneiro de Brasília que veio para a cidade nos anos 70, como servidor público – sanitarista – e que havia se tornado um especialista na observação de pássaros; uma ex-professora da UnB, especialista em saúde mental; uma senhora aposentada, que veio para o DF para ficar perto do filho que aqui reside há sete anos; entre outros.

Havia entre nós, além dos nascidos em Brasília, representantes de vários estados do País. Essa é outra característica da jovem Cidade de apenas 57 anos, pensamos, enquanto o poeta Nicolas Behr começava a nos contar sobre cada uma das principais árvores plantadas ao longo do Eixão. A primeira coisa que ele disse é que cada árvore tem características próprias e que – mesmo aquelas da mesma espécie- ainda assim eram únicas, diferentes entre si. “Meu filho, as árvores não têm alma...”, veio-nos à memória o primeiro verso de um poema de Augusto dos Anjos, embora tenha nos chegado, a princípio, com o sentido invertido (a armadilha da memória das palavras). Então citamos o verso para o grupo, explicando que o poeta paraibano acreditava terem as árvores almas, crença expressa no poema *A Árvore da Serra*, que reproduzimos nesse espaço, para que a memória outra vez não se perca:

*A Árvore da Serra*¹⁴

(Augusto dos Anjos)

— *As árvores, meu filho, não têm alma!*
E esta árvore me serve de empecilho...
É preciso cortá-la, pois, meu filho,
Para que eu tenha uma velhice calma!

— *Meu pai, por que sua ira não se acalma?!*
Não vê que em tudo existe o mesmo brilho?!
Deus pos almas nos cedros... no junquilha...
Esta árvore, meu pai, possui minh'alma! ...

¹⁴ <https://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=509>. Acessado em 17/07.2017 às 22h50.

— Disse — e ajoelhou-se, numa rogativa:
 «Não mate a árvore, pai, para que eu viva!»
 E quando a árvore, olhando a pátria serra,

Caiu aos golpes do machado bronco,
 O moço triste se abraçou com o tronco
 E nunca mais se levantou da terra!

Behr falou primeiro sobre a variedade dos Ipês que cobrem toda a estação das secas no Eixão. Ipês roxos, brancos, rosas, amarelos e até verdes – cujas flores, por serem também verdes, confundem-se com as folhagens – e por isso não são vistas por nós, leigos, dentre os quais nos incluímos, já que nunca havíamos observado uma flor de Ipê verde, comum naquela paisagem cotidiana.

Aprendemos com Behr que os ipês roxos – todos florindo, naquele dia, fazendo um contraste deslumbrante com o azul do céu e o verde das folhagens – eram os mais esgalhados (ou seja, aqueles cujos ramos são muito separados). Diferentes dos Ipês amarelos – muito eretos e compactos; e dos rosas, cujos galhos – na descrição de Behr - lembram os de um alce, e cujos troncos são grossos e retorcidos.

E havia os imponentes jamelões ou jambolões, originários da Indochina, como nos ensinou o poeta de Brasília; as mangueiras frondosas, originárias da Índia e que chegaram ao Brasil via África; os mijos de macaco, naturais de Uganda e do Malawe; as querobas ou guarirobas, da família das palmeiras; e o exótico falso pau-brasil ou tenta-carolina, como também é chamado, e que dá umas sementes vermelhas que se espalham pelo chão.

Descobrimos com Behr que o Eixão tem uma flora incrivelmente rica e diversificada: da goiabeira ao jenipapeiro – cujo fruto, o jenipapo, é usado por tribos indígenas para fazer tintas azuis e pretas com as quais eles se pintam em seus rituais; do guapurubu, comum na Mata Atlântica, semelhante à sibipiruna, e de cujas sementes se faz artesanato como pulseiras e colares, ao majestoso angico; da paineira rosa, cujo tronco é cascudo e barrigudo, ao incrível pau-ferro, que tem esse nome em virtude de seu tronco incrivelmente duro, tão duro que os índios brasileiros

costumam usa-lo para fazer uma de suas armas de guerra: o tacape, talhado e raspado no fogo.

Nosso grupo seguia as explicações do poeta de perto, ora surpresos com a riqueza da flora do Eixão; ora reconhecendo uma árvore comum em sua região; ora perguntando sobre uma árvore diferente, sobre uma semente espalhada no gramado; ou simplesmente acompanhando a viagem, em silêncio, caminhando, usufruindo dos ensinamentos, do brilho do sol, da cena urbana que acontecia em derredor.

De repente, no meio do passeio, surgiu um vendedor de biscoito globo e de mate, com os trajes e o equipamento típicos das areias das praias de Ipanema e de Copacabana, no Rio de Janeiro. O carioca do grupo imediatamente parou o vendedor, e todos nós o rodeamos e conversamos com ele, fotografando a bucólica cena.

É claro que nos rendemos ao encanto do momento e tomamos um mate-limão, afinal na praia de Brasília, o mar é nosso céu, como todos que abraçaram essa Cidade fazem questão de dizer. O líquido gelado encantou nosso paladar, refrescando o corpo e a memória de outras cenas por nós vividas, ao longo do tempo, desde que nos mudamos para Brasília, em fins dos anos 70.

Levantamos o olhar e percebemos a riqueza cultural daquela avenida larga e longa – o Eixo Rodoviário ou Eixão, que corta a Cidade de norte a sul e que se encontra com o outro eixo da cruz, o Eixo Monumental, exatamente no atrativo em que fica a Rodoviária de Brasília. Até onde a vista alcançava, havia gente, entre ciclistas, adeptos das caminhadas, vendedores ambulantes, todos aproveitavam a amplidão do espaço e a proximidade do céu, no Planalto Central do Brasil. E havia flores de várias espécies, e árvores frondosas, e gente esparramada nos gramados sombreados; e o verde e roxo das árvores, e o sol iluminando a paisagem, e o céu límpido, sem uma nuvem, de um azul intenso, típico da estação.

Depois paramos para um breve piquenique, em baixo de uma grande árvore, generosa em seu sombreado. Lembramo-nos então de como a paisagem do Eixão mudou com o crescimento das árvores, desde que nos mudáramos para a cidade. Na década de 70, a paisagem era árida, com as árvores ainda minúsculas e o barro vermelho característico do Cerrado, cobrindo tudo de pó.

Foi-nos oferecido de brinde o livro Poesília – poesia pau-brasília, de autoria de Behr, enquanto relaxávamos, comendo castanhas e nozes oferecidas pela

Agência de Turismo e tomando água de coco ou outra bebida qualquer, adquirida ali mesmo, de um dos tantos ambulantes que encontramos no trajeto. A conversa girou em torno do tema das árvores, objetos de nossa observação guiada e também sobre viver em Brasília, e sobre poesia.

Behr falou um pouco sobre sua experiência poética; contou um caso curioso sobre uma conversa que teve com o poeta Carlos Drummond de Andrade, quando tinha apenas 21 anos, e o grande poeta, em sua sabedoria, atendeu o menino ao telefone e – ironicamente – mandou que ele deixasse sua poesia “em paz”. É que Behr havia escrito um poema parafraseando José, célebre poema de Drummond, e ousou telefonar ao poeta e ler para ele seu grande feito. O poema Drummond *Brasilienseis*, que transcrevemos abaixo, está no livro que ganhamos de brinde no passeio, autografado por Behr:

*Brasília, e agora?*¹⁵
Com o avião na pista,
Quer levantar voo,
Não existe voo...
Quer se afogar no lago
Mas o lago secou...
Quer falar com o presidente
Mas ele viajou...
Quer se esconder no cerrado,
O cerrado acabou...
Quer ir pra Goiás,
Goiás não há mais...
Brasília, e agora?

Behr recitou ainda alguns de seus poemas e depois retomamos a caminhada, dessa vez de volta ao atrativo de partida. Quando chegamos outra vez em frente ao Posto de Gasolina, na altura da 214 Norte, ganhamos autógrafos do poeta e ouvimos os agradecimentos da Talyta Ribeiro, que nos falou sobre outros passeios promovidos pela empresa: um passeio noturno por Brasília, para conhecer a

¹⁵ (BEHR, 2013, p. 25)

iluminação da cidade, famosa por sua beleza; um roteiro pelos lugares da Cidade onde tem obras e azulejos de Athos Bulcão; entre outros roteiros que vem sendo executados por sua equipe.

Avaliamos que o roteiro cumpriu seu objetivo, no sentido de promover uma nova experiência, um novo olhar sobre a paisagem do Eixão Norte, a partir da descoberta de toda a riqueza das árvores que a compõe. Hoje, segunda-feira, 17 de julho de 2017, a paisagem da grande avenida, aberta ao tráfego, é bem outra, e atravessá-la é um desafio para aqueles pedestres que arriscam desafiar o trânsito intenso, por medo (pela insegurança das passagens subterrâneas que cortam o Eixão, sem a adequada manutenção pelo Poder Público), e também por displicência ou pura preguiça. Como diz o poema de Behr:

*Nossa senhora*¹⁶

Do cerrado,

Protetora

Dos pedestres

Que atravessam

O eixão

Às seis horas

Da tarde,

Fazei com que eu

Chegue

São e salvo

Na casa da noélia

Avaliamos que a Experimente Brasília tem uma proposta peculiar e inovadora de promover o turismo em Brasília. É uma agência ainda nova, formada por uma equipe jovem e genuinamente brasiliense: as três sócias são nascidas na Cidade, segundo me informou Talyta Ribeiro, uma das sócias da empresa.

É um turismo voltado mais para o próprio habitante da Cidade do que para o Turista, assim nos pareceu, pois todos os dez participantes do passeio que

¹⁶ (BEHR, 2013, p. 46)

acabáramos de fazer eram moradores de Brasília. Ribeiro enfatizou, no entanto, que, embora os pacotes oferecidos venham atraindo mais os locais, a ideia é conseguir trabalhar com ambos: habitantes e turistas, que são convidados a “experimental” Brasília, a partir do olhar de quem conhece bem a cidade.

No caso do Verde perto Brasília, o maior problema do roteiro e – é claro – do próprio espaço de lazer, o Eixão, que é fechado aos domingos e feriados para usufruto da população – é a ausência de banheiros públicos. O problema só não é maior porque, ao longo do percurso, alguns postos de combustível permitem a utilização de sanitário, gratuitamente, ou mediante o pagamento de uma taxa (dos dois que observamos, um era gratuito e outro cobrava R\$ 1,00 pelo uso).

Outra dificuldade que registramos foi à ausência de cadeiras providenciadas pela agência para atender a pessoas mais idosas que, porventura, venham a participar do passeio. O piquenique é no chão, forrado com toalhas. As cadeiras que encontramos no percurso pertencem a ambulantes que as oferecem para os que queiram consumir seus produtos.

O principal acolhimento do roteiro nesse percurso é a presença do poeta Nicolas Behr, apresentando as árvores do Eixão e contando um pouco de sua história e de sua importância para a flora brasileira.

Outra atitude que entendemos como acolhedora ao turista e habitante foi o fornecimento de sombrinhas pela Agência de Turismo, para amenizar o sol escaldante do longo asfalto de sete faixas – sendo seis pistas e a faixa central – que formam a avenida.

Roteiro dois - Existem belezas que só se encontram em Brasília – City tour

Agência/empresa: Catedral Turismo

Endereço: Quiosque na entrada do Brasília Shopping

Data: 17/11/2017

Duração: duas horas de city tour, com vista panorâmica de diversos atrativos turísticos de Brasília, com três paradas de dez minutos cada uma, no período das 10h30 às 12h30.

Local: saída em frente ao Brasília Shopping

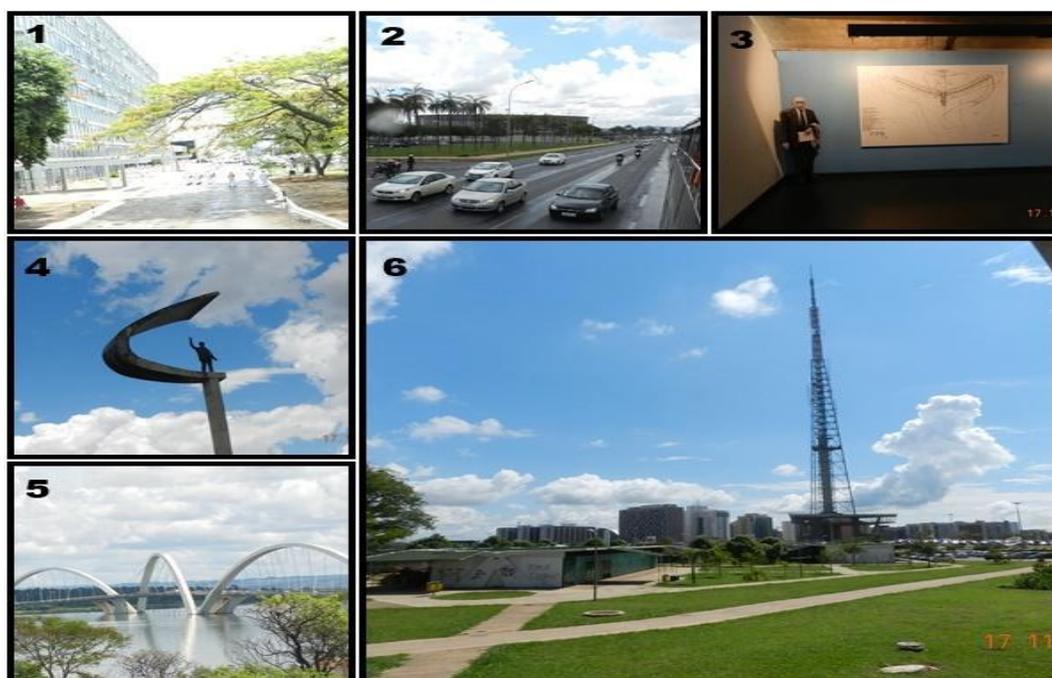
Veículo: ônibus de dois andares, aberto no andar de cima, com lona protetora no teto, com 14 poltronas executivas no primeiro andar e 53 poltronas no segundo andar.

Preço: R\$ 50,00

Saídas regulares: diariamente, às 10h30, 14h e 16h30.

Existem belezas que só se encontram em Brasília

Foto 2 - Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹⁷

¹⁷ Legenda: Foto 1 - Cerimônia de rua no Ministério da Marinha. Foto 2 - Batedores interrompem o trânsito no Eixo Monumental. Foto 3 - Criador e criatura - Espaço Lúcio Costa. Foto 4 - JK sob o céu do Planalto. Foto 5 - Visão da Ponte JK. Foto 6 - Torre de TV, com escultura de nuvem.

A atividade proposta foi um *city tour*, em ônibus de dois andares, com o andar de cima aberto, com três paradas para conhecer e fotografar três atrativos turísticos: a Catedral Metropolitana de Brasília, a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada. O objetivo, segundo a Agência de Turismo, era a visão panorâmica dos principais atrativos turísticos, palácios e monumentos da Cidade, ao longo do Eixo Monumental, além do Palácio da Alvorada e da Ponte JK.

Os atrativos turísticos que compõem o roteiro foram: Torre de TV, Biblioteca Nacional, Museu Nacional da República, Catedral (primeira parada de dez minutos), Palácio Itamaraty, Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes (segunda parada de dez minutos), Palácio do Planalto, Ponte JK, Palácio da Alvorada (terceira parada de dez minutos), Teatro Nacional, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Memorial JK, Estádio Nacional Mané Garrincha, Palácio do Buriti.

Embarcamos no ônibus de dois andares às 10h30, um grupo de cerca 12 pessoas. Fazia sol, com nuvens e, ao longo do percurso, caiu uma chuvinha leve. Depois das primeiras chuvas de novembro, a exuberância do verde dos gramados e árvores, ao longo do passeio, compunha a paisagem monumental e encantava o olhar. O céu com muitas nuvens era soberano, ao longo da Esplanada que pode ser vista logo no início do passeio, quando o ônibus contornou a Torre de TV e pegou o Eixo Rodoviário em direção à Praça dos Três Poderes.

Poucas pessoas aventuravam-se a andar, ao longo da larga avenida, em face da ameaça de chuva, tomada por alguns ônibus de passageiros e muitos automóveis. O trânsito fluía, sem engarrafamentos, durante a primeira hora e meia do passeio. Todos os passageiros sentaram-se junto aos janelões no andar de cima, para poder apreciar a paisagem panorâmica que se abria ao olhar. Um áudio, em português, espanhol e inglês, falava sucintamente sobre cada monumento, cada palácio, que faziam parte do percurso. Ao fundo do áudio e nos intervalos das falas, a trilha sonora era composta por canções de Renato Russo, um ícone da música tipicamente brasiliense.

O fundo musical era muito suave e em muitos trechos era abafado pelo murmúrio do vento e pelo barulho do trânsito na Esplanada dos Ministérios. As falas dos turistas eram esparsas: um comentário ou outro sobre a crise ética da política no País, a beleza dos monumentos e palácios, a exuberância da paisagem, a amplidão

dos espaços, mas a beleza da visão panorâmica da Cidade, aos poucos, convidava ao silêncio e à contemplação.

Em cada uma das três paradas do percurso, o guia de turismo que, ao lado do condutor do veículo, compunha a equipe da empresa, avisava-nos para não extrapolarmos o tempo de dez minutos. Em alguns atrativos da paisagem, puderam ser vistos os estragos causados por um temporal que, há duas semanas, derrubara árvores e telhados em Brasília, inclusive – descobrimos quando paramos no Palácio da Alvorada – que o teto que servia de abrigo aos turistas participantes da visita guiada da moradia do Presidente da República havia desabado por causa da chuva, provocando a interrupção temporária das visitas guiadas ao local.

O retorno do Palácio da Alvorada ao Brasília Shopping foi feito pela Esplanada dos Ministérios, nessa hora, já com o trânsito pesado do horário do almoço. Nesse trajeto, pudemos assistir, de passagem, a algumas cenas típicas da cidade, como uma cerimônia militar, com uniformes oficiais, ao ar livre, no pátio do Ministério da Marinha, e, logo adiante, um grupo de batedores abrindo espaço no trânsito para a condição de um veículo conduzindo alguma alta autoridade, pelo Eixo Monumental, que passou por nosso ônibus, parado no engarrafamento, na altura do Palácio do Buriti, a sede do Governo do Distrito Federal.

A Catedral Turismo é uma de duas únicas empresas de Brasília que oferece um *city-tour* panorâmico pela Cidade, a bordo de um ônibus de dois andares, aberto nas laterais no andar de cima, tipicamente turístico. O passeio é satisfatório em relação ao que se propõe: uma visão panorâmica de alguns dos principais palácios e monumentos da Cidade, que se encontram ao longo do Eixo Monumental.

Ficou de fora do percurso o complexo arquitetônico do Setor Militar Urbano, assinado por Oscar Niemeyer, com jardins projetados por Burle Marx. Por sua proximidade em relação ao Memorial JK, entendemos que sua inclusão enriqueceria o trajeto original.

Na visita ao Espaço Lúcio Costa, onde está localizada a maquete de Brasília, cuja riqueza e perfeição de detalhes desperta grande admiração de quem a vê, percebermos a falta de elevador de acesso ao local, o que impossibilitou que um casal de idosos, participantes do passeio, pudesse conhecê-lo. Segundo um dos militares que fazem a segurança do local, o elevador estaria quebrado “há meses”.

Destacamos como positiva a utilização dos banheiros e o oferecimento de água aos participantes da excursão, pelo serviço de apoio às visitas guiadas do Palácio da Alvorada.

Roteiro três - Visita guiada ao Palácio do Itamaraty

Endereço: Esplanada dos Ministérios, S/N

Data: 18/08/2017

Duração: uma hora

Preço: gratuito

Horário das visitas: todos os dias

Durante a semana: às 9h, 10h, 11h, 14h, 15h, 16h e 17h.

Nos fins de semana e feriados: às 9h, 11h, 14h, 15h e 17h.

Agendamento: recomendável (vagas limitadas)

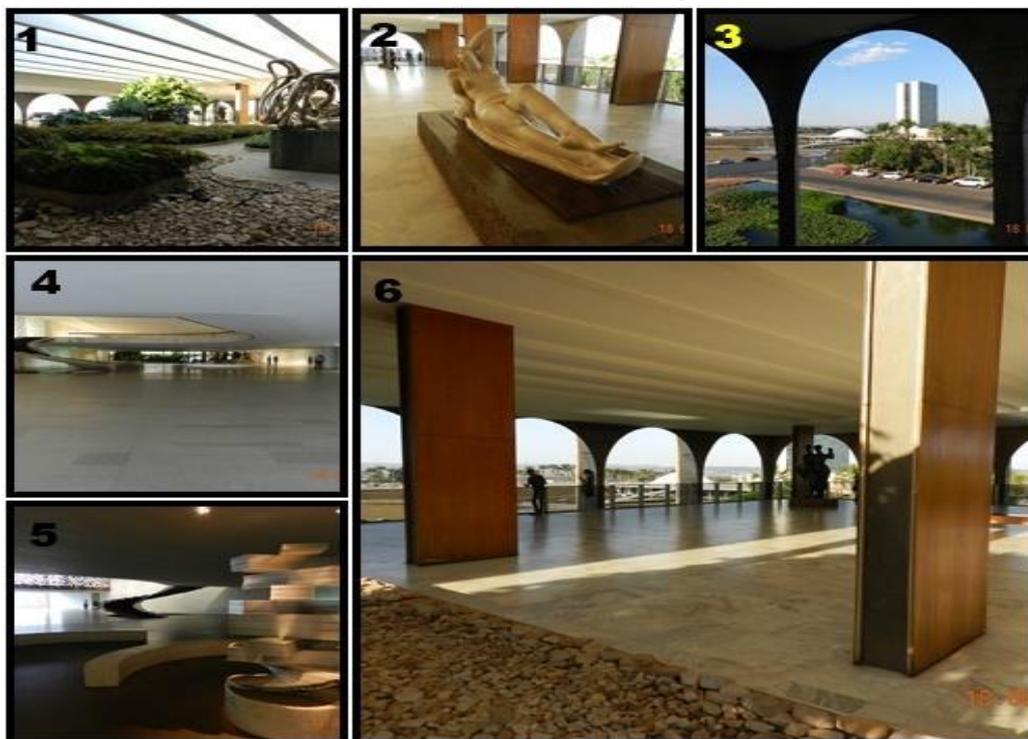
E-mail para visita@itamaraty.gov.br ou ligue para (61) 2030-8051

Informações colhidas na visita guiada e no site <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/visite-o-itamaraty> (Acessado em 16/08/2017 às 15h11)

Atrativo Turístico: Palácio do Itamaraty

Visita guiada ao Palácio do Itamaraty

Foto 3 - Palácio do Itamaraty



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹⁸

Com projeto de Oscar Niemeyer e cálculo estrutural de Joaquim Cardoso, o Palácio do Itamaraty – sede do Ministério das Relações Exteriores - foi inaugurado em 1970, e guarda tesouros de valor incalculável da arquitetura e da arte clássica e, especialmente, modernista. Na página oficial do Itamaraty, destaca-se a construção do Palácio exclusivamente com materiais nacionais; o paisagismo de Roberto Burle Marx; além do elevado número de obras de arte de autoria também exclusiva de artistas brasileiros ou naturalizados, entre eles, Athos Bulcão, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Frans Krajcberg, Franz Weissmann, Maria Martins, Mary Vieira, Iberê Camargo, Ione Saldanha, Rubem Valentim, Sérgio de Camargo e Tomie Ohtake.

O primeiro impacto que tivemos aconteceu logo no começo da visita guiada, quando entramos no hall de entrada, onde um vão-livre – o maior da América Latina – segundo nossa guia, impressiona pela leveza e pelo movimento de uma escada que leva ao primeiro andar, sem quaisquer colunas de sustentação, como se estivesse solta no ar.

¹⁸ Legenda: Foto 1 - Jardins internos do Itamaraty – Escultura. Foto 2- Escultura - jardins internos Itamaraty. Foto 3 - Terraço do Itamaraty - visão do Congresso Nacional. Foto 4 - Andar térreo do Itamaraty - vão livre com visão da escadaria sem corrimão. Foto 5 - Escultura e escadarias do Itamaraty. Foto 6 - Salão com arcos - primeiro andar do Itamaraty.

A beleza plástica da arquitetura e as centenas de obra de arte que compõem os diversos salões e jardins do Itamaraty fazem desse palácio – ao lado dos Palácios da Alvorada e do Planalto – uma das três visitas guiadas que interpretamos como imprescindíveis ao habitante e viajante, no sentido de uma melhor compreensão do grau de excelência alcançado pela arquitetura e pela arte modernista no Brasil, da qual o Plano Piloto de Brasília é sua maior expressão.

Como descreveu um jornalista, em matéria publicada pelo Correio Braziliense, ao relatar o que se pode esperar dessa visita guiada:

A visita começa no térreo, no maior vão da América Latina. Com 2,8 mil metros quadrados, além de não ter colunas, a estrutura só tem paredes nas laterais... As paredes são cobertas por alguns dos tantos painéis de Athos Bulcão espalhados pelo edifício. Todo o piso também é assinado pelo autor dos azulejos que revestem diversos monumentos da Capital. A frente do vão é cercada pelos vidros que se vê da rua. Ao fundo, fica um jardim aquático de Burle Marx, com plantas da Amazônia, que amenizam o calor e a seca. No centro do salão, encontra-se a famosa escada e obras de diversos artistas. Uma delas, a escultura Atrativo de Encontro, de Mary Vieira, é interativa. Qualquer um pode alterar a posição das pesadas chapas de ferro da obra¹⁹.

Entre os tesouros descobertos durante a visita, encantam especialmente os sentidos as treliças gigantescas da Sala dos Tratados e que se vê já no hall de entrada, de autoria de Athos Bulcão; as esculturas Metamorfose e Transfiguração, de Franz Weissmann; a obra interativa Atrativo de Encontro, de Mary Vieira, de impressionante atualidade; e o lustre Revoada de Pássaros, de Pedro Correa Araújo, composto por 110 cristais, pesando 1,5 toneladas de ferro e cristais de rochas.

Quadros de Debret, como a Coroação de Pedro I, de 1938; e de Portinari, como Gaúcho e Jangadeiros, de 1937, além de um dos maiores tapetes persas do mundo, medindo 70m, também fazem parte do riquíssimo acervo do Palácio. No terceiro andar, onde ficam os salões de recepções às comitivas internacionais, móveis e dezenas de telas, tapeçarias e objetos completam o acervo. A última sala dá acesso ao terraço, onde um jardim suspenso de Burle Marx e várias esculturas dividem a atenção dos visitantes com a visão da Esplanada dos Ministérios e da

¹⁹http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/13/interna_cidadesdf,580156/com-o-visitar-o-palacio-do-itamaraty.shtml. Acessado em 16/08, às 15h27).

Praça dos Três Poderes, especialmente do Congresso Nacional, bem à frente do terraço.

A visita guiada ao Itamaraty conta com guias bem treinados e oferece ao habitante e viajante acesso a informações fundamentais sobre a história do Itamaraty, sobre detalhes da arquitetura modernista e sobre seu rico acervo de obras de arte. O agendamento das visitas é fácil e democrático, pois oferece diversos horários de visita, e não só seu agendamento prévio via internet, mas também a possibilidade de o visitante agendar a visita na hora, na própria recepção lateral do prédio, apenas com o limite de 15 participantes por grupo. Essa possibilidade de fazer a visita na hora amplia a possibilidade de acesso do habitante e viajante ao atrativo turístico, diferente do que acontece em outros palácios da Cidade. Durante a visita, as fotografias são permitidas somente no hall de entrada e no terraço do Palácio do Itamaraty.

Roteiro quatro - Visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília

Agência/empresa: Jardim Botânico de Brasília

Endereço: SMDB Conjunto 12, Área Especial - Lago Sul, Brasília – DF - 71680-001

Data: 31/09/2017

Hora: 14h

Horário de funcionamento: Terça a domingo, das 9h às 17h.

Preço: R\$ 5

Crianças, idosos e pessoas com deficiência são isentos.

Terça a domingo, das 6h30 às 8h50 - Gratuito para pedestres e ciclistas

Participantes: grupo de professores de Educação Ambiental da Secretaria de Educação do DF

Guia: Augusto César Sucupira, geógrafo e biógrafo – funcionário do Jardim Botânico

Duração: duas horas de caminhada por trilhas de mata nativa do Cerrado

Atrativo Turístico: Jardim Botânico de Brasília

Visita guiada ao Jardim Botânico de Brasília

Foto 4 - Jardim Botânico de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora²⁰

²⁰ Legenda: Foto 1 Grupo em caminhada pelo Jardim Botânico. Foto 2 - Ipês do Cerrado do Jardim Botânico. Foto 3- Cupim do Cerrado do Jardim Botânico. Foto 4 - Conhecendo uma mata de Cerrado

Inaugurado em 1985, o Jardim Botânico de Brasília – JBB, de acordo com informações encontradas em seu site²¹, “é uma área protegida, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal”, que tem como atividades fins “a constituição e manutenção de Coleções de Plantas, Desenvolvimento de Pesquisa, Educação Ambiental e Lazer orientados para a conservação da Biodiversidade”.

Com cerca de 5 mil hectares e 4.500 espécies de plantas, o Jardim Botânico é composto predominantemente por vegetação de Cerrado e pode ser visitado por viajantes e habitantes, convidados a percorrerem trilhas interpretativas abertas à visitação pública. Além das trilhas, o espaço conta ainda com outras áreas para visitação e usufruto, como área de Piquenique, Orquidário, Cactário, Biblioteca, Permacultura e Jardins Temáticos.

A principal marca do Jardim Botânico de Brasília, de acordo com o site do órgão, tem sido a de “manter coleções de plantas *in situ*, ou seja, no seu ambiente, permitindo a manutenção de sistemas e processos naturais”. Outro destaque é o Centro de Excelência do Cerrado, com 1.622 metros quadrados, “destinado a estudos”. Nos fins de semana, o público do Jardim Botânico chega a três mil pessoas.

Atividades propostas na experimentação: Caminhada de 3,5 km pela Trilha Ecológica, como estímulo ao conhecimento e interpretação do Bioma Cerrado, com destaque para suas “diversas fitofisionomias como cerrado sentido restrito, campo limpo, campo sujo e mata de galeria, e para estudos” científicos sobre conservação e valorização do bioma típico do Centro-Oeste.

Encontramo-nos com o guia e o grupo de professores da Secretaria de Educação, no jardim de pinheiros, localizado à frente do restaurante Bom Demais, responsável pela atividade do Piquenique – refeições servidas ao ar livre, com toalhas forradas no gramado e sexta de alimentos.

Nosso guia foi o professor e geógrafo Augusto César Sucupira, funcionário do Jardim Botânico desde sua inauguração, em 1985. O professor contou que Sucupira é o nome da árvore de sua preferência, que adotou para cognome, uma espécie de ritual de batismo comum a todos os que trabalham no órgão. Após as

no Jardim Botânico. Foto 5 - Flor do Cerrado do Jardim Botânico. Foto 6- Unhas de Onça Suçuarana, no Jardim Botânico.

²¹ (<http://www.jardimbotanico.df.gov.br/>. Acessado em 19/11/2017, às 17h09)

apresentações, Sucupira nos convidou a fazer a trilha ecológica de 3,5 km, e fez um rápido histórico sobre o Jardim Botânico.

Destacou nosso guia que ali funcionava uma estação ecológica, com cerca de cinco mil hectares – área equivalente ao Plano Piloto, segundo destacou - onde se promovia a pesquisa e conservação de uma média de 4.500 plantas nativas do Cerrado. Junto com a estação ecológica, ali também funciona uma Unidade de Conservação, cujo trabalho é a proteção desse bioma, que se caracterizam por três fitofisionomias, elas próprias diversas e heterogêneas.

Aprendemos que há três grupos de Cerrado: o Grupo Campestre, composto pelo campo limpo (só gramínea) e pelo campo sujo (gramínea e arbusto); o Grupo Savânico, composto pelo cerrado típico e pelo cerrado denso (mais sombreado); e o Grupo Florestal, composto por matas de galeria; pelo cerradão (árvores maiores e que se encontra em risco de extinção); pela mata seca (sem água); e pela mata ciliar.

Seguimos o geógrafo pelo Cerrado, castigado pelo rigor da seca de agosto. Mesmo assim, o passeio foi ameno, pois o Cerrado preservado oferecia um sombreado agradável e compacto, naquele pedaço de jardim.

Havia placas indicando cada árvore, cada pau torto, cada cupinzeiro que encontrávamos pelo caminho. Sucupira parecia conhecer cada indivíduo daquele jardim e desfilava para o grupo um conhecimento especial em relação ao uso medicinal das cascas e sementes de várias árvores; casca de jatobá e angico, para curar catarro; chá de manacá do Cerrado para o fígado, fruto da cagaita como efeito laxante; e, à medida que seguíamos o percurso, aprendíamos sobre a riqueza do Cerrado e o risco de extinção desse bioma que é o segundo maior do País em biodiversidade e extensão territorial.

Desde a construção de Brasília, em 1960, a devastação foi tão grande que hoje resta apenas 30% do tamanho original do Cerrado no Distrito Federal. Além das plantas de Cerrado, o Jardim Botânico de Brasília acolhe também animais típicos da região e do bioma Cerrado, que ficam mais na Estação Ecológica, cuja visitação é proibida. Entre esses animais, encontram-se catalogados a onça suçuarana (em risco de extinção); serpentes como jararaca, cascavel, falsa coral e giboia; o lobo guará (em risco de extinção), o veado; além de diversas espécies de macacos como o mico estrela, o macaco prego e o macaco Guafiba.

Muitas vezes, como nos contou Sucupira, esses animais dão um susto nos habitantes e viajantes e aparecem ali mesmo, numa das trilhas ecológicas abertas à visitação. Não foi dessa vez, no entanto, que esses animais nos deram a alegria de sua presença. Em compensação, deparamo-nos com um pequizeiro de mais de 200 anos, essa árvore símbolo do Cerrado brasiliense, e com uma sucupira branca deslumbrante, outra árvore em risco de extinção. E para não desmentir nosso guia, quase ao final da caminhada, ele chamou nossa atenção para os rastros de uma onça suçuarana, cujas marcas recentes das unhas pudemos ver nos troncos rasgados de duas árvores de nossa trilha.

Acabamos o passeio por volta das 16h30 horas, e seguimos pelo caminho, onde estão localizados diversos jardins, entre eles, um orquidário, um jardim sensorial e um jardim japonês, com uma pequena ponte que atravessamos, até chegarmos de volta ao atrativo de partida, no jardim dos pinheiros. Havia ainda ao alcance do nosso olhar a Biblioteca da Natureza, com material de educação ambiental voltada para o público infanto-juvenil e o restaurante responsável pelo piquenique, que nos finais de semana atrai dezenas de pessoas ao Jardim Botânico.

Fazia mais de 30 graus, ainda, quando finalmente nos despedimos, mas o calor do sol já era mais ameno, naquela tarde de agosto. O calor, a seca, o pequi, a cagaita, as marcas das unhas da suçuarana, o cupinzeiro, as folhas secas forrando o chão da trilha ecológica, as cascas ressecadas dos troncos das árvores, os galhos tortos, e a troca de impressões das professoras de educação com o professor Sucupira – o guia com nome de árvore - sobre questões do Cerrado formavam um quadro que interpretamos como tipicamente brasiliense. E por isso o Jardim Botânico pode estar entre os atrativos propostos em nossos percursos turísticos para um Roteiro Geopoético de Brasília, por entendermos ser ele capaz de contribuir para promover ou despertar esse novo olhar sobre Brasília, que é o objetivo de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 5 – CANDANGOS, PIONEIROS, BRASILIENSES HISTÓRICOS, HABITANTES E VIAJANTES: OLHARES SOBRE BRASÍLIA

Nessa parte da pesquisa relatamos e interpretamos, à luz do Brico-Método, os dados colhidos nas seis entrevistas longas, semiestruturadas, com candangos, pioneiros e brasilienses históricos; e nas 40 entrevistas curtas, estruturadas, sendo 20 com habitantes de Brasília e outras 20 com viajantes, em visita à Cidade. Nosso objetivo foi responder a três das cinco questões elencadas em nossa pesquisa:

Como e em que medida se deu o processo de exclusão do direito à cidade, na concepção de Lefebvre (2015), que entendemos atingir seus viajantes e habitantes, e que estão presentes, sob essa ótica, na espacialidade polinucleada (BARROSO, 2008) do Distrito Federal, formado por Brasília e pelas cidades de sua região administrativa e entorno?

Por que os viajantes e habitantes de Brasília tendem a interpretar a Cidade como mais *hostis* e menos *hospes*, do atrativo de vista de sua espacialidade, urbanidade e monumentalidade?

Qual o poder simbólico expresso pelo projeto arquitetônico e urbanístico de Brasília, pelo discurso de alguns de seus ideólogos e fundadores, e que podemos inferir, a partir de conceitos estudados por autores como Bourdieu (1989) e Eagleton (1997); e sua influencia no olhar dos viajantes e habitantes sobre a Cidade?

A descrição de nossa interpretação dessas entrevistas é a que se segue.

5.1 Entrevistas longas, semiestruturadas, com pioneiros, candangos e brasileiros históricos:

Foto 5 – Entrevistados: pioneiros, candangos e brasileiros históricos



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora²²

²² Legenda: Foto 1 - Entrevista Leilane Rebouças - pivô da fixação da Vila Planalto. Foto 2 - Entrevista Leilane Rebouças - Vila Planalto. Foto 3 - Entrevista Maria Aparecida - em sua casa de madeira, na Vila Planalto. Foto 4 - Entrevista Maria Aparecida - professora da primeira escola da Vila Planalto. Foto 5 - Entrevista Miguel Rodrigues - carta do Presidente JK ao operário-auditor. Foto 6 - Entrevista Miguel Rodrigues - carta assinada pelo amigo JK. Foto 7 - Entrevista Nicolas Behr - Lago Norte. Foto 8 - Entrevista Miguel Rodrigues - em sua casa em Sobradinho. Foto 9 - Entrevista Nicolas Behr - o poeta em seu habitat. Foto 10 - Entrevista Pedro Laplace - Café, na 402 norte. Foto 11 - Entrevista Pedro Laplace - o exercício de ser pedestre. Foto 12 - Entrevista Vladimir Carvalho - Fundação Cine-Memória -W3 Sul. Foto 13 - Entrevista Vladimir Carvalho - incursões do cineasta na arte da escultura

Detalhamento das entrevistas

Quadro 2 - Nomes e datas das entrevistas

Entrevistado	Data da entrevista
Vladimir Carvalho	31/07/2017
Nicolas Behr	25/07/2017
Miguel Rodrigues	26/08/2017
Maria Aparecida Emediato	18/08/2017
Leilane Rebouças	26/08/2017
Pedro Laplace	24/11/2017

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Quadro 3 – Profissões

Entrevistado	Profissões
Vladimir Carvalho	Cineasta e professor universitário
Nicolas Behr	Poeta, botânico e empresário.
Miguel Rodrigues	Auditor fiscal do DF aposentado
Maria Aparecida Emediato	Professora aposentada
Leilane Rebouças	Bacharela em Relações Internacionais
Pedro Laplace	Publicitário

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Quadro 4 - Representatividade social (autodeclarada)

Entrevistado	Profissões
Vladimir Carvalho	Candango
Nicolas Behr	Candango
Miguel Rodrigues	Candango e pioneiro
Maria Aparecida Emediato	Pioneira-candanga
Leilane Rebouças	Brasiliense
Pedro Laplace	Brasiliense

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Interpretação

Por meio da técnica de pesquisa da entrevista longa semiestruturada, ouvimos seis personagens de Brasília que vieram para a Cidade, ou aqui nasceram no período histórico previamente delimitado, que vai de 1957 a 1977. Escolhemos tais personagens por serem representativos do contexto sócio-histórico-cultural em que se construiu, inaugurou e consolidou a nova Capital do Brasil, na busca de entender o que permanece em sua memória da proposta inicial e como veem e vivenciam a Cidade, na atualidade.

O cineasta e professor aposentado da Universidade de Brasília Vladimir Carvalho, o **primeiro** entrevistado, mudou-se para a Cidade para fazer parte do Departamento de Artes Visuais e Cinema, do qual fazia parte o Instituto Central de Artes (UnB), que era composto pela Arquitetura. Esse convívio com os arquitetos marcou definitivamente sua trajetória. Vladimir veio da Paraíba, mas antes havia morado na Bahia e no Rio de Janeiro. Chegou à Cidade já cineasta, com um filme na cabeça: O País de São Saruê, realizado durante sua estadia em Brasília, que lhe renderia prêmios nacionais e internacionais. Filmou como nenhum outro a saga da construção de Brasília, suas utopias e dramas sociais, como se pode ver no longa-metragem Companheiros Velhos de Guerra.

Nicolas Behr, o **segundo** entrevistado, é poeta e botânico e mudou-se para a Cidade ainda adolescente, acompanhando os pais, europeus que migraram para o Mato Grosso e anos depois, migraram outra vez, dessa vez para Brasília. Seus pais eram alemão e polonesa-alemã, falava inglês e alemão e vieram para Brasília em busca de oportunidade de trabalho como professores de línguas. Behr chegou a Brasília em 1974, aos 14 anos, e o impacto da “cidade-maquete”, como se refere a Brasília, foi tão profundo que despertou nele a veia poética. Engajou-se no movimento da Poesia Marginal, nos anos 70 e é considerado um dos maiores intérpretes de Brasília, com uma poética marcada pelo desenho arquitetônico e urbanístico da Cidade.

Miguel Rodrigues, nosso **terceiro** entrevistado, foi operário da construção de Brasília e hoje é auditor fiscal aposentado do Governo do Distrito Federal. Chegou à Cidade aos 18 anos e desembarcou na Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), em busca de trabalho. Sua experiência anterior era na agricultura, tanto em Minas como

em Goiás, para onde migrara aos 17 anos para trabalhar numa fazenda de plantação de café. Só tinha o primário, quando chegou à Cidade. Seu primeiro trabalho foi como contador de tijolos; seu último trabalho foi como auditor fiscal do GDF. Entre um trabalho e outro, conviveu com Juscelino Kubitschek e Darcy Ribeiro, fez três cursos superiores e prestou concurso público na Fundação Getúlio Vargas para a carreira que seguiu até se aposentar. É o típico candango que, como milhares de outros brasileiros, vieram para Brasília em busca de trabalho e prosperidade. No seu caso, esse sonho – como ele mesmo atesta – foi plenamente realizado.

A professora Maria Aparecida Emediato, **quarta** entrevistada em nossa pesquisa, mudou-se para Brasília com o marido engenheiro, vindos do interior de Minas Gerais. O primeiro trabalho do seu marido foi de engenheiro da construtora Pacheco Fernandes; o dela foi de professora da única escola que havia na Vila Planalto, onde moravam os engenheiros e operários da Construtora. Durante 31 anos, deu aula para crianças, pela manhã, e alfabetizou adultos, à noite. Traz na memória e no discurso a utopia da igualdade social dos primórdios de Brasília e como todos os outros entrevistados, devota um amor incondicional ao Centro-Oeste e à Cidade e, também como todos os outros, é crítica do aprofundamento da segregação e das desigualdades que se impuseram, ao longo da história.

Leiliane Rebouças, **quinta** entrevistada em nossa pesquisa, nasceu em Brasília, filha de um operário da construção da Cidade e de uma costureira. Desde menina, participou do processo de segregação sofrido pelos candangos, com as sucessivas tentativas do Governo do Distrito Federal de remover os moradores da Vila Planalto para outras regiões administrativas (antigas cidades-satélites). Participou ativamente da luta pela permanência dos moradores dos 1.020 lotes da Vila, que ali estavam desde o início da construção da Cidade, em 1957. Foi ela quem, em 1987, aos 10 anos, conseguiu burlar a segurança do Palácio do Planalto e entregar uma carta, escrita de próprio punho, ao Presidente José Sarney, pedindo, em nome do movimento intitulado Grupo das Dez, que fosse concedida a fixação dos moradores da Vila Planalto, pois eles é que tinham ajudado a construir Brasília, e estavam ali desde a construção. A Carta foi entregue a Sarney em julho e, em agosto, Leiliane, em companhia dos representantes do movimento do Grupo das Dez, da Vila Planalto, teve a primeira audiência com o então governador do DF, José Aparecido de Oliveira, que culminou com o decreto que lhes garantiu a

permanência. O GDF delimitou a Poligonal do Tombamento, abrangendo os 1.020 lotes, existentes à época, fazendo uma concessão de uso por 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, aos seus ocupantes.

Pedro Laplace, nosso **sexto** entrevistado, é publicitário e morador de Brasília desde 1977. Ele se autoproclama brasiliense, embora, em verdade, tenha nascido na Bahia, quando sua família morava em Pernambuco (sua mãe atravessou a ponte que liga Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), para realizar seu parto), e sido criado em diversas cidades do país, inclusive Ribeirão Preto, em São Paulo, onde passou toda a adolescência, até seu pai, um fiscal de tributos aposentado, pedir a transferência definitiva para Brasília. A principal peculiaridade desse personagem é ser ele um pedestre por natureza, como se refere a si mesmo. Não tem carro e adora caminhar pela Cidade. Conhece bem as dificuldades enfrentadas pelos pedestres na “cidade dos automóveis”, como comumente se diz sobre Brasília. Para Laplace, é um privilégio morar no espaço urbano de Brasília, embora veja problemas quanto a sua funcionalidade. Gosta da imensidão, de todo esse espaço disponível na Cidade, mas queixa-se das dificuldades que enfrenta como caminhante, em especial, da ausência e da falta de conservação das calçadas (quando existem); do crescimento da violência; e da insegurança e deterioração das passarelas subterrâneas (usadas para se fazer a travessia do Eixão (Eixo Rodoviário), entre os eixos W (Oeste), e L (Leste), do Plano Piloto de Brasília.

Todos os seis personagens têm em comum o amor por Brasília, pelo que ela representou para a integração do Brasil; e pelo território do Centro-Oeste. Todos também, de alguma forma, trazem na memória os mitos fundantes que envolveram a saga da mudança da nova Capital, por nós investigados nessa pesquisa: capital da esperança, cidade modernista, capital do Brasil do futuro e espaço urbano democrático. Eles compreendem o contexto sócio-histórico-cultural da época da construção e consolidação de Brasília; e têm consciência de que o direito à Cidade – outro foco de nossa pesquisa -, ao longo da história de Brasília, tem sido comprometido pela segregação social, causada, entre outros fatores, pelas grandes distâncias que separam as várias regiões administrativas do Distrito Federal do seu centro histórico; pela má distribuição de renda; e pela má qualidade dos transportes urbanos, impedido aos habitantes e viajantes uma adequada mobilidade urbana.

Para esses personagens, a espacialidade polinucleada – respondendo a outra questão de nossa pesquisa – dificulta o usufruto pelos habitantes e viajantes do

espaço urbano de Brasília, com suas paisagens, palácios e monumentos; e em consequência provoca sua exclusão, ou pelo menos lhes impõe barreiras concretas quanto ao exercício do direito à cidade, na concepção de Lefebvre (2015), o que dialoga com outra de nossas questões de pesquisa.

Essa segregação, quanto à espacialidade e mobilidade, de um lado, e a condição de Brasília de ser centro do Poder Político do País são – na visão dos entrevistados – os maiores responsáveis pela tendência a se interpretar Brasília como uma cidade mais hostil (*hostis*) e menos hospitaleira (*hospes*). Essa visão atinge, principalmente, os habitantes do resto do País e, em consequência, os turistas (viajantes), segundo entendem os entrevistados, o que também põe luz em outra de nossas indagações.

O poder simbólico do projeto arquitetônico-urbanístico de Brasília, especialmente no sentido do que pregava Le Corbusier, na Carta de Atenas (a bíblia da arquitetura modernista, da qual eram seguidores Lúcio Costa e Oscar Niemeyer) é, ao mesmo tempo, compreendido e encampado pelos entrevistados. E não só isso, mas também outros mitos fundantes da Cidade parecem ter se incorporado à memória coletiva dos pioneiros, candangos e brasilienses históricos, como pudemos inferir da interpretação dessas entrevistas.

Todos entendem a tentativa de se construir uma cidade menos desigual, a partir de um plano urbanístico; todos entendem também que a utopia não deu certo, em razão da realidade do País, que se impôs. Eles percebem, ainda - alguns, explícita, outros, implicitamente - que o projeto de Brasília foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964, que afastou da Cidade seus ideólogos e implantou no País uma Ditadura Militar que durou mais de 20 anos. E consideram que o processo de redemocratização e a democracia em curso ainda não foram capazes ou não se propuseram a retomar esse projeto.

Mesmo conscientes da apropriação pelo discurso oficial, à época da fundação de Brasília, de mitos fundantes e utopias que envolviam a mudança da Capital para o Centro-Oeste e para o centro geopolítico do País, esses personagens revelam, em suas falas, a introjeção de muitos desses mitos e utopias, que passaram a fazer parte de suas vidas, transmutando-se em crenças e verdades de suas histórias pessoais.

Têm consciência, e expressam isso em suas memórias, de que esse discurso de construção de um novo Brasil, mais justo e solidário, não resolveu as

desigualdades sociais e, até aprofundou essas desigualdades, ao longo da história. Na campanha de recrutamento de trabalhadores, feita pelo Governo JK, em 1957, segundo relatos de Holston (1989), a campanha buscava voluntários para três tarefas: construir a Capital, fornecer os suprimentos para as atividades de construção, e planejar e administrar o projeto. Todas essas pessoas passaram a viver no lugar em que a cidade estava sendo construída e foram chamados de pioneiros (HOLSTON, 1989, p. 206).

Entendemos, com os entrevistados, que tal promessa não se realizou e que muitos desses construtores pioneiros, em especial os operários candangos, sequer tiveram garantida a moradia na Cidade, pois foram expulsos para as periferias, ainda durante o processo de construção, e também depois de inaugurada a cidade. A fala de nossos personagens reflete essa consciência, mas, ao mesmo tempo, sugere que muitos desses mitos e utopias (sonho de Dom Bosco, conquista do Oeste, refundação do País, capital de uma nova civilização, etc.) acabaram por se incorporar a suas memórias, e por extensão – em nossa interpretação - à memória coletiva de pioneiros, candangos e brasilienses históricos, configurando-se no que Eagleton (1997) chama de ideologia e Bourdieu (1989) chama de poder simbólico.

Na visão de Eagleton (1997, p. 178), a ideologia em um discurso se dá exatamente quando “os interesses de certo tipo são mascarados, racionalizados, naturalizados, universalizados, legitimados em nome de certas formas de poder político”. Já Bourdieu (1989) chama esse poder mascarado, camuflado, naturalizado, do discurso ideológico de poder simbólico. Um poder que – na visão desse autor – por estar em toda parte, não está em lugar algum, imperceptível por encontrar-se camuflado, encoberto, não só pelos que a ele se sujeitam, mas também pelos que o exercem e como que se recusam a ver.

Pode-se ver esse processo de naturalização em algumas falas dos entrevistados em nossa pesquisa, mas é uma naturalização não encoberta, perceptível, porque consciente do processo histórico que construiu os mitos e utopias, enquanto a realidade os negava, primeiro com a expulsão dos candangos para as periferias pobres do Distrito Federal; segundo, pelo Golpe Militar de 1964, que interrompeu o processo político, expulsando e prendendo muitos de seus ideólogos, inclusive alguns dos que, como o cineasta Vladimir Carvalho, vieram para fazer uma nova reflexão sobre o País, na Universidade de Brasília, fundada pelo sociólogo Darcy Ribeiro.

Carvalho se apropria dessas crenças, não para encobri-las, mas para revelar o que é esse poder simbólico, ao fazer o que ele chama de “a crônica ao reverso da grande epopeia de Juscelino”. Essa crônica está relatada em muitos de seus documentários, principalmente, quando ele descobriu “que tinha havido um massacre de trabalhadores da construção civil”, o massacre de operários no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes, que a história oficial teima em negar, esquecer ou omitir. “Eu pus isso na cabeça, que eu ia filmar essa história, pois a mão de obra para construir Brasília não foi só de arquitetos, não foi só de grandes poetas, de artistas, mas de operários, dos candangos também tomados pela mística de Brasília”, afirma o diretor do longa-metragem *Conterrâneos Velhos de Guerra*, que conta essa história.

Vladimir Carvalho carrega em sua memória essas utopias. Considera a fundação de Brasília um “(re) descobrimento da Terra Brasilis”. Para ele, Brasília tinha uma mística em que todos acreditavam, à época. “Tinha alguma coisa nessa marcha para o Oeste, esse Oeste à distância, essa viagem”, afirma em sua entrevista, acrescentando que, em sua visão, o Presidente Juscelino fez “um milagre sócio-político-cultural, porque esse chamamento coincidia exatamente com esse estado de espírito das pessoas mais jovens, que viram ali uma possibilidade de viver o futuro”.

Na visão do cineasta, “esse apelo, esse marketing genial, que era a arquitetura de Oscar Niemeyer, o traçado da cidade moderna, com Lúcio Costa tudo isso resultou numa mística e, sobretudo, numa épica”. Em sua memória, essa épica, que não existe sem uma poética, envolveu todos os que atenderam ao chamado da fundação de Brasília e foram envoltos “nesse sonho e que era já realidade, porque construída, e construída magistralmente, com esse espetáculo extraordinário da arquitetura, que também tem a sua poesia”.

“Eu vim, em 1969, para o festival (Festival de Brasília do Cinema Brasileiro), trazendo um curta-metragem – *A Bolandeira...* Eu fiquei, como todos os que vinham pros festivais de cinema, no Hotel Nacional, um pouco acima da Rodoviária, era novembro e ainda tinha chuva e frio... Achei a cidade um pouco deserta, árida”, relembra o cineasta. Outro susto que tomou em seus primeiros anos de Brasília foi a proibição pelo Governo Militar de seu filme *O País de São Saruê*: “Era meu primeiro longa (metragem). Eu terminei o filme em 1970, com recursos próprios, porque eu estava bem remunerado. Eu me senti à vontade para concluir, para finalizar o meu

filme. No entanto, Brasília que tinha me dado aquele susto na Rodoviária, a partir do Hotel Nacional, novamente me deu outro susto, porque o meu filme foi interditado, ele não foi só proibido, foi interditado inteiramente”.

Mas foi com a convivência com os arquitetos no Instituto Central de Artes (UnB) que Vladimir mergulhou no que chamamos de uma geopoética do espaço social urbano de Brasília: “até o vocabulário dos arquitetos me afetou, me afetou positivamente; quando eu ouvia o cara falar assim: porque a escala bucólica de Brasília, essa coisa da convivência com a natureza, a paisagem... Eu me lembro de Esplanada. Em José Lins do Rego, a esplanada do engenho é aquela coisa que fica em frente à Casa Grande; e aqui a Esplanada é aquela coisa gigantesca, monumental. A linguagem já era poética. Aquilo tudo corroborava com o que eu pensava e vivia intensamente. Então, tive a certeza de que Brasília era uma temática completa para quem fazia documentário, como eu. E comecei a filmar Brasília”.

Vestibular 70 foi seu primeiro filme sobre a Cidade, marcando a retomada do antigo Curso de Cinema de Paulo Emílio Sales. Na parede de sua casa, que é também a sede da Fundação Cine-memória, tem a foto do filme. Depois, Vladimir filmou os generais da Ditadura recebendo a taça, na Copa do Mundo (a taça Jules Rimet), que “foi entregue a Garrastazu Médici (General e Presidente do Regime Militar de 1970 a 1974)”. “Tudo isso me engajou”, recorda o cineasta, acrescentando que “a filmagem do Vestibular 70 e, em seguida, a filmagem dos tricampeões, puseram uma âncora; a minha âncora em Brasília veio através desses acontecimentos”.

O cineasta aponta como a grande contradição da história de Brasília o fato de que a Cidade, “que podia ser a Terra da Promissão, foi também um Carrasco dessa realidade que se impôs, porque expurgou os que a construíram. É a projeção da sociedade dividida em classes. Eu alcancei pessoas que não podiam mais pagar suas moradias no Plano Piloto. Então, quando eles liberaram as vendas, essas pessoas venderam suas casas e compraram qualquer coisa nas periferias”.

Foram 19 anos fazendo vários filmes em que desenvolve sua crônica ao reverso da história de Brasília, o mesmo tempo que levou para concluir o filme *Conterrâneos Velhos de Guerra*, com o qual ganhou os principais prêmios do Festival de Brasília, em 1990. O documentário de Carvalho conta a história da saga dos candangos, os operários da construção de Brasília, e em especial o episódio do

dia do pagamento da construtora Pacheco Fernandes, quando dezenas, talvez centenas, de operários foram metralhados pela GEB, a temida polícia de Brasília, e enterrados em vala comum, a poucos metros da Vila Planalto, coberta pouco depois pelas águas do Lago Paranoá. Vários entrevistados no filme de Vladimir confirmam a história, alguns como testemunhas oculares da tragédia.

Outro entrevistado que confirma o massacre é Miguel Rodrigues, o operário da construção de Brasília que, pelas mãos do Presidente JK, estudou na Universidade de Brasília e virou auditor fiscal do GDF. Segundo relata, o episódio, com muitas mortes de operários, no acampamento da Pacheco Fernandes, no dia do pagamento, foi-lhe confirmado pelo próprio Comandante-Geral da GEB - Guarda Especial de Brasília, à época, (do qual nosso entrevistado só se lembra da alcunha de Comandante Rosa).

Segundo contou nosso entrevistado, o Comandante Rosa relatou-lhe que, após um conflito entre os operários e alguns soldados que faziam a guarda do acampamento da Pacheco Fernandes, resultando em alguns candangos e soldados mortos, a GEB foi chamada: “pediram reforço e a gente foi e quando os soldados do reforço chegaram, no que entraram, já metralharam tudo, aí, resultado, levaram os corpos, uns 500 metros até onde logo chegariam as águas do Lago Paranoá, um km para longe, abriram as valetas. Levaram os corpos em caminhões basculantes e jogaram lá”. Segundo Rodrigues, o comandante da GEB teria lhe confessado que não sabia ao certo quantos operários morreram no conflito, porque não estava presente na hora do massacre, mas que seus subordinados haviam lhe relatado que teriam sido mortos cerca de 200 a 300 candangos.

Rodrigues conta-nos ainda como se deu o processo de remoção dos operários da Vila Amauri e de várias outras vilas de operários da época da construção, do qual participou como funcionário da Novacap: “levavam esses operários para várias cidades satélites: primeiro veio Taguatinga, depois, Ceilândia, e depois veio o Gama e Sobradinho. E eles eram levados para todas essas cidades-satélites e não se dava casa para ninguém, cada um é que se virava. Fazia um barraco e pronto”. Em sua memória persistem as imagens dessas remoções “traumáticas, porque as pessoas não tinham nada”, confirmando a grande distância entre o discurso oficial e a realidade vivida pelos candangos, ainda nos primórdios da construção de Brasília.

Outra memória de Rodrigues nos remete mais uma vez à negação das promessas de trabalho e prosperidade no recrutamento dos operários para Brasília. Segundo ele, após uns dois anos do início da construção da Cidade, muitos operários escreveram para suas famílias contando de sua luta, dizendo que “havia gastado mais de mil sacos de cimento para fazerem suas casas. E os familiares pensavam: nossa, mas então para gastar mil sacos de cimento, eles construíram mansões”. Só que, segundo nosso entrevistado, esses mil sacos de cimento, em verdade, eram sacos vazios que os candangos usavam para fazerem seus barracos, pois eram obrigados a improvisar suas moradias.

Mas, ao mesmo tempo em que tem essa consciência, Rodrigues viveu, em sua história pessoal, a realização do sonho de construir um futuro melhor, dessa mística de que Brasília era a cidade do futuro, de um novo País. Das fazendas cafeeiras de Goiás, o menino de 18 anos, virou operário da construção de Brasília e foi abraçado pelo próprio Presidente JK, a quem conheceu na Olaria do acampamento, onde exercia o ofício de contar tijolos: “Um dia, eu estava trabalhando na Olaria, e o Juscelino (Kubistchek) me viu. Ele sempre visitava a gente, aliás, ele visitava tudo. E ele disse assim: oh, moleque, o que você está fazendo aqui? E eu respondi, eu estou trabalhando, Senhor Presidente. E ele perguntou: você é de onde? Eu disse: eu sou mineiro. Então, ele veio e me abraçou, começou a conversar comigo; ficamos ali mais de uma hora, conversando”.

A partir dali, uma amizade inusitada aconteceu entre o operário e o Presidente. Foi JK quem o aconselhou a estudar e o colocou nas mãos de Darcy Ribeiro, à época, reitor da UnB. “Um dia, ele (JK) me disse: olha, esse lugar aqui não é bom para você e então me arranhou um lugar para eu controlar o SAP. O SAP era um grande galpão onde se fornecia alimentação para os candangos. Segundo nos contou, foi o próprio Presidente JK quem o apresentou a Darcy Ribeiro, pedindo-lhe para ajuda-lo a estudar e preparar-se para entrar na UnB, o que de fato aconteceu.

“O Darcy viu que eu tinha o primário e mandou pessoas me acompanharem e me conseguiu um orientador para que eu me preparasse mais para entrar na UnB. Eles me deram aula e eu fiz o segundo grau. Fui estudar lá em Anápolis, onde terminei o segundo grau e, então, comecei a fazer Letras, na UnB”, contou Rodrigues, lembrando que, com o Golpe Militar de 64, teve de interromper seu

sonho: “Os estudantes apanhavam na rua; fiquei com medo e parei de estudar. Isso foi em 1964. Mas depois eu voltei a estudar”.

O operário que virou auditor conta que, mesmo em 1960, se dizia que a inauguração de Brasília não ia acontecer. Que a Capital não ia sair do Rio de Janeiro. “Eles diziam inaugura, não inaugura e o Juscelino dizia: vamos inaugurar. Nessa época, eu tirei umas férias e fui para Goianásia, quando conheci a Jacira, minha mulher. Eu tinha uns vinte anos; casei em 1962. Saí de Brasília, com medo de a Cidade não ser inaugurada, porque a pressão era muito grande para a Capital não sair da Guanabara”, lembra Rodrigues. Ele voltou a Brasília logo depois da Inauguração e continuou seu trabalho na Novacap, onde era funcionário desde 1958.

Rodrigues afirma que deve sua trajetória ao Presidente JK: “quando eu conheci o Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira, ele se tornou meu amigo íntimo e meu orientador na vida. Tudo o que ele me disse, eu cumpri. Ele me ensinou até o que eu deveria seguir e a ter uma meta. Ele me disse: você vai chegar lá, não vai ser fácil, você vai ter que lutar. A gente veio a esse mundo para ser feliz, mas a gente tem que lutar e você tem que fazer a sua parte. Então, eu fiquei focado nisso”.

Sobre a aura mística de Brasília, Rodrigues lembra que, quando retomou seus estudos, terminou o curso de Letras na UnB e fez Administração na UPIS- União Pioneira de Integração Social. Um colega seu, Ivo Clemente Montenegro, era um dos sócios, o outro era o General Uchoa. “Você já ouviu falar no General Uchoa, dos Discos Voadores?”, pergunta-nos, ao lembrar-se de um episódio peculiar envolvendo Uchoa e Montenegro: “A UPIS era ali, junto da UDF, era um barraquinho na W3 Sul. Quando foram fazer a placa de inauguração, o Ivo levou uma capanga cheia de moedas e quando cavaram o buraco para a placa, jogou todas as moedas no buraco, era quase um quilo de moedas. E o General Uchoa perguntou: mas Ivo, porque isso? E ele respondeu: eu vou plantar esse dinheiro aqui, dizem que plantando tudo dá. E hoje a gente vê que a UPIS é uma potência”.

Rodrigues terminou Administração e ainda formou-se em Economia, Quando surgiu um concurso para Auditor do GDF, pela Fundação Getúlio Vargas, decidiu fazer a prova, passando em primeiro lugar. Hoje, está aposentado, morando há mais de 40 anos na mesma casa, na cidade de Sobradinho. Ressente-se das dificuldades e altos preços na Cidade que ajudou a construir. Apesar das dificuldades que atribui à má gestão dos governantes de Brasília, considera que o desenvolvimento social

sonhado por JK se realizou: “Eu me lembro de que tanto Juscelino quanto o General Uchoa acreditavam que Brasília seria a ponte para o desenvolvimento do Brasil, o desenvolvimento do Centro-Oeste, fazendo a ligação com todo o resto do país. Para você ter uma ideia, em 1957 não havia estradas. Eu levei dois dias para vir de Anápolis a Brasília. O rio enchia, a ponte caía. Hoje, em no máximo duas horas, você faz essa viagem”.

Também o poeta Nicolas Behr sente na alma essa mística da Cidade planejada, o que se reflete em sua vida e em sua poética. Para Behr, Brasília tem um misticismo que envolve sua história, e sua memória o remete ao Vale do Amanhecer, aos discos voadores e à ideia de ser a Cidade a Capital do Terceiro Milênio. “Tinha uma coisa utópica, transcendental, de que aqui seria uma nova civilização”, lembra o poeta, citando personagens históricos dessa mística, como Tia Neiva, que fundou o Vale do Amanhecer; e o General Uchoa, que estudou o fenômeno dos discos voadores.

Behr vê Brasília como uma maquete, um laboratório experimental do modernismo urbano e arquitetônico. “Cheguei com 15 anos, foi um desenraizamento total, porque eu vinha de uma cidade orgânica, com crescimento natural. Eu saí do mato e caí na maquete”, conta-nos o poeta, lembrando que ao chegar à Cidade “estranha, esquisita”, teve um “impacto muito violento”, e que desse susto inicial teria nascido sua escritura.

“Eu ainda não escrevia, comecei a escrever dois anos depois. Lembro-me dos blocos, do traçado, tudo diferente, tudo estranho, eu nunca tinha visto isso”, contou Behr, lembrando que quando chegou, aos 14 anos, só sabia que Brasília era planejada e nova e que sua mística sobre Brasília começara muito antes de chegar aqui, na leitura de um livro de geografia que dizia que todas as ligações elétricas da cidade eram subterrâneas. “Eu ficava encantado com isso, achando que toda a Cidade era subterrânea”.

Na mística toda própria construída por Behr em relação à Cidade, todos que vêm morar em Brasília passam por quatro fases: “primeiro é a repulsa, muitas vezes a repulsa e o estranhamento; depois vem certa aceitação; em seguida vem uma adaptação; e depois vem o amor, a paixão”. Segundo ele, sua relação com a Cidade, atualmente, é de paixão e, ao mesmo tempo, de conflito, “porque a cidade é um modelo, é uma proposta, nós somos cobaias de uma proposta modernista de

habitação. O modelo é a Carta de Atenas, de Le Corbusier, da cidade funcional, a cidade como uma máquina de morar”.

Behr vivencia Brasília com paixão, que em sua concepção significa “amor e ódio juntos”. E um de seus maiores conflitos em relação à Cidade é não ter como se escapar do Poder, “porque ela foi construída para ser a sede do Poder” e entende que uma das características que vê em si mesmo e nos brasilienses em geral é a tentativa de dissociar Brasília da ideia de Poder. “Eu acho que isso está muito na poesia, está muito na música do Renato (Russo), está nas manifestações culturais”, reflete, acrescentando ser essa ligação umbilical com o Poder o que torna a cidade estigmatizada. Num de seus poemas, que gravou em camisetas vendidas na Cidade, o poeta reflete esse conflito: “sou de Brasília, mas juro que sou inocente”.

Behr lembra-se muito bem do misticismo que envolvia a Cidade, quando de sua chegada. Do misticismo do Vale do Amanhecer à crença de ser Brasília a Capital do Terceiro Milênio: “tinha uma coisa mística muito forte, utópica. Tinha aquele jornal Ordem do Universo, tinha Tia Neiva e o General Uchoa, com os discos voadores”. Ele destaca, também, a utopia que envolveu o projeto da Cidade: “seus idealizadores e construtores quiseram construir uma cidade socialista num país capitalista, o que não deu muito certo, pois a realidade foi mais forte”.

Acrescenta, porém, que a generosidade dos construtores e fundadores de Brasília “de achar que o traçado, que a linha ia influir nas relações sociais” é o que lhe encanta, porque, em sua concepção é a utopia que faz o homem avançar. No poema “anunciaram a utopia, mas foi Brasília que apareceu”, Behr faz essa reflexão e lamenta que o que apareceu, em lugar do sonhado, tenha sido “uma das cidades mais desiguais do País”.

O poeta considera uma das mais interessantes características de Brasília a de ser um caldeirão cultural, uma grande mistura de culturas e vivências “Uma vez me perguntaram: onde está a alma de Brasília? Está no Plano Piloto ou está nas cidades-satélites? Eu acho que é uma alma esparramada, uma alma caracterizada por um caldeirão, uma grande mistura”. Ele se considera não um pioneiro, mas um candango, porque considera que candango “é todo mundo que está construindo Brasília”. Para ele, candango é quem ajudou a construir Brasília: “não é porque a Cidade foi inaugurada que não tem mais candango, eu acho esse termo lírico, poético. Eu tenho mais tempo aqui do que no Mato Grosso, apesar de eu ter minhas ligações com o Mato Grosso”.

Behr adora ser turista em sua Cidade e seu sonho atual é tirar férias e permanecer em Brasília para visitar palácios, como o Itamaraty, com toda a riqueza de suas obras de arte, e conhecer museus que ainda não conhece, como o Museu de Valores do Banco Central, para ver a maior pepita já encontrada no País e que veio do Garimpo de Serra Pelada, em sua época áurea. Segundo o poeta, a pepita tem entre 20 e 25 k: “É um momento de ver a cidade, de ter uma leveza; porque você usa a cidade – para lá e para cá – mas você não para. E esse é o momento de parar e ver a cidade”.

Também a professora Maria Aparecida Emediato carrega na memória essa utopia da igualdade social, impregnada no projeto de Brasília. Na época em que chegou, em 1957, bem no início da construção, a Cidade era um imenso canteiro de obras e nem o Lago Paranoá existia, mas ela sentia que “quem estava aqui, era gente feliz, gente que conseguiu trabalho, não tinha essa gente com muito dinheiro, todo mundo era tratado do mesmo jeito”.

Emediato se lembra de que, mesmo no dia da inauguração da Cidade, da qual participou, “o brasileiro de um modo geral não compareceu; só compareceram os candangos... Quem veio realmente para construir Brasília”. Para a professora da Vila Planalto, que passou os primeiros 31 anos de sua vida em Brasília, ensinando crianças pela manhã e alfabetizando adultos à noite, os construtores e idealizadores realizaram seu propósito, construindo uma Cidade “diferente de todas as outras, porque trouxe pessoas de todos os lugares do Brasil”, a despeito da oposição do resto do País.

“Todo mundo achava que a Capital tinha que continuar no Rio, que Brasília era um lugar despovoado; isso causou muito insatisfação no povo brasileiro. Muita gente da beira do mar continua sem gostar de Brasília”, avalia Emediato, colocando um componente histórico sobre outra de nossas questões de pesquisa, sobre o porquê de o brasileiro considerar a Cidade mais hostil e menos hospitaleira. Em sua visão, o Governo JK transferiu a Capital contra a vontade, em especial, do Poder estabelecido no Rio de Janeiro, a então Capital do País: “Quem morava aqui era gente como eu, que veio para trabalhar. Gente que queria trabalhar. Depois veio a turma transferida, morrendo de raiva”.

Emediato se ressentida da atual situação da Cidade, especialmente da falta d'água, da falta de transportes e de escolas públicas de qualidade. A escola em que ensinou na Vila Planalto foi fechada pelo Governo do DF e hoje a Vila Planalto – um

dos únicos acampamentos de candangos e pioneiros que conseguiu a fixação de seus moradores - não tem nenhuma escola primária ou secundária, e suas crianças são obrigadas a se deslocar para as Asas Norte e Sul, para estudar.

A professora mora, atualmente, em uma das poucas casas originais, toda em madeira, da Vila Planalto. Da sua sala dá para ver os escombros da antiga escola onde ensinou por 31 anos. Considera-se uma pioneira-candanga, juntando duas das três representações sociais investigadas em nossa pesquisa: “sou pioneira-candanga. Pioneira eu sou porque vim para construir Brasília e candanga, porque dei aula 31 anos aqui, para crianças de manhã e alfabetizando à noite”. Sua antiga escola chamava-se, primeiro, Escola Peri da Rocha França, e depois, Escola Classe Número Um da Vila Planalto “E o Roriz (Joaquim, Ex-governador do DF) veio e desmanchou a escola. Meus filhos estudaram todos aqui”, relembra.

A pioneira-candanga traz na memória a missa na Catedral e o enterro do presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de março de 2010, ironicamente a mesma data do Golpe Militar de 1964. Num relato emocionado, a velha professora parece reviver aquele momento: “o corpo estava na Igreja, depois, de lá, foi para o cemitério e nós fomos acompanhando até lá, no cemitério, a pé, atrás do cortejo. O caixão estava no carro fúnebre e a gente a pé, acompanhando. O povo de Brasília todo estava acompanhando. Quando chegou ao primeiro balão, depois da Catedral, um dos candangos pediu para parar o carro, ele e mais alguns candangos foram carregando o caixão até o cemitério. Foi comovente ver aquilo: o candango que trabalhou na construção de Brasília parecia que queria agradecer ao Juscelino por ter construído Brasília. Os quatro foram carregando o caixão até o cemitério, e era uma choradeira só”.

Emediato se declara apaixonada por Brasília e guarda em sua sala livros e fotografias da época da fundação. “Aqui em casa, eu tenho tudo sobre Brasília. A avenida monumental, o marco zero – o cruzamento dos eixos - as tesourinhas; o trânsito funciona sozinho; é bonito demais”, afirma, citando ícones da Cidade como o Meteoro (escultura que fica nos jardins do Palácio do Itamaraty), Guerreiros (ou Candangos, escultura localizada na Praça dos Três Poderes), a luminária da Igreja Dom Bosco (na W3 Sul). E conclui, com emoção: “minha casa já está no Guia de Brasília”.

Outra moradora da Vila Planalto, a brasiliense Leiliane Rebouças, também traz na memória a história da Vila Planalto e da luta dos candangos pela

permanência no bairro. Seu pai só tinha a quinta série quando chegou a Brasília para trabalhar como operário. Trabalhou, entre outros, na construção do Palácio da Alvorada e da Ponte do Bragueto; e depois foi do almoxarifado da Torre de TV, segundo nos relatou Leilane. Em sua memória, está mais vívida a década de 70, quando os candangos já não tinham mais trabalho. Foi nessa época que seu pai decidiu fazer uma cantina para servir refeições aos operários da construção do Palácio do Itamaraty.

Para Rebouças, nessa época, quando o Itamaraty ainda funcionava no Rio de Janeiro, ninguém queria vir para Brasília. “Foi o embaixador Vladimir Murtinho, junto com o Castelo Branco (o primeiro Presidente do Golpe Militar), que quase que obrigaram a vinda do Itamaraty para cá. Essa história está contada no livro *Cerrado de Casaca*²³”, conta-nos a brasiliense que participou ativamente, ainda criança, da luta pela fixação da Vila Planalto.

Rebouças é testemunha ocular e participante ativa do movimento conhecido como Grupo das Dez, um grupo de mulheres que se mobilizaram para evitar a remoção dos candangos da Vila Planalto para Samambaia. “Na década de 80, o Governo estava tentando retirar as pessoas da Vila Planalto. A Terracap não deixava ninguém modificar ou consertar nada. Eles chegavam aleatoriamente e derrubavam sua casa, era a época da Ditadura. Eu cresci tendo pavor a fiscal da Terracap, pois eles podiam derrubar minha casa a qualquer momento”, conta Rebouças, em seu relato.

Como não havia representação política no DF, Rebouças nos fala como nasceu o movimento que começou com dez mulheres, por isso o nome Grupo das Dez, de luta pela fixação, fazendo um trabalho dentro da comunidade de conscientização de direitos. O Grupo das Dez uniu-se posteriormente ao Grupo de Oração e Reflexão da Vila Planalto, uma forma de burlar a Ditadura e “entrar na casa das pessoas para falar de política”. Nessa época, ela conta que sua mãe ajudava a sustentar os filhos com o ofício de costureira, e que muita gente na Vila Planalto só não passava fome por causa da proximidade do Lago Paranoá, onde a comunidade podia pescar e comer.

“A gente não sabia qual era o futuro. Não havia só a ameaça de, a qualquer momento, a gente ser retirado, e não ter para onde ir; mas também a ameaça de ser

²³ (MENDES, Manuel, 1995. Ed. Thesaurus, Brasília-DF)

removido para inaugurar a Samambaia, que já era projeto do Ornelas” (José Ornelas, Governador nomeado do DF, de 1982 a 1985), relatou-nos a professora, lembrando que a questão só se resolveu no Governo José Sarney, em 1988, quando era governador do DF, José Aparecido de Oliveira. Foi Aparecido quem trouxe de volta a Brasília Niemeyer e Costa, que fizeram o projeto Brasília Revisitada, lembra a entrevistada.

Segundo Rebouças, o Brasília Revisitada propunha a transformação da Vila Planalto no bairro Superquadras Planalto, semelhante ao Sudoeste e ao novíssimo Noroeste. “Em 1987, isso aqui ia ser um projeto de superquadras econômicas como é o Sudoeste e, agora, também o Noroeste. Então, numa reunião com minha mãe e o Grupo, eu disse: porque que a gente não entrega nosso pedido para Sarney, burlando a segurança?”.

À época, aos dez anos de idade, a brasiliense conta ter insistido muito para escrever a carta, pedindo a sua mãe para leva-la à Praça dos Três Poderes. E quando a mãe finalmente aceitou a ideia, a menina de dez anos conseguiu burlar a segurança presidencial, em plena Praça dos Três Poderes, e entregar uma carta escrita de próprio punho ao Presidente José Sarney, reivindicando, em nome das 1.020 famílias que moravam nos 1.020 lotes da Vila Planalto, a fixação dos moradores. “Eu entreguei a carta a Sarney em 17 de julho, e em 25 de agosto de 1987, fui à audiência com José Aparecido. O José Aparecido já queria transformar Brasília em patrimônio mundial da humanidade. Ele conseguiu uma forma de a Vila não crescer, ao delimitar a Poligonal do Tombamento, fazendo uma concessão de uso por 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos”, relata. A concessão dos lotes da Vila Planalto foi obtida em 21 de abril de 1988.

Desde 2007, uma nova lei foi criada, a Vila Planalto foi regularizada e começou o processo de doação dos lotes para os pioneiros originais, conta-nos Rebouças. Ela lamenta que, antes de obter as escrituras, muitos dos antigos donos já tenham vendidos os lotes por contratos de gaveta. “Mais de 50% da Vila não é mais de moradores originais”, afirma, a brasiliense, que tem na memória toda a história da Vila Planalto, desde os primórdios da construção de Brasília.

Outro brasiliense que nos fala de sua vivência em Brasília é Pedro Laplace (ele se autodeclara brasiliense, embora tenha nascido na Bahia), Para ele, Brasília hoje tem a cara de qualquer outra grande Cidade brasileira, nos quesitos de falta de transportes, violência e abandono. Mas tem duas coisas que, em sua visão, fazem

toda a diferença: os grandes espaços e a moradia nas superquadras. “O que Brasília tem que outras cidades não têm é todo esse espaço, essa coisa espalhada, planejada. O traçado de Brasília é único. Eu mesmo não conheço outra cidade assim”.

Para esse baiano de alma brasiliense, usufruir da amplitude do espaço urbano de Brasília e da moradia nas superquadras, “essa harmonia com o verde, esses espaços abertos”, é especial. Ele se lembra de que, quando chegou, viu uma Cidade estranha e que parecia não ter um centro. “Eu me lembro de que, quando cheguei a Brasília, vi aquela cidade inóspita, fiquei esperando a cidade começar e ela não começava. Essa foi minha primeira impressão, porque em toda cidade a gente vê o centro, aquela coisa toda, e aqui não vi nada disso, era tudo igual, e eu pensava: quando vai começar a aparecer a cidade?”

O grande problema que vê em Brasília, hoje, é quanto a sua funcionalidade, especialmente para o pedestre. Laplace é um caminhante convicto, um pedestre que se recusa a ter automóvel. Ele costuma driblar barreiras recorrentes na Cidade planejada, pois sente que “não há um caminho para pedestres, não foi pensado um caminho para ele, então o pedestre é que tem que se virar e fazer o seu caminho”.

Calçadas quebradas, mal conservadas; passarelas subterrâneas mal iluminadas e perigosas, passagens danificadas pelos troncos das árvores, são parte do cotidiano dos caminhantes. Segundo seu relato, quanto mais perto da Rodoviária, no coração de Brasília, exatamente no cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental, pior e mais perigoso é o percurso. “As passarelas subterrâneas, que poderiam facilitar, são um terror. Tem o medo, tem a deterioração, e quanto mais perto da Rodoviária, pior fica, pois tem o pessoal do crack que vive por ali”, diz, em seu relato, acrescentando que muitas vezes ajudou pedestres, especialmente mulheres, a enfrentarem a travessia do Eixão por essas passarelas subterrâneas.

Defensor da caminhada como forma de compreender e usufruir de toda a beleza dos espaços urbanos do Plano Piloto, Laplace confirma nossa ideia de propor percursos turísticos que incluam a caminhada como forma de apreender geopoeticamente a Cidade, com sua espacialidade monumental e a presença recorrente do céu como elemento essencial de sua paisagem, sempre na linha de nosso horizonte, como propôs Costa (1991), em seu projeto de Brasília.

Em sua perspectiva de pedestre, numa postura contemplativa e geopoética, Laplace diz que a Cidade é “uma obra muito agradável de ver. Acalma a gente, é o

que temos, e isso é muito bom”. Ele cita alguns ângulos da Cidade planejada como de sua preferência: “eu acho bonita a UnB (Universidade de Brasília). Aquele concreto misturado à natureza é muito interessante e, é claro, o horizonte, essa linha do horizonte que se vê de todo lugar”. E diz que adora caminhar pelo Catetinho, Itamaraty, Congresso Nacional, Torre de TV e pelo Eixo Monumental, com a visão da Esplanada, mas do que gosta mesmo é “do conjunto, dos ângulos, da amplitude”.

Convicto de sua identidade brasiliense, Laplace também traz na memória histórias místicas da Cidade, onde reside desde 1977. “Há mitos e crenças em Brasília sobre as quais já ouvi falar, outras até conheci, como o Vale do Amanhecer e Tia Neiva. Eu me lembro de ver Tia Neiva, ela morreu depois num acidente de carro, foi ela quem fundou o Vale do Amanhecer, uma mulher que tinha sido caminhoneira. Dizem que começou a ter visões, dizem que ela teve um acidente e bateu a cabeça. E era uma coisa meio espacial, tinha ligação com disco voador, tinha essa relação”.

Os adeptos do Santo Daime com seu chá de ayahuascar (planta alucinógena de tradição indígena) também fazem parte de sua memória das décadas de 70 e 80, mas apesar dessa aura mística, diz que nunca sentiu Brasília como uma cidade do futuro, especialmente por sua arquitetura modernista que considera retrô. “Engraçado, porque era pra ser, com essa coisa do traçado, do avião, mas para mim Brasília, que agora é uma senhora, tem uma cara assim meio retrô, talvez pela própria arquitetura daquele tempo, que é uma arquitetura clássica do modernismo”.

Em sua visão, no entanto, a ideia de construir uma cidade mais justa, mais funcional, foi perfeita, na teoria, mas na prática isso não se realizou, em função da política. No entanto, defende ser preciso separar a política da imagem da Cidade: “é preciso se tirar a sujeira do nome de Brasília. O que é que tem a Cidade a ver com essa canalhada que é de fora e que é de dentro (falando sobre a Política), que é quem administra o País? Isso permeia, de alguma maneira, o modo como o brasileiro vê Brasília. E isso é uma injustiça”. Seu depoimento responde, de certa forma, a nossa questão de pesquisa sobre a imagem mais hostil e menos hospitaleira da Cidade na memória coletiva dos seus habitantes e também dos brasileiros dos outros estados.

Nosso entrevistado considera que a população de Brasília tem exercido o seu direito à Cidade, apesar dos pesares, e vê isso refletido em vários movimentos na atualidade: “a população de Brasília tem exercido, de alguma maneira, a pressão

para ter o direito de usufruir da cidade. A gente tem visto isso em vários movimentos como o dos *food trucks*, o dos Chefs no Eixo, as feirinhas gastronômicas e artesanais, as feirinhas de quadra, os piqueniques. Acho que finalmente caiu a ficha e as pessoas estão ocupando os espaços (da cidadania)”.

Quanto à violência, nosso caminhante diz que consegue enfrentar a questão usando a amplitude dos espaços a seu favor, inclusive ao participar de festas públicas, as quais vai e das quais volta, frequentemente, a pé, mesmo de madrugada: “Essas festas por aqui pelo Plano Piloto, que são abertas ao público, têm sido muito bem organizadas, com banheiro químico, bandas, etc., são festas bem típicas de Brasília. A gente pode voltar andando dessas festas. A Cidade fica vazia, então você não tem medo do trânsito, e também não tem medo das pessoas, porque são lugares onde não ficam pessoas escondidas, por serem muito abertos. A amplitude do espaço protege, é o que eu sinto”.

Quanto ao fato de não ter nascido na cidade, é taxativo: “sou brasileiro mesmo, não pioneiro nem candango, pois quando *cheguei*, em 77, os pioneiros e candangos já estavam aqui, já tinham chegado há tempos. Então, eu me considero daqui. Minha identidade é brasileira”.

Quadro 5 - Perfil por idade

Entrevistado	Idade
Vladimir Carvalho	82
Nicolas Behr	59
Miguel Rodrigues	78
Maria Aparecida Emediato	87
Leilane Rebouças	42
Pedro Laplace	59

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Quadro 6 – Naturalidade

Entrevistado	Estado
Vladimir Carvalho	Paraíba
Nicolas Behr	Mato Grosso
Miguel Rodrigues	Minas Gerais
Maria Aparecida Emediato	Minas Gerais
Leilane Rebouças	Distrito Federal
Pedro Laplace	Bahia

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Quadro 7 - Tempo de residência em Brasília (anos)

Entrevistado	Tempo
Vladimir Carvalho	48
Nicolas Behr	43
Miguel Rodrigues	57
Maria Aparecida Emediato	58
Leilane Rebouças	42
Pedro Laplace	40

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Motivos da mudança para Brasília:

Oportunidade de trabalho na UnB (ele próprio); oportunidade de trabalho como professores (os pais); oportunidade de trabalho como operário (o pai); oportunidade de trabalho como operário (ele próprio); oportunidade de trabalho como engenheiro (o marido) e professora (ela própria); transferência do trabalho (o pai).

5.2 Entrevistas curtas, estruturadas, com habitantes e viajantes

No primeiro bloco de entrevistas, ouvimos vinte moradores de Brasília (identificados em nossa pesquisa como habitantes), em seis atrativos turísticos, localizados ao longo do Eixo Monumental: Catedral, Museu da República, Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Itamaraty.

Entre os entrevistados, dez eram cidadãos de meia-idade, entre 50 e 62 anos, e outros dez eram jovens, entre 19 e 41 anos. A metade deles era brasiliense; a outra, era proveniente de oito estados, localizados nas cinco regiões do País, como é característica da população de Brasília.

Entre os que para cá imigraram, cinco eram candangos, com mais de 30 anos antes de Brasília e apenas três eram recentes na Cidade (entre quatro e seis anos). Os motivos alegados para a mudança também são característicos da história da fundação de Brasília: sobrevivência, trabalho, aventura, esperança de uma vida melhor (candangos que vieram para a construção), pais vieram para construir a cidade (pais candangos). Apenas dois disseram ter se mudado por causa de transferência do trabalho e concurso público.

As entrevistas foram feitas nos dias 24 e 25 de outubro de 2017.

Interpretação

Entre os 20 habitantes ouvidos na pesquisa cerca de 50% (cinquenta por cento) é brasiliense, nascido na cidade, e tem entre 20 e 60 anos. Os motivos da migração dos demais – representando nove estados - variam entre os que vieram com os pais para construir e trabalhar em Brasília (os candangos) e os que vieram ainda jovens, em busca de trabalho e prosperidade.

A cidade desperta admiração e amor. Têm amor pelo território; mesmo entre os mais pobres, a maioria não pensa em sair, sequer se imagina morando em outro lugar, e considera que a vida melhorou, apesar dos pesares. A arquitetura, com seus monumentos e palácios, e o planejamento urbano são motivo de encanto e orgulho. Citam a monumentalidade dos palácios e atrativos turísticos, a amplitude e organização dos espaços públicos e a beleza da paisagem como elementos unificadores de uma cidadania.

Sentem-se brasilienses, mesmo os que não nasceram aqui, embora tenham consciência do grande fosso que existe entre centro e periferia; entre o Plano Piloto e as regiões administrativas e cidades do entorno de Brasília. Ressentem-se da má qualidade dos transportes públicos e da falta de acolhimento presente nos principais atrativos turísticos da Cidade, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Percebe-se em suas falas a consciência de que a má qualidade dos transportes

públicos, a burocracia exigida no acesso às visitas internas aos Palácios e a falta de espaços de sombra e de locais para alimentação, são barreiras concretas para que possam frequentar esses espaços, palácios e monumentos da Cidade que ajudaram a construir.

Ressentem-se da falta de serviços públicos de qualidade: além dos transportes, denunciam a falta d'água, a péssima qualidade dos serviços de saúde e o aumento da violência urbana e da sensação de insegurança. Por isso, percebem como hostil ao seu usufruto toda a beleza, amplitude de espaços e suntuosidade dos atrativos turísticos do Plano Piloto, especialmente dos que conhecem ao longo do Eixo Monumental.

Mesmo assim, gostam de viver em Brasília, nesse espaço social que consideram a sua casa, a sua cidade, o seu território. Sentem como hostilidade na cidade o vazio e as grandes distâncias, mas conseguem perceber o acolhimento da população. Muitos se sentem desanimados e intimidados por essas barreiras socioeconômicas que os impedem de frequentar o Plano Piloto. Assim como entre os turistas, também entre os habitantes, a corrupção da política é percebida como o grande e maior mal e que acaba sendo apontada como uma marca de Brasília.

Os vendedores ambulantes de comida, bebida e souvenirs são talvez o único traço de acolhimento que veem na maioria dos palácios e monumentos de Brasília. As exceções são a Torre de TV, o Eixão do Lazer e o Parque da Cidade, além dos pontões de acesso ao Lago Paranoá, apontados pela maioria como os locais que mais frequentam na Cidade Monumental.

Na memória coletiva, percebem-se ainda vestígios dos tempos da construção e dos primeiros anos de Brasília, pois muitos ainda veem a Cidade como símbolo de modernidade e possibilidade real de trabalho, prosperidade e bonança. Entre as crenças e utopias citadas, aparecem ainda resquícios da profecia de Dom Bosco, do misticismo e do sonho histórico da mudança da Capital, que trouxe ao Centro-Oeste milhares de brasileiros – os candangos - que deixaram seus territórios e para cá vieram em busca de um novo destino. Também entre os habitantes, a pesquisa aponta a ausência de transporte público, de espaços de sombras, lanchonetes, toaletes e lojas de souvenirs como graves problemas estruturais para o incremento do turismo em Brasília.

O acesso aos palácios sequer foi citado, tamanho o desconhecimento da possibilidade de visitá-los. Alguns se sentem mesmo intimidados, seja por barreiras

concretas (agendamento prévio, em dias diferentes, para os vários palácios) ou ideológicas (falta de acolhimento, nos atrativos turísticos visitados, pelas pessoas que fazem a segurança desses locais). Na memória coletiva dos habitantes, foram lembrados os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, mas o Presidente Juscelino Kubitschek não foi citado. A saga dos candangos e a interrupção de um projeto de cidadania, presente na ideia da fundação de Brasília, não foram citadas. Como disse Lúcio Costa, no documento Brasília Revisitada, que fez nos Anos 80, propondo modificações e melhorias no seu projeto inicial, a realidade ultrapassou o sonho.

Espaços, palácios e monumentos preferidos: Catedral, Museu da República, Centro Cultural Banco do Brasil-CCBB, shoppings, Esplanada dos Ministérios, Eixo Monumental, Biblioteca Nacional, Torre de TV, Parque da Cidade, Ermida de Dom Bosco, Pontão do Lago Sul, Lago Paranoá, Eixão (Eixo Rodoviário), Ponte JK, Zoológico, Deck Norte, Parque da Cidade.

Personagens citados: Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Crenças, mitos e utopias citados sobre Brasília: corrupção, cidade das oportunidades de melhoria de vida, trabalho, esperança, cidade solitária, não tem esquinas, alto poder aquisitivo do Plano Piloto, ideia de Brasília vinha da época do Brasil-Colônia, mudança da Capital do centro do território, ideia de Brasília já existia no imaginário, muito antes dela existir; profecia de Dom Bosco.

Qualidades destacadas: bacana, bonita, planejada, amplitude do espaço urbano, arejada, acessibilidade, espaçamento das construções, arquitetura moderna, incrível, diferenciada, bonita, facilidade de emprego e trabalho, acolhimento, afetividade das pessoas, pouca violência, diversidade cultural, diferente, moderna, monumental.

Problemas apontados: dificuldade de deslocamento, grandes distâncias das cidades do entorno para o Plano Piloto, conflitante entre periferia e centro, crise hídrica, injustiça social, entorno e cidades-satélites (RAs) carentes e feios, turismo concentrado no Plano Piloto, potencial turístico das RAs mal ou não aproveitado, ausência ou má qualidade do transporte público, corrupção, burocracia, excesso de carros, poluição sonora, falta de lazer, de espaços de sombra e de refeições nos atrativos turísticos, esgotada pelo excesso de pessoas, planejamento urbano prejudicado, má qualidade da saúde, dificuldade de acesso a palácios e monumentos, atrativos turísticos fechados para visita; cidade feita para carros, metrô em linha reta não facilita o acesso a outros atrativos da cidade.

Definindo Brasília em palavras: Quente; cara; bem organizada; plana; bacana; turística; legal; diferente; linda; maravilhosa; arquitetura magnífica; acolhedora; população amável; bonita; arquitetura inovadora, à frente de seu tempo; desorganizada; organizada; boa para obter trabalho e emprego; desanimada; triste; mística; cheia de mistério; cidade boa; arquitetura incrível; diferenciada; ótima de viver; bonita; receptiva; alegre; clima ótimo; estrutura arquitetônica linda; natureza muito legal; boa; bonita; sem água; pouco trabalho; pouco lazer; ou você ama ou odeia; cidade-parque; amor da minha vida; espaços amplos; show de bola; sem chuva; cidade onde as coisas acontecem; cidade que não para; um show à parte; cultura muito viva; saúde pública péssima.

Frases espontâneas:

- A gente ouve falar que aqui só tem corrupto e é verdade, se fosse só crença...
- De certa forma, eu encontrei uma melhoria de vida, encontrei sim.
- Aqui (Plano Piloto) não é igual ao entorno, é bem planejada.
- A corrupção não é por causa da cidade em si, mas é algo mesmo da política.
- Aqui em Brasília tudo é longe.
- Ou você ama, ou você odeia.
- Não me imagino morando noutra cidade.
- Um lugar bom de viver.
- Eu acho que aqui é tudo bem livre.
- Vim arriscar, não tinha nada previsto em Brasília para mim.
- Brasília é o amor da minha vida.
- A arquitetura muito à frente de seu tempo.
- Eu amo Brasília, sou daqui.
- Brasília é uma cidade mística, cheia de mistério.
- Dizem que quem suportar ficar em Brasília, no final, vai ser muito bom.
- Brasília, um excelente lugar para se viver.
- A arquitetura é interessante, passa uma impressão de mais clássica, mas ao mesmo tempo é bem moderna.
- Tem muito concreto, só sinto falta de uma maior incorporação do verde nas construções.
- Dizem que todo mundo aqui é parente de político; mas eu, por exemplo, não conheço ninguém que tem relação com a política.

- O que a gente mais ouve em Brasília é que aqui só tem corrupto.
- Não sei nem como definir Brasília, não tem como explicar. Brasília não tem nem explicação.
- Gosto muito de Brasília, saí daqui e voltei de novo.
- Esperava uma coisa melhor e não encontrei, estou na rua até hoje, trabalhando.
- O clima é ótimo e a estrutura arquitetônica é muito linda.
- Brasília foi muito bem pensada. Hoje, eu acho que ela está esgotada, em função do número de pessoas que veio para cá.
- O lado bom é que as pessoas são muito afetivas.
- Eu adoro ver os ipês, quando estão florindo. Brasília é um show à parte.
- Dizem que o pneu aqui não desgasta, porque não tem curvas nem esquinas.
- Eu que trabalho na rua, por exemplo, já fui expulso de porta de monumentos.
- Brasília é minha casa, minha Capital; só tenho palavras de amor.
- Eu esperava vencer, pois a gente só ouvia falar em Brasília, e consegui, graças a Deus. Eu comprei minha casa, não é?
- Aumentaram os bandidos na rua, não se pode andar mais como se andava antigamente.
- Gosto da arquitetura; acho bonita; só não gosto da política, só desse lado, o resto, eu acho bom.
- Eu aprecio muito a arquitetura de Brasília, gosto muito de andar e ver os prédios, o traçado das ruas; eu acho legal.
- Eu li que desde quando o Brasil ainda era colônia, tinha essa ideia de se construir Brasília para fazer a capital do Brasil no centro do território.
- Tinha essa ideia de Brasília, que já existia no imaginário, muito antes dela existir.
- Não fecharia Brasília numa definição de crítica ou de elogio; é a cidade onde eu moro.
- Viver aqui é sempre lutando, a luta é contínua, tem que lutar.
- Tem muita gente que mora aqui (em Brasília) e não conhece, porque tem medo, acha que é um lugar só pra rico, pra turista.
- É até engraçado; eu trouxe meu padrasto aqui, e ele se emocionou quando chegou ao Congresso; ele chorou.
- Aqui na Esplanada, nós não temos oportunidade de lazer e nem de refeições, então é muito difícil.

- Não acho que há facilidade de frequentar os espaços, palácios e monumentos; o acesso é muito limitado, por causa da burocracia e da falta de transportes.
- Quem está na periferia, vai ter dificuldade pela distância, por causa da centralidade dos espaços de ocupação.
- Eu quase não ando, porque aqui em Brasília, inclusive abrangendo o entorno, tudo é longe.
- A dificuldade de deslocamento faz com que a gente desista de se deslocar.

Viajantes

No segundo bloco de entrevistas, ouvimos vinte turistas, em visita à Cidade (identificados em nossa pesquisa como viajantes), encontrados em alguns atrativos turísticos: Catedral, Torre de TV, Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios e Congresso Nacional.

Quase todos os viajantes ouvidos eram jovens entre 17 e 44 anos, apenas dois tinham, respectivamente, 48 e 60 anos; e vinham de onze estados das várias regiões do País.

Entre os turistas, a maioria – doze ao todo - estava visitando Brasília pela primeira vez, um era visitante frequente (mais de 15 vezes) e os demais já tinham vindo à Cidade entre duas e três vezes.

Os motivos alegados para a viagem foram turismo, visita a parentes, eventos, estágios, trabalho, participação em congressos, movimentos sociais e nas Olimpíadas de Geografia, que estavam acontecendo na semana em que foram realizadas as entrevistas. Os depoimentos foram colhidos entre os dias 20 e 25 de outubro de 2017.

Interpretação

Entre os 20 turistas ouvidos na pesquisa, 80% são jovens, entre 18 e 40 anos. a maioria veio à Cidade pela primeira. Os motivos da viagem variam entre trabalho, eventos, congressos, turismo e visita a parentes. Poucos vieram à Cidade exclusivamente para turismo, geralmente, aproveitam a estadia para fazer turismo.

A cidade desperta admiração e estranhamento. A maioria gosta do que vê, encanta-se com a beleza da arquitetura, a modernidade dos traços, a monumentalidade, e a organização e limpeza que atribuem ao planejamento urbano. Gostam da sensação que a urbe planejada desperta.

A seca e o calor da estação das secas (outubro), no entanto, incomoda a todos. Sentem falta de espaços de sombras, de acolhimento ao turista, ao longo do Eixo Monumental; do movimento de pedestres pelas vias largas. Sentem como hostilidade na cidade o vazio e as grandes distâncias; e a definem como prioritária para automóveis, em detrimento dos pedestres.

Ressentem-se da falta de transporte público, da falta de mobilidade. As enormes distâncias enganam o olhar de quem se aventura a caminhar. A monumentalidade e suntuosidade de seus prédios e palácios deslumbram, mas também intimidam. A corrupção da política é o grande e maior mal apontado que veem como, indistintamente, permeando os Três Poderes.

A Catedral e o Palácio do Congresso Nacional impressionam pela beleza arquitetônica. A Torre de TV encanta pela presença das pessoas; sentem-se acolhidos pela população que por ali transita. Na memória coletiva, percebe-se a perda da memória dos tempos áureos da construção, da saga dos candangos que para cá vieram em busca do sonho de prosperidade e bonança; dos mitos e utopias (só foi citado o mito de Cidade do Futuro).

Desconhece-se o sonho de Dom Bosco; os mitos de fundação da Cidade profética, fundadora de um novo Brasil, de uma nova sociedade socialmente mais justa. Mas permanece certa aura de misticismo, envolvendo poder, ecumenismo, prosperidade e beleza, como se pode ler nas entrelinhas das impressões e palavras escolhidas para definir a Cidade.

A ausência de transporte público, de espaços de sombras, lanchonetes, toaletes e lojas de souvenirs são problemas estruturais para o incremento do

turismo em Brasília, como a pesquisa sugere. A falta de coordenação entre as agendas das visitas guiadas e a impossibilidade de se visitar os prédios públicos em fins de semana e feriados, sem agendamento prévio e mesmo sem disponibilidade de visita nesses dias, é outro elemento complicador para o turismo em Brasília.

Fazem parte da memória coletiva apenas três personagens históricos: o presidente Juscelino Kubitschek, o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa. A saga da construção da nova Capital e a interrupção de um projeto de cidadania, presente na ideia da fundação de Brasília, tampouco foram lembradas; parecem ter se perdido nos labirintos do tempo, embora tudo isso só tenha acontecido no ínfimo tempo histórico de 57 anos.

Personagens citados: Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa.

Crenças, mitos e utopias citados sobre Brasília: mística, monumental, moderna, seca, corrupção, poder, dinheiro, vazia de pessoas, espaços vazios, grandes distâncias, não é uma cidade para pedestres, sem carro, a gente não se vira, o Planalto Central e suas boas energias, uma cidade ecumênica.

Qualidades destacadas: monumentalidade, limpeza, beleza da arquitetura, organização, receptividade ao turista, acolhimento da população ao turista, planejamento urbano, acessibilidade aos espaços públicos.

Problemas apontados: falta de mobilidade; transporte público precário; falta de comunicação sobre visitas a monumentos e palácios; falta de apoio ao turista; palácios e prédios públicos sem acesso nos finais de semanas; desinformação sobre agendamento prévio; agendamento prévio em dias diferentes da semana; prédios e palácios fechados nos finais de semana; falta de espaços de sombra para os turistas; falta de alimentação para atender aos turistas.

Espaços, Palácios e Monumentos preferidos: Catedral, Congresso Nacional, Torre de TV. Templo da Boa Vontade.

Definindo Brasília em palavras: Inesquecível, bonita, inspiradora, seca, quente, organizada, deserta, maravilhosa, única, instigante, diferente, linda, surpreendente, acolhedora, arquitetônica, monumental, moderna, vazia, poder, corrupção, dinheiro, injustiça, expectativa, representatividade, distâncias, vazio, calor, indignação, esperança.

Frases espontâneas:

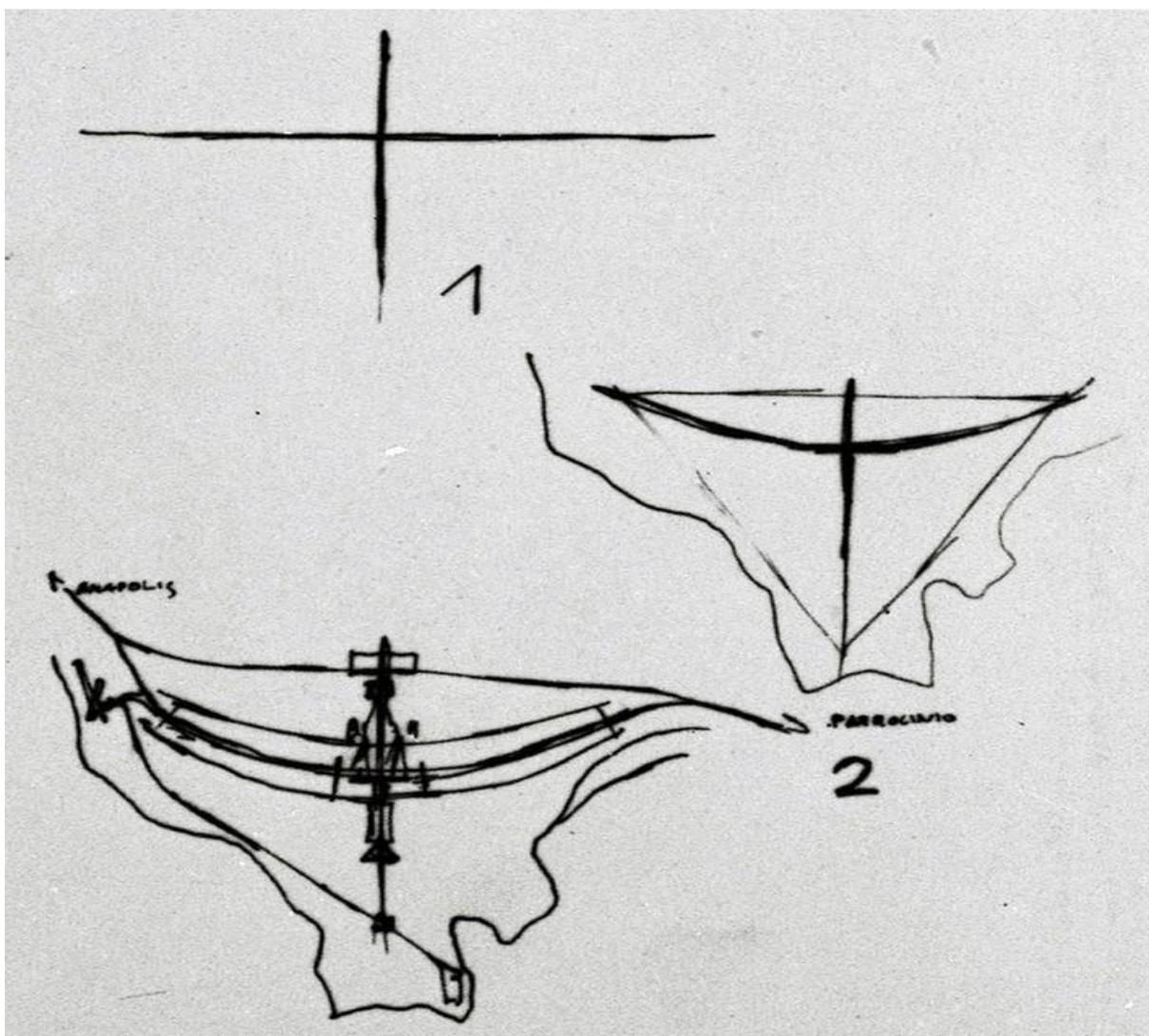
- Brasília prioriza os automóveis.
- Sem palavras para descrever a Cidade.

- Gostaria que em Brasília houvesse mais respeito à população brasileira.
- Cinquenta anos em cinco.
- Acho que rola muito dinheiro aqui.
- Uma cidade focada no turismo, mas também muito focada no trabalho.
- Brasília é um sonho de consumo.
- Brasília é uma ilha da fantasia.
- Faltam árvores para proteger o pedestre do sol e do calor.
- Ai que calor.
- Aqui, tudo é muito longe.
- Aqui não tem portão, isso é muito legal.
- A superquadra é uma ideia interessante.
- Tem utopias que a gente ouve, como o Planalto Central e suas boas energias.
- A arquitetura é sempre moderna, sempre à frente do tempo.
- A arquitetura e suas sinuosidades.
- Um lugar espetacular, faz parte da vida dos brasileiros.
- O próprio Niemeyer disse que projetar Brasília foi como desenhar um vaso que o pessoal usa como penico.
- Brasília causa muita indignação (...) mas, de certa forma, também é um lugar que pode promover esperança.
- É uma cidade com todas as religiões: católica, protestante, espírita, ecumênica.
- Eu estou andando há 45 minutos, e olhei aqui no mapa e parece que não andei nada.
- No papel, é um conceito muito interessante, mas acho que na prática não funciona.
- Há uma priorização de carros individuais, não se vê muitas pessoas, não há muita convivência.

Após a compilação e interpretação das entrevistas com habitantes e viajantes, passamos, a seguir, para a montagem e experimentação fenomenológica dos percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília.

CAPÍTULO 6 – ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA

Figura 1 - Traços que formam a base do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap²⁴

Um quadrilátero, dentro dele um triângulo, dentro dele uma cruz. Esse é o Esboço Nº 2 (figura 1), apresentado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa (1991), no projeto vencedor do concurso para o Plano Piloto de Brasília. O projeto, escolhido

²⁴ <https://www.archdaily.com.br/br/867716/ultima-semana-para-visitar-a-exposicao-que-celebra-os-60-anos-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia/58d2975be58ecef1270000b7-ultima-semana-para-visitar-a-exposicao-que-celebra-os-60-anos-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia-foto>. Acessado em 25/01/2018, às 15h58.

por um júri internacional, em 1957, mais do que propor o desenho da Capital política e administrativa do Brasil - na descrição da página experimental do site Museu Virtual de Brasília (SILVA, 2011) - sugeria uma nova concepção de vida, baseada no resgate de valores essenciais ao bem-estar coletivo. Uma cidade-parque em que homem e natureza convivessem de forma harmoniosa e em que os laços comunitários fossem fortalecidos. Uma capital arrojada e moderna, com um sistema viário inovador, pontuada por monumentos de forte impacto cívico e arquitetônico²⁵.

O simbolismo do projeto de Costa (1991) pode ser constatado não só no seu relatório-manifesto, mas em cada um dos seus esboços, a partir do Esboço Nº 1 – em formato de cruz, um símbolo de conquista, de quem toma posse de um território.

Adaptado à topografia local e ao escoamento das águas, um dos eixos dessa cruz, o Norte-Sul, seria arqueado e daria ao desenho final a noção de um pássaro – ou, como diria mais tarde Lucio Costa, a sugestão de uma libélula, uma borboleta, um arco e flecha²⁶.

À leitura do Relatório do Plano Piloto de Brasília, com seu caráter mítico e poético, materializado nos desenhos repletos de simbolismos, somaram-se, em nossa memória, leituras anteriores sobre a descoberta do Brasil, à época dos Grandes Descobrimentos; construindo – não catedrais – como disse o Presidente Juscelino Kubitschek (1975), referindo-se à construção de Brasília - mas pontes. Pontes que a nós pareciam ligar não só a saga da conquista dos mares e de novos territórios pelos portugueses à saga da conquista do Centro-Oeste pelos brasileiros pioneiros; mas também a tragédia que significou a fundação do Brasil português para os povos indígenas à tragédia dos candangos – os operários da construção de Brasília - muito deles mortos ou expulsos da Cidade do Futuro que construíram com as próprias mãos.

Alimentados ainda pelas leituras sobre Teoria da Viagem e Geopoética, e pelos estudos sobre o fenômeno do Turismo, esse desejo se transmutou em ideia, e dessa ideia inicial nasceu nosso produto: a construção de um Roteiro Geopoético de Brasília, formado por percursos turísticos que pudessem conduzir o olhar dos habitantes e viajantes à memória dos mitos que embalaram a história da mudança da Capital e à saga dos candangos que a tornaram realidade, tudo isso à luz do contexto sócio-histórico-cultural em que se deu a fundação de Brasília.

²⁵ (http://www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/plano_piloto.html). Acessado em 19/12/2017, às 22h40).

²⁶ (http://www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/plano_piloto.html). Acessado em 19/12/2017, às 22h40).

Desde o começo a caminhada se impôs como possibilidade de apreensão do significado desses percursos, por trazer em seu DNA a própria história migratória do homem pelo Planeta. Mesmo quando as grandes distâncias características de Brasília exigiu o uso de transporte, os atos de caminhar e de contemplar a paisagem e o espaço social (SANTOS, 2014) constituíram as espinhas dorsais das experimentações dos percursos turísticos delineados, nos formatos que ora passamos a descrever.

Foram cinco os percursos turísticos que construímos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília, com o objetivo de despertar um olhar diferenciado dos habitantes e viajantes sobre Brasília. Para tanto, pesquisamos a história e a memória de cada um dos atrativos integrantes desses cinco percursos:

O **Percurso Um**, denominado **No Meio do Caminho Tinha uma Pedra Fundamental**, é composto por 11 atrativos turísticos, num trajeto de 172 km – o único que utiliza apenas o transporte rodoviário, em virtude das grandes distâncias percorridas.

O **Percurso Dois**, com o nome de **Geopoética do Espaço Social do Plano Piloto**, é composto por oito atrativos turísticos, num trajeto de 10 km, e é todo feito a pé, numa caminhada pelas escalas bucólica e residencial, conforme descritas por Costa (1991), em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília.

O **Percurso Três**, denominado **A escala Gregária de Lúcio Costa**, é composto por oito atrativos turísticos, num percurso – também todo feito a pé - de 5,5 Km, em busca da compreensão da escala gregária e de sua intercessão com a escala monumental, previstas por Costa (1991).

O **Percurso Quatro** é uma visita à Praça dos Três Poderes, com a inclusão de visitas guiadas a três dos cinco palácios que a circundam: o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Itamaraty. O roteiro, denominado **A Praça Monumental, seus Palácios e Tesouros**, é uma caminhada por 4 km pelo triângulo em que se assentou a Praça, com visitas a todos os seus monumentos, esculturas, museus e espaços culturais. Além disso, o percurso inclui as três visitas guiadas aos Palácios selecionados. Todo o roteiro acontece no local do Plano Piloto que consideramos o mais significativo da escala monumental de Costa (1991) e da arquitetura modernista de Niemeyer.

E o **Percurso Cinco**, que denominamos de **Palácios, Hotéis e uma Vila na Rota do Lago Paranoá**, é um percurso com meios de locomoção mistos:

caminhada, transporte rodoviário e transporte fluvial. O percurso tem, no total, 13 km, sendo 3,6 km de caminhada e mais 9,4 km de automóvel, além de um passeio de barco, no Lago Paranoá. O percurso começa com uma visita à Vila Planalto, prossegue com uma caminhada de 2,6 km até o Hotel Brasília Palace; e, depois, com mais 1 km de caminhada, até o Palácio da Alvorada, para uma visita guiada de 40 minutos. Por último, o percurso prossegue por mais 9,5 km – via transporte rodoviário - até o Pontão do Lago Sul, onde habitantes e viajantes são convidados a embarcar num passeio turístico pelas águas do Lago Paranoá.

Nesses percursos, foram buscadas as marcas no território capazes de recuperar a história e memória de cada um dos atrativos turísticos que deles fazem parte. E, por meio delas, alcançar o objetivo de despertar um novo olhar ou de ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade de Brasília. A caminhada – enquanto experiência geopoética – foi a base de nossa experimentação.

Percurso Um: No meio do caminho tinha uma Pedra Fundamental

MOBILIDADE: automóvel

TEMPO: 6h

DISTÂNCIA: 172Km

SAÍDA: Setor Hoteleiro Norte/Setor Hoteleiro Sul

DIAS SUGERIDOS: terça a sábado

TRAJETO:

Eixo Rodoviário Norte

Pedra Fundamental: definição do Quadrilátero Cruls

Vale do Amanhecer: onde todas as crenças se encontram

Eixo Rodoviário Norte e Sul: passeio pelas asas do avião

Solarius: ruína precoce da Cidade Modernista

Palácio do Catetinho: um palácio de tábuas para JK

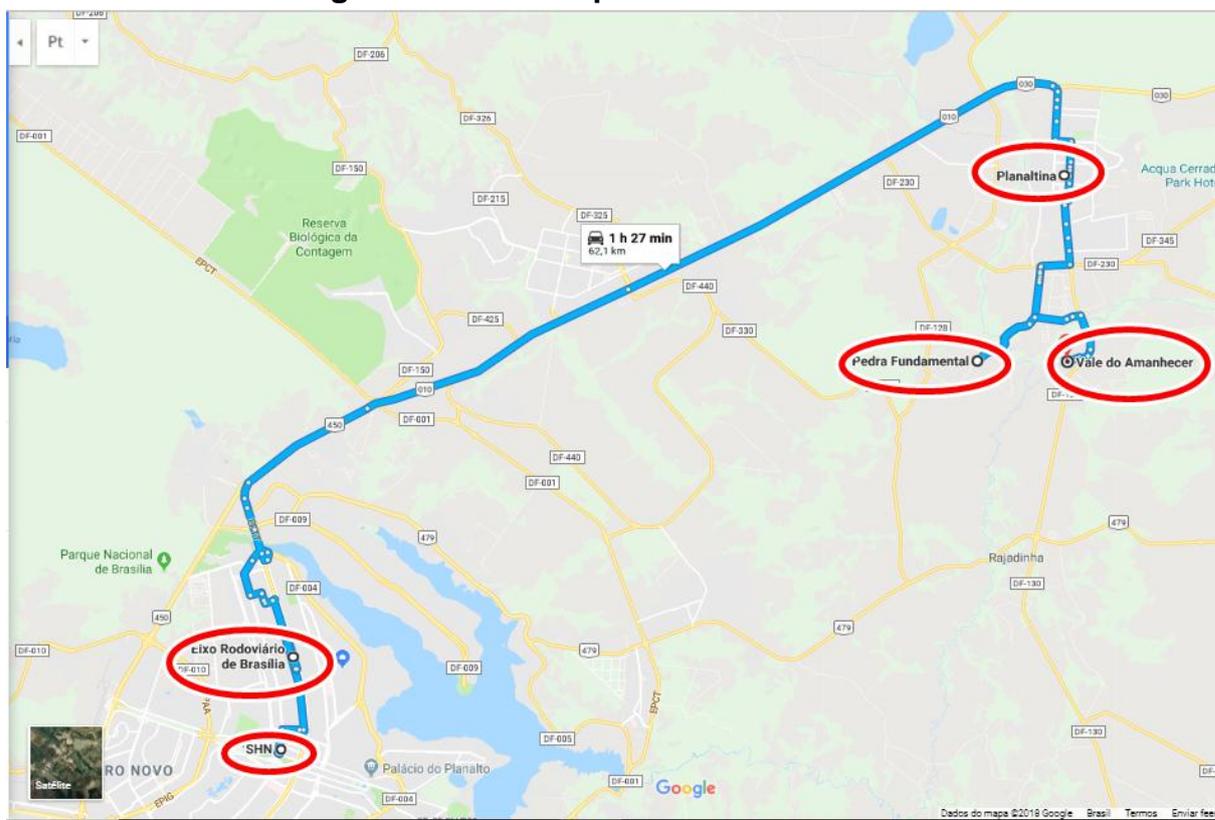
Casa Velha do Gama: Brasília é Goiás

Museu Vivo da Memória Candanga: heróis da utopia

Núcleo Bandeirante: a Cidade Livre

Praça do Cruzeiro: reencenando a Primeira Missa

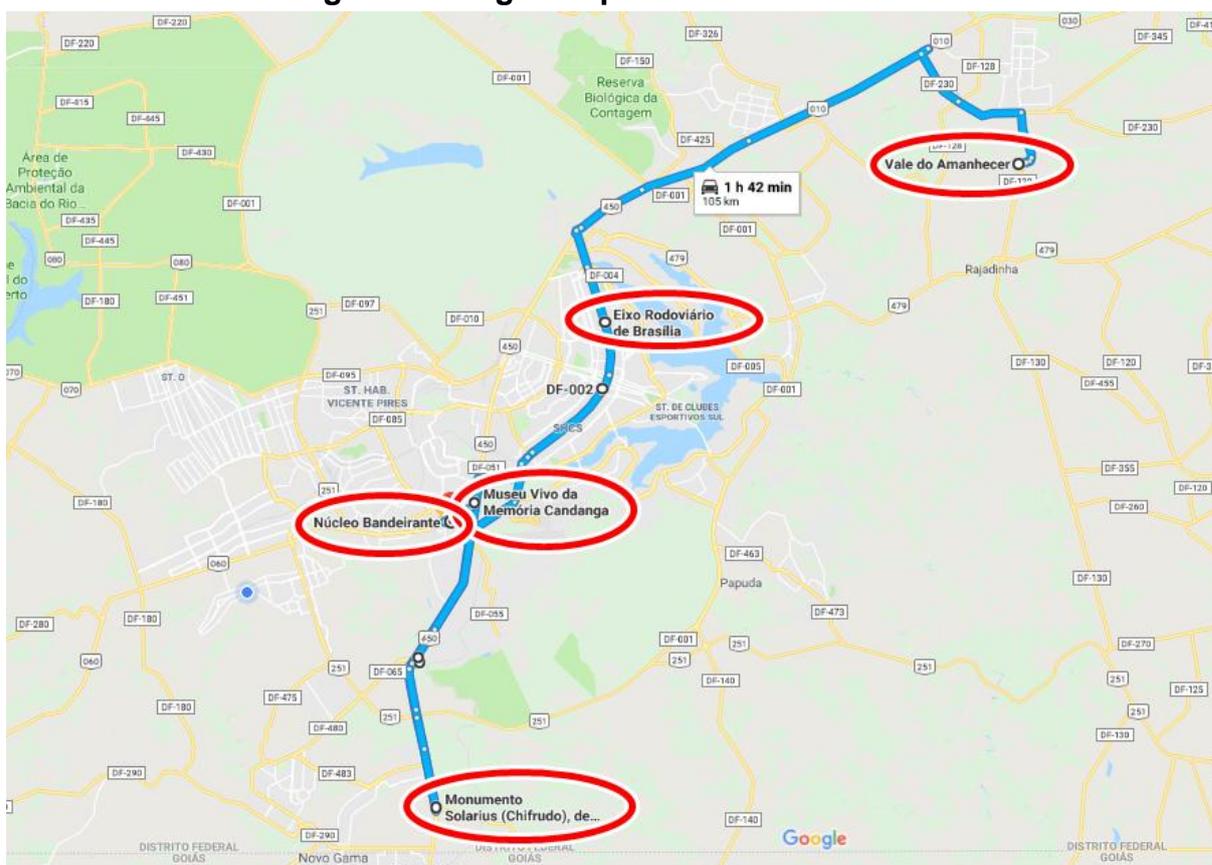
Figura 3 - Primeira parte do Percurso Um



Fonte: Google Maps

Na primeira parte do percurso, partimos do Setor Hoteleiro Norte ou Sul e seguimos na direção norte (pelo Eixo Rodoviário Norte e depois pela BR 020), por 46 km, até a cidade de Planaltina-DF, local onde está fincada a Pedra Fundamental – o primeiro marco histórico da Capital -, que delimita o início do Quadrilátero Cruls De lá, seguimos por mais seis km, até o Vale do Amanhecer, onde funciona o movimento ecumênico-esotérico Vida, fundado por Tia Neiva – a caminhoneira que virou profetisa e garantia manter contato com seres extraterrestres.

Figura 4 – Segunda parte do Percurso Um



Fonte: Google Maps

Em seguida, num longo trajeto de 74 km - a segunda parte de nosso percurso - retornamos pela BR-020 até o início do Eixo Rodoviário Norte e seguimos pelo Eixo Rodoviário Sul, onde o habitante e viajante tem uma primeira visão das escalas bucólica e residencial das superquadras, propostas por Costa (1991), em seu projeto urbanístico da nova Capital; e seguimos até o Solarius (ou Chifrudo) - escultura doada, em 1967, pelo Governo da França, e instalada próximo à divisa entre Goiás e o Distrito Federal, na BR-040, na fronteira Sul do Quadrilátero Cruls. Do Solarius, seguimos por 9,5 km, até o Catetinho, no Park Way, o palácio de madeira que abrigou o presidente JK; depois, cerca de 1 km adiante, seguimos até a Casa Velha do Gama, cuja sede preservada fica dentro do Country Club de Brasília; mais 13 km de percurso e chegamos ao Museu Vivo da Memória Candanga, na região administrativa do Núcleo Bandeirante, para visitar a exposição permanente Sangue, Poeira e Lona – contando a saga dos candangos construtores de Brasília -, instalado no terreno onde funcionou o Hospital JK, o primeiro hospital de Brasília; e 2,9 km após, chegamos ao Núcleo Bandeirante, a antiga Cidade Livre, primeiro núcleo

Em todos os atrativos turísticos desse percurso, buscamos destacar as marcas inscritas no território como forma de despertar o olhar dos habitantes e viajantes, em primeiro lugar, para o tempo histórico de cerca de sete décadas, decorrido desde o momento em que a proposta de mudança da Capital do Brasil e a delimitação do Quadrilátero Cruls entraram pela primeira vez na Constituição brasileira, em 1891, até a construção e inauguração de Brasília, em 1960; e, em segundo lugar, para alguns dos mitos fundantes que envolveram essa história, investigados em nossa pesquisa.

Entre esses mitos, destacam-se nesse percurso, os de Capital da Esperança, onde se ergueria a civilização do 3º Milênio, sonhada por Dom Bosco; Cidade Modernista, onde a arquitetura seria a base para a fundação de um Espaço Urbano Democrático; e Capital do Brasil do Futuro, com a posse do território como forma de integração nacional e o desenvolvimento do Centro-Oeste como forma de se desenvolver 50 anos em cinco, dando o Brasil o grande salto para a modernidade. Essas marcas, reveladas em cada atrativo visitado, são as que se seguem:

Pedra Fundamental – definição do Quadrilátero Cruls

Foto 6 - Pedra Fundamental



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora²⁷

²⁷ Legenda – Foto 1 – Pedra Fundamental - 1922 . Foto 2 – Placa da Pedra Fundamental da futura capital . Foto 3 – Pedra Fundamental - Marco do quadrilátero Cruls.

Começamos nosso percurso pela visita à Pedra Fundamental, a 40 km do centro do Plano Piloto de Brasília. Esse é o primeiro marco histórico da construção da Capital, um obelisco fincado no Morro do Centenário, na cidade de Planaltina (antiga Mestre d'Armas), em sete de setembro de 1922, por decreto do Governo do Presidente Epitácio Pessoa.

O Decreto Legislativo nº 4.494 “mandava edificar a Pedra Fundamental da futura capital no quadrilátero Cruls”, a partir de projeto legislativo de autoria dos deputados Americano do Brasil (Goiás) e Rodrigues Machado (Maranhão). O local foi definido em 1892/1893, após duas missões científicas, que percorreram o Centro-Oeste em busca do lugar ideal para a nova Capital do Brasil.

Localizado no Planalto Central, o Quadrilátero Cruls foi inscrito, pela primeira vez, na Lei Maior do Brasil, em 1891, “na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados²⁸”. Para delimitar o quadrilátero onde seria construída a nova Capital, ocorreram duas missões científicas, nos anos de 1892 e 1893, que percorreram o Centro-Oeste.

A Missão Cruls (na verdade, foram realizadas duas missões para fazer o trabalho, ambas lideradas pelo astrônomo e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Luis Cruls) realizou “um trabalho de demarcação de terrenos e, entre 1892 e 1894, delimitou uma área de 14.400 Km², conhecida como Quadrilátero Cruls” (ALVES, 2005, p. 123). Passados mais de 50 anos, uma nova Constituição, em 1946, trouxe em seu bojo a determinação de novo estudo para a localização da futura Capital. A comissão – conhecida como Missão Polli Coelho – foi nomeada em 1948, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra; e, após dois anos de trabalho, chegou à conclusão de que “o melhor local era de fato, coincidentemente, o Quadrilátero Cruls” (ALVES, 2005. p. 124).

Antes de entrar, pela primeira vez, na Constituição da República de 1891, a ideia de mudança da Capital já surgira, por duas vezes, ainda no Brasil-Colônia: em 1751, proposta pelo Marquês de Pombal; e em 1789, defendida pelos inconfidentes, sob a liderança de Tiradentes (OBSERVATÓRIO DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 2017).

²⁸ <http://cerratense.com.br/linkcolaboradores.html>. Acessado em 23/12/2017, à 01h03

No Brasil-Império, a ideia ressurgiu com mais força, defendida, segundo o Observatório do Turismo do Distrito Federal (2017), em 1813, por Hipólito José da Costa, e publicada pelo jornal Correio Braziliense; e pelo próprio Patriarca da Independência, o deputado José Bonifácio, que, em 1821, “propôs levantar, na latitude aproximada de 15°, uma cidade central para a Corte Portuguesa, sugerindo o nome de Brasília”.

A ideia parecia ter sido esquecida, engolida pelo tempo histórico de mais de 50 anos, quando, em 1877, Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, após pesquisas in loco, retomou o debate, sugerindo “que a Nova Capital fosse construída na vizinhança do triângulo entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre D’Armas, no Planalto Central Brasileiro”.

Seis anos depois, nascia o segundo mito fundante de Brasília por nós investigado: o da Capital do 3º Milênio, elevado a essa condição, em especial, pelo sonho do italiano Dom Bosco, em 1883, prevendo o surgimento de uma cidade representativa de uma nova civilização, localizada na América do Sul, entre os paralelos 15° e 20°. No sonho de 1883, o santo italiano – fundador da ordem dos salesianos - relatou o seguinte:

Entre os graus 15° e 20° havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um atrativo onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: - Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui à terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível (Senado Federal, 2010).

Passados mais oito anos, em 1891, já no Brasil-República, a proposta de mudança da Capital passou, finalmente, a ser lei, fixada no Art. 3º da Constituição. E o Presidente Floriano Peixoto criou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo engenheiro e astrônomo belga Luiz Cruls, para demarcar a área.

Após a segunda Missão Cruls, em 1893, o Quadrilátero Cruls apareceu pela primeira vez no Mapa do Brasil, com a inscrição de “Futuro Distrito Federal” e, em sete de setembro de 1922 (dia e ano do centenário da Independência), o Presidente Epitácio Pessoa mandou fincar a Pedra Fundamental da Nova Capital do Brasil, em Planaltina-GO, local onde nosso percurso começa.

A Pedra Fundamental é uma placa de bronze moldada e fundida pelo Liceu de Artes e Ofícios (SP), em São Paulo e fincada no Morro do Centenário, em Planaltina, no local mais alto do DF.

Do alto da Pedra Fundamental, os habitantes e viajantes podem experimentar a sensação da proximidade do céu sobre a imensidão do Planalto Central e por um instante olhar o horizonte com os olhos de Costa (1991) e Niemeyer, que incorporaram o céu ao espaço urbanístico e arquitetônico da Cidade Modernista, transformando-o num dos principais elementos de suas obras. É possível, também, experimentar, por um momento, a sensação dos candangos e pioneiros desbravadores, que aceitaram o desafio de construir, no meio nada, na imensidão do Planalto Central, a nova Capital, bem no centro do território do País, permitindo sua integração e desenvolvimento.

Da Pedra Fundamental, nosso percurso propõe uma visita ao Vale do Amanhecer, para conhecer um dos mais exóticos cultos místicos do Distrito Federal e que nasceu nos primórdios de Brasília.

Vale do Amanhecer – onde todas as crenças se encontram

Foto 7 - Vale do Amanhecer



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora²⁹

²⁹ Legenda: Foto 1 – Vale do Amanhecer - imagem de Tia Neiva. Foto 2 – Vale do Amanhecer - ritual de rua. Foto 3 - Vale do Amanhecer - Templo Estrela Cadente.

Da Pedra Fundamental, seguimos para o Vale do Amanhecer, a seis quilômetros dali, também na cidade de Planaltina, onde funciona “um movimento místico-esotérico recente, que em cerca de 40 anos ergueu mais de 600 templos no Brasil e no Mundo: O Vale do Amanhecer” (PEREIRA DE OLIVEIRA, 2009, p. 3).

O VIDA, movimento místico-esotérico do Vale do Amanhecer, pode ser classificado, segundo essa autora, como um movimento New Age ou Nova Era que, no Brasil, é parte do “diálogo contínuo entre religiões oficiais e marginalizadas, em especial as religiões de possessão” (PEREIRA DE OLIVEIRA, 2009, p.3), característico da sociedade brasileira. O VIDA foi fundado por Neiva Chaves Zelaya, conhecida como Tia Neiva, em 1969, e caracteriza-se pelo sincretismo religioso, com elementos do “catolicismo, espiritismo, umbanda e da New Age, havendo referências às culturas inca, maia, asteca, egípcia, grega, indiana e judaica” (PEREIRA DE OLIVEIRA, 2009, p. 8).

A comunidade religiosa do Vale do Amanhecer ou Ordem Espiritualista Cristã está localizada a seis km ao Sul da cidade de Planaltina, a primeira cidade-satélite do DF, que já existia antes de Brasília ser construída. Segundo Reis (2008, p. 109), seu terreno de 22 alqueires goianos assemelha-se geometricamente a um triângulo.

A fundadora da comunidade, Tia Neiva, era natural do Sergipe, filha de uma família de classe média. Seu pai era topógrafo e, segundo Reis (2008, p. 138), o fato de ter acompanhado o pai “em seu trânsito pelas cidades em que este atuava profissionalmente”, imprimiu no caráter de Tia Neiva o gosto pelos caminhos e “uma inclinação pelo nomadismo”. Ainda de acordo com o estudioso, “há relatos, provenientes de seus filhos, de que Neiva, quando criança, teria experimentado visões” e que essas visões, muitas vezes, confirmavam-se em fatos reais. Por causa de suas visões, conta Reis, muitas vezes, a vidente recebia de seu pai “repreensões morais e corporais”.

Na adolescência, Tia Neiva mudou-se com a família para Jaraguá, no Norte de Goiás; lá, casou-se com Raul Zelaya Alonso, em Ceres-GO, que viera para o Centro-Oeste, nos anos 1940, em busca de trabalho, incentivado pela política getulista de integração regional, conhecida como Marcha para o Oeste. Ali a médium conheceu o engenheiro Bernardo Sayão, que viria a ser uma figura-chave na fundação de Brasília. Segundo relata Reis (2008, p. 140).

Raul Zelaya Alonso... Definia-se como homem de confiança de Sayão, quando o secretariava na administração da CANG (Colônia Agrícola Nacional de

Goiás – grifo nosso). Mais tarde, em 1956, Sayão será indicado como um dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Relatam os familiares de Tia Neiva: do agrônomo e amigo teria se originado o convite para que Neiva Chaves Zelaya se integrasse ao sonho de lançar os alicerces no Cerrado (REIS, 2008, p. 140).

Tia Neiva ficou viúva aos 24 anos, com quatro filhos; adotou uma quinta filha, aos 12 anos, de nome Gertrudes; montou uma casa de revelação de fotografias; trocou a casa comercial por uma chácara e, posteriormente, trocou a chácara por seu primeiro caminhão, segundo o autor e biógrafo da vidente. Mudou-se de Ceres para Anápolis e de Anápolis para Uberlândia, sempre fazendo transportes e fretes com seu caminhão, seguindo essa trajetória por várias cidades, até que em 1957, aceitou o convite de Sayão para vir participar da construção de Brasília. E foi já na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, onde morava em um barracão de bambu e lona, trabalhando para a NOVACAP com seus dois caminhões, no final de 1957, “que se manifestaram nela os primeiros fenômenos mediúnicos” (REIS, 2008, p. 147), e que culminariam, dez anos depois, com a fundação do Vale do Amanhecer, em 1969.

Foi aos 32 anos que Tia Neiva recomeçou a ter visões. Segundo o site da instituição religiosa que fundou a médium podia ver e conversar com seres de outras dimensões e de planos inferiores ou superiores, realizava transportes e desdobramentos, o que permitiu que fizesse um curso no Tibete, com o Mestre Humarram, sem que seu corpo físico se deslocasse do Vale do Amanhecer³⁰.

Em 1959, Tia Neiva deixou o Núcleo Bandeirante para fundar a União Espiritualista Seta Branca – UESB, na Serra do Ouro, próximo a Alexânia-GO, “dando início à missão que recebera de Pai Seta Branca”. Em 1964, mudou-se para Taguatinga, onde fundou a Ordem Espiritualista Cristã, e, por fim, em 1969, a médium e seu grupo chegaram a Planaltina-DF, onde fundaram o Vale do Amanhecer, atrativo de visitação de nosso percurso.

Segundo o portal do Vale do Amanhecer (valedoamanhecer.com), até 1959, Tia Neiva “dedicou-se à estranha profissão, para uma mulher, de motorista, dirigindo seu próprio caminhão”. Mas aos 32 anos, começaram a lhe acontecer “estranhos fenômenos na área do paranormal, da percepção extra-sensorial” que a forçaram a

³⁰ (valedoamanhecer.org/historia/).

“abandonar parcialmente sua vida profissional e se dedicar à implantação do sistema que hoje se chama Vale do Amanhecer”.

Na descrição disponível no site, em texto elaborado pelo segundo marido da Tia Neiva, Mário Sassi, em 1979, a doutrina de Tia Neiva “considera o relacionamento interplanetário, entre a Terra e os outros corpos celestes, como coisa natural e própria da mecânica do universo”. Para essa doutrina, existem comunicações entre os espíritos encarnados na Terra (que, nesse caso, poderiam ser chamados “terráqueos”) e espíritos “encarnados” num conjunto planetário, existente no outro lado do Sol. Por razões que ainda não foram convenientemente explicadas, dá-se a esse conjunto o nome de Capela, que é a maior estrela da constelação do Cocheiro, de nossas cartas celestes... Os Capelinos são físicos, embora não se possa afirmar que sejam da nossa natureza física. Sabemos, apenas, que sua forma é semelhante à nossa, ou melhor, nós nos assemelhamos a eles. Entre Capela e a Terra existem planos intermediários, que também poderiam ser chamados de “lugares” ou “etapas”, da trajetória dos espíritos que vêm ou que vão, nesse percurso entre dois atrativos físicos. Nesses atrativos intermediários, os espíritos se revestem de corpos adequados às leis que regem esses planos. Dada à quase impossibilidade da descrição desses estados da matéria espiritual, nós os descrevemos, generalizadamente, de “corpos etéricos” ou “estado etérico³¹”.

A estrutura do Vale do Amanhecer é composta pelo Templo do Amanhecer, “construído em pedra, no formato de uma elipse, com uma área coberta de 2.400 metros quadrados” e pela Estrela Cadente, a cerca de 300 metros de distância, um “conjunto iniciático, construído a céu aberto”, composto por “cachoeiras artificiais, um espelho d’água em forma de uma estrela, com raio de 79 metros, lagos, escadarias de pedra e cabanas de palha”.

O Templo do Amanhecer é onde acontece, diariamente, o atendimento ao público: “às 10 horas da manhã, uma sirene toca três vezes, e é aberto o Retiro dos Médiuns, obedecendo a uma tradição que é mantida desde 1959”. Já a Estrela Cadente, também chamada de Solar dos Médiuns, é onde diariamente, às 12h30, acontecem os rituais que “se destinam à manipulação das energias, havendo atendimento de público apenas em alguns casos especiais”.

³¹ valedoamanhecer.com; Acessado em 02/01/2018, às 15h18

Em nosso passeio, os habitantes e viajantes podem participar de ambas as cerimônias que são abertas ao público. A Estrela Cadente, onde acontece a cerimônia, é um conjunto de edificações ao ar livre denominado Solar dos Médiuns e compõe-se de uma estrela de seis pontas, dois triângulos equiláteros cruzados e invertidos (que de acordo com a doutrina “é a base física adequada para a manipulação de energias diversas”, além das cachoeiras artificiais, do espelho d’água, lagos, escadarias de pedra e cabanas de palha³² .

Participam desse ritual os mestres (14 pares de doutrinadores e mestres da lua). O atrativo alto da cerimônia é quando, divididos em partes iguais, os pares de mestres, com suas roupas exóticas e coloridas, entram nos esquifes e ali se deitam por alguns minutos, “até que se completem os Mantras ou Cantos Ritualísticos” e, depois, levantam-se e fazem a “invocação e puxada dos espíritos que irão passar naquele trabalho, e, em seguida, fazem a entrega deles ao Outro Plano”.

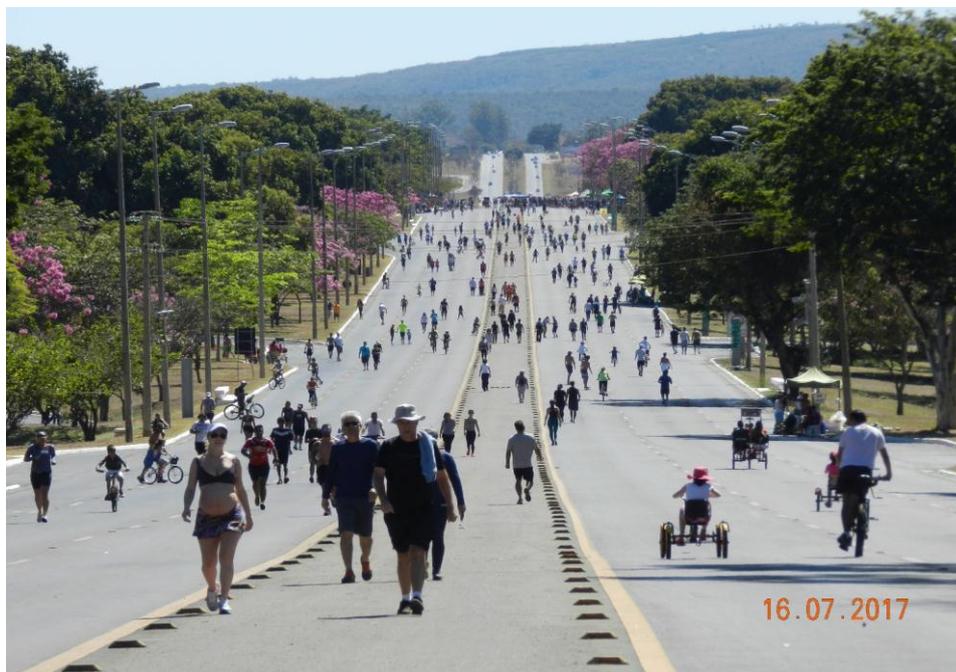
No Vale, funciona ainda uma escola primária, de responsabilidade do GDF, além de duas lanchonetes, oficina mecânica, salão de costura, pomar, lavoura e uma livraria especializada em obras religiosas e espiritualistas. Desde que Tia Neiva morreu, em 1985, o Vale do Amanhecer tem se mantido, embora sem o brilho e o glamour dos tempos áureos em que a médium em pessoa, auxiliada por Mário Sessi, comandava os rituais. Escolhemos visitar a doutrina do Vale do Amanhecer para que os habitantes e turistas pudessem experimentar o alto grau de sincretismo religioso presente naquela comunidade, desde os primórdios da fundação de Brasília. Consideramos esse sincretismo como uma marca representativa do mito fundante da Capital do 3º Milênio, destacado em nossa pesquisa.

No próximo percurso é um passeio de 16 km pelas asas do avião: o Eixo Rodoviário Norte e Sul, ligados entre si pelo viaduto que passa por baixo da Rodoviária de Brasília, apelidado pelos habitantes de Brasília de Buraco do Tatu.

³²(<http://aspirantevalelasaro.no.comunidades.net/a-consagracao-trabalho-de-estrela-cadente>, Acessado em 05/01/2018, às 16h19).

Eixo Rodoviário – passeio pelas asas do avião

Foto 8 - Eixo Rodoviário



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora³³

Do Vale do Amanhecer, nosso percurso segue em direção ao Eixo Rodoviário ou Eixão, percorre toda a Asa Norte, passa pelo Buraco do Tatu (viaduto que fica exatamente embaixo do cruzamento dos dois Eixos que dão o formato de cruz à Cidade), e atravessa toda a Asa Sul do corpo do avião – formato também atribuído à Brasília. Durante a travessia – saindo de Planaltina em direção à Rodoviária do Plano Piloto – o atrativo de intercessão da cruz - e, em seguida, seguindo em direção à Saída Sul, os habitantes e viajantes têm uma primeira visão do significado de duas das quatro escalas projetadas pelo urbanista Lúcio Costa (1991), em seu projeto: a bucólica e a residencial.

O Eixão tem cerca de 13 km de extensão, sendo 6 km no Eixão Norte, mais seis km no Eixão Sul, e mais ou menos 1 km correspondente ao túnel do Buraco do Tatu, como é chamado o túnel que liga as Asas Norte e Sul, passando por baixo da Rodoviária interurbana da Cidade. A via de trânsito rápido corta a cidade e ao longo dela, de ambos os lados, estão localizadas as áreas residenciais das Asas Norte e Sul do Plano Piloto. A visão panorâmica dessa paisagem urbana permitem que habitantes e viajantes tenham uma visão panorâmica do espaço urbano em suas

³³ Legenda – Foto - Visão panorâmica do Eixão Norte em um domingo de sol

escalas Bucólica e Residencial, “pensada para abrigar o habitante de Brasília possibilitando conforto e praticidade” (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2017). Como descrito pela ferramenta virtual da SETUR-DF, o projeto de Lúcio Costa insere um novo conceito de moradia, ao ser planejada em Unidades Vizinhanças, formadas por quatro Superquadras, compostas de edifícios residenciais sobre pilotis, igreja e demais equipamentos de necessidade pública tais como: escola, lojas, posto policial, posto de saúde, ônibus, cinema, parquinhos, clubes recreativos e biblioteca. Tudo permeado por extensas áreas verdes que conferem a Brasília o caráter de cidade-parque (SETUR-DF, 2017).

No projeto de Brasília, de acordo com o Observatório do Turismo (2017), Costa (1991) “leva em consideração a harmonia entre a arquitetura e o Cerrado, bioma local caracterizado por vegetação de pequeno e médio porte. Dessa forma, define padrão máximo de altura para as edificações da cidade distintas para cada escala”.

Nesse passeio pelo Eixão, os habitantes e viajantes experimentam ainda a sensação de viver em uma cidade-parque, a Escala Bucólica proposta por Costa (1991) e realizada, em grande parte, pelo paisagista Burle Marx, autor de inúmeros jardins que compõem os monumentos e palácios de Brasília. Passados 57 anos desde a fundação de Brasília, com as árvores desenvolvidas em toda sua potencialidade, é possível compreender a ideia do projetista de Brasília, ao contemplar-se – ainda que de passagem – os nichos verdes e sombreados como que abraçando as superquadras, de um lado e do outro da Rodovia; e ainda a ideia de cidade-parque contida na vasta e diversa flora cultivada entre o Eixão e os eixos W (Oeste) e L (Leste) que conduzem às superquadras.

A Escala Bucólica permeia todas as demais escalas do projeto de Costa (1991), possibilitando o contato permanente dos habitantes e viajantes com a natureza, seja pela contemplação de extensas áreas verdes, seja pela visão do imenso céu, presente em qualquer atrativo da Cidade.

Depois da travessia do Eixão, seguimos para a outra fronteira do Quadrilátero Cruls, onde está localizado o monumento Solarius.

Solarius – ruína precoce da Cidade Modernista

Foto 9 – Solarius



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora³⁴

O Monumento Solarius, apelidado pelos habitantes de Brasília de Chifrudo, é o primeiro atrativo turístico inserido nessa pesquisa na categoria do que denominamos de ruína precoce – ruína significando aqui danos ao patrimônio público, causados por abandono, indiferença ou descaso; e precoce, em virtude de ser a Capital do Brasil historicamente muito nova, com apenas 57 anos de existência.

Conhecido como Chifrudo, o Solarius presta homenagem aos candangos – os operários da construção de Brasília - e, ironicamente, parece retratar o abandono e o descaso com que esses foram tratados, desde os primórdios do processo de construção da Nova Capital do Brasil. O apelido se deu “pelo formato de chifre no topo da estátua” (<http://radarsantamaria.com.br>; pesquisado em 02/01/2018).

O monumento foi um presente do governo da França e fica localizado à margem leste da rodovia BR-040, entre Santa Maria e Valparaíso de Goiás, bem próximo à divisa com o Distrito Federal. Segundo Behr (2014), a escultura, criada

³⁴ Legenda: Foto 1 – Solarius - monumento abandonado. Foto 2 – Solarius (apelidado de Chifrudo). Foto 3 - Solarius - ruína precoce.

por Ange Falchi, “tirou o primeiro lugar no Concurso Internacional de Esculturas, em Paris, em 1963”. De acordo com o poeta candango.

Simbolizando a ocupação do Planalto Central, conta-se que o artista queria a escultura exposta na entrada da Cidade, mas não imaginava que ficasse tão longe do centro. Foi ali colocada em 1967. Segundo Maria Elisa Costa (informação pessoal), foi o próprio pai, Lúcio Costa, quem indicou o lugar onde a escultura está (BEHR, 2014, p. 38).

A escultura, com 16 metros de altura e 10 toneladas, tem estrutura em ferro com preenchimento em lã de vidro e chapas galvanizadas. Segundo notícia de um site privado da cidade de Santa Maria, “há muito, a obra perdeu a cor rude do concreto e ganhou um azul inexplicável” (<http://radarsantamaria.com.br>; pesquisado em 02/01/2018). Em face do abandono de suas instalações, do descascado e das sucessivas pichações, o monumento ganhou também o cognome de “Chifrudo solitário³⁵”.

Do Chifrudo, nosso passeio segue em direção ao Palácio do Catetinho, a primeira residência oficial do Presidente JK.

Palácio do Catetinho: um palácio de tábuas para JK

Foto 10 - Palácio do Catetinho



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora³⁶

³⁵ <http://radarsantamaria.com.br>; Acessado em 02/01/2018 às 18h.

³⁶ Legenda: Foto 1 – Catetinho - um palácio de tábuas para JK. Foto 2 – Catetinho - olho d'água que inspirou canção de Vinicius de Moraes e Tom Jobim. Foto 3 - Catetinho - quarto do Presidente JK.

O Catetinho foi à primeira residência oficial do presidente Juscelino Kubitschek, construída no tempo recorde de dez dias. A ideia da residência provisória “surgiu de uma reunião de amigos de JK, no Hotel Ambassador/RJ” e foi o primeiro projeto de Oscar Niemeyer para Brasília.

Oscar Niemeyer fez o croqui do Palácio de Tábuas, seu primeiro projeto para Brasília. Os amigos conseguiram um empréstimo e, em apenas dez dias, construíram a casa. Em torno dela funcionou um núcleo de apoio, com serviços de radiofonia e radiotelegrafia, e um campo de pouso. O nome Catetinho foi sugerido por Dilermando Reis, em alusão ao Palácio do Catete³⁷.

Segundo o site da Secretaria de Cultura do DF, a inauguração do Catetinho aconteceu em 10 de novembro de 1956, com a presença de JK que fez ali seu primeiro despacho presidencial e foi homenageado com uma seresta pelos amigos, presentes à cerimônia. Tombado pelo IPHAN em 1959, o Catetinho abrigou também várias personalidades, em visita às obras da nova Capital, entre elas, o presidente de Portugal à época, Craveiro Lopes; e diretores e engenheiros da NOVACAP.

Na visita ao Palácio, os habitantes e viajantes podem visitar as instalações de dois andares do Catetinho, compostas de um andar térreo sob colunas (o primeiro Pilotis característico da arquitetura modernista de Niemeyer), com um terraço e duas grandes mesas para refeições; no andar de cima, está a suíte do Presidente JK; seu gabinete de trabalho composto por uma sala com sofá e três cadeiras; e mais algumas suítes para convidados e membros da equipe da construção de Brasília.

No local, estão expostos objetos pessoais do presidente e peças da decoração e do mobiliário original da época, além de imagens fotográficas, livros, documentos e pequenos textos explicativos dos primórdios da fundação de Brasília. Um busto do Presidente Juscelino Kubitschek encontra-se estrategicamente colocado no jardim em frente ao Palácio de Tábuas, como também era chamada a edificação.

Em matéria comemorativa dos 60 anos do Catetinho, em 2016, a Agência Brasil destaca que o Palácio é a única edificação toda em madeira, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Segundo Gustavo Pacheco, subsecretário de Patrimônio Cultural do DF, em 2016.

³⁷ (<http://www.cultura.df.gov.br/historia-do-catetinho.htm> - Acessado em 20/09/2017 às 21h54).

O Catetinho não era só um barracão, ele tinha uma arquitetura muito especial que abrigava ideias modernistas. A arquitetura dele é muito peculiar, pois reproduz em madeira muitas ideias que mais tarde Oscar Niemeyer concretizou no plano piloto. Ele fez o pilotis num palácio de madeira³⁸.

Na visão de Carlos Madson que, em 2016, era superintendente do IPHAN, “a madeira e as linhas retas traduzem os princípios da arquitetura moderna” (AGÊNCIA BRASIL, 2016). No Catetinho, JK pernoitava quando em visita às obras de construção da Cidade e recebia autoridades brasileiras e estrangeiras, como a Rainha Elizabeth II, da Inglaterra; e Bernardo Sayão, “engenheiro responsável pela construção de Brasília e que dá nome à rodovia conhecida como Belém-Brasília” (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Tragicamente, Sayão, um dos maiores amigos de JK, inaugurou o Cemitério Campo da Esperança, ainda antes da inauguração de Brasília, em 1959, após ter sido atingido acidentalmente pelo tronco de uma árvore, nas obras de construção da Rodovia que ganhou seu nome.

Nos jardins do Palácio do Catetinho, nossos habitantes e viajantes são convidados a caminhar por uma pequena trilha de 500 metros que leva a uma fonte de água doce. Ali, o poeta Vinicius de Moraes e o músico Tom Jobim, em visita ao Presidente JK, no dia da inauguração do Catetinho, compuseram a Sinfonia da Alvorada, em homenagem a Brasília, e também a música Água de Beber:

É que nos fundos do Catetinho tinha (ainda tem) uma mata ciliar, com uma nascente, razão maior da escolha do local, onde certa vez o guarda Luciano Pereira levou os músicos e disse: é água de beber! Lenda urbana: reunidos à noite para uma seresta, queriam tomar uísque, mas não tinha gelo. Caiu então uma chuva de granizo que encheu os copos (BEHR, 2014, p. 35).

Quem também conta essa história é Aurentino Costa, que em 2016 era chefe do núcleo do Museu do Catetinho. Segundo seu relato, na festa de inauguração do Palácio, os artistas receberam de JK o pedido para compor um hino de exaltação à Nova Capital e, lá, às margens da fonte, a dupla teria travado o seguinte diálogo com o funcionário que fazia a guarda do local:

³⁸ (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-11/primeira-residencia-presidencial-de-brasilia-catetinho-completa-60-anos>). Acessado em 21/09/2017 às 22h05

É água de beber, camará (expressão popular da época que se referia à palavra camarada) É água pura? Pode beber, Camará? Pode. Isso aqui dá música”. Daí nasceram os principais versos da canção “Água de Beber³⁹”.

O bucolismo da paisagem e a simplicidade das instalações, dos aposentos presidenciais, do mobiliário e da arquitetura do Palácio do Catetinho possibilitam aos habitantes e viajantes experimentarem um pouco do espírito dos idealizadores e construtores de Brasília. Espírito esse que consideramos uma marca do tempo histórico que culminou com a fundação da Cidade, revelador do mito fundante da Capital do Brasil do Futuro, com a posse do território como forma de integração nacional e o desenvolvimento do Centro-Oeste como caminho para o desenvolvimento.

Depois de experimentar a “água de beber” que inspirou Tom Jobim e Vinicius de Moraes, nossos viajantes e habitantes podem seguir o percurso proposto até a sede da Casa Velha do Gama, a um km de distância do Catetinho.

Casa Velha do Gama: Brasília é Goiás

Foto 11 - Casa Velha do Gama



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁴⁰

³⁹ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-11/primeira-residencia-presidencial-de-brasilia-catetinho-completa-60-anos>. Acessado em 08/01/2018, às 11h32

A Fazenda Gama, próximo atrativo de nosso percurso turístico, foi palco da primeira visita do então presidente Juscelino Kubitschek ao Planalto Central, realizada no dia 2 de outubro de 1956. JK e sua comitiva foram recebidas na sede da fazenda, na qual se construiu uma pista de pouso improvisado para aviões de pequeno porte:

A sede da fazenda – hoje conhecida como Casa Velha do Gama – abrigou a equipe responsável pela construção de Brasília e serviu como atrativo de apoio às obras Catetinho... Também na Casa Velha, o visitante tem a oportunidade de conhecer a bica d'água, que gerou energia elétrica para a construção da capital⁴¹.

A Casa Velha do Gama, com cerca de 150 anos, foi recuperada pela Petrobrás e aberta ao público nas comemorações dos 50 anos do Brasília Country Club. A ideia do Governo do DF é de que a casa venha a ter uma ligação direta com o Catetinho, voltando a fazer parte do roteiro turístico da cidade, em visita ao Catetinho. A reforma foi feita, mas, até a presente data, ainda não há a ligação direta entre o Catetinho e a sede da Fazenda Gama⁴².

De acordo com a matéria da Agência Petrobrás, o nome Gama teria sido colocado em homenagem ao Padre Luiz da Gama e Mendonça, que em 1747 chegou às minas de Santa Luzia, hoje Luziânia, como primeiro sacerdote. Os primeiros relatos sobre a Fazenda Gama datam de 1818, quando o local serviu de hospedagem para o naturalista austríaco Dr. Johan Emanuel Pohl. Na época da desapropriação, em 1956, a fazenda totalizava 3540 alqueires e pertencia a Agostinho de Almeida e Silva, herdeiro das famílias Roriz e Meirelles, tradicionais de Luziânia (AGÊNCIA PETROBRÁS, 2017).

Segundo noticiou a agência virtual da Petrobrás, a Casa Velha do Gama abrigou ainda a primeira rádio transmissora de Brasília, instalada pela Panair, em 28 de outubro de 1956, em colaboração com a NOVACAP. O objetivo era fazer a comunicação direta com o Palácio do Catete, no Rio – residência oficial do Presidente da República -, e também fazer a proteção de voos. Em 1958, de acordo com a matéria da agência virtual da empresa, a área em que está construída a

⁴⁰ Legenda: Foto 1 – Casa Velha do Gama. Foto 2 - Casa Velha do Gama - Tom Jobim e Vinicius de Moraes - música para Brasília. Foto 3 - Fazenda Gama.

⁴¹ (<http://www.vemviverbrasil.df.gov.br/roteiro/casa-velha-do-gama>, Acessado em 07/01/2018, às 17h02)

⁴² (http://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=4805) Acessado em 07/01/2018, às 19h02)

Fazenda Gama foi doada pela Novacap ao Brasília Country Club (AGENCIA PETROBRÁS, 2017).

A visita à Casa Velha do Gama, em nossa interpretação, proporciona aos habitantes e viajantes uma visão de um tempo histórico de um Brasil rural, pouco desenvolvido, pouco habitado, e agreste, característico da Região Centro-Oeste, na década de 50; completamente diferente do tempo histórico vivenciado pelo Brasil urbano e mais desenvolvido, característico do Sudeste, onde estavam localizados o Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, e São Paulo, o maior centro industrial do País, à época. E é nesse Brasil arcaico e rural que milhares de brasileiros aportaram, vindo de vários estados, em busca de trabalho e prosperidade. Um pouco dessa história pode ser lembrada, também, na visita ao Museu Vivo da Memória Candanga, próxima etapa de nosso percurso.

Museu Vivo da Memória Candanga: heróis da utopia

Foto 12 - Museu Vivo da Memória Candanga



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁴³

⁴³ Legenda: Foto 1 – Museu Vivo Da Memória Candanga - marco da Praça dos Três Poderes. Foto 2 – Museu Vivo Da Memória Candanga - bagagens de candangos. Foto 3 - Museu Vivo da Memória Candanta - imagem de JK e Lúcio Costa no futuro Eixo Monumental.

Da Casa Velha do Gama, nosso percurso segue para o Museu Vivo da Memória Candanga, um conjunto arquitetônico todo de madeira, onde funcionou o primeiro hospital público do Distrito Federal e que hoje abriga a exposição permanente Poeira, Lona e Concreto, um acervo fotográfico sobre os candangos, os operários da construção, que JK considerava – pelo menos na campanha de recrutamento desses operários, em seu Governo – “participantes-chave de um novo pacto de desenvolvimento nacional, promovendo-os a heróis nacionais” (HOLSTON, 1993, p. 210). Nas palavras do próprio JK, à época, o operário de Brasília, o candango, era “o obscuro e formidável herói da construção de Brasília” (KUBITSCHEK *apud* HOLSTON, p. 210 a 212).

O Hospital Juscelino KUBITSCHEK de Oliveira (HJKO), também projetado por Oscar Niemeyer, foi construído próximo à Cidade Livre (hoje, Núcleo Bandeirante), onde se instalaram, a partir de 1956, os candangos e os engenheiros das obras de construção de Brasília. Em lugar do hospital, funciona ali, hoje, o Museu Vivo da Memória Candanga, “o mais completo conjunto arquitetônico todo em madeira, a lembrar aqueles anos pioneiros” (SECRETARIA DE CULTURA DO GDF, 2018).

O Museu funciona atualmente como “centro de referências para a transmissão dos chamados saberes e fazeres que dão testemunho da inteligência e da criatividade das diferentes manifestações artísticas regionais que aqui vieram preparar uma nova síntese da cultura brasileira”, de acordo com o site da Secretaria de Cultura do GDF.

Inaugurado em 06 de julho de 1957, o Hospital pertencia ao antigo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) no Distrito Federal e, inicialmente, atendia aos trabalhadores da construção civil. Tinha 1.265 m² de área edificada em madeira, com 50 leitos, abrigando ambulatório, centro cirúrgico, serviços gerais, administração, residência para médicos e funcionários com famílias e alojamentos para solteiros. Localizado entre os três principais acampamentos migratórios de pioneiros - Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Lonalândia (atual Candangolândia) e Invasão do IAPI, o hospital funcionou até 1968, quando passou a funcionar somente como posto de saúde; e em 1974, foi totalmente desativado.

Segundo a Secretaria de Cultura do GDF, após o fechamento do hospital, “permaneceram habitando a área, em situação irregular, muitos ex-funcionários do hospital e outras famílias que foram se agregando à população” (SECRETARIA DE CULTURA, 2017). Em 1985, após anos de “intensos protestos e organização

comunitária em favor do tombamento do espaço”, o conjunto arquitetônico do HJKO foi tombado pelo DEPHA – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura do GDF, através do decreto número 9.036, sendo considerado Patrimônio Histórico e Artístico da cidade; e seus moradores foram transferidos para a Candangolândia. Em 1986, tiveram início as obras de restauração do local e, em 1990, foi inaugurado o Museu Vivo da Memória Candanga.

O Museu está localizado na região administrativa do Núcleo Bandeirante, formado por 18 edificações originais do conjunto HJKO. Hoje, o local funciona como um espaço de registro, preservação e difusão da história e da cultura candanga, realizando trabalhos em prol da educação e da formação de crianças, jovens e adultos em diferentes programas. De acordo com a Secretaria de Cultura do GDF, “duas vertentes norteiam os rumos do MVMC: a vertente do patrimônio histórico-cultural, com o resgate do processo histórico e da memória sócio-cultural, e a vertente da cultura em processo, incentivando a troca entre os diversos saberes e o desenvolvimento e aprimoramento do fazer”. O MVMC é formado por espaço para oficinas, restaurante, administração, reserva técnica, auditório, sala de exposições temporárias e de longa duração, exposição de arte popular e artesanato, espaço para apresentações artísticas e eventos, Biblioteca, Telecentro, além do amplo bosque reservado como área de lazer⁴⁴.

A visita às instalações do Museu e à exposição permanente de fotografias Lona, Poeira e Concreto, com fotos da chegada dos candangos à Cidade Livre e dos trabalhos dos operários nas obras de construção de vários edifícios e monumentos de Brasília, remete os habitantes e viajantes ao contexto sócio-histórico-cultural dos primórdios da construção da Nova Capital e ao grau de sacrifício a que se submeteram esses brasileiros, em busca do sonho de trabalho e prosperidade, prometidos pelas campanhas de recrutamento promovidas pelo Governo JK.

A precariedade das instalações do Museu, no entanto, permite que os habitantes e viajantes que por ali passarem, perceba – se comparadas as instalações desse museu e de outros, com o Memorial JK, que também faz parte desse primeiro percurso proposta em nossa pesquisa - a distância entre utopia e

⁴⁴ (<http://www.cultura.df.gov.br/historia-do-museu-vivo-da-memoria-candanga.html>. Acessado em 07/01/2017, às 23h06)

realidade que marcou e ainda marca a história dos candangos, os humildes operários da construção de Brasília que foram e continuam sendo discriminados e colocados à margem das comodidades de viver e usufruir do espaço social do Plano Piloto de Brasília.

De lá, nosso percurso segue em direção à Cidade Livre, o primeiro núcleo habitacional de Brasília, palco da chegada de milhares de candangos, oriundos de todas as regiões do País, em busca do sonho de uma vida melhor na Capital do Futuro.

Núcleo Bandeirante: a Cidade Livre

Foto 13 - Núcleo Bandeirante



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁴⁵

O Núcleo Bandeirante foi o primeiro acampamento de Brasília: a Cidade Livre, que recebeu as primeiras levas de migrantes que chegaram ao Distrito Federal para participar da construção de Brasília. Sua existência, a princípio, estava limitada ao

⁴⁵ Legenda: Foto 1 - Núcleo Bandeirante - Capela Nossa Senhora Aparecida (1965) foi incendiada em 2007 e depois restaurada. Foto 2 - Núcleo Bandeirante - busto de pioneiro na praça da administração. Foto 3 - Núcleo Bandeirante - Casa de Cultura de portas fechadas.

período da construção da Capital e sua ocupação destinava-se, a princípio, ao uso comercial e não residencial. Como afirma o romancista João Almino, em romance sobre os primórdios da Capital, a Cidade Livre deveria ter sido destruída, assim que Brasília fosse inaugurada: “seria a primeira cidade descartável, construída para ser destruída” (ALMINO, 2006).

Os lotes, segundo conta o escritor, eram distribuídos para, ao final da construção de Brasília, serem devolvidos à NOVACAP, a Companhia de Habitação da Nova Capital. A destruição em verdade não se confirmou, e a cidade foi rebatizada como Núcleo Bandeirante, a primeira cidade-satélite do Distrito Federal, atualmente, com 26 mil habitantes. Localizado próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília, o Núcleo Bandeirante mantém a tradição da hotelaria, que vem de seus primórdios. Atualmente, sua rede hoteleira dispõe de 400 leitos, com alto índice de ocupação⁴⁶.

De acordo com o site Anuário do DF, nos primeiros anos da construção de Brasília, a partir de 1957, havia isenção de impostos e os lotes da Cidade Livre eram cedidos gratuitamente, em regime de comodato:

A maioria das empresas era ligada ao comércio (hotéis, farmácias e restaurantes). Com o possível fim da cidade os comerciantes foram transferidos para Brasília, mas os moradores reivindicaram a fixação. Em 1961, a cidade foi batizada de Núcleo Bandeirante e, em 1989, tornou-se, por meio da Lei nº 049, a VIII Região Administrativa do Distrito Federal.

No romance de Almino (2010), o autor mistura personagens fictícios e reais para nos contar um pouco da história dos candangos, cujas marcas podem ser vislumbradas em alguns atrativos do atual Núcleo Bandeirante. Na trama, o personagem Valdivino revela-nos a exploração imposta aos candangos: dívidas com o transporte de suas cidades de origem até Brasília; trabalho escravo (já que tinham de trabalhar sem salário para pagar a viagem e a alimentação); jornadas de trabalho abusivas; morte de trabalhadores nos canteiros de obras, muitas das quais atribuídas à GEB, a Guarda Especial de Brasília; enterros em covas coletivas e muitas vezes clandestinas; entre outras tragédias dessa história que muitos teimam em manter na obscuridade.

⁴⁶ (<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-viii-nucleo-bandeirante/> Acessada em 08/01/2018, às 14h02).

O excesso de pessoas que migraram para o DF só aumentou com o passar dos anos, provocando o surgimento de várias invasões, ao redor dos acampamentos das construtoras. Em 1960, antes da inauguração de Brasília, a Cidade Livre abrigava irregularmente muita gente e tinha uma população de 12 mil pessoas, abrigadas irregularmente nas próprias casas comerciais e hotéis e, também, em invasões como os morros do Urubu e do Querosene, e as Vilas Esperança, Tenório, IAPI, e Sarah Kubitschek.

A maioria das construções em madeira foi substituída por alvenaria, mas em busca das poucas marcas que restam da história dos primeiros anos da Cidade Livre, nosso percurso propõe visitas à Feira do Parque Vivencial da Metropolitana, que funciona um fim de semana a cada mês, com artesanato, comidas típicas e atrações culturais; à Casa da Cultura, com um teatro e um barracão temático que remete à época dos barracões da Cidade Livre; ao Centro de Ensino da Metropolitana, inaugurado em 1959; e à Igreja Nossa Senhora Aparecida.

Deixamos o Núcleo Bandeirante para voltar ao Plano Piloto de Brasília, em direção à ponta oeste do Eixo Monumental – o outro Eixo da Cruz, perpendicular ao Eixo Rodoviário. Nossa próxima parada, após 14 km de percurso, é a Praça do Cruzeiro, local onde foi rezada a primeira missa, para marcar o início das obras de construção de Brasília.

Praça do Cruzeiro: reencenando a Primeira Missa

Foto 14 - Praça do Cruzeiro



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁴⁷

⁴⁷ Legenda: Foto 1 – Praça do Cruzeiro - onde Brasília começou. Foto 2 – Praça do Cruzeiro - a cruz é réplica da original. Foto 3 - Praça do Cruzeiro - um certo ar de abandono.

Ao entrar no Eixo Monumental, os habitantes e viajantes de nosso percurso tem, pela primeira vez, a visão da Escala Monumental como a concebeu o arquiteto e urbanista Lúcio Costa. O Eixo Rodoviário tinha o papel de circulação rodoviária, ao longo do qual se fixariam os setores residenciais. No outro Eixo, o Monumental, onde está a Praça do Cruzeiro, estão localizados os setores cívico, administrativo e cultural da vida urbana.

A Praça do Cruzeiro, na ponta Oeste do Eixo Monumental, fica localizada na parte mais alta do Sítio Castanho, escolhido pela Comissão de Localização da Nova Capital, em 1955, como o mais adequado para a construção da Nova Capital. A princípio, foram apontadas cinco áreas prioritárias para a construção da Cidade, cada uma delas com cinco mil km quadrados, dentro do chamado Retângulo do Congresso, e pintadas em cores distintas: verde, vermelho, azul, amarelo e castanho.

Escolhido o Sítio Castanho, em 1º de maio de 1955, o presidente da Comissão, Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, mandou fincar no local uma cruz de madeira, exatamente aonde chegamos, em nosso percurso. Essa cruz é considerada o marco fundamental de Brasília. A cruz original, erguida pelo engenheiro Bernardo Sayão e por Peixoto da Silveira, foi substituída depois por um grande Cruzeiro de aroreira, ao pé do qual foi celebrada a primeira missa oficial de Brasília, em três de maio de 1955, por Dom Carmelo de Vasconcelos Mota⁴⁸.

A cruz que vemos exposta na Praça do Cruzeiro, atualmente, na verdade, é uma réplica do Cruzeiro original sob os pés do qual foi celebrada a primeira missa de Brasília. A cruz original foi transferida, em 21 de abril de 1975, para o interior da Catedral Metropolitana de Brasília.

Deixamos a Praça do Cruzeiro e seguimos pelo Eixo Monumental, por três Km, até o Memorial JK, um Museu póstumo, com projeto de Oscar Niemeyer, erguido em homenagem ao fundador de Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

⁴⁸ app: turismo.df.gov.br, Acessada em 09/01/2018, às 16h20

Memorial JK: a fundação de Brasília

Foto 15 - Memorial JK



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁴⁹

Perseguido antes e depois de ser Presidente da República, cassado pela Ditadura Militar e exilado voluntariamente do País, em face das perseguições que sofreu, Juscelino Kubitschek foi reabilitado no último governo do Regime de Exceção, comandado pelo General João Batista Figueiredo, em 1979. Em sua homenagem, foi erguido o Memorial JK, onde está também a urna contendo seus restos mortais. O projeto do Memorial foi uma iniciativa da viúva de JK, Sarah Kubitschek, que encomendou o projeto ao arquiteto Oscar Niemeyer e lutou por sua viabilização.

Durante a visita ao Memorial – o primeiro atrativo turístico da Escala Monumental projetada por Costa (1991), os viajantes e habitantes têm acesso a um grande acervo com objetos pessoais de JK, documentos, fotografias e um vídeo sobre as obras da construção de Brasília. Notícias sobre a cassação de JK pelo Golpe Militar de 1964 e sua posterior reabilitação, 15 anos depois, remetem os

⁴⁹ Legenda – Foto 1 – Memorial JK; Jazigo . Foto 2 – JK; Pintura de Portinari e holograma . Foto 3 - Memorial JK; Candango.

habitantes e viajantes tanto ao significado histórico da fundação de Brasília, quanto à interrupção precoce do seu projeto sócio-político, apenas quatro anos após sua inauguração.

Terminais interativos instalados no interior do Museu contam um pouco da trajetória do Presidente JK e a turbulência política que vivenciou, nas décadas de 50 e 60, até o Golpe de 1964 e sua cassação do mandato de Senador da República, para o qual fora eleito pelo estado de Goiás. Menos de um ano após a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, JK passava a faixa presidencial ao seu sucessor, Jânio Quadros, no dia 31 de janeiro de 1961, após cinco anos de mandato. Sete meses depois, Jânio Quadros renunciava e seu vice – o mesmo vice-presidente de JK - João Goulart, assumia a Presidência da República. Após um curto período em Paris, JK dava início à campanha de Senador Goiás, sendo eleito em outubro de 1961.

O Golpe Militar de 1964 depôs João Goulart da Presidência da República e cassou vários líderes políticos da época, inclusive JK, que teve seus direitos políticos suspensos. Perseguido pelo Regime, JK partiu então para o exílio voluntário por duas vezes: em 14 de junho de 1964 e em novembro de 1965 (após um breve retorno ao Brasil, em outubro daquele ano, depois de novamente sofrer pressões). Retornou ao Brasil em 1967 e fundou o Banco DENASA, permanecendo nele até 1975, quando se recolheu em sua fazenda, no interior de Goiás. Morreu em 1976, vítima de acidente de automóvel, no Km 165 da Rodovia Presidente Dutra.

Muito já se disse sobre o personagem JK, em diversas obras escritas por cientistas, escritores e personagens que vivenciaram a história da fundação de Brasília. Igualmente envolta em mitologias proféticas, como as que envolvem a própria Cidade que construiu a figura de JK – que aparece no atrativo mais alto do Eixo Monumental, em cima do teto do Memorial JK, objeto de nosso percurso turístico – tem a admiração e até a devoção da maioria dos candangos, como são chamados os habitantes históricos não nascidos em Brasília. Nessa pesquisa, escolhemos um autor que trata do tema, num livro primoroso que mistura histórias e estórias sobre JK, que transita entre utopia e realidade, e se adequa perfeitamente ao objeto de estudos de nossa pesquisa. Com a palavra, o poeta Nicolas Behr, que assim se refere à figura de Juscelino, sob o cognome de O Fundador, no livro Brasília de A a Z:

Não fosse pelas fotos e pelos depoimentos de Juscelino Kubitschek de Oliveira, pensariam, no futuro, tratar-se de uma figura mitológica. Foi o nosso maior presidente e certamente imbatível em charme e simpatia... Deve o sucesso da sua carreira política a uma combinação de perseverança, fé e muita sorte... Sua grande obra, Brasília, foi o momento em que o Brasil respirou entre duas ditaduras: a de Vargas e a militar... Com seu entusiasmo contagiante (e, admitamos, um pouco de megalomania), tornou possível a criação dessa fantástica cidade, verdadeira epopeia, saga das mais ousadas da história do homem... Os criadores de Brasília, excessivamente generosos ou demasiadamente ingênuos, queriam construir uma cidade socialista dentro de um país capitalista. Claro que aí fica difícil para qualquer utopia... Voltando ao nosso fundador: sensível e inteligentíssimo, e também um homem prático, soube se cercar de grandes intelectuais, tendo como seu melhor ghost writer o poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt, que criou o slogan “50 anos em 5” e escreveu suas melhores frases. Cassado, foi perseguido e humilhado pelos militares, que destacavam oficiais de baixa patente para interroga-lo, chamando-o de “Seu Oliveira” ou “presidente do cerrado”...Faleceu em um acidente (que muitos garantem ter sido um atentado), na Via Dutra, em 1976 e, seu enterro em Brasília ainda não foi superado por nenhum outro, seja em comoção popular, seja em número de pessoas acompanhando o caixão... (BEHR, 2014, p. 108 a 110).

É possível ver em exposição no Memorial as comendas de JK, cassadas, em 1964, e devolvidas à família, em 1980, após decreto do presidente João Baptista de Oliveira, revogando “todas as punições impostas em governos anteriores⁵⁰”.

Em 1981, foi inaugurado o Memorial JK, após cerimônia de exumação dos restos mortais do fundador de Brasília, no Cemitério Campo da Esperança. Muitos dos habitantes de Brasília puderam assistir ao traslado do corpo de JK, em cortejo fúnebre, pelo Corpo de Bombeiros, e visitar o morto, durante uma noite, em que seu corpo permaneceu em vigília, aberta ao público, na Câmara dos Deputados. No dia 12 de setembro, o cortejo deixou a Câmara dos Deputados, desfilou pela Praça dos Três Poderes e Eixo Monumental. O Presidente Juscelino Kubitschek pôde receber toda honra de autoridade: a Guarda do Palácio do Planalto prestou-lhe continência e, chegando ao monumento, foi recebido com honras fúnebres e salva de tiros do Exército Brasileiro formado em tropa. As três armas nacionais – Marinha, Exército e Aeronáutica – em uniforme de gala histórico, prestaram-lhe homenagens à entrada do Memorial.

Inaugurado 1981, o Memorial guarda memórias preciosas da construção de Brasília, além de uma biblioteca aberta ao público, contendo várias obras sobre a

⁵⁰ (<http://www.memorialjk.com.br/>, Acessado em 09/01/2018, às 15h59).

Cidade. Fotografias com personalidades ilustres, entre elas, o presidente John Kennedy, a Rainha Elizabeth II e o presidente Fidel Castro, além de diversos artistas, cientistas e personalidades nacionais e internacionais. Preciosidades da Biblioteca Particular de JK estão ali expostas, como uma coleção completa da obra de William Shakespeare, presente da Rainha Elizabeth II.

A primeira versão do projeto do Memorial JK foi elaborada por Oscar Niemeyer em 1976. Em 1979, o General João Figueiredo autorizou a doação do terreno pelo então governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison; a doação já tinha sido negada, antes, no Governo anterior, pelo General Ernesto Geisel. Em 1980, Niemeyer elaborou, então, a segunda versão do Memorial JK, Sobre as dificuldades que teve para aprovar a execução da obra, o arquiteto revelou:

"Quando localizei a figura de Juscelino Kubitschek 30 metros acima do solo, previ à sua volta para realçá-la no imenso céu de Brasília uma forma curva de concreto. Imaginando que eu deliberadamente desenhara uma foice e que o braço de Juscelino Kubitschek seria o martelo do emblema comunista, os militares durante muitos dias não permitiram que a figura de JK fosse levada para o alto fuste desenhado. O que fazer diante de tanta fantasia? E ele ali ficou até que o presidente Figueiredo desfizesse o lamentável equívoco."

- O projeto do Memorial JK foi encomendado a Oscar Niemeyer em 1976 por D. Sara Kubitschek, viúva de Juscelino, quando teve sua primeira versão elaborada. Em 1979, o Presidente João Figueiredo autorizou a doação do terreno pelo então governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, negada anos antes pelo Presidente Geisel, para a execução da obra.

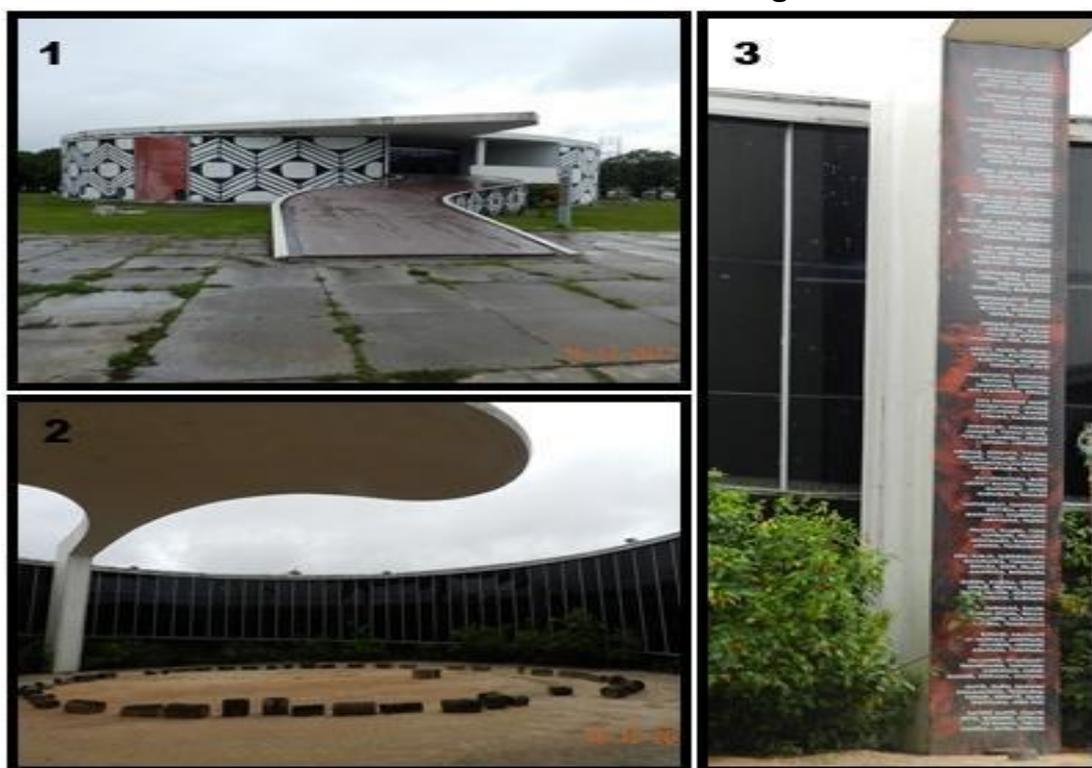
- Em 1980, Niemeyer elaborou o segundo projeto para o memorial, que veio a ser o executado.

A alteração na forma do pedestal ocorreu devido a uma polêmica com os militares, que viam no primeiro estudo, com duas conchas, o símbolo comunista da foice. A polêmica continuou mesmo após a alteração do projeto, quando Niemeyer propõe apenas uma concha.

Estrategicamente construído ao lado do Memorial JK, nossos habitantes e viajantes atravessam a rua e se veem diante do Memorial dos Povos Indígenas, último atrativo a ser visitado na terceira etapa desse primeiro percurso turístico, proposto em nossa pesquisa.

Memorial dos Povos Indígenas – a fundação do Brasil

Foto 16 - Memorial dos Povos Indígenas



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁵¹

A construção estratégica do Memorial dos Povos Indígenas, em 1987, exatamente na frente do Memorial JK, inaugurado seis anos antes, reforça – em nossa interpretação – o mito fundante de refundação do Brasil, por meio da fundação de Brasília – a meta-síntese do programa de Governo do Presidente JK. A fundação de Brasília, temática do Memorial JK, e a fundação do Brasil, representado pelo Memorial dos Povos Indígenas – ao lado do Cruzeiro fincado próximo dali, reencenando o ato simbólico da Primeira Missa de Brasília, como fizeram os portugueses quando de sua chegada ao Brasil, reforçam essa interpretação.

Texto de divulgação do site da Secretaria de Cultura do GDF –“com o intuito de conservar os costumes indígenas no centro do País e preservar a memória das tribos”. Todas as 380 peças do acervo permanente do Museu foram doadas pelo antropólogo Darcy Ribeiro e por sua esposa, Berta Ribeiro. Darcy Ribeiro veio para Brasília a convite do Presidente JK, para pensar estrategicamente a Universidade de

⁵¹ Legenda: Foto 1 – Memorial dos Povos Indígenas - uma oca no Eixo Monumental. Foto 2 – Memorial dos Povos Indígenas - pátio de rituais. Foto 3 - Memorial dos Povos Indígenas - nomes de todas as tribos.

Brasília-UnB como uma usina de ideias e de Ciência, um polo irradiador de conhecimento para o resto do País. O sociólogo foi o primeiro reitor da UnB, fundada em 1962.

Os objetos doados foram colhidos pelo sociólogo, ao longo de 40 anos de pesquisa junto às populações indígenas do País. A edificação tem forma de espiral, inspirada nas malocas dos povos Yanomami. Além do acervo permanente, exposições temporárias e eventos de representantes indígenas das várias regiões do País. Fazem parte do acervo permanente peças representativas de várias tribos, incluindo exemplares da coleção Darcy-Berta-Galvão com destaque para a arte plumária dos Urubu-Kaapor; bancos de madeira dos Yawalapiti, Kuikuro e Juruna, máscaras e instrumentos musicais do Alto Xingu e Amazonas⁵².

O Museu foi financiado pela Fundação Banco do Brasil, em terreno doado pela Terracap. Por algum tempo, o prédio foi transformado em museu de arte, sob protesto das várias lideranças indígenas, tendo à frente Darcy Ribeiro. Após anos fechado, em 1999, o Museu foi finalmente aberto permanentemente, sob a administração do Governo do Distrito Federal. A semana do Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, é comemorada anualmente, com exposições especiais, palestras, debates e apresentações organizadas pelas lideranças indígenas.

Com essa visita, retornamos ao Setor Hoteleiro Norte ou Sul, de onde começou esse longo percurso de 172 km que foi de uma ponta a outra – Norte e Sul – e mais a ponta Oeste do Quadrilátero Cruls, que compõe o território original do Distrito Federal. Ao término de nosso percurso, terão se revelado elementos na direção de despertar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a fundação de Brasília, por meio do desvelamento das marcas sócio-histórico-culturais presentes em sua paisagem e em seu espaço social – a paisagem + o homem (SANTOS, 2014). Como surgiu a proposta da mudança da Capital do Brasil? Que mitos fundantes envolveram sua trajetória, nas mais de sete décadas que separam a primeira ideia de mudança da construção de Brasília? Quem foram os atores principais dessa epopeia?

Desvendamos algumas marcas do tempo histórico de sete décadas, com a visita à Pedra Fundamental, em Planaltina, ali fincada em 1922, marcando o Quadrilátero Cruls, que havia sido definido e transformado em texto constitucional

⁵² (<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/museus/memorial-dos-povos-indigenas.html>, Acessado em 09/01/2017, às 16h02).

em 1893. Perto dali, visitamos o Vale do Amanhecer e descobrimos como o sonho de Dom Bosco e o mito fundante de Capital do Terceiro Milênio, e do surgimento de uma nova civilização, marcaram muitos dos que vieram para desbravar o Centro-Oeste; descobrimos também como o sincretismo religioso está entranhado na alma do brasileiro, por meio da figura de Tia Neiva, fundadora do movimento místico do Vale do Amanhecer. No Solarius, descobrimos a existência da primeira ruína precoce na Cidade Modernista; na Fazenda Gama, voltando no tempo, foi possível um reencontro com o Brasil rural da década de 50, e com a urgência de se promover o desenvolvimento do Centro-Oeste como fator de integração nacional. No Catetinho, começamos a entender o espírito de aventura, a utopia e o poder simbólico, presentes nos atos políticos do Governo JK e nas figuras de JK e dos artistas, cientistas, engenheiros e arquitetos que fizeram parte de seu staff e dessa aventura. No Museu Vivo da Memória Candanga e no Núcleo Bandeirante, pudemos experimentar sensorial e visualmente, via fotografias e edificações rústicas, em madeira, a saga dos candangos na epopeia da ocupação do Planalto Central do Brasil. Na Praça do Cruzeiro, nos deparamos com o simbolismo da refundação do Brasil, com a cruz fincada em pleno Eixo Monumental, na primeira missa rezada em Brasília, nos primórdios da construção da Cidade. E nos memoriais JK e dos Povos Indígenas, esses mitos de refundação do País, representados pelo simbolismo presente nos atos de fundação de Brasília e pela história dos primeiros habitantes do Brasil, foram reforçados pelas edificações – construídas uma ao lado da outra, e pelas fotografias, vídeos, objetos e documentos, em nossa interpretação, tornando possível sua reinserção na memória dos habitantes e viajantes da Cidade.

Em seguida, promovemos o detalhamento da história dos atrativos turísticos que fazem parte do segundo percurso, proposto em nossa pesquisa, para compor o Roteiro Geopótico de Brasília.

Percurso Dois – Geopoética do Espaço Social do Plano Piloto

MOBILIDADE: caminhada

TEMPO: duas horas

DISTÂNCIA: 10Km

SAÍDA: Estação de Metrô do Eixo L (Posto de Combustível da SQS 102)

DIAS SUGERIDOS: domingos e feriados

TRAJETO:

Eixo Rodoviário Sul: a escala bucólica do Eixão – 4,8 km

Passarela subterrânea: ruína precoce no caminho do pedestre

Bar Beirute: utopia dos garçons proprietários

Clube Unidade de Vizinhança: onde os vizinhos se encontram

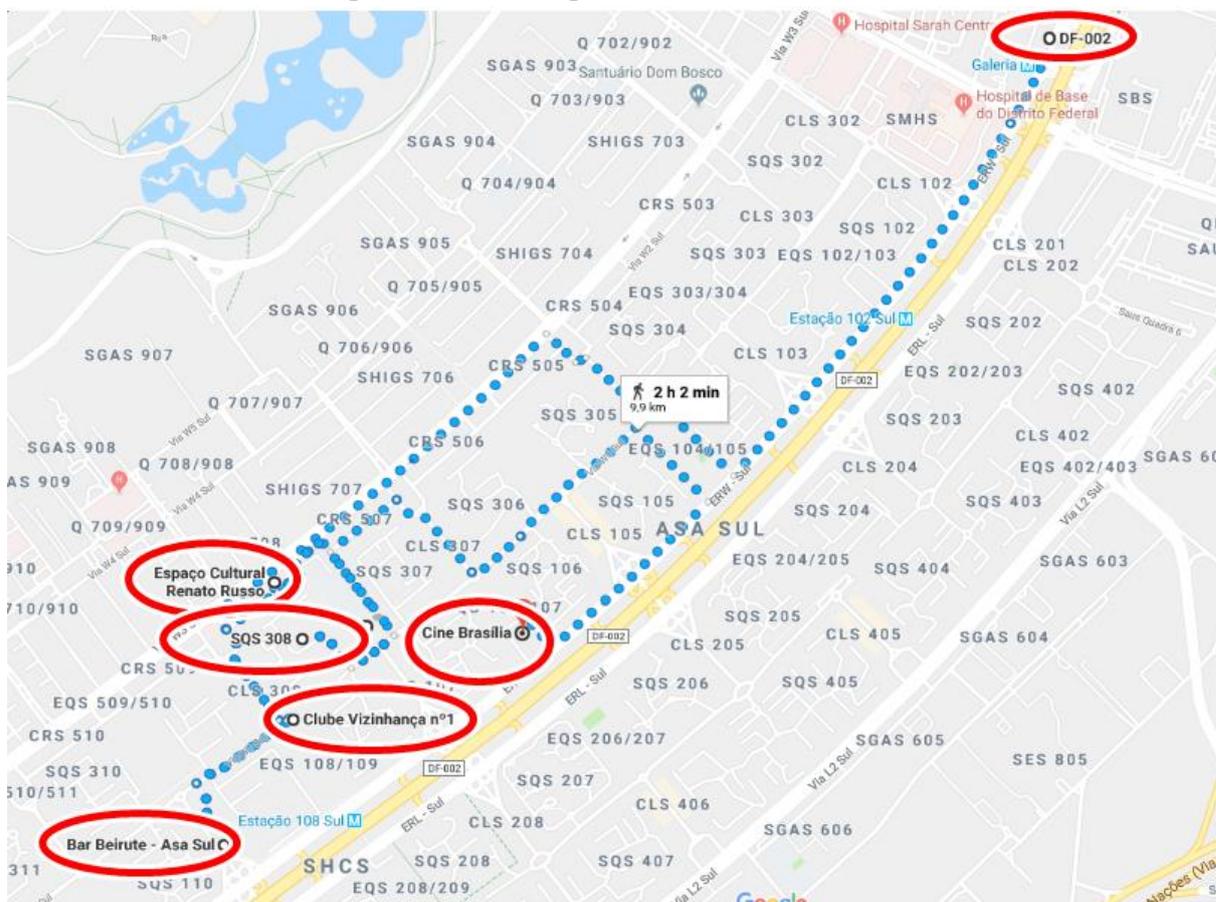
Igrejinha: a primeira capela de Brasília

Superquadra Modelo 308 Sul: a escala residencial

Espaço Cultural Renato Russo: a arte pede socorro

Cine Brasília: o templo do Troféu candango de Cinema

Figura 6 - Visão geral do Percurso Dois



Fonte: Google Maps

Para entender as escalas bucólica e residencial do projeto do Plano Piloto de Brasília, da forma como foram pensadas pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, propusemos, nesse segundo Percurso Turístico de nosso Roteiro Geopoético de Brasília, uma caminhada percorrendo trechos do espaço social urbano da Cidade, a partir do início do Eixão Sul, passando por uma das passarelas subterrâneas utilizadas para a travessia da avenida, para visitar o único conjunto de superquadras que traduz com exatidão o conceito de habitação proposto por Costa (2001) para a Cidade Modernista, com todas as edificações que o compõem. O percurso inclui, ainda, uma visita a dois dos bares-restaurantes mais tradicionais da Cidade e que, em nossa interpretação – ao lado do Eixão do Lazer, do Clube Unidade de Vizinhança e da Quadra Modelo SQS 308 e suas três quadras vizinhas (SQS 207, SQS107 e SQS 108) - compõem uma paisagem sócio-histórico-cultural representativa do estilo de viver dos habitantes do Plano Piloto de Brasília.

Eixo Rodoviário Sul – a escala bucólica do Eixão

Foto 17 - Eixo Rodoviário Sul



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁵³

Começamos nosso percurso com uma caminhada de 4,8 km pelo Eixo Rodoviário Sul, ou simplesmente Eixão Sul, que vai da Estação de Metrô da SQS Sul até a altura da SQS 109, onde uma passarela subterrânea levou os habitantes e viajantes até o Bar Beirute, reduto de artistas, intelectuais e estudantes, desde a década de 60. Esse primeiro trecho do percurso, objeto de experimentação em nossa pesquisa e que denominamos de Conexão Eixão-Beirute, foi pensado para ser feito em dias feriados ou aos domingos – dias em que o trânsito na larga avenida fica fechado e suas seis pistas são liberadas para o lazer da população.

O Eixo Rodoviário ou Eixão, como é chamado pelos habitantes de Brasília, é uma via de cerca de 13 km de extensão, sendo 6 km no Eixão Norte, mais seis km no Eixão Sul, e mais ou menos 1 km correspondente ao túnel do Buraco do Tatu, como é chamado o túnel que liga as Asas Norte e Sul, passando por baixo da Rodoviária interurbana da Cidade.

⁵³ Legenda: Foto 1 – Eixão Sul – À sombra das árvores. Foto 2 – Eixão Sul – Caminhada matinal. Foto 3 - Eixão Sul – Quem quiser vai de camelo.

O Eixão corta a Cidade de Norte a Sul, e cruza com o Eixo Monumental, dando o formato de cruz ou de um avião à Capital Federal. Projetado por Lucio Costa, a avenida teve o seu formato arqueado para melhor adaptar-se ao terreno do Quadrilátero Cruls, e possui em seu perímetro imensas áreas verdes, formadas por gramados e árvores frutíferas e de vários tipos de flores, além das quadras residenciais dos bairros Asa Sul e Asa Norte.

O Eixão e as áreas residenciais, de um lado e de outro de suas margens, ao longo de toda sua extensão, formam a escala bucólica do projeto de Costa, que permeia a escala residencial. A escala bucólica é a escala de lazer, que compreende as extensas áreas livres, com gramados, passeios, bosques e jardins que envolvem toda cidade e muitas vezes são consideradas áreas sem destinação, mas vale reforçar que as áreas verdes livres são elementos do projeto urbanístico que trazem equilíbrio entre as áreas edificadas. E é justamente a presença da escala bucólica que dá o ritmo e a harmonia do espaço urbano, pois unifica os espaços livres e ocupados. Afinal no pensamento de Lucio Costa “urbanizar consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para dentro da cidade” (COSTA, 2001 *apud* TERRA, 2015, p. 63).

A autora ressalta que a escala bucólica está presente não apenas na escala residencial, mas também na orla do Lago Paranoá e no céu de Brasília, nas palavras do urbanista, citado pela autora, no “imenso céu do planalto, como parte integrante e onnipresente da própria concepção urbana - os ‘vazios’ são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda” (COSTA, 1987 *apud* TERRA, 2015, p. 66).

E no Eixão do Lazer, nos domingos e feriados, essa escala se revela ao olhar dos habitantes e viajantes em sua plenitude. Totalmente abraçado pelo imenso céu do Planalto Central, o Eixão abre-se à contemplação dos habitantes e viajantes, em toda sua extensão quase totalmente horizontal, com uma imensa variedade de ipês roxos, brancos, rosas, amarelos e verdes; jamelões; mangueiras; mijos de macaco; guarirobas, falso pau-brasil, goiabeiras, jenipapeiros, guapurubus, angicos, paineiras e paus-ferros, entre outras variedades de árvores, em cujas sombras os frequentadores cochilam, fazem piqueniques, brincam com as crianças; enquanto outros caminham, andam de bicicleta, skate e outros tipos de esporte, em meio aos vendedores ambulantes e donos de *foodtrucks*, que aproveitam os domingos e

feriados para incrementarem os seus comércios e garantirem sua sobrevivência na Capital do País.

Finda nossa caminhada pelo Eixão Sul, seguimos em direção à passarela subterrânea em frente à SQS 109, para chegar ao Bar Beirute, que fica na rua do comércio, na entrequadra 109/110 Sul.

Passarela subterrânea: ruína precoce no caminho do pedestre

Foto 18 - Passarela subterrânea



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁵⁴

Nesse atrativo de nosso percurso, enfrentamos a segunda ruína precoce da Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade: a passarela subterrânea do Eixão, na altura da SQS 109. Essas passarelas – 16, ao todo, construídas ao longo do Eixão, sendo oito localizadas no Eixão Norte e mais oito, no Eixão Sul - foram construídas para dar segurança aos pedestres na travessia das seis pistas que formam o Eixão. No entanto, sua precariedade e insegurança forçam os habitantes e viajantes a

⁵⁴ Legenda: Foto 1 – Passarela subterrânea – escadaria íngreme. Foto 2 – Passarela subterrânea – ruína precoce. Foto 3 - Passarela subterrânea – travessia do eixão.

arriscarem a vida na travessia da larga avenida, que tem trânsito intenso, especialmente nos dias de semana.

Um de nossos entrevistados, Pedro Laplace, que é o típico pedestre, fazendo do ato de caminhar um estilo de vida, lamenta o estado das passarelas subterrâneas, que classifica como “um terror”. Ele lembra que a manutenção das passarelas – que poderiam servir, em sua opinião, até de galeria de arte -, é fundamental para a segurança dos que andam a pé pela Cidade, cotidianamente, seja para trabalhar ou por lazer. Mas a deterioração total dessas passagens, com sucessivos casos de violência (estupros, assaltos, etc), acaba por impossibilitar o seu uso.

Segundo Laplace, ninguém passa numa passarela sem muito medo... Ele conta que já houve muitos casos de violência nas passagens e que já teve muitos sustos, e quando decidiu arriscar e passar nas passarelas.

Sobre os riscos que os habitantes e viajantes correm, ao atravessarem as seis vias que formam o Eixão, Behr (1978) escreveu um de seus mais famosos poemas, que tem música de Nonato Veras, e foi gravado pelo cantor e compositor Renato Russo:

*Nossa senhora do cerrado,
Protetora dos pedestres
Que atravessam o eixão
Às seis horas da tarde,
Fazei com que eu chegue
São e salvo na casa da noélia⁵⁵*

Ao falar sobre a história do poema, o autor candango lembra tratar-se de uma composição autobiográfica: uma vivência, o brasiliense se identifica com a letra. Eu namorava a Noélia. Ela morava na 109 e eu morava na 415 Sul, então eu sempre atravessava o Eixão. A arte humaniza a maquete, aquela coisa toda planejada. A música mostra que não é uma cidade artificial⁵⁶.

⁵⁵ (BEHR, 1978)

⁵⁶ (<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/04/quadras-asas-e-eixos-veja-lugares-de-brasilia-que-viraram-musica.html>. Acessado em 15/01/2018, às 10h13).

Sem iluminação, sujas e deterioradas, as passarelas subterrâneas do Eixão foram interpretadas, em nossa pesquisa, como ruínas precoces da Cidade Modernista. Após a travessia, em poucos metros, chegamos ao Bar Beirute, o terceiro atrativo turístico de nosso percurso.

Bar Beirute: utopia dos garçons proprietários

Foto 19 - Bar Beirute



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁵⁷

Aos seis anos de sua fundação, Brasília viu nascer o Bar Beirute, em 1966, que se transformaria no mais famoso reduto de artistas, intelectuais e estudantes da Cidade, palco de inúmeras performances artísticas, lançamento de livros e outras manifestações culturais, ao longo da história da Cidade.

As comemorações dos 50 anos do Beirute, em 2016, foi motivo de diversas manifestações culturais, ao longo de todo o ano, com intensa cobertura da mídia de Brasília. O dono do empreendimento é o ex-garçon Francisco Marinho. Atualmente, quem está à frente do estabelecimento é Francisco Emílio Marinho, “que segue a

⁵⁷ Legenda: Foto 1 – Bar Beirute – a esquina de Brasília. Foto 2 – Bar Beirute – ponto de encontro de artistas, jornalistas e estudantes. Foto 3 – Bar Beirute – fundado em 1966.

tradição de tocar a empresa de 110 funcionários ao lado do irmão Marcelo, do primo Célio e do pai, Francisco Marinho⁵⁸.

Francisco Marinho ou simplesmente Seu Chiquinho, como é chamado por funcionários e frequentadores do Beirute, é um candango típico. Veio do Ceará, nos anos 60, em busca de trabalho e prosperidade na Capital da Esperança. Quando completou 80 anos, em julho de 2017, o garçom, que virou proprietário do bar mais representativo do movimento cultural de Brasília, foi destacado em uma longa reportagem do Correio Braziliense, o mais tradicional veículo de comunicação da Cidade:

Chiquinho é um homem singular. O trabalho o resgatou da fome. Ainda no Ceará, vendeu cocada, rapadura, feijão, foi aprendiz de alfaiate, balconista de farmácia, trabalhou em mercearia, serviu o Exército. Aos 18 anos, com a cara, a coragem, uma velha mala de couro e trocados contos de réis no bolso da calça surrada, enfrentou uma semana num pau de arara para chegar ao Rio de Janeiro. Na Cidade Maravilhosa, foi operário numa fábrica de cigarros e dono de botequim, em Bangu. Viveu ali por 12 anos. Decidiu voltar para o Ceará. Vendeu o boteco no Rio. Comprou uma mercearia no sertão. Mas sabia que estava ali só de passagem. Em 1967, cheio de sonhos e o dinheiro da venda da mercearia, pegou outro pau de arara. Desta vez para a nova Capital, que completara sete anos de existência. Os irmãos mais novos, Bartolomeu e Aluizio, já estavam aqui. Eram garçons de um bar, que havia aberto as suas portas um ano antes, em 1966. Era a esquina que começava a ser inventada, a da 109 Sul, e que mudaria, definitivamente, a história de Brasília. No segundo dia após a sua chegada, o cearense miudinho de olhos azuis estava empregado. Vestiu o uniforme do bar do velho libanês, José Cauhy, que lhe deu a sua grande chance na terra de JK. Francisco virou garçom do Beirute. A história, de lá pra cá, foi, segundo ele mesmo admite, “feita de suor, lágrimas e amor⁵⁹”.

Durante quatro anos, Seu Chiquinho foi garçom do Beirute, até que em 1970, em face de uma grave crise financeira, seu proprietário, o libanês José Cauhy propôs aos irmãos cearenses a venda do estabelecimento. Os três juntaram todas

⁵⁸ (<https://www.metropoles.com/gastronomia/beber/beirute-celebra-50-anos-como-um-dos-enderecos-fundamentais-de-brasilia>, Acessado em 12/01/2018, às 23h24)

⁵⁹ (dono-do-beirute-chiquinho-celebra-aniversario-de-80-anos.shtml, Acessado em 12/01/2018, às 23h30).

as economias do trabalho de carregar bandejas. Francisco catou tudo que economizou nas andanças pelo Rio. Deram uma entrada e mais duas parcelas. A notícia de que os três cearenses tinham comprado o Beirute estampou os jornais. Há 47 anos, o Beirute, ou Beira, como muitos o chamam, tornou-se o bar mais tradicional da cidade. Por ali, inventou-se uma esquina. Engana-se quem diz que, em Brasília, não há esquina. Pena. Nunca foi ao Beirute. Por ali, passou — e passa — a história da capital⁶⁰.

Por representar, em nossa interpretação, o espírito do viver Brasília e mais, por encarnar, na figura de Seu Chiquinho, a figura do Candango, que migrou para Brasília em busca de melhores condições de vida, atendendo aos apelos de JK de construir no Planalto Central a Capital do País do futuro, decidimos incluir a visita ao Bar Beirute em nosso percurso. E de quebra, visitantes e viajantes podem experimentar a culinária árabe tradicional do estabelecimento, com destaque para o famoso ki-Beirute e o seu igualmente clássico famoso chope zero grau.

Do Beirute, seguimos pela comercial das entrequadras SQS 109/110, em direção ao Clube Unidade Vizinhança nº 1 – a 500 m dali -, um clube que é a cara de Brasília, construído dentro da escala residencial do projeto de Costa, para atender ao conjunto das quatro superquadras SQS 107, SQS 108, SQS 307 E SQS 308, que foram tombadas, junto com todas as edificações que a compõem, como modelo da proposta de Costa para os habitantes do Plano Piloto.

60

(http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/27/interna_cidadesdf,612837/dono-do-beirute-chiquinho-celebra-aniversario-de-80-anos.shtml, Acessado em 12/01/2018, às 23h30).

Clube Unidade de Vizinhança: onde os vizinhos se encontram

Foto 20 - Clube Unidade de Vizinhança



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁶¹

No documento Brasília Revisitada (1985/87), o próprio Lúcio Costa explica a escala residencial proposta em seu projeto para o Plano Piloto de Brasília:

As superquadras residenciais, intercaladas pelas entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum), se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado – Eixo Rodoviário-Residencial. A escala definida por esta sequência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de “pátio interno urbano”. (Lucio Costa, Brasília revisitada 1985/87 apud Cartilha do Iphan DF, p. 33).

No projeto, Costa (1991) propôs a criação de unidades de vizinhança, a cada quatro superquadras, nas asas Sul e Norte, mas acabou que apenas a Unidade Clube de Vizinhança nº 1, do conjunto das Superquadras 107, 108, 307 e 308 Sul,

⁶¹ Legenda: Foto 1 – Clube Unidade de Vizinhança Nº 1. Foto 2 – Clube Unidade de Vizinhança Nº 1 - painel de entrada. Foto 3 - Clube Unidade de Vizinhança Nº 1 - galeria de presidentes desde 1961.

seguiu à risca o projeto do Urbanista e foi o único clube construído com essa característica na Asa Sul.

Inaugurado em 1960, o clube – de acordo com o site da agremiação – “é uma associação civil, sem fins lucrativos, de natureza social, desportiva e recreativa, regida por estatuto”, com a finalidade de “criar meios para elevação da cultura dos associados e seus dependentes, a prática e desenvolvimento do atletismo e desportos em geral, a promoção de entretenimento, o aprimoramento do meio social, o fortalecimento do espírito de solidariedade e a fraternidade, visando ao bem-estar comum e à manutenção de um convívio alegre e sadio⁶²”.

O Clube Unidade de Vizinhança nº 1 faz parte o conceito da Unidade de Vizinha de Costa (1991), composta por quatro superquadras, comércio locais, Igreja, Cinema, posto de saúde, biblioteca, delegacia policial e escolas. A proposta educacional foi concebida pelo educador Anísio Teixeira, a convite do Presidente JK. Seu plano, nas superquadras modelo do qual o clube que visitamos faz parte, compõe-se de Jardim de infância, Escola-Parque e Escola-Classe. Aliada ao Clube de Vizinhança era uma proposta de educação integral, composta pela educação formal, artística, desportiva e cultural, que nascia em Brasília com o Plano de Educação de Teixeira, mais tarde tombado como patrimônio imaterial da cidade:

O educador baiano Anísio Spindola Teixeira (1900-1971)... Colaborou com a capital de Juscelino Kubitschek ao elaborar um planejamento inovador para a educação dos jovens habitantes da Nova Capital. Para as superquadras de Brasília, organizadas nas Unidades de Vizinhança, propôs um sistema educacional chamado de “Centro de Educação Elementar” constituído de: um Jardim de Infância para aprendizagem de alfabetização de crianças, quatro Escolas-Classe para aprendizagem de disciplinas básicas estabelecidas pelos parâmetros educacionais e uma Escola-Parque para aprendizagem de atividades desportivas, culturais, sociais, artísticas, que contava também com oficinas voltadas para práticas de trabalho. O ensino-aprendizagem proposto no âmbito do Centro de Educação Elementar era desenvolvido por meio da integração e articulação entre as escolas formando uma rede educativa no interior da Unidade Vizinhança. Assim, os estudantes deveriam frequentar tanto a Escola-Classe como a Escola-Parque, em períodos alternados, escolhidos nos turnos, matutino ou vespertino, perfazendo uma jornada escolar de oito horas/aulas diariamente. Um sistema completo que, infelizmente, não foi aplicado na integralidade do Plano Piloto, tendo sido abandonado como proposta global para o Distrito Federal como um todo. Ressalta-se que o reconhecimento

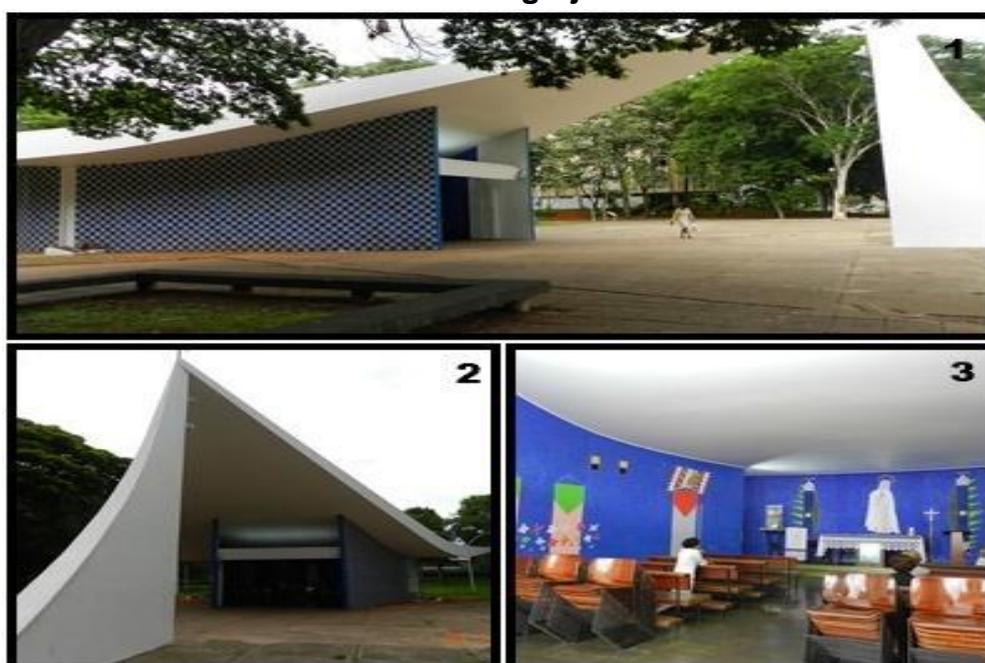
⁶² <https://www.clubevizinhanca.com.br/historia>. Acessado em 17/01/2018, às 22h29

em Bens Culturais foi consolidado somente no âmbito do Governo do Distrito Federal⁶³. (Cartilha do IPHAN, 2015, p. 28 e 29).

Depois da visita ao Clube, seguimos por dentro da SQS 109, por 1,5 km, até a Igrejinha, construção de 1958, e que também compõe o conjunto de quatro superquadras, incluindo a SQS 308, a Superquadra Modelo de Brasília.

Igrejinha: a primeira igreja de Brasília

Foto 21 – Igrejinha



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁶⁴

Inaugurada em 1958, antes mesmo da inauguração de Brasília, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, ou simplesmente Igrejinha, foi o primeiro templo de alvenaria construído em Brasília.

Projetada por Oscar Niemeyer, a Igrejinha foi também a primeira obra de Athos Bulcão para a Capital. Este santuário foi erguido para pagar a promessa feita

⁶³ 1) a Escola-Classe da 308 Sul tombada por meio do Decreto nº 11.234, em 02 de setembro de 1988, com o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal; 2) a Escola-Parque da 308 Sul tombada pelo Decreto Nº 224.861, em 04 de agosto de 2004, com o título de Patrimônio Cultural Material do Distrito Federal, e também, o Ideário Pedagógico de Anísio Teixeira, registrado pelo Decreto Nº 28.093, de 4 de julho de 2007, inscrito no Livro de Registro I – Saberes com o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal, ambos títulos reivindicados pela Associação de Arte.

⁶⁴ Legenda; Foto 1 – Igrejinha – azulejos de Athos Bulcão . Foto 2 – Igrejinha – chapéu de freira. Foto 3 – Igrejinha painéis de Galeno.

por dona Sarah Kubitschek em agradecimento a Nossa Senhora de Fátima pela cura de sua filha que havia sido acometida por uma grave doença. É um templo católico constituído por uma pequena nave, sacristia e secretaria, com planta em forma de ferradura. A estrutura em concreto armado é definida por três pilares de seção longitudinal triangular que sustentam a laje de cobertura, dando-lhe a forma de um chapéu de freira. As paredes externas são completamente revestidas com os azulejos criados por Athos Bulcão. Esse painel é o único trabalho figurativo de Athos em azulejos, com a pomba representando o Espírito Santo e a estrela, a Estrela de Belém, aquela que guiou os reis magos até o menino Jesus⁶⁵.

Fazendo a ligação entre as superquadras 307 e 308 Sul, a pintura original interna da Igrejinha foi feita pelo artista plástico Alfredo Volpi, a convite de JK: “uma Nossa Senhora com o menino Jesus no colo, os dois sem rosto⁶⁶”. Mas a pintura de Volpi foi destruída e, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sem possibilidade de recuperação, o que levou o órgão a convidar o artista plástico candango Francisco Galeno para conceber uma nova pintura. Nos painéis de Galeno, a santa no centro do altar é Nossa Senhora de Fátima sem rosto. Ela tem uma pipa no lugar das mãos. O rosário é um carretel de linha. A coroa é decorada com flores. Nas laterais, predomina a cor azul bem forte. Pipas e flores foram criadas para representar a alegria das crianças que teriam avistado a Virgem Maria em Fátima, Portugal⁶⁷.

A obra de Galeno, de 2009, gerou polêmica entre os fiéis, com vários protestos e abaixo-assinados, o que levou o Ministério Público a suspender os trabalhos, por cinco dias, mas em nova visita ao local, o Iphan classificou como obra de arte os painéis do artista piauiense; e a obra foi concluída. Em declaração rebatendo os protestos, o presidente do Instituto, à época, Luiz Fernando Almeida, afirmou tratar-se de uma intervenção moderna, dentro de um monumento de uma arquitetura moderna. É isso que dá sentido a Brasília. É isso que a reforma da Igrejinha, após anos de deterioração e vandalismo, foi concluída. Mas na história da Cidade fica para os habitantes e viajantes de nosso percurso, não

⁶⁵ (<http://www.fundathos.org.br/noticia/216>; Acessado em 14/01/2018, às 16h22).

⁶⁶ (<https://extra.globo.com/noticias/brasil>; Acessado em 16/01/2018, às 14h18).

⁶⁷ (<https://extra.globo.com/noticias/brasil/pintura-de-artista-na-igreja-de-nossa-senhora-de-fatima-igrejinha-de-brasilia-gera-polemica-302768.html>. Acessado em 12/01/2018, às 18h25).

somente a beleza da arquitetura de Niemeyer, dos azulejos de Athos Bulcão e dos painéis atuais de Galeno, segundo o crítico de arte e jornalista de Brasília, Severino Francisco, que teve Volpi como uma das fontes de inspiração para sua arte, substituiu o afresco destruído por uma (também) magnífica pintura mural de nossa senhora translúcida e de pipas e borboletas de cores intensas na Igrejinha.

Mas fica também o descaso para com a conservação dos monumentos, igrejas e palácios da Cidade – a única no mundo totalmente tombada como patrimônio cultural da humanidade -, que é um dos maiores patrimônios da arte e da arquitetura nacionais. A obra de Volpi, de acordo com o jornalista, foi destruída pela insensatez de um padre de poucas luzes que passou uma mão de tinta e simplesmente apagou uma das obras-primas da pintura mural modernista brasileiro.

Depois da visita à Igrejinha, seguimos para visitar a superquadra ao lado, a SQS 308, a Superquadra Modelo de Brasília.

Superquadra Modelo 308 Sul: a escala residencial

Foto 22 - Superquadra Modelo 308 Sul



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁶⁸

⁶⁸ Legenda: Foto 1 – Superquadra modelo – utopia de Lúcio Costa. Foto 2 - Superquadra modelo – jardins de Burle Marx. Foto 3 - Superquadra modelo – escola na porta de casa.

Nesse atrativo do percurso, visitamos a Superquadra Modelo 308 Sul e todas as edificações que a compõe e que formam a Unidade de Vizinhança, que no projeto de Costa (1991) deveria ser construída, a cada quatro quadras, em toda a área residencial do Plano Piloto. Em nosso passeio, a visita inclui a SQS 308 e todas as suas edificações internas, além dos jardins, com assinatura de Burle Marx e a visão de conjunto das superquadras 307, 308, 107 e 108 Sul.

Em cartilha publicada em 2015, o IPHAN-DF avalia a superquadra como “a mais importante contribuição de Brasília à história do urbanismo mundial” e sustenta que Costa (1991), ao romper com a estrutura do quarteirão convencional, abrindo-o e transformando-o em um amplo bosque entremeado por blocos residenciais multifamiliares, de até seis pavimentos em pilotis livres, liberando o chão para uso público indistinto, concebeu uma nova maneira de morar em área urbana, estruturada no que ele denominou de escala residencial ou cotidiana (CARTILHA DO IPHAN-DF, 2015, p. 10).

Na visão de Reis (2015), superintendente do IPHAN-DF, à época da publicação da Cartilha, por suas peculiaridades únicas no mundo, Brasília é, atualmente, objeto de triplo reconhecimento enquanto patrimônio cultural. Está protegida Governo do Distrito Federal, tombada pelo IPHAN e reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Além disso, é pioneira, nacional e internacionalmente, no que se refere à preservação do patrimônio moderno, tendo em vista que tal reconhecimento esteve, por longo tempo, associado apenas a bens culturais centenários (CARTILHA DO IPHAN-DF, 2015, p. 12).

Lembra o especialista que o próprio Costa (1991) afirmava que a vida nas superquadras reaproximaria os habitantes com seu lugar de moradia e que a escala bucólica permeando as edificações. E que a separação das superquadras das escalas gregária e monumental da Cidade eliminaria do cotidiano dos cidadãos as pressões mais intensas e indesejáveis da vida urbana. Essas pressões, em Brasília, estão concentradas nos dois grandes eixos que dão a forma de avião ao Plano Piloto: o Monumental e o Rodoviário.

Como disse Costa, no relato do representante do IPHAN-DF, creio que houve sabedoria nessa concepção: todos os prédios soltos do chão sobre pilotis, no gabarito médio das cidades europeias tradicionais – antes do elevador –, harmoniosas, humanas, tudo relacionado com a vida cotidiana; as crianças

brincando à vontade ao alcance do chamado das mães... (CARTILHA DO IPHAN-DF, 2015, p. 13).

A SQS 308 segue uma padronização projetada pelo urbanista para o Plano Piloto: os prédios das quadras 400 possuem no máximo três andares. Os prédios das 200, 100 e 300 têm somente seis andares, mas na SQS 308 existe uma exceção: um prédio com quatro andares. Os edifícios da Quadra Modelo têm, seguindo à risca a proposta original, grandes janelas de vidros na parte frontal, e, no fundo, cobogós (estruturas vazadas, para permitir maior circulação de ar e entrada de luz). Todos os blocos têm salas e quartos posicionados para o nascente e os pilotis, permitindo a livre circulação de pedestres, proporcionando maior proximidade entre todos e humanizando as moradias. Todos os pilotis têm piso de mármore escuro e colunas de mármore branco.

Na SQS 308, o habitante e viajante pode ver a escola de Jardim de Infância, com azulejos de Athos Bulcão; a Escola-Classe, projetada por Oscar Niemeyer; e a Escola-Parque, cujas colunas de sustentação têm um formato em V. Inaugurada na década de 1960, a quadra é a única que tem paisagismo de Burle Marx. Em relato de um de seus moradores mais antigos, ao site gpsbrasil.com.br, no ano de 1968, a Superquadra teria vivido seu momento mais marcante.

Talvez o dia mais marcante para os moradores da quadra foi aquele seis de novembro de 1968. Os pais vestiram seus filhos com as melhores roupas. O Jardim de Infância da 308 Sul, todo revestido com azulejos do artista Athos Bulcão, recebia a visita da rainha da Inglaterra Elizabeth II. Era polícia e gente para todo lado. A quadra inteira desceu para vê-la acenar com um sorriso simpático e discreto. Ela assistiu a uma apresentação musical das crianças na escola. Dizem que a rainha se encantou com a inteligência urbanística do projeto de Lúcio Costa e pelo paisagismo de Burle Marx⁶⁹.

No paisagismo de Burle Marx, a superquadra representa bem a ideia da Escala Bucólica permeando a Escala Residencial e o conceito de Costa de Cidade-Parque: É como viver dentro de um grande parque. As árvores típicas brasileiras, como o Pau Brasil, Palmeiras e Ipês suavizam o concreto. Venta forte, um frio gelado bate no rosto. Embaixo dos blocos – são nove, identificados pelas letras do alfabeto, de A a I –, os pilotis e os vãos livres dão a sensação de não haver limites.

⁶⁹ <http://gpsbrasil.com.br/news/p:0/idp:34147/nm:308-Sul,-a-quadra-modelo/> Acessado em 12/01/2018; às 18h47

Banquinhos convidam para sentar, contemplar a paisagem e sentir a atmosfera da quadra.

Em 1987, Brasília recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade; três anos depois, em 1990, o conjunto urbanístico-arquitetônico da Cidade foi inscrito no Livro de Tombo Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); e a Unidade de Vizinhança foi tombada em 2009. Atualmente, a SQS 308 vive um momento de redescoberta e reconhecimento de seu valor arquitetônico e cultural por parte tanto da população da Cidade, quanto de seus moradores. Mas alguns problemas têm sido colocados, acedendo a polêmica em torno da discussão modernização versus preservação.

Desde 1979 a Superquadra Modelo tem uma prefeitura que subsiste da contribuição mensal, voluntária e simbólica, de seus moradores. O prefeito da quadra em 2015, que, segundo o site gpsbrasil.com.br, pertence à segunda geração de moradores da quadra, defendia a necessidade de reformas, destacando o exemplo dos cadeirantes que, atualmente, dividem as ruas com os carros, porque a calçada apresenta desníveis em seu rejunte.

Essa e outras reivindicações dos moradores, apontadas como reformas estruturais, têm esbarrado na questão do tombamento: por causa do tombamento, qualquer intervenção externa no conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico deve ser analisada pelo Iphan, não basta o aval da Administração de Brasília. Nenhuma regra do Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa pode ser alterada.

A reportagem destaca, no entanto, que muitas reformas já foram feitas no local, antes do tombamento, descaracterizando o projeto original e lembrando que apenas quatro anos da inauguração de Brasília, houve o Golpe Militar e esse projeto não foi para frente. As outras superquadras foram construídas, seguindo as regras do Plano de Lúcio Costa, mas a Unidade Vizinhança ficou somente ali, para contar histórias.

Atualmente, segundo o site pesquisado, dos nove prédios, apenas três têm o piso original, de azulejos pretos e existe apenas uma guarita que foi mantida; todas as demais foram reformadas e os azulejos foram substituídos por mármore.

Quadro com características da SQS 308:

Inaugurada em 19 de fevereiro de 1962, foi construída pelo Banco do Brasil.

É considerada Quadra Modelo por ser a única que seguiu rigorosamente o Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa.

É a primeira superquadra a ter garagem subterrânea.

A única do Plano Piloto com paisagismo de Burle Marx e única a ter lagunho.

O Jardim de Infância foi visitado pela Rainha da Inglaterra, Elizabeth II, em 1968.

A Escola Classe 308 Sul é um projeto de Oscar Niemeyer.

Os prédios não foram projetados por Niemeyer, mas pelos arquitetos Marcelo Campello e Sérgio Rocha.

Todos os blocos têm um dos lados de cobogós. Do outro lado, as fachadas são coloridas, com janelões de vidros, apelidadas de “televisão dos candangos”.

Os blocos são dispostos de forma que a frente de um esteja para as costas do outro e, também, que as salas e quartos estejam voltadas para o nascente

O bloco H é o mais original. Piso, pastilhas e guarita são as mesmas desde a inauguração.

São oito blocos de seis andares e um de quatro, o bloco D. Ele foi disposto de maneira harmônica, só o visitante mais atento percebe a diferença.

Em frente ao bloco A, foram gravadas cenas do filme *Somos tão Jovens*.

Na Cartilha do Iphan sobre a Superquadra Modelo e seu processo de tombamento, o órgão destaca as três instâncias em que Brasília é reconhecida como patrimônio cultural (local, nacional e mundial) o que faz com que suas normas legais de proteção e preservação estejam atreladas as escalas residencial, gregária, monumental e bucólica do projeto de Lúcio Costa:

Consta do Art. 2º da Portaria nº 314/92 do IPHAN: A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. (CARTILHA DO IPHAN-DF, 2015).

Na visão do IPHAN-DF (2015, p. 30 e 31), essa é uma forma inovadora de se associar “conceitos urbanísticos a um instituto jurídico bastante conhecido – o tombamento”, o que acaba por proporcionar instrumentos de “preservação de um objeto ainda em construção”. E esclarece que o que é tombado é o conjunto urbanístico de Brasília, sendo que as escalas proposta por Lúcio Costa “servem como parâmetro, como referência para a manutenção de características essenciais da cidade”.

São as seguintes as legislações que regem o tombamento de Brasília como patrimônio cultural, de acordo com a Cartilha do IPHAN-DF⁷⁰.

Para o poeta Nicolas Behr, as superquadras de Brasília são:

”a única experiência de habitação coletiva modernista que deu certo. As outras, na Alemanha, na Polônia ou na então União Soviética viraram cortiços. E porque deram certo em Brasília? Lúcio Costa. Preferiu edifícios pequenos, que aqui chamamos blocos, com pilotis livres. Baixa densidade populacional, farta arborização, Criatividade brasileira em ação”... (BEHR, 2014, p.146).

Em nossa interpretação, a visão de Behr faz todo sentido. Terminada a visita à SQS 308, atravessamos a Via W-2, e, logo à frente, nos deparamos com uma obra de recuperação do Espaço Cultural Renato Russo: mais uma ruína precoce apontada em nossa pesquisa, como parte dos percursos turísticos formadores de nosso Roteiro Geopoético de Brasília.

⁷⁰ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL: Decreto nº 10.829, em 14 de outubro de 1987, no qual constam as medidas para a preservação de Brasília.

UNESCO: Em dezembro de 1987, reconhece Brasília como Patrimônio da Humanidade.

IPHAN: Em março de 1990, o IPHAN (à época IBPC), realiza o tombamento federal, regulamentado pela Portaria nº 04/90, posteriormente substituída pela Portaria nº 314/92, ainda vigente. A portaria federal e o decreto distrital são semelhantes e ambos estabelecem as escalas como orientadoras da preservação da cidade. A lei que organiza o tombamento em nível federal é o Decreto-lei nº 25/37. Trata-se de uma legislação que incide, especialmente, sobre a materialidade dos objetos que se buscam preservar – ainda que aquilo se pretende proteger é, por assim dizer, o conteúdo cultural naquele objeto reconhecido, seja um objeto de mobiliário, um monumento, um acervo de pinturas ou mesmo uma cidade inteira, como Brasília.(Fonte: Cartilha do IPHAN-DF, 2015, p.31, nota de rodapé)

Espaço Cultural Renato Russo: a arte pede socorro

Foto 23 - Espaço Cultural Renato Russo



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁷¹

Em Brasília, a arte, e a cultura pedem socorro, há décadas. Há dezenas de museus, monumentos e espaços culturais em ruínas ou em franca decadência, abandonados pelo Poder Público, a despeito de ser o espaço urbano do Plano Piloto triplamente protegido, tombado como patrimônio cultural pela UNESCO, pelo IPHAN e pelo GDF. Um desses espaços é o Espaço Cultural Renato Russo, objeto de nossa observação, nesse atrativo do percurso.

Na verdade, o que os habitantes e viajantes de nosso percurso podem ver são os tapumes de madeira fechando quase que totalmente a visão do complexo arquitetônico do Espaço Cultural 508 Sul, hoje rebatizado com o nome do líder da banda mais famosa da história do rock de Brasília: Renato Russo e sua Legião Urbana.

O espaço foi reinaugurado em 1993, pois, nos Anos 70, ele funcionava em outro prédio da Asa Sul e era frequentado pela juventude candanga e brasiliense, a qual Renato Russo batizou de Geração Coca-cola, em uma de suas mais famosas

⁷¹ Legenda: Foto 1 - Espaço Cultural Renato Russo – anos de abandono. Foto 2 - Espaço Cultural Renato Russo – fechado pela Defesa Civil. Foto 3 – Espaço Cultural Renato Russo – ruína precoce.

canções – gravada em 1985 - e que se tornou um ícone da primeira geração de Brasília, transcrita abaixo, por interpretamos como possível de despertar ou ressignificar o olhar dos viajantes e habitantes sobre a Capital do País:

Geração Coca-Cola⁷²

Quando nascemos fomos programados

A receber o que vocês

Nos empurraram com os enlatados dos Usa, de 9 às 6

Desde pequenos nós comemos lixo

Comercial e industrial

Mas agora chegou nossa vez

Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Somos os filhos da revolução

Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola

Depois de vinte anos na escola

Não é difícil aprender

Todas as manhas do seu jogo sujo

Não é assim que tem que ser?

Vamos fazer nosso dever de casa

E aí então, vocês vão ver

Suas crianças derrubando reis

Fazer comédia no cinema com as suas leis

Somos os filhos da revolução

⁷² Legião Urbana - Compositor: Renato Russo

*Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola*

*Depois de vinte anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser?*

*Vamos fazer nosso dever de casa
E aí então, vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas leis*

*Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola.*

Atualmente, o Espaço Cultural passa por sua terceira reforma, com orçamento de R\$ 5,6 milhões e previsão de entrega para 2018, se não houver novos atrasos do cronograma. O complexo é composto de dois teatros, uma sala multiuso, além de salas de ensaio, galpão de artes, biblioteca, mezanino para exposição, gibiteca, musiteca, galerias de arte, escritórios e um estúdio de rádio (Informações da Secretaria de Cultura do GDF). O espaço foi fechado em 2013, por decisão do Ministério Público do DF, que interditou o local por falta de segurança em sua estrutura física.

Pelo grau de degradação de sua estrutura física e pelos quase cinco anos em que permanece fechado, interpretamos o Espaço Cultural Renato Russo como ruína precoce de Brasília. De lá, seguimos por 1 km, em nosso percurso, caminhado por dentro das superquadras que compõem a Unidade de Vizinhança, passando por dentro das SQS 307 e 107 até o Cine Brasília, que também faz parte do projeto modelo da escala residencial do urbanista Lúcio Costa.

Cine Brasília: o templo do Troféu candango de Cinema

Foto 24 - Cine Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁷³

O Cine Brasília, com seus 607 lugares, som dolby stereo digital e uma imensa tela de 14.00 x 6.30 metros é palco de um dos maiores festivais de cinema do Brasil e está umbilicalmente ligado à história da Cidade. Com a assinatura do arquiteto Oscar Niemeyer, o cinema faz parte da Unidade de Vizinhança, que também foi objeto de nossa visita nesse segundo percurso.

Na programação que inaugurou o Cinema, arrendado à Companhia Cinematográfica Luiz Severiano Ribeiro, foram projetados grandes sucessos de bilheteria tais como *Anáguas a Bordo*, com Gary Grant, *A Canoa Furou*, com Jerry Lewis e *O Discípulo do Diabo*, com Kirk Douglas e Burt Lancaster, entre outros⁷⁴.

O site da Secretaria de Cultura do GDF lembra que, em 1965, durante a Ditadura Militar que, um ano antes, depusera o presidente João Goular, interrompendo o processo democrático e também o projeto sócio-político-cultural da nova Capital do País, nosso cinema tinha uma produção constante e de qualidade,

⁷³ Legenda: Foto 1 – Cine Brasília – entrada. Foto 2 – Cine Brasília – Troféu Candango. Foto 3 - Cine Brasília - cinema das superquadras.

⁷⁴ (<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/cine-brasilia.html>. Acessado em 12/01/2018, às 23h35).

mas conviviam com a repressão, ditadura e falta de dinheiro, os produtores e diretores solicitavam apoio do governo, assim como hoje. Nesse clima aconteceu em Brasília, de 15 a 22 de novembro daquele ano, a primeira Semana do Cinema Brasileiro, que depois passou a se chamar Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. A ideia era trazer o cinema nacional até a capital da República e ao mesmo tempo proporcionar o encontro entre cineastas, produtores e técnicos da área, além de ser um espaço para pressionar o Congresso Nacional para a criação de um Instituto Nacional de Cinema.

Os sucessivos festivais do Cine Brasília, com seu icônico Troféu Candango – nome dado para homenagear os operários da construção de Brasília -, virou símbolo de resistência contra a Ditadura, trazendo para a Cidade grandes cineastas como Nelson Pereira dos Santos e Vladimir Carvalho, um dos personagens entrevistados em nossa pesquisa.

Carvalho (1997) chegou a Brasília em 1970, para ser professor do Departamento de Arquitetura e Artes Visuais da Universidade de Brasília. Na entrevista que nos concedeu, relata que sua decisão de se mudar para a Cidade partiu de um convite que recebeu, em 1969, quando veio do Rio de Janeiro, onde fixara residência, vindo da Paraíba, sua terra natal, e depois de Salvador, onde começou sua carreira de cineasta:

Nessa transição entre Paraíba, Salvador e o Rio de Janeiro – onde passei a morar, na década de 1960 -, eu lia O Cruzeiro e O Cruzeiro, tal como o Cinema, aos quadros a que eu pertenço, até hoje, meio que explicava aos brasileiros esse fenômeno Brasília e a transferência da Capital em si... Essa história de uma marcha para o Oeste me ganhou muito. Eu lia umas coisas de Walt Whitman (poeta inglês) e imaginava um poeta como Walt Whitman vendo a construção de Brasília, vendo essa saga. É uma viagem para o centro da terra, da terra brasileira, no caso, mas é também essa coisa do voyeur que mora dentro de todos nós; do nomadismo, essa coisa de conhecer novos horizontes, que deu margem aos Grandes Descobrimentos. Não deixa de ser o (re) descobrimento da Terra Brasilis.

Em 1969, o cineasta eu já estava trabalhando em jornal, um jornal em processo de falência, como paraibano trabalha no Diário de Notícias, no Rio de Janeiro, sobrevivendo com dificuldade. Durante o Festival de Brasília, naquele ano, recebeu uma proposta que considerou irrecusável da UnB, ao encontrar-se com um amigo, fotógrafo do filme Cabra Marcado para Morrer, do qual o Carvalho fora

assistente de direção do diretor, Eduardo Coutinho. E decidiu se mudar para Brasília, cidade que passou a ser cenário de vários dos seus filmes, inclusive o longa *Companheiros Velhos de Guerra*, que conta a história dos operários da construção de Brasília.

O filme de Carvalho arrebatou o prêmio de melhor filme dos críticos do 23º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em 1990. O filme apresenta “uma radiografia sociológica da construção de Brasília” (CARVALHO, 1997, p. 132), na visão do crítico Eduardo Magalhães e recupera a história obscura do assassinato de operários, no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes, em 1959, pela GEB-Guarda Especial de Brasília e que foram enterrados, segundo alguns depoimentos de testemunhas, numa grande vala comum cavada no solo onde hoje está o Lago Paranoá, às margens da atual Vila Planalto, bairro de pioneiros e candangos da Brasília.

Outro de nossos entrevistados que confirma o massacre dos operários da Pacheco Fernandes é Miguel Alves (Apêndice xxxx), que foi operário da construção, funcionário da NOVACAP e, atualmente, é fiscal da receita aposentado do GDF. O filme de Carvalho é um entre muitos outros premiados com o Troféu Candango pelo Festival de Brasília, cujo palco é o Cine-Brasília, objeto de nossa visita nesse segundo percurso.

Em 1975, o cinema passou por uma reforma total e foi reinaugurado em 1976, com a projeção de outro filme de Carvalho: *A Pedra da Riqueza*. O Cinema, além de palco do festival, tem uma programação que inclui lançamentos de filmes nacionais, mostras estrangeiras, semanas temáticas, debates, lançamentos de livros, exposições de pinturas, fotografias, cartazes e outros; intercâmbio e cooperação com as embaixadas, escolas públicas e universidades, contribuindo com projetos de formação de plateia e enriquecimento de nossa cultura.

Depois da visita ao Cine Brasília, retomamos o Eixão Sul, atravessando o Eixinho W, em frente ao cinema, e caminhamos por mais 2,8 km de volta à Estação do Metrô, na altura na SQS 202, nosso atrativo de partida.

Interpretamos ao experimentarmos fenomenologicamente esse segundo percurso, ser possível despertar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre o modo de viver em Brasília, na intercessão das escalas residencial e bucólica, recuperando a ideia proposta no projeto do Plano Piloto de Brasília.

Com a palavra, Lúcio Costa:

As superquadras residenciais, intercaladas pelas entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum), se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado - Eixo Rodoviário-Residencial. A escala definida por esta sequência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de pátio interno urbano. (Lucio Costa, Brasília revisitada 1985/87), CARTILHA IPNAH-DF, p. 30 A 33).

Percurso três: A escala gregária de Lúcio Costa

MOBILIDADE: caminhada

TEMPO: três horas

DISTÂNCIA: 5,5 Km

SAÍDA: CONIC

DIAS SUGERIDOS: segunda a sábado

TRAJETO:

CONIC – Decadência, arte e resistência

Calçadão CONIC-Conjunto Nacional – geopoética da paisagem

Rodoviária de Brasília – caldeirão cultural, pastel e caldo de cana

Calçadão do Teatro Nacional – visão monumental

Teatro Nacional – engenho e arte de Niemeyer

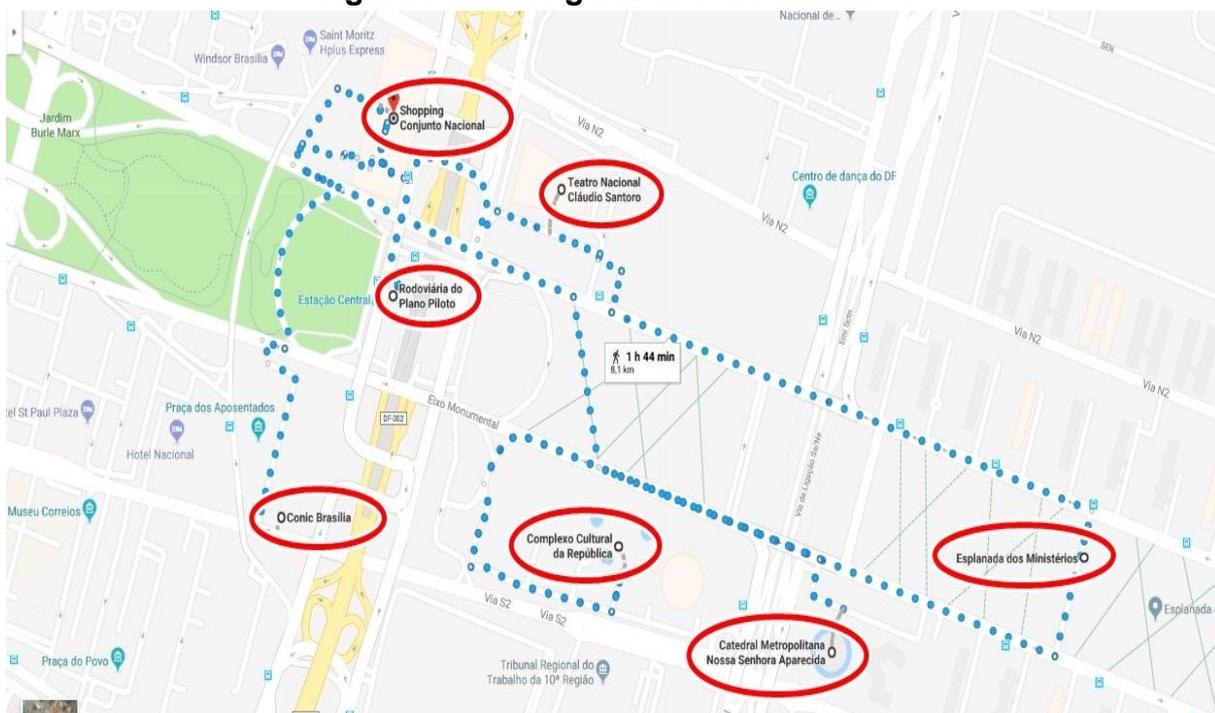
Esplanada dos Ministérios – a escala monumental

Complexo Cultural da República – projetos para o futuro

Catedral de Brasília – obra prima de Niemeyer

Conjunto Nacional – o shopping da Cidade

Figura 7 - Visão geral do Percurso Três



Fonte: Google Maps

No terceiro percurso turístico do nosso roteiro, a proposta foi fazer uma caminhada de reconhecimento do que Costa (1991) chamou de escala gregária e de sua intercessão com a escala monumental, no atrativo do cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental, onde foi instalada a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.

Exatamente ali, o projeto urbanístico de Brasília exhibe sua característica mais humanista: na Plataforma de dois andares, construída no centro dos dois Eixos que formam a cruz, está a Rodoviária – hoje só interurbana, mas na proposta de Costa e nas primeiras décadas de Brasília, era a Rodoviária interurbana e interestadual -, o atrativo de conexão e de encontro tanto de habitantes quanto de viajantes, no que ele chamou de escala gregária.

Pelo projeto original, no andar superior da Plataforma Rodoviária, estariam concentrados os bares, galerias de arte, cinemas e teatros, formando o “centro de diversões da cidade, mistura em termos adequados de Piccadily Circus, Times Square e Champs Elysees” (COSTA, 1991, p. 24).

A ideia de Costa era possibilitar aos habitantes e viajantes que chegassem à Rodoviária amplo acesso, “tanto pelo próprio setor de diversões como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior” (COSTA, 1991, p. 24). Na antevisão do urbanista, no centro da Cidade Modernista, qualquer habitante ou viajante teria acesso a lojas, arte e cultura. Bem em frente à Plataforma Superior da Rodoviária, do lado Sul e do lado Norte, respectivamente, foram edificadas, logo nos primeiros anos da inauguração de Brasília, o CONIC (1967), atrativo turístico onde começa nosso percurso, e o Conjunto Nacional, o primeiro shopping da Cidade.

CONIC – Decadência, arte e resistência.

Foto 25 – CONIC



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁷⁵

Em estado de decadência e degradação, a história do Setor de Diversões Sul, conhecido pelo brasiliense como CONIC, confunde-se com a história de Brasília, por sua localização estratégica no centro nervoso da Capital do País. Em artigo sobre as transformações sofridas no espaço urbano, desde sua inauguração, em 1967, Nunes (2009) atribui parte das mudanças no perfil do Centro de Diversões à sua localização, a alguns metros da Rodoviária Interurbana. Ao mesmo tempo em que está ao lado das superquadras e edifícios comerciais e shoppings onde vive e circula a população de renda mais alta da Cidade, o CONIC também é local de trabalho e de diversão das populações de baixa renda, que moram nas cidades-satélites (regiões administrativas de Brasília).

Em sua visão, foi esse amplo acesso e essa mistura que transformou o CONIC numa das áreas urbanas mais heterogêneas de Brasília:

⁷⁵ Legenda: Foto 1 – Conic – decadência e resistência. Foto 2 – Conic – grafite no pátio interno. Foto 3 – Conic – teatro Dulcina fechado.

“O *boulevard* imaginado por Lúcio Costa é, portanto, o principal centro comercial do Plano Piloto. Trabalha nos edifícios do CONIC uma população aproximada de 10.000 pessoas e circulam pela sua área cerca de 150.000 pessoas por dia. De fato, o Conic disputa com o Conjunto Nacional (aproximadamente 500.000 pessoas/dia) o maior número de pessoas diárias nas suas dependências. Evidentemente, esse afluxo nesse espaço está diretamente ligado à presença da rodoviária urbana com ônibus e outros tipos de transportes coletivos que unem a Esplanada a todo o Distrito Federal” (NUNES, 2009, p. 17⁷⁶).

O sociólogo analisa o processo de decadência do CONIC como resultado do próprio processo de consolidação da Cidade que, atualmente, “vive ainda um surto de construção na sua área central, onde estão se implantando edifícios comerciais de alto luxo, hotéis e shoppings centers” (NUNES, 2009, p. 19), o que vem causando a perda de status dos dois primeiros centros comerciais, o CONIC (Setor de Diversões Sul-SDS) e o Conjunto Nacional (Setor de Diversões Norte-SDN).

O pesquisador lembra que o nome CONIC firmou-se na memória coletiva em razão da placa com o nome da construtora que ergueu o primeiro edifício, do complexo, voltado para a Esplanada dos Ministérios. Antes, palco de teatros, cinemas, restaurantes e até de embaixadas, o CONIC experimentou um rápido processo de esvaziamento e decadência, que começou, como relata Nunes (2009), com a mudança das embaixadas para outros locais, e, atualmente, funciona ali um comércio mais popular e alternativo, com lojas de óculos, camisetas, tatuagens, discos de vinil e CDs, pequenos salões de beleza, restaurantes e bares. Algumas livrarias, consultórios médicos, igrejas evangélicas, e lojas de materiais esportivos completam o cenário.

Não classificamos o CONIC como ruína precoce, em razão de interpretarmos o local como palco de resistência de muitos movimentos artísticos e culturais da Cidade, e da permanência de comerciantes e escritórios comerciais nos vários edifícios que compõem o conjunto, quase que obrigando os gestores públicos a olharem para o local. É a população de Brasília a maior responsável pela sobrevivência do espaço, a despeito do descaso dos poderes público e privado, em nossa interpretação. São as pessoas que habitam a Cidade que – desafiando a imagem estigmatizada do CONIC – continuam a frequentá-lo como opção de

⁷⁶ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/arquivos/BrasilmarNUNESOConicnoPlanoPilodeBrasilia.pdf> - Acessado em 25/01/2018, às 20h06

entretenimento, desafiando a imagem estigmatizada que adquiriu, ao longo do tempo.

Não podemos esquecer que todo o complexo é patrimônio tombado pela UNESCO, pelo IPHAN e pelo Governo do Distrito Federal. Na avaliação de Nunes, a imagem estigmatizada se deve tanto à falta de conservação do imóvel, como ao perfil médio de seus frequentadores. E a tendência de se recuperar o local, prevê o estudioso, deve seguir a mesma direção do que vem se fazendo em outras áreas desvalorizadas e centros históricos de grandes centros urbanos, no Brasil e no mundo.

O problema é que em Brasília, pela própria idade da Cidade, essa degradação é precoce, a despeito de ser toda ela tombada como patrimônio cultural da humanidade. Nunes (2009, p. 26) considera um “trunfo” do CONIC o fato de ele vir se configurando como um “gueto” dentro do Plano Piloto. Em sua visão, “por se tratar de uma área anárquica, caótica, enfim urbana, e graças a essa indefinição, uma área com maior liberdade de uso”, o CONIC pode dar a volta por cima, por ter caído no gosto de “artistas, arquitetos, poetas, cineastas, etc., atraídos justamente por esta “irracionalidade” e este ar de pretensa “marginalidade”.

É esse ar anárquico, caótico e decadente, ao lado da extrema vitalidade do CONIC, que nossos habitantes e viajantes podem experimentar, nesse primeiro atrativo do percurso, ao caminhar pelas entranhas de seus edifícios e ruelas. Em sua época de efervescência, como lembrou o jornalista Eduardo Monteiro, em reportagem publicada no site Extra Pauta, o CONIC chegou a ter “oito salas de cinema em plena atividade”. O maior e o primeiro a ser inaugurado foi o Cine Atlântida, com 1.200 lugares, ainda na década de 1970, que foi desativado e vendido à Igreja Universal, em 1995.

As outras salas pertenciam, à época, a Abdala Carim Nabut, dono de uma rede de cinemas na Cidade. Monteiro lembra que Nabut era tão apaixonado pela sétima arte que:

Mantinha um cinema com capacidade para mais de 50 lugares, em sua casa no Lago Sul, bem como, uma outra no 5º andar do edifício Miguel Badya, ambas para convidados assistirem aos filmes, antes que entrassem no circuito comercial⁷⁷.

⁷⁷ (<http://extrapauta.com.br/uma-viagem-pela-historia-de-altos-e-baixos-do-conic/>). Acessado em 25/01/2018, às 20h06).

Hoje, tudo isso ficou no passado, as salas da Rede Carim foram fechadas e os espaços vendidos ou alugados para igrejas e outros centros comerciais, como os habitantes e viajantes desse percurso podem constatar, ao longo do percurso. Outro marco do CONIC foi o Teatro Dulcina, aberto em 1972, por Dulcina de Moraes, amiga de JK e uma das maiores atrizes do Brasil, à época. O jornalista conta que foi JK quem influenciou a atriz a mudar-se do Rio para Brasília, trazendo com ela a sede da Fundação Brasileira de Teatro – FBT. O Teatro Dulcina, destaca:

Foi inaugurado em 21 de abril de 1980, e é um projeto de Oscar Niemeyer. Dulcina morreu em 27 de agosto de 1996, aos 88 anos, aqui em Brasília, na cidade a qual abraçou. Deixou um acervo fabuloso de valor incalculável, que se encontra nas instalações da FBT. O Prédio da Fundação é patrimônio histórico. O teatro, apesar de degradado é tido por especialistas como um dos melhores de Brasília. O plano de ressignificação do Centro de Brasília, de autoria da Prefeitura do CONIC, em parceria com o Conseg – Brasília Centro, contempla a revitalização da área.

É possível ver a degradação desse espaço de arte que, atualmente, encontra-se fechado para reforma. Também ficaram no passado, como nos conta o jornalista, cafés e livrarias do Setor de Diversões Sul (CONIC), como a Livraria Presença e, depois, o Café Belas Artes, de Ivan da Silva. O livreiro Ivan Presença, conhecido pela classe intelectual e artística de Brasília, resistiu ao processo de decadência que tomou conta do centro de diversões e ali permaneceu por mais 16 anos, em seu Quiosque Cultural, “um pequeno sebo de livros que manteve na praça central do CONIC”.

Na saída da visita ao CONIC, nossos habitantes e caminhantes podem visitar a Praça Zumbi dos Palmares, inaugurada em 1995, numa homenagem do Governo de Brasília, aos 300 anos do líder do Quilombo dos Palmares e caminhar pelo calçadão que liga o CONIC à Rodoviária e ao Conjunto Nacional – de onde se tem uma visão privilegiada do encontro das escalas gregária e monumental, proposta por Costa (1991), em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília.

Calçadão CONIC - Conjunto Nacional – geopoética da paisagem.

Foto 26 - Calçadão CONIC



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁷⁸

Do calçadão que liga o CONIC ao Conjunto Nacional Brasília-CNB, em frente à Rodoviária, é possível ter uma visão em 360º graus da Cidade de Brasília, no encontro dos Eixos Rodoviário e Monumental. Do lado Oeste do Eixo Monumental, nossos habitantes e viajantes podem vislumbrar a larga e longa avenida, de onde se vê no atrativo mais alto a Torre de TV. É uma imagem impressionante assistir ao tráfego de veículos ao longo da avenida, com a Torre de TV em seu atrativo mais alto e a cúpula do céu sobre a paisagem – o céu que é um componente fundamental da perspectiva urbanística de Lúcio Costa e da arquitetura de Oscar Niemeyer.

Do lado leste, podemos ver estender-se na linha do horizonte a Esplanada dos Ministérios, com os vários edifícios e monumentos que a compõem, tendo ao fundo a Praça dos Três Poderes, com o Palácio do Congresso Nacional ao centro.

⁷⁸ Legenda: Foto 1 – Calçadão Conic/CBN – banca de artesanato. Foto 2 - Calçadão Conic/CBN – visão da Esplanada. Foto 3 - Calçadão Conic/CBN – passeio público.

Atravessando a rua, a 800 m do CONIC, está localizada a Rodoviária de Brasília, bem no centro da cruz, em frente ao calçadão, nosso próximo atrativo desse segundo Percurso Turístico.

Rodoviária de Brasília – caldeirão cultural, pastel e caldo de cana.

Foto 27- Rodoviária de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁷⁹

Entramos pela Rodoviária por sua Plataforma Superior, aberta nas laterais Sul e Norte e com grandes painéis de vidro nas laterais Leste e Oeste, o que permite uma visão total do cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental. O projeto arquitetônico é de autoria do próprio Lúcio Costa (um dos dois que tem sua assinatura, o outro é o da Torre de TV), cuja ideia era de que ali se configurasse o centro urbano da Nova Capital, com a Rodoviária sendo o atrativo de acesso da população à diversão, arte e cultura, que se desenvolveria em torno dela.

⁷⁹ Legenda: Foto 1 – Rodoviária de Brasília – entrada plataforma superior. Foto 2 - Rodoviária de Brasília – plataforma inferior. Foto 3 - Rodoviária de Brasília – acesso à plataforma inferior. Foto 4 - Rodoviária de Brasília – pastelaria Viçosa. Foto 5 - Rodoviária de Brasília – visão da Esplanada dos Ministérios. Foto 6 - Rodoviária de Brasília – visão do Teatro Nacional.

A Rodoviária foi construída exatamente no Marco Zero da Cidade, atrativo de cruzamento entre os eixos Rodoviário (Norte-Sul) e Monumental (Leste-Oeste), e se compõe de três níveis: superior – vinculada aos setores de Diversões Sul (CONIC) e Norte (CNB) e com escadarias de acesso, pelo lado Leste, ao Teatro Nacional e à Esplanada dos Ministérios; inferior – onde se localizam os terminais de embarque e desembarque de passageiros; e o subterrâneo – onde um túnel (apelidado pelos habitantes da Cidade de Buraco do Tatu) liga as Asas Norte e Sul, pelo Eixo Rodoviário, sem cruzamentos para o tráfego de veículos.

Da plataforma superior e das praças construídas em sua lateral Norte, é possível termos uma ampla visão do cruzamento das escalas gregária e monumental, representado pelo cruzamento dos Eixos; bem como é possível vislumbrar a escala residencial, onde estão as Asas Norte e Sul. E permeando tudo, a escala bucólica, com seus jardins, árvores frutíferas e florais, e seus largos gramados.

Como explica Rosseti (2010), no artigo Lucio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília:

A Plataforma é o atrativo fulcral do tecido urbano de Brasília, determinando um lugar privilegiado, constituindo-se como a gênese do desenho urbano do projeto de Lucio Costa. Neste sentido, ela e se configura como uma infraestrutura urbana fundamental para a consolidação do tecido urbano do Plano Piloto, articulando diretamente os setores conexos e se inscrevendo como espaço estratégico para o funcionamento do Plano Piloto (ROSSETI, 2010. (Lucio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília. Eduardo Pierrotti Rossetti⁸⁰.

Para o arquiteto e professor da UnB, a Plataforma “estabelece a continuidade do tecido urbano, ao mesmo tempo em que também articula a escala monumental e a escala gregária” (ROSSETI, 2010). Em sua análise, é essa Plataforma que fornece os elementos urbanísticos e arquitetônicos para dar vida ao centro urbano da Cidade, no formato em que a visualizamos em nosso percurso:

Menos que um edifício, a Plataforma da Rodoviária de Brasília se manifesta como um lugar de caráter urbano inequívoco, sendo pouco percebida como coisa edificada na paisagem urbana que desenha e

⁸⁰ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3371>. Acessado em 27/01/2018, às 15h21).

que também possibilita apreender. A Plataforma está implantada magistralmente num arranjo topográfico concebido especialmente para acomodá-la ao seu lugar exclusivo e eterno, demarcando em definitivo o cruzamento dos dois eixos do Plano Piloto da Capital no território do cerrado e no Planalto Central do Brasil. Será através de um jogo mais que sábio e correto dos espaços e lugares existentes entre suas grandes superfícies, que a Plataforma Rodoviária de Lucio Costa se transforma no atrativo máximo de correlação entre a arquitetura e o urbanismo (ROSSETI, 2010).

Chamado a revisitar a Cidade que projetou (BRASÍLIA REVISITADA, 1985/87, Anexo I do Decreto nº 10.829/1987 - GDF e da Portaria nº 314/1992 - Iphan), por volta de 25 anos após a fundação de Brasília, Lúcio Costa dá o seguinte depoimento sobre a visita que fez à Rodoviária, conforme relatado no artigo de Rosseti:

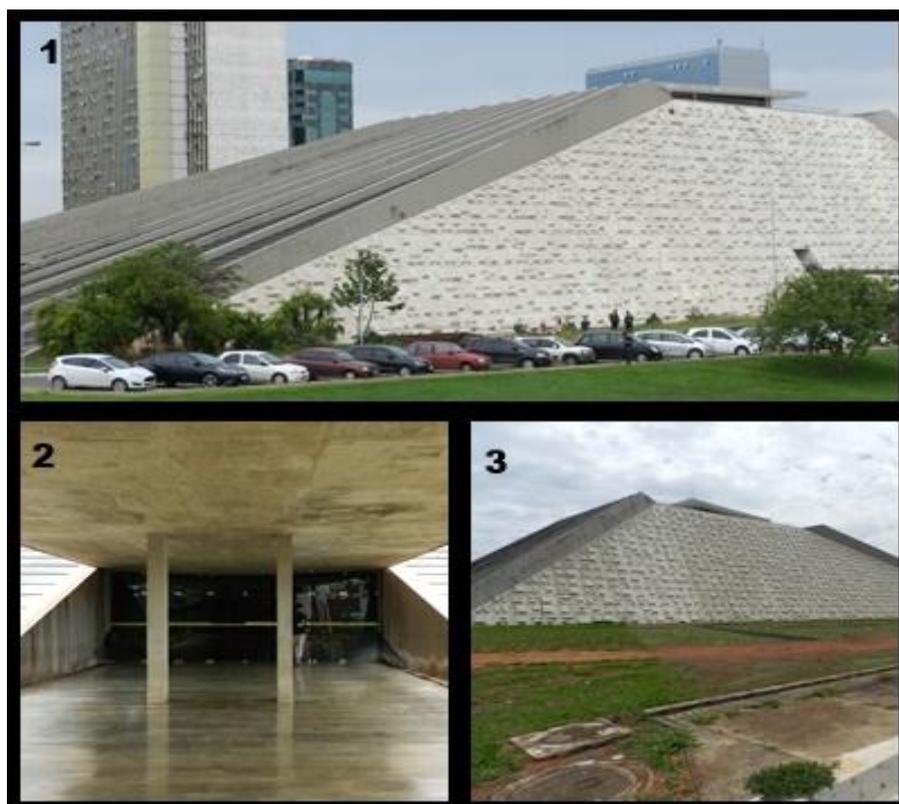
Aquela plataforma é fundamental lá no Plano, em três níveis, naquele cruzamento [...]. É que eu tinha concebido essa plataforma rodoviária no centro do Plano Piloto como um centro muito cosmopolita [...] como uma coisa muito civilizada e cosmopolita. O café, com aquela vista linda da esplanada [...]. No entanto, segue ele, "invés daquele centro cosmopolita requintado que eu tinha elaborado, [a Plataforma] tinha sido ocupado pela população periférica, a população daqueles candangos que trabalham em Brasília. Era o atrativo de convergência, onde eles desembarcavam e havia então esse traço de união, era um traço de união entre a população burguesa, burocrata com a população obreira e que vivia na periferia". E assim, diante da apropriação popular da Plataforma Rodoviária e dos espaços urbanos conexos, ele se rende constatando que "Foi o Brasil de verdade, o lastro popular que tomou conta da área. Isso deu uma força enorme à Capital, me fez feliz de ter contribuído involuntariamente para essa realização." (ROSSETI, 2010);

Seguimos nosso percurso, descendo as escadarias até o nível inferior da Plataforma Rodoviária, onde podemos observar o trânsito intenso de pessoas em direção às dezenas de terminais de ônibus, ou, ainda, para fazer baldeação com o metrô, cuja estação central foi construída no lado Oeste dessa Plataforma Inferior. Ali, entre pequenos comércios, ambulantes e agências de serviços, nossos habitantes e viajantes podem fazer uma parada no quiosque da Pastelaria Viçosa, e experimentar o famoso pastel com caldo de cana, que, desde os anos 60, caiu no gosto dos brasilienses. Muita gente vai à Plataforma inferior da Rodoviária só para experimentar a iguaria.

Da Rodoviária, pelo lado Leste, subimos outra vez para a plataforma superior, para atravessar a pista que liga os Eixos L Norte e Sul e chegar ao nosso próximo atrativo do percurso: o Teatro Nacional de Brasília.

Teatro Nacional – engenho e arte de Niemeyer

Foto 28 - Teatro Nacional



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁸¹

Num dos mais nobres endereços da Capital da República, está localizado um ícone da arquitetura e da arte mundial: o Teatro Nacional Cláudio Santoro, ou simplesmente, Teatro Nacional. Com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e fachada de Athos Bulcão, o Teatro está localizado no Eixo Monumental Leste, bem no começo da Esplanada dos Ministérios, em seu lado Norte, como uma espécie de abre-alas para a série de monumentos e palácios que fazem dessa paisagem urbana uma espécie de templo da arquitetura modernista mundial.

Toda essa beleza e fama não impediram, no entanto, a degradação que, há anos, vem atingindo o Teatro, e que culminou com seu fechamento, em 2013, por

⁸¹ Legenda: Foto 1 – Teatro Nacional – patrimônio degradado. Foto 2 - Teatro Nacional – interditado. Foto 3 - Teatro Nacional – fechado para reforma.

determinação do Ministério Público do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, que consideraram que suas instalações estavam colocando em risco as vidas do público e dos funcionários da Casa de Espetáculos.

Em reportagem publicada pelo Correio Braziliense, em 2016, Izel e Oliveira (2016) lembram que essa não foi a primeira vez que o teatro fechou as portas e que teriam sido:

Apontadas 112 especificações que o Teatro Nacional precisava cumprir para garantir a preservação da vida dos frequentadores, acessibilidade do local e combate a incêndio. Além disso, até hoje, o espaço cultural, inaugurado 18 anos após o início da construção, e que já fechou diversas vezes... não possui o habite-se e nem alvará de funcionamento. (IZEL, Adriana e OLIVEIRA, Rebeca⁸²).

A construção do Teatro teve início em 1960, ano da inauguração de Brasília, mas só foi entregue ao público 21 anos depois, em 1981, após uma longa trajetória de fechamentos, reformas e inaugurações parciais, como relata França (2015), em artigo sobre o tema. Com área construída de 43 mil m², contando com seu anexo, o prédio principal do Teatro, segundo a arquiteta, pode ser descrito como:

Um volume fechado, em forma de pirâmide truncada – que remete à arquitetura pré-colombiana. A base possui cerca de 140,00 m nas faces norte e sul; 100,00 m na oeste; e 45,00 m na leste. São 24,50 m de altura que somados aos 19,00 m subterrâneos representam uma altura total de 43,50 m. O prédio anexo é semienterrado, complementando discretamente o volume principal. (SOARES, Eduardo Oliveria. O Teatro Nacional Cláudio Santoro em três atos - A realização do projeto de Oscar Niemeyer em Brasília. 2015. (FRANÇA, 2015⁸³).

O Teatro Nacional tem três salas de espetáculos: a Villa-Lobos, com capacidade para 1.407 pessoas na plateia; a Martins Pena, que abriga 407 pessoas; e a Alberto Nepomuceno, para apenas 95 pessoas; e mais o Foyer, uma belíssima ante-sala de espetáculos, munido de balcão de atendimento, restaurante, espaço de exposições e lançamento de livros, tudo isso ornamentado por esculturas e pelo paisagismo de Roberto Burle Marx. Na visão de França,

⁸² http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/11/13/interna_diversao_arte,556942/a-maldicao-do-teatro-nacional-espaco-prosseque-sem-data-para-abrir.shtml. Acessado em 27/01/2018 às 17h42).

⁸³ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.182/5611>. Acessado em 27/01/2018, às 23h38).

As intervenções artísticas de diferentes autores e o teto inclinado em vidro translúcido colaboram para uma ambientação surpreendente, cuja linguagem em Brasília – em se tratando de uma obra de Niemeyer – só pode ser comparada com a do Palácio do Itamaraty. (FRANÇA, 2015).

Foi Niemeyer quem convidou Athos Bulcão para revestir o teatro com azulejos, para lhe dar leveza. As duas laterais do teatro – uma área total de 1.700 m² - são todas revestidas por cubos e retângulos compostos por Bulcão. A pesquisadora lembra que só em 1975 – 15 anos depois do início da construção do Teatro, Niemeyer foi convidado pelo GDF para fazer ajustes no projeto.

Em nosso percurso, os habitantes e viajantes podem apreciar a beleza da construção, em seu formato de pirâmide; o magistral painel de Athos Bulcão – já com algumas avarias aparentes - e os jardins externos de Burle Marx. Mas na parte interna, só poderão visitar o Foyer que, por sorte, foi reaberto ao público em dezembro de 2017. Todas as salas do teatro estão fechadas por tempo indeterminado para reformas.

No Foyer, além dos jardins de Burle Marx, podem ser apreciadas as esculturas O Pássaro, de Marianne Perretti, e A Contorcionista, de Alfredo Ceschiatti. Com sorte, nossos visitantes poderão assistir a alguma exposição de arte, a um sarau poético ou a um lançamento de livros, cujas atividades foram retomadas em janeiro desse ano.

Finda a visita ao Teatro, nosso percurso segue pela Esplanada dos Ministérios até o primeiro semáforo que permite sua travessia, em direção ao Complexo Cultural da República, a última obra projetada por Niemeyer em Brasília. Entre o Teatro Nacional e o Complexo da República, a paisagem dos imensos gramados da Avenida, com os ministérios enfileirados de um lado e de outro, e os palácios ao fundo, com o Congresso Nacional ao Centro, é soberana e por isso foi interpretada por nós como mais um atrativo de nosso percurso, passível de despertar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade.

Esplanada dos Ministérios – a escala monumental

Foto 29 - Esplanada dos Ministérios



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁸⁴

Uma caminhada de 1 km separa o Teatro Nacional do Complexo Cultural da República. A travessia do Eixo Monumental, caminhando pelos largos gramados da Esplanada dos Ministérios - tendo à frente a visão horizontal dos dois lados da Avenida, com o Congresso Nacional e outros Palácios ao fundo - proporcionam aos habitantes e viajantes experimentarem, naturalmente, um estado de contemplação, de puro deleite.

A experiência de caminhar nesse trajeto possibilita – em nossa interpretação - a compreensão pelos habitantes e viajantes do conceito de geopoética do espaço – o amor pela beleza da terra (WHITE, 1990) – estudado em nossa pesquisa, e da concepção da escala monumental dos projetos urbanístico e arquitetônico assinados por Costa (1991) e Niemeyer (2004/2009).

A Esplanada é formada por um conjunto de 17 edifícios, projetados por Oscar Niemeyer, distribuídos harmônica e uniformemente, dos dois lados da Avenida e

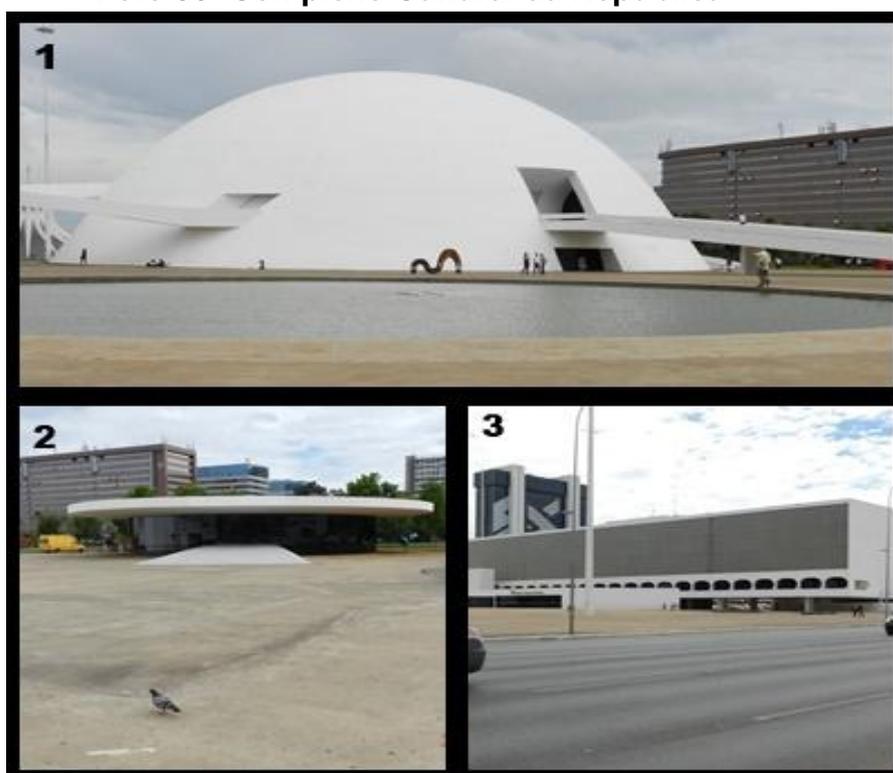
⁸⁴ Legenda: Foto 1 – Esplanada dos Ministérios - terraplano. Foto 2 - Esplanada dos Ministérios – geopoética da paisagem. Foto 3 - Esplanada dos Ministérios – escala monumental.

com um extenso gramado ao meio que, muito recentemente, ganhou ciclovias e árvores típicas do Cerrado – em projeto do GDF, aprovado pelo IPHAN. Nesses prédios, funcionam os ministérios do Poder Executivo, a exceção dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, que ganharam palácios diferenciados: o Palácio da Justiça e o Palácio do Itamarati, construídos um em frente ao outro, de um lado e de outro da Avenida, como se pode vislumbrar, desse atrativo de nosso percurso.

Do lado Sul da Esplanada dos Ministérios, encontra-se o Complexo da República, uma área que abriga uma grande praça de concreto, com uma fonte, e os prédios do Museu da República e da Biblioteca Nacional, nosso próximo atrativo turístico a ser visitado.

Complexo Cultural da República – projeto para o futuro

Foto 30- Complexo Cultural da República



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁸⁵

O Complexo Cultural da República João Herculino, do qual fazem parte a Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola e o Museu da República Honestino Guimarães, inaugurado em 2006, é uma das últimas obras do Eixo Monumental, assinada por Oscar Niemeyer. O arquiteto concluiu, em 2000, o projeto do Centro

⁸⁵ Legenda: Foto 1 – Complexo Cultural da República – Museu Nacional. Foto 2 - Complexo Cultural da República. Foto 3 - Complexo Cultural da República – Biblioteca Nacional.

Cultural de Brasília, que, além do Museu e da Biblioteca, prevê também a construção de um centro musical, com capacidade para duas mil pessoas, de 11 salas de cinema, e de uma galeria subterrânea de lojas que irá unir os dois lados da Esplanada dos Ministérios⁸⁶.

Em site da Fundação Niemeyer, o próprio Niemeyer explica que o objetivo do projeto foi “garantir a unidade arquitetônica desses setores”, para evitar o desvirtuamento do projeto urbanístico de Brasília:

Experiências anteriores, como a que ocorreu no setor bancário, em virtude de “um longo período de desamor e desinteresse pela Nova Capital”, cujas construções fugiram às diretrizes do projeto urbanístico de Brasília, comprometendo definitivamente aquela área. Ele lembra o papel fundamental exercido pelo então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, que o convidou para projetar todos os edifícios futuros que comporão a zona cultural do Eixo Monumental, “deixando a construção dos mesmos para época mais propícia”, em virtude dos problemas econômicos que o Brasil atravessava, à época⁸⁷.

A Biblioteca e o Museu estão separados por uma praça com três espelhos d'água e um restaurante/bar que, lamentavelmente, nunca está aberto aos habitantes e viajantes que frequentam ou visitam o local. Em nosso percurso, visitamos as instalações internas do Museu da República e da Biblioteca, e caminhamos pela imensa praça de concreto, ornamentada por um espelho d'água, que divide as duas edificações.

O Museu da República foi concebido por Niemeyer, em suas próprias palavras, em forma de:

Uma grande cúpula com 90m de diâmetro. Não é uma simples casca de concreto, pois nela estarão suspensos diversos mezaninos, em alturas diferentes, localizados de forma a não cortarem a vista do salão para o imenso céu de concreto armado, que é a cúpula. O arrojado da estrutura se multiplica com a grande rampa que serve de entrada e, mais ainda, com a rampa externa que, com balanço de 30m, liga o primeiro piso ao andar superior. Além de estar dotado de todos os complementos indispensáveis a um grande museu, três auditórios estão previstos no andar térreo⁸⁸."

⁸⁶ (<http://www.cultura.df.gov.br/historia-de-brasilia.html>. Acessado em 28/01/2018, às 17h12).

⁸⁷ (NIEMEYER, Oscar. Centro Cultural de Brasília. s.d. Fundação Oscar Niemeyer. Coleção Oscar Niemeyer. <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro202>. Acessado em 28/01/2018, às 17h27)

⁸⁸ (OSCAR Niemeyer. Minha Arquitetura, 1937-2004. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 275; 279 e NIEMEYER, Oscar: 1999-2009. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 54. (<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro500>. Acessado em 28/01/2018, às 16h05)

Segundo informações do GDF, o Museu Nacional teve um público estimado de 970 mil pessoas, no ano de 2014, que visitaram as várias exposições, seminários, workshops, mostras de filmes, festivais de teatro e outras atividades de caráter cultural e social ali realizadas⁸⁹.

A estrutura do Museu é composta por dois auditórios – um, com 700 lugares e outro, com 85 lugares. A área externa tem capacidade para aproximadamente 10.000 pessoas.

Já a Biblioteca Nacional tem uma arquitetura retangular. A monumentalidade fica por conta da escala de 120 m de comprimento por 17 m de largura e 25 m de altura. Sua estrutura inclui salas de leitura e pesquisa, videotecas e salas administrativas. Após a visita, seguimos nossa caminhada por mais 1,3 km pela Esplanada, até a Catedral Metropolitana de Brasília, uma das obras mais importantes de Niemeyer e nosso próximo atrativo de visita.

Catedral de Brasília – obra-prima de Niemeyer

Foto 31 - Catedral de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁹⁰

⁸⁹ <http://www.df.gov.br/museu-nacional-do-conjunto-cultural-da-republica-honestino-guimaraes/>. Acessado em 28/01/2018, às 18h16).

⁹⁰ Legenda: Foto 1 – Catedral de Brasília – os quatro evangelistas. Foto 2 - Catedral de Brasília – campanário. Foto 3 - Catedral de Brasília – cruz da primeira missa (1957).

A Catedral Metropolitana de Brasília é uma das obras-primas de Oscar Niemeyer, considerada mundialmente um ícone da arquitetura modernista. Pelo projeto, o arquiteto recebeu, em 1988, o Prêmio Pritzker, entre os mais importantes dessa área de conhecimento, considerado como o Oscar da Arquitetura Mundial.

Primeiro monumento projetado por Niemeyer para a Nova Capital, e com cálculo estrutural do engenheiro Joaquim Cardoso, a Catedral teve sua pedra fundamental lançada em 1958 e, em 1960, na inauguração de Brasília, sua estrutura estava pronta: "a área circular de setenta metros de diâmetro, da qual se elevam dezesseis colunas de concreto (pilares de secção parabólica) num formato hiperboloide, que pesam noventa toneladas⁹¹".

A obra só foi concluída, no entanto, dez anos depois, em 1970, com os vidros externos transparentes. A estrutura arquitetônica da Catedral é única e sua forma tem sido atribuída, por muitos que a visitam, a duas mãos postas, em forma de oração. Ao lado do edifício da Catedral está o Campanário, com quatro enormes sinos de bronze, doados pelo Governo da Espanha, dispostos sobre uma barra linear de concreto, sustentada por um único atrativo central.

Ao longo do tempo, a Catedral sofreu reformas e ganhou novas esculturas, vitrais e monumentos, que formam um conjunto arquitetônico e artístico de valor incalculável. Logo na chegada, as esculturas dos Evangelistas, de autoria de Alfredo Ceschiatti, com colaboração de Dante Croce, parecem recepcionar os visitantes na entrada de acesso ao Templo - um túnel escuro que conduz à nave iluminada, três metros abaixo do nível do chão. Nas palavras do próprio Niemeyer:

Eu criei uma galeria escura de modo que, quando a pessoa chegar à nave, tem um contraste de luz: olha e vê até os espaços infinitos; e o corpo da igreja, esplendorosamente transbordante de luz e cor⁹².

A Nave do Templo, um plano circular, tem capacidade para quatro mil pessoas. A cúpula, também vista pelo lado de fora e toda de vitrais coloridos, garante iluminação natural ao ambiente. Formam essa cúpula 36 mil pedaços

⁹¹ (<http://catedral.org.br/historia>. Acessado em 28/01/2018, às 20h10).

⁹² (<http://www.anualdesign.com.br/saopaulo/projetos/1206/catedral-metropolitana-de-brasilia/>. Acessado em 28/01/2018, às 18h43)

triangulares de fibra de vidro colorido, com desenhos de autoria da artista plástica francesa Marianne Peretti, de 1990. Os vitrais originais eram de vidro transparente⁹³.

No interior da nave, vemos as esculturas de três anjos, suspensos por cabos de aço, pesando, respectivamente, do menor para o maior, 100, 200 e 300 kg. Em 1977, Athos Bulcão pintou o painel em lajotas cerâmicas do Batistério, em formato ovóide. Também é de Athos Bulcão os quadros pintados no pilar de mármore, à direita de quem entra no Templo, retratando passagens da vida de Nossa Senhora.

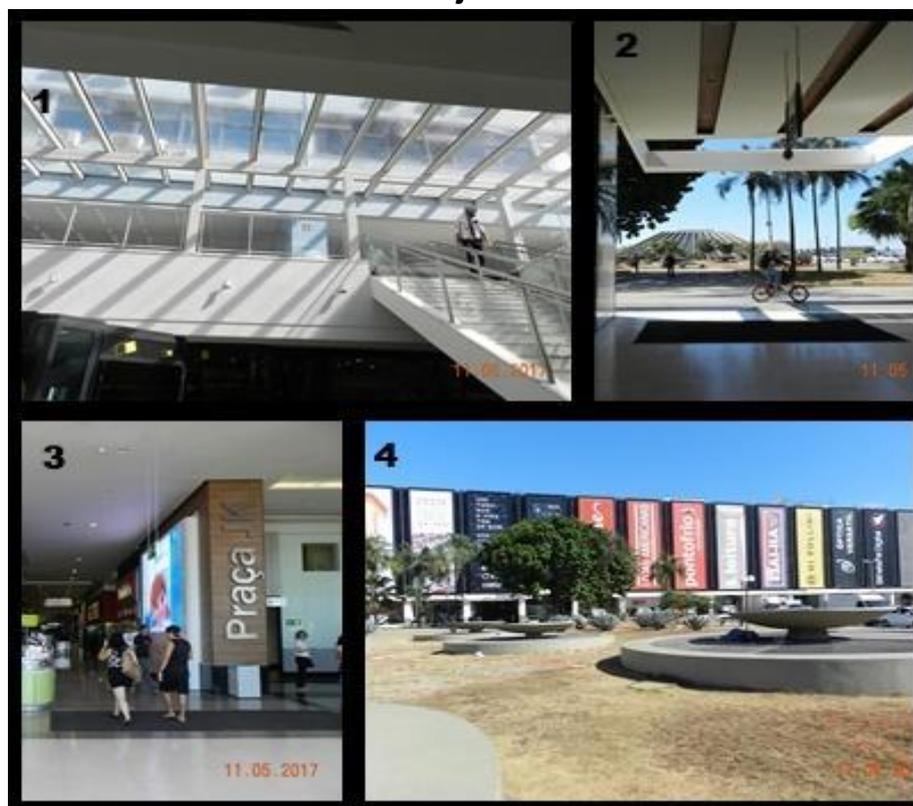
O altar foi doado pelo Papa Paulo VI, e a imagem da Padroeira de Brasília, Nossa Senhora Aparecida, é uma réplica da original que se encontra em Aparecida do Norte, em São Paulo. Completa o acervo a Via Sacra ou Via Crucis, pintada por Di Cavalcanti, numa larga parede de mármore branco, às costas da Loja de Souvenires. Ali também está exposta a Cruz de madeira, sob os pés da qual foi rezada a primeira missa, em Brasília, em maio de 1957, para marcar o início da construção da Cidade. A missa aconteceu no atrativo mais alto do Eixo Monumental, onde fica a Praça do Cruzeiro, ao lado do Memorial JK, mas a cruz foi transferida para a Catedral, por razões de conservação e segurança.

Iluminados pela luz dos vitrais e pela beleza plástica da Catedral de Brasília, tomamos, então, o caminho de volta de nosso percurso. Passamos outra vez pelo Complexo da República e a poucos metros dali, alcançamos as escadarias de um Terminal improvisado da Rodoviária, montado no prédio do antigo Posto Touring, bem no início da Esplanada dos Ministérios. Ao final da escada, 1,6 km depois da Catedral, chegamos outra vez ao calçadão que leva à Plataforma Superior da Rodoviária, onde está localizado nosso último atrativo turístico desse terceiro percurso: o Conjunto Nacional Brasília-CNB.

⁹³ (<http://catedral.org.br/historia>. Acessado em 28/01/2019, às 18h35)

Conjunto Nacional – o primeiro shopping da Cidade

Foto 32- Conjunto Nacional



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁹⁴

Construído entre 1971 a 1977, em três etapas, o Conjunto Nacional foi o primeiro shopping da região Centro-Oeste e o segundo do País. Sua construção foi proposta pelo próprio Lúcio Costa, na Plataforma Superior da Rodoviária da Cidade. Em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília, o urbanista previu a implantação do Setor de Diversões Sul-SDS – onde foi construído o CONIC -, e do Setor de Diversões Norte-SDN, onde foi erguido o Conjunto Nacional.

Após mais de cinco km de caminhada, apreciar os letreiros luminosos da fachada do Conjunto Nacional, de autoria de Athos Bulcão, e sentar em um de seus cafés para apreciar a paisagem urbana foi o propósito que nos levou a incluir o shopping como último atrativo de visita de nosso terceiro percurso turístico. Ao lado do merecido descanso, nossos habitantes e viajantes podem usufruir de uma

⁹⁴ Legenda: Foto 1 – Conjunto Nacional – iluminação natural. Foto 2 - Conjunto Nacional – visão do Teatro Nacional. Foto 3 - Conjunto Nacional – praça JK. Foto 4 - Conjunto Nacional – primeiro shopping de Brasília.

paisagem urbana rara na Cidade: a aglomeração de pedestres, andando pelo calçadão que liga o Shopping ao CONIC e à Rodoviária.

É a representação perfeita da escala gregária de Lúcio Costa, em seu cruzamento com a escala monumental, pela localização ao lado da Plataforma Superior da Rodoviária, no atrativo de cruzamento da cruz que forma os eixos Rodoviário e Monumental. Dessa Plataforma, é possível ao pedestre alcançar os setores Bancário e Comercial do lado Norte do Eixo Rodoviário; e os setores Bancário e Comercial do lado Sul. É possível, também, como experimentamos em nosso percurso, ter acesso ao Teatro Nacional e à Esplanada dos Ministérios.

A ligação do pedestre, a partir da Plataforma Superior da Rodoviária, com os quatro troncos formados pelo cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental, permitindo-lhe o acesso – nos lados Norte e Sul – aos setores comerciais e bancários e – nos lados Leste e Oeste – à Esplanada dos Ministérios e à Torre de TV, e antes dela, aos setores hoteleiros Norte e Sul, é o que configura a escala gregária da Cidade. Do calçadão e das praças externas do Conjunto Nacional - tombado pela UNESCO como parte do projeto do Plano Piloto considerado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade – é possível – em nossa interpretação - experimentar in loco o conceito dessa escala⁹⁵.

⁹⁵ (<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/made-in-brasilia/marcas/2017/04/20/marcas-especial-made-in-brasilia,590120/conjunto-nacional.shtml>). Acessado em 29/01/2018, às 21h37).

Nesse percurso – especialmente em fins de semana e feriados – quando o tráfego fica manso e a Capital política sai de cena – aparece, em toda sua exuberância, a Cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade: um museu a céu aberto – como a ela já se refere o senso comum. E a Praça dos Três Poderes – atrativo central de nosso percurso – permite que se nos revelem muitos dos seus tesouros, expostos e escondidos.

A Praça dos Três Poderes é monumental. E não só pelos monumentos, esculturas e museus que a integram; ou ainda pelos palácios que a circundam ou que dela se avizinham; mas também por suas dimensões grandiosas – 683 metros - e por sua disposição no espaço geográfico: um triângulo equilátero em que se implantaram terraplenos, conferindo-lhe, como disse Costa (1991, p. 23), “uma ênfase monumental imprevista”.

Em volta da Praça, e fazendo parte dele, dentro do triângulo, estão localizados três palácios, dois em suas bases e um no vértice, onde funcionam as sedes dos Três Poderes da República: Legislativo, Executivo e Judiciário, como descrito por Costa (1991), em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília:

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los (COSTA, 1991, p. 23).

Nas décadas de 50 e 60, os nomes mais representativos da arquitetura, do urbanismo e das artes plásticas do País, chamados a cooperar com a construção da Nova Capital, tinham em comum a adesão ao que pregava o Modernismo, tanto nas artes, quanto na arquitetura e urbanismo.

Kessel (2002) destaca a importância dos manifestos e exposições da Semana de 22, inspirados nas vanguardas europeias, em torno da qual se reuniu a juventude intelectual brasileira, para a introdução do Modernismo no País. Em sua opinião, o polo aglutinador desses artistas foi a Revista Brasil e as ideias em torno de uma reinvenção da brasilidade.

Realizada em fevereiro de 1922, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna reuniu poesia, escultura, pintura, música e arquitetura, lembra Kessel, destacando, no entanto, que apenas dois arquitetos estrangeiros, radicados em São Paulo,

participaram: Moya e Georg Przymirembel, e que seus trabalhos eram ainda de inspiração neocolonial.

Somente a partir da década de 30, a arquitetura modernista, inspirada nos escritos de Le Corbusier, começa a tomar fôlego no País. Lúcio Costa – que até então era identificado com o neocolonial – passa a incorporar as ideias de Le Corbusier, sacramentando:

A palavra "modernista" como sinônimo de uma arquitetura funcional, carente de ornamentação, despojada, geometrizar, que utiliza o concreto armado e dispensa qualquer elemento da antiga arquitetura colonial (Paim, 2000: 99), embora com ela guardando uma filiação conceitual. E que selou também a identificação de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e outros expoentes do modernismo da década de 1920 com essa arquitetura. (KESSEL, 2002, p. 16).

Bahia (2004, p. 120) diferencia os termos Modernismo, Modernidade e Moderno, para evitar confusões comuns, já que um conceito sempre remete aos demais. O termo **Moderno**, para ele, envolve uma questão temporal e tem um significado aberto: “passa a designar o novo, o desconhecido, o estranho”.

A **Modernidade**, em sua visão, foi um processo que teve início no Século XVII, a partir de uma nova concepção científica do universo; avançou nos Séculos XVIII e XIX, com a Revolução Industrial, consolidando-se no Século XX, com a Teoria da Relatividade e o conceito de espaço-tempo de Einstein.

Já o **Modernismo** é definido por Bahia (2004, p. 121), na concepção de Coelho Netto (1995): “uma linguagem, um código, um sistema ou um conjunto de normas e uma unidade de significação”. Ou seja, em sua visão, trata-se de uma representação e, em sendo assim, tanto a Semana de Arte Moderna de 1922 quanto o Conjunto arquitetônico da Pampulha, assim como – acrescentamos - a Cidade de Brasília e sua Praça dos Três Poderes, são manifestações do Modernismo, enquanto “reflexão cultural da Modernidade no Século 20”.

Em Brasília, o moderno, a modernidade e o modernismo se confundem e se interpenetram, a partir do próprio contexto sócio-histórico-cultural em que se deu sua construção e fundação. A figura carismática de JK; a utopia do seu Programa de Governo, prometendo desenvolvimento de 50 anos em cinco, a partir de Brasília – sua meta-síntese; o sonho de Dom Bosco, prevendo a construção no Planalto Central de uma cidade fundadora de uma nova civilização; a saga dos candangos,

vindos dos cantos mais recônditos do País, movidos pela esperança de prosperidade e bonança; e a confluência de artistas e intelectuais advindos da Bossa Nova, na música; do Modernismo, nas artes e na arquitetura; e de movimentos que pregavam o desenvolvimentismo como justiça social, na política; deram à Nova Capital esse viés mítico de País do Futuro.

Um País que – a partir de Brasília – fincaria os pés de vez na Modernidade, utilizando-se do Modernismo nos projetos urbanístico e arquitetônico da Cidade, enquanto reflexão cultural dessa Modernidade; e do Moderno, no simbolismo do discurso político de JK, que prometia trazer o novo, a novidade de uma Cidade que integraria todo o território do Brasil, promovendo uma espécie de refundação do País.

Em três de maio de 1958, JK fez seu primeiro discurso oficial no território da Nova Capital, no dia em que foi realizada a Primeira Missa em Brasília, mesma data em que fora realizada – 460 anos antes – a Primeira Missa no Brasil -, destacando essas ideias do Brasil moderno, integrado e que traria ao povo desenvolvimento e justiça social:

...Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança...É o dia da cidade que nasce...que ela cresça sob o signo da Esperança, da Justiça e da Fé... (KUBITSCHKEK, 2012, p. 89).

E, no mesmo discurso, ao observar a cerimônia de 15 mil pessoas, que reuniu representantes do Rio de Janeiro, ainda a Capital do País, à época, índios da tribo Carajás, candangos (operários da construção de Brasília) e gente advinda de várias cidades de Goiás e de Minas Gerais, JK reforçou a utopia da Cidade do Futuro, representativa de uma nova etapa na evolução do Brasil:

...Brasília já nascia como um fator de aglutinação dos desníveis nacionais. Os dois polos da vida ali se encontravam, dando origem à nova etapa na evolução do país. E, pairando sobre todos, uma projeção democrática de nivelamento, enovelava-se a poeira vermelha – a característica do mundo novo que estava em gestação (KUBITSCHKEK, 2012. p. 90-91).

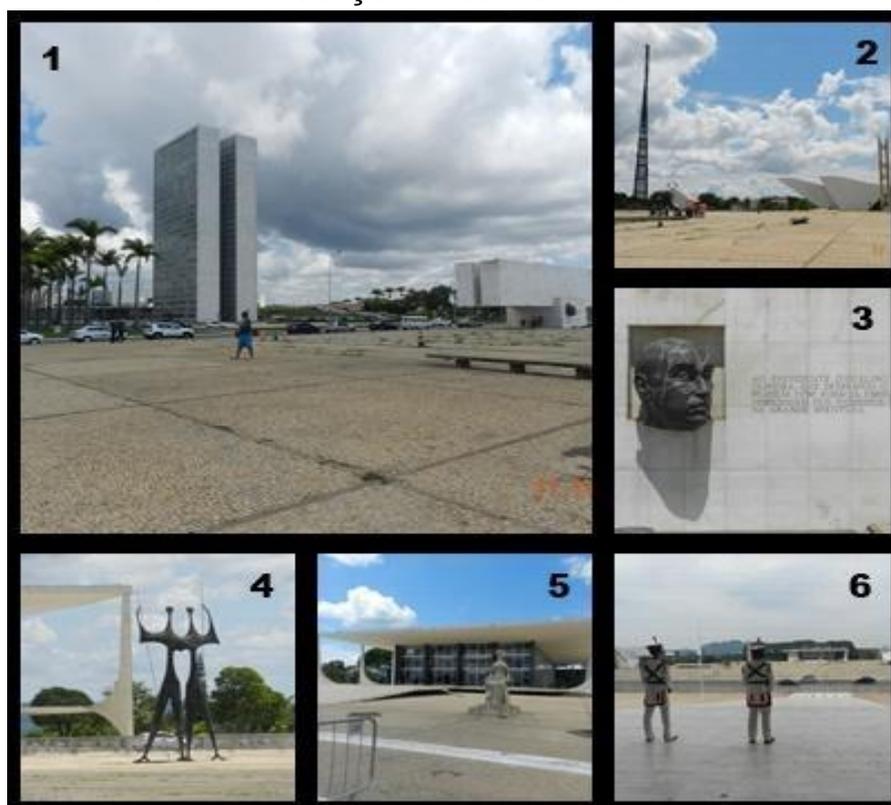
Na Praça dos Três Poderes, atrativo central de nosso percurso turístico, cada pedra, cada monumento, cada escultura, cada coluna, cada palácio que compõe sua paisagem monumental, traz em seu corpo concreto a memória indelével dessa

aventura. A Praça dos Três Poderes representaria – em nossa interpretação - a “meta-síntese” de Brasília; assim como Brasília foi a meta-síntese do programa de Governo de JK.

Por todo o simbolismo que envolve suas edificações, entendemos que a caminhada pela Praça dos Três Poderes pode contribuir para despertar ou para ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade, que é o objetivo geral de nossa pesquisa. Por isso, convidamos nossos habitantes e viajantes a percorrerem o território em que se fincou a Praça, em busca das marcas dessa história e dos tesouros expostos e guardados em seus subterrâneos, e nos cinco Palácios ao seu redor.

A Praça dos Três Poderes: museu a céu aberto

Foto 33 - Praça dos Três Poderes



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora⁹⁶

⁹⁶ Legenda: Foto 1 – Praça dos Três Poderes – visão do Museu da cidade, com o Congresso ao fundo. Foto 2 - Praça dos Três Poderes – Mastro da Bandeira, Panteão da Pátria e Pombal. Foto 3 - Praça dos Três Poderes – Museu da Cidade – Busto de JK. Foto 4 - Praça dos Três Poderes – escultura candangos. Foto 5 - Praça dos Três Poderes – Palácio do STF com escultura a Justiça. Foto 6 - Praça dos Três Poderes – vista de dentro do Palácio do Planalto.

Começamos nosso percurso exatamente pela Praça, onde estão localizados vários monumentos e esculturas representativos da história e de personagens que contribuíram para a construção e consolidação de Brasília. Os projetos urbanístico e arquitetônico da Praça dos Três Poderes, dos seus três Palácios – Planalto, STF e Congresso -, bem como dos Palácios da Justiça e do Itamaraty, são todos de autoria, respectivamente, de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer.

Alguns monumentos e edificações localizados na Praça também têm projeto arquitetônico de Niemeyer, como o Panteão da Pátria, de 1986, em homenagem a Tancredo Neves e outros heróis nacionais. Entre os homenageados do Panteão, cujos nomes aparecem em seu Livro de Aço, estão Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Leonel Brizola. Há também, no interior do prédio, obras de autoria de Athos Bulcão – O Mural da Liberdade; de João Câmara – o Painel da Inconfidência Mineira; e um vitral de Marianne Peretti, a mesma autora dos vitrais da Catedral de Brasília. Na edificação, em forma de pomba, há uma exposição permanente dedicada ao ex-presidente Tancredo Neves, morto antes de tomar posse, em 1986. Em seu lugar, assumiu o vice, José Sarney.

Também de autoria de Niemeyer é a Pira da Pátria (1987), um monumento de 12 m de altura, com uma chama no topo que nunca se apaga; e a escultura Marco Brasília (1988), em comemoração ao título da UNESCO que reconheceu a Cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade. Alguns museus e monumentos estão na Praça desde a inauguração de Brasília, em 1960, a exemplo do Museu da Cidade, também projetado por Niemeyer. Nas paredes externas do Museu, uma escultura do busto de JK representa uma homenagem dos Pioneiros ao fundador da Cidade. No interior da edificação, pode-se ver uma exposição permanente, contendo documentos, mapas e fotografias da época da construção.

Outros, como o Espaço Lúcio Costa, vieram depois. Esse espaço é de 1992, e sua sala subterrânea abriga uma enorme maquete de Brasília, além de documentos, fotos e desenhos do urbanista, da época da construção da Cidade, como o Relatório do Plano Piloto de Brasília. Foi com esse documento - exposto em um grande painel, na parede frontal do museu - que Costa (1991) ganhou o concurso para o projeto urbanístico da Nova Capital. Também faz parte da Praça, o

Pombal (1964), que foi encomendado a Niemeyer pela esposa do ex-presidente Jânio Quadros⁹⁷.

Mas muitos outros artistas brasileiros assinam monumentos e esculturas na Praça dos Três Poderes, fazendo jus à fama de museu a céu aberto. A primeira escultura que destacamos é Guerreiros (1959), de Bruno Giorgi, em homenagem aos operários que construíram Brasília. Colocada estrategicamente em frente ao Palácio do Planalto – a sede do Poder Executivo - a escultura de bronze, medindo oito metros de altura, é uma homenagem do artista aos trabalhadores da construção de Brasília e, por isso, foi “renomeada” pelos habitantes da Cidade, que só se referem à escultura como Candangos.

Do lado oposto, em frente ao Palácio do Supremo Tribunal Federal – a sede do Poder Judiciário - está a escultura A Justiça (1961), de Alfredo Ceschiatti. Sua base é um bloco monolítico de granito, medindo 3,3 metros de altura e 1,48 metros de largura. Na escultura, a Justiça é retratada como uma mulher de olhos vendados, com uma espada ao colo. A praça também abriga o Mastro da Bandeira, um monumento de autoria de Sérgio Bernardes, com cem metros de altura e 24 hastes, segurando uma enorme bandeira, medindo 286 m² (a maior do mundo, segundo o Guinness).

Por fim, destacamos em nosso percurso, o Espaço Oscar Niemeyer, um pouco mais recuado, na parte posterior da Praça. O Museu – em forma cilíndrica, com 433 m² - é uma homenagem ao arquiteto por excelência de Brasília e tem uma exposição permanente de vários de seus trabalhos, projetos, desenhos e fotografias. Localiza-se ainda na Praça uma Casa de Chá, próxima à base do triângulo, uma construção meio aparente, meio escondida, como enterrada no espaço da Praça, onde, atualmente, funciona apenas um posto de informações turísticas do Governo do Distrito Federal.

Predomina, no conjunto da Praça dos Três Poderes, a cor branca, que remete à arquitetura portuguesa, segundo Lauande (2010), e que, em sua visão, “proporciona o contraste entre os edifícios e a paisagem”. Ele cita Niemeyer, que assim se referiu ao local:

Agrada-me sentir que essas formas garantiram aos palácios, por modestas que sejam, características próprias e inéditas e – o que é

⁹⁷ (Com informações dos sites <http://mochilou.com.br/tag/praca-dos-tres-poderes/> e <http://wbrasil.com/pracadostrespoderes.html>. Acessados em 31/01/2018, às 18h08 e às 18h18).

importante para mim – uma ligação com a velha arquitetura do Brasil colonial. Não como utilização simplista de elementos daquela época, mas exprimindo a mesma intenção plástica, o mesmo amor pela curva e pelas formas ricas e apuradas que tão bem a caracterizam (LAUANDE, Francisco, 2010. A Praça dos Três Poderes⁹⁸).

Para esse autor, tanto a utilização da Praça como “um dos elementos que marcam e criam um ritmo no Eixo Monumental”, quanto o edifício duplo – anexo do Palácio do Congresso – “como o elemento mais vertical da Praça dos Três Poderes”, comprovariam “a filiação europeia da ideia de Lúcio Costa, na concepção urbanística de Brasília”. Mas é o próprio Lúcio Costa quem – como destaca Lauande (2010) - exalta a genialidade de Niemeyer na interpretação arquitetônica de seu projeto urbanístico:

Utilizo mais uma vez as palavras de Lucio Costa ao referir-se à interpretação de Oscar Niemeyer: “Oscar Niemeyer, tendo assimilado os princípios fundamentais e a técnica de planejamento, formulados por Le Corbusier, foi capaz de enriquecer de maneira imprevista essa experiência adquirida. Imprimindo às formas básicas um novo e surpreendente significado, ele criou variantes e novas soluções, cuja graça e requinte eram inovadores; repentinamente, os arquitetos de todo o mundo viram-se obrigados a tomar conhecimento da obra desse brasileiro anônimo que era capaz de transformar, sem nenhum esforço aparente – como que por um passe de mágica – qualquer programa estritamente utilitário num expressão plástica de puro refinamento” (LAUANDE, Francisco, 2010. A Praça dos Três Poderes⁹⁹).

Depois de caminhar pela Praça, observando a imensidão de seus espaços, a cúpula do céu sobre os palácios e monumentos e a paisagem do Cerrado, ao redor, integrando-se à paisagem urbana; depois de observar as formas de seus monumentos, esculturas e edifícios, impregnados de elementos urbanísticos e arquitetônicos do Modernismo, na forma em que foram reinventados por Costa e Niemeyer; e depois, ainda, de visitar seus vários museus e espaços culturais representativos da história de fundação da Cidade; é hora de nossos habitantes e viajantes partirem em busca de outros tesouros, guardados nos palácios, localizados nesses terraplenos.

No primeiro terrapleno, o da Praça propriamente dita, estão localizados os Palácios do Planalto (em uma das bases do triângulo equilátero), do Congresso

⁹⁸ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3424>)

⁹⁹ <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3424>

Nacional (no seu vértice) e do Supremo Tribunal Federal (em sua outra base). E no segundo terrapleno, que liga o Congresso Nacional à Esplanada dos Ministérios e para ela está voltado, foram construídos os Palácios do Itamaraty e da Justiça, que se localizam em frente aos gramados do Congresso Nacional, de um lado e de outro da Esplanada dos Ministérios.

Em cada um desses cinco Palácios que compõem a paisagem lado Leste do Eixo Monumental, é possível apreciar a beleza de sua arquitetura e encontrar, guardados em seus jardins e em seus interiores, verdadeiros tesouros da arte modernista do Brasil, e também muitos outros valiosos objetos de arte e de decoração, assinados por grandes artistas nacionais e internacionais.

Em nossa interpretação, para sentir toda a riqueza arquitetônica e artística guardada nesses verdadeiros templos da arquitetura modernista, é imprescindível fazer as visitas guiadas de, pelo menos, três desses Palácios: o Itamaraty, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. Também o Palácio da Alvorada – que está fora desse circuito, mas incluído no Percurso Cinco, de nosso Roteiro – é outro cuja visita guiada que consideramos imprescindível aos nossos habitantes e viajantes, na busca desse olhar geopoético sobre a Cidade, que é objeto de nossa pesquisa.

Além da beleza plástica dos edifícios, das curvas, rampas e colunas características da arte de Niemeyer, e dos jardins externos e internos, alguns deles assinados por Burle Marx, o patrimônio artístico guardado nesses palácios – que pertence ao Poder Público e, portanto, ao povo brasileiro – é de uma riqueza incalculável e precisa estar, cada vez mais, acessível aos habitantes e viajantes, em visita à Cidade.

Nossos próximos atrativos destacados nesse quarto percurso são, portanto, visitas guiadas aos Palácios do Planalto, do Congresso Nacional e do Itamaraty, por sua importância histórica e arquitetônica e por serem guardiões de importantes e significativas coleções de arte do País. Nas três visitas, partimos da descrição dos edifícios feitas pelo próprio autor dos palácios, o arquiteto Oscar Niemeyer, com dados obtidos no site de sua fundação¹⁰⁰:

¹⁰⁰ <http://www.niemeyer.org.br>.

O Planalto, o Congresso e o Itamaraty: tesouros guardados nos Palácios

Foto 34 – Palácio Do Planalto



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹⁰¹

Nossa primeira visita guiada é ao **Palácio do Planalto**, edificação de 1958, assim definida por Niemeyer:

Primeiro separei as colunas do edifício e imaginei-me a caminhar entre elas. E senti que as devia fazer diferente, criando novos atrativos de vista. As regras limitadoras de pureza estrutural não me preocupavam. A liberdade plástica me possuía e as fiz com as pontas finas e os palácios como apenas tocando o chão... Plasticamente, o projeto se subordina às conveniências de unidade que a Praça dos Três Poderes requer, procurando manter o sentido de pureza e criação predominante em todas as construções de Brasília. (NIEMEYER FILHO, Oscar. Palácio do Planalto e Palácio do Supremo Tribunal. Módulo, Rio de Janeiro, v.2, n.10, p.8, ago.1958¹⁰²).

¹⁰¹ Legenda: Foto 1 – Palácio do Planalto – visão frontal. Foto 2 - Palácio do Planalto – salão do primeiro andar. Foto 3 - Palácio do Planalto – painel de Burle Marx.

¹⁰² <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro081>

Ao longo do tempo, em várias declarações sobre essa obra, Niemeyer ainda teceu os seguintes comentários sobre as colunas do palácio: “Leves como penas pousando no chão”; ou sobre a edificação: “O Palácio do Planalto assemelha-se a uma caixa de vidro, à espera das orquídeas que no seu interior deverão ser depositadas”. Com 36 mil m² de área construída, em quatro pavimentos do prédio principal, e nos quatro prédios anexos, o Palácio é suspenso por finas colunas, que foram assim justificadas pelo arquiteto: “... eu queria fazer as colunas muito finas, eu sabia que o apoio acabava aqui, que isso aqui podia ser posto de lado, mas eu queria essa forma, achava que essa forma ficava mais festiva, que era mais bonita, que ela criava para quem passava entre elas atrativos de vista diferentes¹⁰³”.

O acervo do Palácio do Planalto compõe-se de 146 pinturas e 17 esculturas, além de objetos de arte e decoração. Entre as mais importantes peças do acervo, o site do Palácio destaca as pinturas *Mulatas*, de Di Cavalcanti; *Os Orixás e Colheita de Bananas*, de Djanira; e *Palácio do Planalto*, de Firmino Saldanha. Também são parte do acervo, móveis de Niemeyer e de Sérgio Rodrigues, e um painel de Athos Bulcão.

A maioria das obras do acervo é de artistas brasileiros e está exposta nas áreas públicas do Palácio e, portanto, acessível à visita pública – que atualmente acontece apenas aos domingos, das 9h30 às 14h, por ordem de chegada ou pré-agensadas. Durante a visita guiada, um funcionário de relações públicas do Palácio acompanha o grupo, dando informações sobre a história, a arquitetura e as obras de arte que compõem o acervo do Palácio.

Antes de seguir para a nossa próxima visita guiada, caminhamos pela Praça até o Palácio do STF, em frente ao qual se localiza a escultura *A Justiça*, de Ceshiatti, para apreciar sua beleza arquitetônica. Sobre a arquitetura do edifício, disse Niemeyer:

O Palácio do Supremo Tribunal compreende os serviços relativos à mais alta corte judiciária do país... A singeleza do projeto e as proporções relativamente reduzidas deste edifício não impediram que o partido adotado lhe conferisse as características de dignidade e nobreza reclamadas, características essas que as galerias externas acentuam convenientemente". (NIEMEYER FILHO, Oscar. Palácio

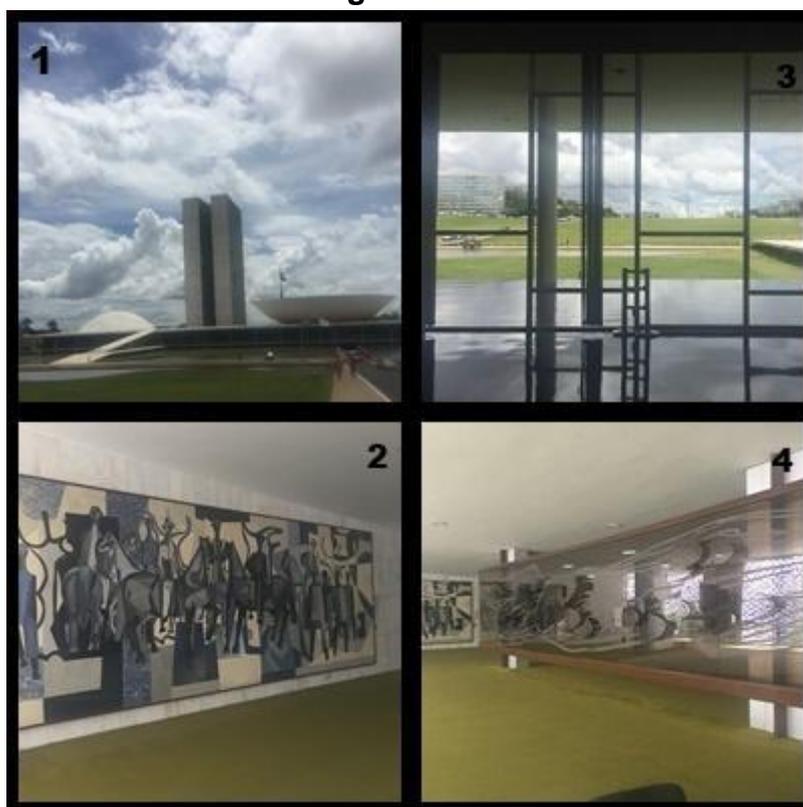
103

(<http://www4.planalto.gov.br/restauracao/o-palacio-do-planalto-no-conjunto-arquitetonico-de-brasil>). Acessado em 01/02/2018, às 19h04).

do Planalto e Palácio do Supremo Tribunal. Módulo, Rio de Janeiro, v.2, n.10, p.8, ago. 1958¹⁰⁴.

O palácio abriga a sede do Supremo Tribunal Federal e é considerado uma das obras mais bonitas de Niemeyer, parecendo flutuar no ar, em virtude da leveza de suas colunas. Embora não faça parte desse nosso percurso, a visita guiada também é acessível ao público, em fins de semana e feriados, e pode ser agendada pela Internet.

Foto 35 – Congresso Nacional



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹⁰⁵

Em seguida, nossos habitantes e viajantes atravessam a avenida entre a Praça e o **Palácio do Congresso Nacional**, passam pelo Jardim das Palmeiras e alcançam uma das portarias da Câmara dos Deputados, para fazer uma visita guiada por suas dependências. Terminada a visita, podem seguir para uma nova

¹⁰⁴ <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro197>. Acessado em 01/02/2018, às 17h15).

¹⁰⁵ Legenda: Foto 1 – Congresso Nacional – Cúpulas da Câmara e do Senado. Foto 2 - Congresso Nacional – salão branco – visão da Esplanada. Foto 3 - Congresso Nacional – painel de Di Cavalcante. Foto 4 - Congresso Nacional – salão verde – com painel de Marianne Peretti.

visita guiada, no mesmo prédio, só que do seu lado Norte, onde fica o Senado Federal.

Sobre a arquitetura do Congresso Nacional, disse Niemeyer:

O projeto abrange todos os serviços relativos à Câmara e ao Senado. O objetivo de reunir as duas casas do Congresso num só edifício visa dar solução mais racional e econômica ao problema, sem prejuízo da independência que lhes é indispensável, permitindo, ainda, adotar para os serviços comuns (garagem, restaurante biblioteca, salas de estar etc.) instalações mais perfeitas e amplas... Por outro lado, estufados num só bloco, Senado e Câmara constituirão um conjunto monumental capaz de dominar, como desejável, as demais construções da cidade. NIEMEYER, Oscar. [Congresso Nacional]. s.d. Fundação Oscar Niemeyer. Coleção Oscar Niemeyer¹⁰⁶.

O Palácio do Congresso é formado por um edifício principal, que abriga as cúpulas do Senado – menor e voltada para baixo – e da Câmara – maior e voltada para cima. Por trás desse edifício e ligado a ele por um corredor largo, estão dois edifícios – duas torres – de 28 andares, ligadas entre si por uma passarela entre os 14º e 16º andares. Essa ligação dá às torres um formato semelhante à letra H, quando vistos de longe. Todo o conjunto de edificações do Congresso Nacional foi tombado pelo Iphan, em 2007, como Patrimônio Histórico e Cultural.

Tanto a Câmara quanto o Senado possuem um riquíssimo acervo de obras de arte, mobiliário e peças decorativas, algumas trazidas de suas antigas sedes, no Rio de Janeiro, que podem ser apreciados durante a visita guiada. Entre os artistas que fazem parte das coleções das duas Casas do Congresso Nacional, citamos alguns dos maiores pintores e escultores do País, e que estão acessíveis aos habitantes e viajantes, por meio das visitas guiadas: Cândido Portinari, Athos Bulcão, Marianne Peretti, Alfredo Ceschiatti, Di Cavalcanti, Burle Marx, Aldemir Martins, Alfredo Volpi, Aldemir Martins, Vitor Brecheret, Carlos Bracher e Iberê Camargo¹⁰⁷.

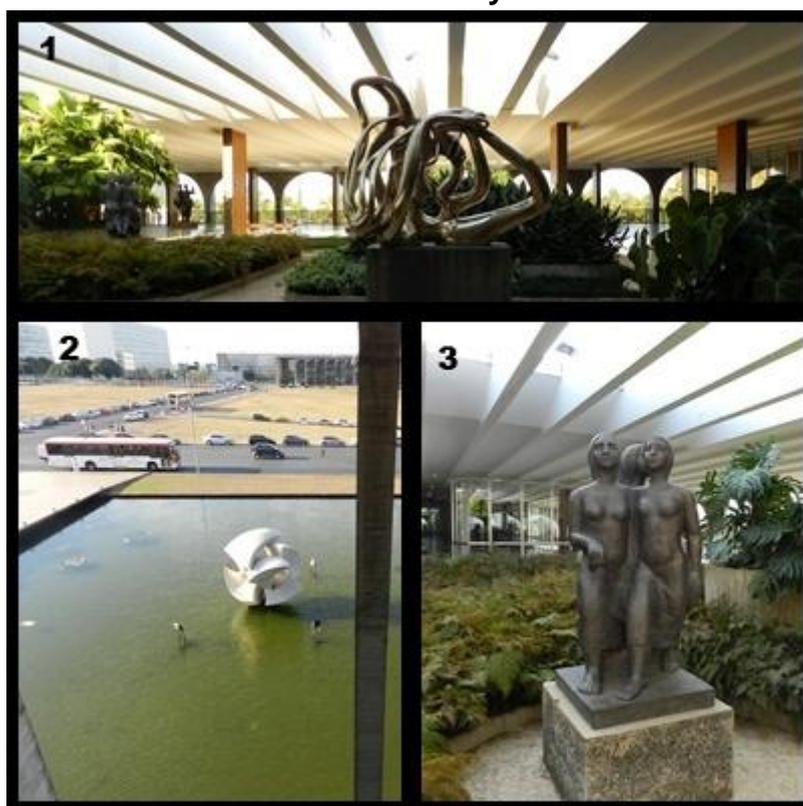
Depois da visita guiada, saímos do prédio do Congresso Nacional pela Chapelaria – a entrada subterrânea e principal que dá acesso aos veículos de autoridades e visitantes. De frente para a Esplanada dos Ministérios, o Palácio do Congresso Nacional se impõe como peça principal e destacada da hierarquia dos Três Poderes que dão equilíbrio à República.

¹⁰⁶ <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro196>. Acessado em 01/02/2018, às 21h21).

¹⁰⁷ (<https://www2.congressonacional.leg.br/visite/arte>.)

Olhando do lado de fora, do alto dos gramados em frente ao complexo arquitetônico do Palácio do Congresso, é possível entender a predileção de Niemeyer por essa construção. Ele gostava de contar que, certa vez, quando Le Corbusier – o pai da arquitetura modernista, autor da Carta de Atenas - subiu a rampa do Congresso, olhou para ele e disse: “aqui tem invenção. E isso que é arquitetura¹⁰⁸”.

Foto 36 – Itamaraty



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹⁰⁹

Do Congresso Nacional, subimos os gramados pela lateral esquerda para alcançar e atravessar as seis pistas da Esplanada dos Ministérios e chegar ao **Palácio do Itamaraty**, uma obra prima da arquitetura e da arte modernistas, para nossa última visita guiada desse percurso.

O Itamaraty é - em si mesmo - uma obra de arte – talvez a mais impressionante, entre os cinco palácios construídos em derredor da Praça dos Três

¹⁰⁸ (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/431958-MORRE-NIEMEYER-AOS-104-ANOS-PREDIO-DO-CONGRESSO-ERA-O-PREFERIDO-DO-ARQUITETO.html>)

¹⁰⁹ Legenda: Foto 1 - Terraço do Palácio do Itamaraty – arcos e escultura. Foto 2 – Terraço do Palácio do Itamaraty – Escultura Meteoro de Bruno Giorgi. Foto 3 - Terraço do Palácio do Itamaraty – jardins de Burle Marx.

Poderes. À monumentalidade e imponência de suas formas – em comum com as outras quatro edificações - aliam-se, em impressionante harmonia, centenas de objetos, peças de mobiliário, lustres, tapetes, jardins, pinturas e esculturas que o compõem. Por isso, em nossa interpretação, é o conjunto da obra que dão ao Itamaraty o caráter de um duplo museu: por dentro e por fora, a céu aberto e no interior.

O Prédio – embora tenha sido construído em 1962 - só foi inaugurado em 1970, e tem traçado de Lúcio Costa, projeto arquitetônico de Niemeyer e o cálculo estrutural do engenheiro Joaquim Cardoso. Todo o material utilizado na construção do Itamaraty é de origem nacional. Os jardins são assinados pelo paisagista Burle Marx, e seu acervo conta com obras de alguns dos maiores nomes da arte nacional e internacional, entre eles, Cândido Portinari, Athos Bulcão, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Frans Krajcberg, Franz Weissmann, Maria Martins, Mary Vieira, Iberê Camargo, Ione Saldanha, Rubem Valentim, Sérgio de Camargo e Tomie Ohtake.

Em sua fachada, um espelho d'água, ornamentado por jardins aquáticos de Burle Marx, e pela escultura Meteoro, de Bruno Giorgi, impactam a visão. No salão térreo, nossos habitantes e viajantes passam por um imenso vão livre – o maior da América Latina, com 2,8 mil m², sem colunas de sustentação. Desse salão, dar para ver, através de suas imensas vidraças, toda a Esplanada dos Ministérios, até onde a vista alcança, no lado Oeste e, ao Leste, o Congresso Nacional, com a Praça dos Três Poderes, ao fundo.

Nas paredes e pisos do Palácio, painéis em forma de treliças e pisos assinados por Athos Bulcão; ao fundo do vão, jardins tropicais de Burle Marx, com fontes e plantas da Amazônia e do Cerrado. Há ainda esculturas de rara beleza, como Metamorfose e Transfiguração, de Franz Weissmann; e Atrativo de Encontro, de Mary Vieira. Outro destaque é o lustre Revoada de Pássaros, de Pedro Correa Araújo, com peso de 1,5 toneladas de ferro e cristais de rochas. Completam o acervo quadros do francês Jean-Baptiste Debret (Coroação de Pedro I, de 1938); e de Portinari (Gaúcho e Jangadeiros, de 1937), e um tapete persa de 70m², um dos maiores do mundo.

No terceiro andar, onde ficam os salões de recepções, mais telas, tapeçarias e objetos de arte e decoração. O último salão leva a um terraço com jardins suspensos de Burle Marx e diversas esculturas de artistas brasileiros. Do terraço, uma visão monumental de todo o Eixo Monumental, desde a Rodoviária – e mais

acima a Torre de TV – até o seu final, com o Congresso e a Praça dos Três Poderes.

A beleza plástica da arquitetura e as centenas de obra de arte que compõem os diversos salões e jardins do Itamaraty fazem desse palácio – ao lado dos Palácios da Alvorada e do Planalto, e do Congresso Nacional – uma das quatro visitas guiadas que interpretamos como imprescindíveis ao habitantes e viajantes, no sentido de uma melhor compreensão da escala monumental do projeto de Brasília, bem como do grau de excelência alcançado pela arquitetura e pela arte modernistas no Brasil, da qual o Plano Piloto é sua maior expressão.

Terminada a visita ao Itamaraty, voltamos a atravessar o Eixo Monumental, em frente ao Congresso, e seguimos até o outro lado da Avenida, para conhecer a fachada do **Palácio da Justiça**, que abriga o Ministério da Justiça, órgão do Poder Executivo. Sobre os imensos chafarizes que caem de vários atrativos de sua fachada, e que fazem disso o diferencial da edificação, disse Niemeyer:

Quando eu estudava este palácio, tive a ideia de criar chafarizes no lago então previsto, e os coloquei entre as colunas do edifício. É a fachada que a todos surpreende e diverte, como eu o havia pressentido. *1... Compõe o conjunto da Esplanada dos Ministérios no Eixo Monumental, concebido por Lúcio Costa em seu Plano-piloto de Brasília; a Oscar Niemeyer coube a concepção arquitetônica das edificações, cuja disposição já havia sido planejada por Lúcio Costa em seu plano original. *2. (*1 PETIT, Jean. Niemeyer. Poeta da arquitetura. Lugano: Fidia Edizioni d'Arte, 1995. p. 39.*2 COSTA, Lucio. Relatório Lucio Costa. Arquitetura e engenharia, Belo Horizonte, n.61-3, p.17-20, jul./dez. 1961. Edição: Brasília¹¹⁰.

Completam a fachada do Palácio os jardins assinados por Burle Marx, que incluem jardins aquáticos com plantas tropicais da Amazônia, umedecendo a paisagem seca do Cerrado. Uma passarela sobre o lago conduz ao interior do Palácio, que também pode ser visitado por habitantes e viajantes da Cidade, embora a visita interna não tenha sido incluída em nosso percurso.

Depois da visita ao pátio externo do Ministério da Justiça, voltamos ao Congresso Nacional e, por dentro do Prédio, voltamos ao Anexo I, ou do lado do Senado ou do lado da Câmara, e de lá, atravessamos a rua, ao fundo, onde fica a Praça dos Três Poderes, nosso atrativo de partida.

¹¹⁰ <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro191>).

Interpretamos que há nesse percurso vários elementos históricos e artísticos que contribuem para despertar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre Brasília e seu significado político, histórico e cultural para o País. Entre esses, destacamos, em primeiro lugar, o simbolismo político da Praça dos Três Poderes, de onde se pode inferir a divisão constitucional do País em três Poderes livres e soberanos, ao se observar os três Palácios-sedes do Legislativo, Executivo e Judiciário, igualmente solenes - construídos um em frente ao outro, nas bases e vértice do triângulo.

Em segundo lugar, a observação in loco da escala monumental, proposta no projeto urbanístico de Lúcio Costa, e do traçado modernista da arquitetura de Niemeyer, presente nos vários Palácios e monumentos assinados por Niemeyer, com predominância de uma geometria toda própria, composta por rampas, colunas, curvas, triângulos, retângulos, vidraças e concreto armado e domínio da cor branca.

Em terceiro lugar, destacamos a grande intercessão entre o urbanismo, a arquitetura, as artes plásticas e o paisagismo, presentes na escala monumental de Brasília, especialmente no conjunto formado pela Praça dos Três Poderes e pela Esplanada dos Ministérios, com os cinco Palácios que a as circundam. Nessa paisagem monumental, os três conceitos de modernidade, modernismo e moderno se interpenetram, formando um todo harmônico que faz jus aos títulos triplamente conquistado pela Cidade de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, nos âmbitos da UNESCO, do Governo Federal e do Governo do DF.

Percurso Cinco – Palácios, hotéis e uma Vila, na rota do Lago Paranoá

MOBILIDADE: caminhada, automóvel e barco

TEMPO: quatro horas

DISTÂNCIA: 3,3 Km de caminhada + 9,5 km de automóvel + passeio de barco

SAÍDA: Igreja de madeira da Vila Planalto

DIAS SUGERIDOS: fins de semana e feriados

TRAJETO:

Vila Planalto – luta dos candangos pela conquista do território

Concha acústica – ruína precoce na orla do Lago

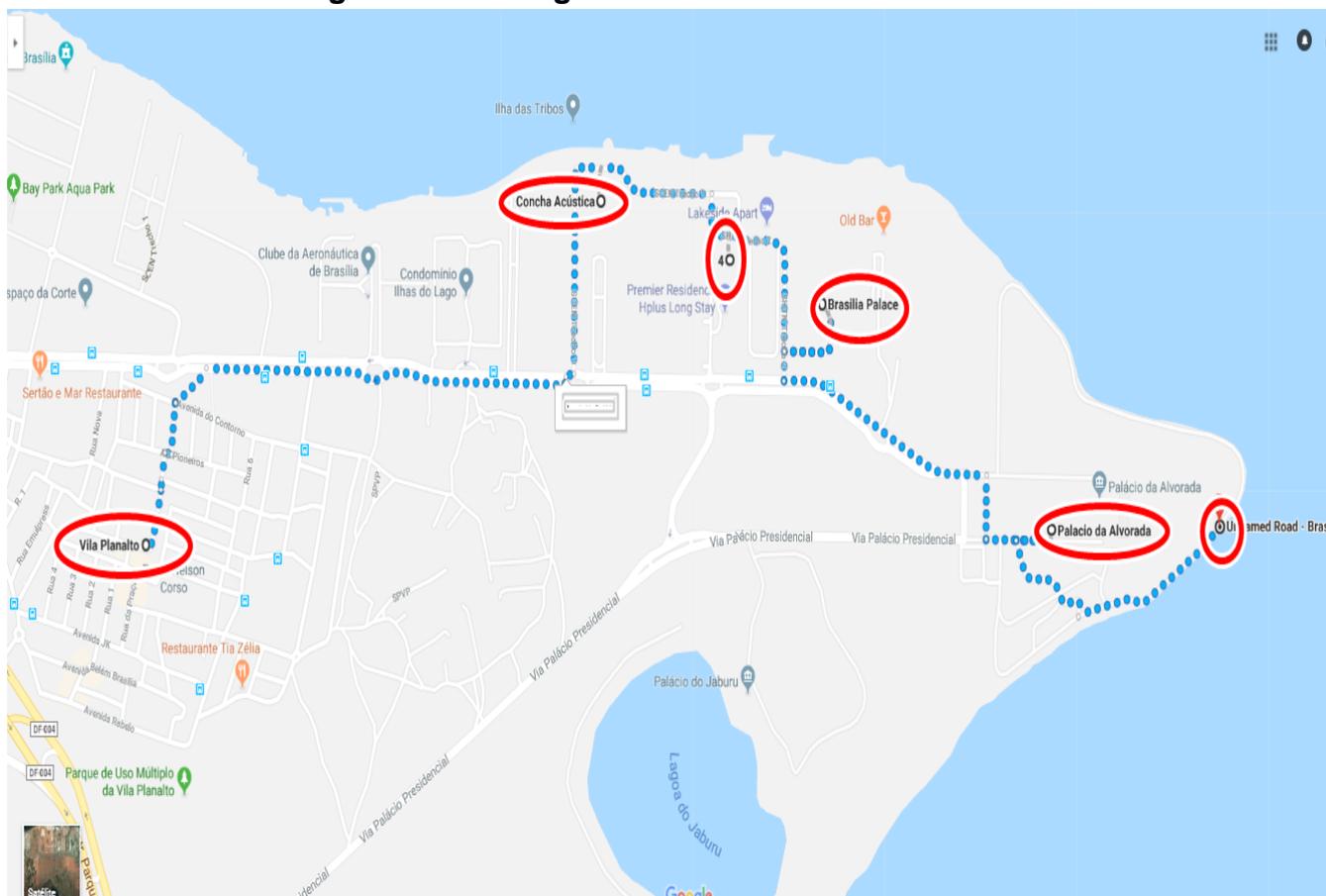
Museu de Arte de Brasília – fechado para reforma

Hotel Brasília Palace – a arte de ressurgir das cinzas

Palácio da Alvorada – um Palácio Modernista para JK

Lago Paranoá – a praia de Brasília

Figura 9 – Visão geral do Percurso Cinco



Fonte: Google Maps

O Percurso cinco foi montado com a utilização de três modalidades de transporte: caminhada, automóvel e barco. O percurso começa com um passeio a pé pela Vila Planalto, o antigo acampamento da Construtora Pacheco Fernandes, cujos moradores conseguiram sua fixação no local; em seguida, num percurso de 3,3 km, entre a Vila e o Palácio da Alvorada, uma caminhada por uma grande orla às margens do Lago, onde duas ruínas precoces da Cidade de Brasília se chocam com a beleza do cenário e com os hotéis e flats de luxo que ali se instalaram: a Concha Acústica – um local para espetáculos, ao ar livre, projetada por Niemeyer, e o Museu de Arte de Brasília, que ficou abandonado por muitos anos e, atualmente, está sendo reformado pelo GDF.

No Percurso Cinco, nosso objetivo foi fazer uma ponte entre a Vila Planalto – a moradia dos primeiros candangos – e o Palácio da Alvorada – a moradia do Presidente da República, separadas uma da outra por apenas 3,4 km. Em oito meses, os operários de Brasília ergueram um palácio para JK, que saiu do Catetinho – seu Palácio de Tábuas – para o Alvorada – moradia de reis. A visão da decadência e do abandono das poucas casas de madeira que ainda restam na Vila Planalto, comparada à visão da monumentalidade e beleza da arquitetura de Niemeyer, no Alvorada, desperta o olhar para a grande distância entre utopia e realidade.

Na Vila Planalto, JK almoçou com os operários na cantina da Pacheco Fernandes; e operários e engenheiros moraram lado a lado, vivendo o sonho de construir a Cidade do Futuro. Mas a poucos km dali, nascia a diferença, concretizada no Palácio construído para o Presidente. Mas deixemos que a realidade do percurso fale por si mesma e ao final deste – cravadas na memória suas misérias e grandezas, deixemo-nos encantar pela Cidade Modernista, vista de uma nova perspectiva, do atrativo de vista de quem a observa de dentro das águas do Lago Paranoá.

Vila Planalto – luta dos candangos pela conquista do território

Foto 37 – Vila Planalto



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹¹

Dentro da Região Administrativa do Plano Piloto de Brasília, (RA1), a Vila Planalto é o resultado da resistência de pioneiros e candangos que, ao longo de mais de vinte anos, lutaram para terem o direito de permanecer em suas moradias. Com uma localização privilegiada, entre os Palácios da Alvorada e do Planalto, a Vila nasceu de dois acampamentos: um da Construtora Pacheco Fernandes e outro da Construtora Rabelo, nos primórdios da construção de Brasília, em 1957. Em reportagem publicada na Internet, Alves (2017) conta que essas firmas foram as primeiras a se instalarem na Cidade, em 1956,

Para construírem, respectivamente, o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel. Com a conclusão dos prédios, em 1957, os acampamentos foram transferidos para o local conhecido hoje como

¹¹¹ Legenda: Foto 1 – Vila Planalto. Foto 2 - Vila Planalto – abandono e mato alto. Foto 3 - Vila Planalto – casa de madeira em ruínas. Foto 4 - Vila Planalto – memorial aos candangos assassinados.

Vila Planalto, para a construção do Eixo Monumental e da Praça dos Três Poderes¹¹².

O jornalista conta que, em 1958, havia 22 acampamentos em torno das obras consideradas prioritárias para a inauguração de Brasília, prevista para 21 1960 – data simbólica escolhida por JK, por coincidir com a do Descobrimento do Brasil, em 1500. Muitos desses acampamentos foram cobertos pelas águas do Lago Paranoá e suas comunidades foram transferidas para cidades-satélites, nas chamadas campanhas de erradicação de favelas, promovidas pelo Governo JK.

A Vila Planalto foi a única que resistiu às pressões e, em 1988, o movimento chamado de Grupo das Dez, conseguiu a fixação dos proprietários dos 1020 lotes do local, como nos contou Leilane Rebouças – uma das entrevistadas de nossa pesquisa - que participou do movimento, ainda criança. Foi ela quem burlou a segurança do Presidente José Sarney, quando descia a rampa do Palácio do Planalto, e entregou em suas mãos um documento dos pioneiros e candangos da Vila, reivindicando sua fixação. Segundo Rebouças, a partir de 2007, os moradores ganharam a escritura dos seus lotes, no entanto, mais de 50% deles já os haviam vendido, em contratos de gaveta.

Dentro a Vila Planalto, atualmente, funcionam tem ainda dois hotéis, duas pousadas e mais de 40 restaurantes de especialidades variadas frequentados, em sua maioria, por funcionários públicos que trabalham na Esplanada dos Ministérios, demonstrando a vocação do lugar como polo gastronômico e turístico.

No acampamento da Vila Planalto, o Presidente Juscelino Kubitschek visitou, conversou e fez refeições com operários e engenheiros, e sua presença – como nos contou um dos nossos entrevistados, Miguel Rodrigues – tinha o poder de restaurar as forças e reacender a esperança nos corações dos candangos, que enfrentavam diuturnamente ininterruptas jornadas de trabalho, para erguer uma Cidade monumental, em menos de quatro anos. Rodrigues foi um dos que conheceu JK, quando era operário, no acampamento da Pacheco Fernandes. Foi JK em pessoa quem o pegou pelo braço e o levou ao sociólogo Darcy Ribeiro, o primeiro reitor da UnB, para que ele estudasse. E foi graças ao Presidente – lembra Rodrigues – que ele saiu da condição de operário da construção de Brasília para a condição de

¹¹²(ALVES,2017,http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/04/29/interna_cidadesdf,592264/apos-60-anos-de-resistencia-vila-planalto-se-firma-como-polo-gastrono.shtml Acessado em 10/02/2018, às 11h12).

bacharel em Letras, economista e, posteriormente, auditor fiscal do GDF, por concurso público da Fundação Getúlio Vargas.

Mas muitos dos candangos que migraram para Brasília não tiveram a mesma sorte. A maioria foi expulsa dos acampamentos para barracos improvisados nos assentamentos do Governo, em diversas cidades-satélites. Muitos adoeceram e morreram, durante as duras jornadas de trabalho impostas pela pressa em inaugurar a Cidade. E alguns foram brutalmente assassinados, pela GEB, a Guarda Especial de Brasília, como atesta inúmeros depoimentos, colhidos na história oral da Cidade. Segundo esses depoimentos, os operários foram metralhados pela GEB, no próprio acampamento da Pacheco Fernandes, e enterrados em vala comum, coberta depois pelas águas do Lago Paranoá.

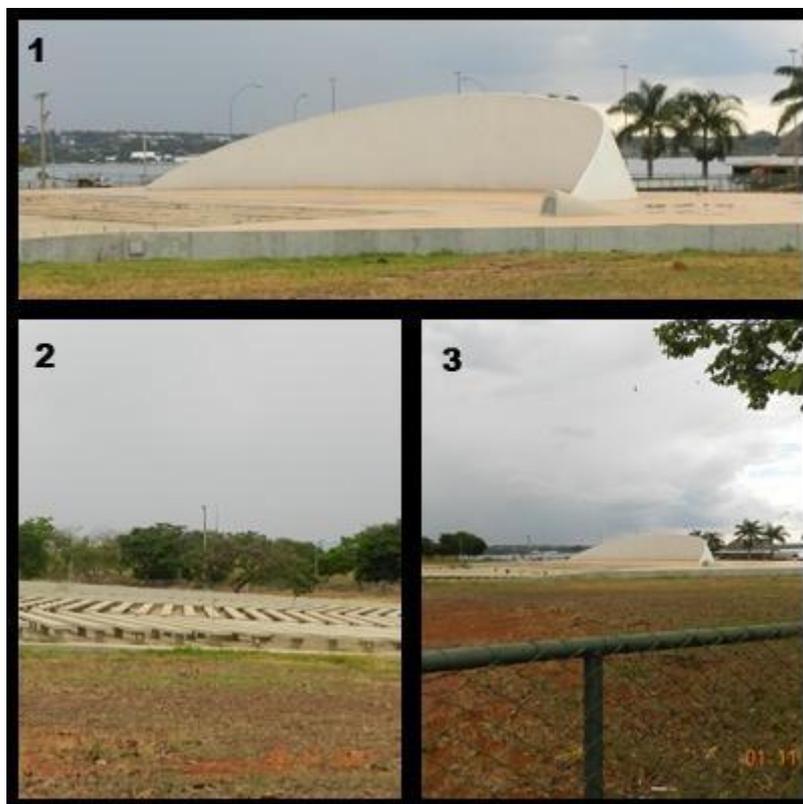
Na Vila Planalto, é possível ver ainda algumas casas de madeira, dos tempos do acampamento – algumas de propriedade do GDF -, em estado de precariedade e decadência, mesmo em se tratando de edificações tombadas pelo IPHAN-DF; No monumento erguido na Praça, em homenagem aos candangos mortos, viajantes e habitantes são lembrados da tragédia e o abandono das velhas construções lhes lembram o quão distante ficou a utopia de uma Cidade representativa de um novo País, mais justo e democrático.

Mas também ali há a memória de conquistas, entre elas a conquista do território pelos pioneiros e candangos da Vila Planalto, após uma luta de quase vinte anos. Eles foram os únicos que conquistaram o direito de fixar residência no local original do acampamento. Todos os demais acampamentos da época foram derrubados e seus moradores removidos para cidades-satélites do DF.

A Vila Planalto fica localizada num local nobre de Brasília, vizinha do Setor de Hotéis de Turismo Norte, onde foram construídos vários hotéis e apart-hotéis, alguns inclusive residenciais. Nesse trajeto, estão mais quatro atrativos turísticos de nosso Percurso Cinco. O primeiro deles é a Concha Acústica e é para lá que partimos em caminhada.

Concha acústica – ruína precoce

Foto 38 - Concha acústica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹³

Da Vila Planalto, caminhamos por 2,2 km até chegar ao nosso próximo atrativo turístico do Percurso Cinco: a Concha Acústica. Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), a Concha Acústica, projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada em 1969, e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília, hoje Secretaria de Cultura. Destinada a grandes espetáculos ao ar-livre, sua arquitetura monumental dialoga com a escala bucólica da orla do Lago Paranoá, como reafirmou Costa, no documento Brasília Revisitada:

O Plano-piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do lago se pretendeu de livre

¹¹³ Legenda: Foto 1 – Concha Acústica – palco. Foto 2 – Concha Acústica – arquibancadas deterioradas. Foto 3 – Concha Acústica – ruína precoce.

acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica¹¹⁴.

A Concha Acústica, pelo estado de abandono e precariedade em que se encontra, é uma das ruínas precoces apontadas em nossa pesquisa e, junto com o Museu de Arte de Brasília, nosso próximo atrativo de visita, reforça na mente de habitantes e viajantes a precariedade e a má gestão na conservação e proteção das edificações tombadas do Plano Piloto de Brasília.

Museu de Arte de Brasília – ruína precoce

Foto 39 - Museu de Arte de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹⁵

A 500 metros da Concha Acústica, encontra-se o Museu de Arte de Brasília – MAB, nossa próxima ruína precoce que, depois de anos de abandono e portas fechadas, está com as obras de reforma iniciadas. O Museu foi criado em 1985, para

¹¹⁴(COSTA,1985/87.<http://urbanistasporbrasil.wweebly.com/uploads/9/4/0/4/9404764/brasiliarevisitada.pdf>. Acessado em 10/02/2018, às 14h20).

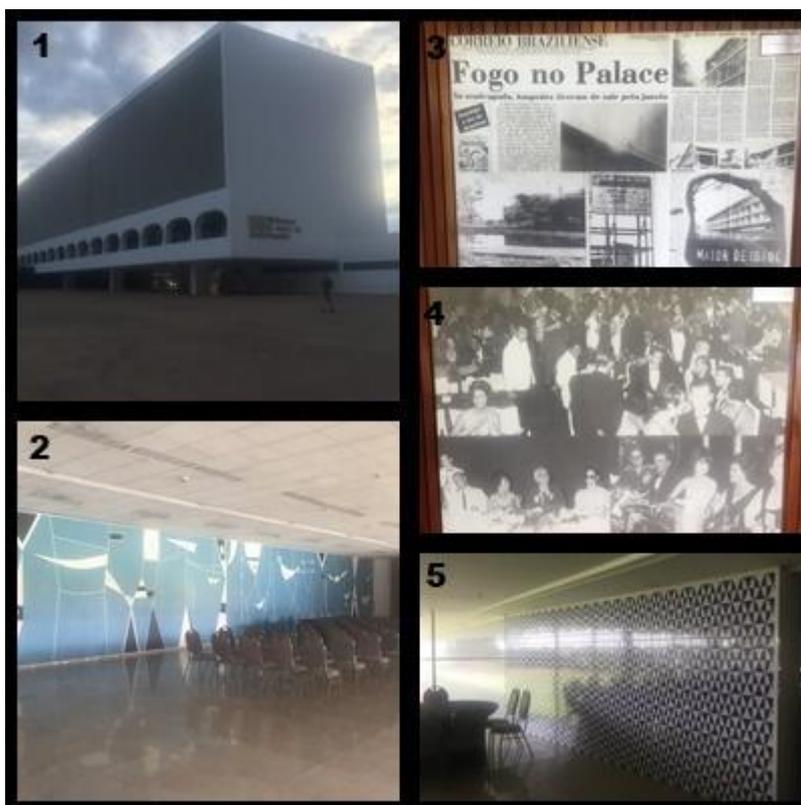
¹¹⁵ Legenda: Foto 1 – Museu de Arte de Brasília- ruína precoce. Foto 2 – Museu de Arte de Brasília- fechado desde 2007. Foto 3 – Museu de Arte de Brasília- reforma.

abrigar o acervo do Governo do Distrito Federal, que reunia centenas de obras de arte moderna e contemporânea, provenientes – segundo o site da Secretaria de Cultura do GDF - de doações e prêmios aquisitivos de salões locais e nacionais.

O prédio onde funciona o MAB, no entanto, é de 1960 e já foi sede do Clube das Forças Armadas (projeto original) e depois abrigou o Casarão do Samba. O Museu foi fechado em 2007, após recomendação do Ministério Público do Distrito Federal que considerou que suas instalações estavam pondo em risco todo o acervo, com grandes nomes da pintura e escultura nacional. Pelos dez anos de abandono e deterioração, o MAB é mais uma ruína precoce apontada em nossa pesquisa. Do Museu, nossos habitantes e viajantes caminham mais 500 m e chegam ao Hotel Brasília Palace, uma pérola da arquitetura e da arte modernista.

Hotel Brasília Palace – a arte de ressurgir das cinzas

Foto 40 - Hotel Brasília Palace



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹⁶

¹¹⁶ Legenda: Foto 1 Hotel Brasília Palace – Fachada. Foto 2 Hotel Brasília Palace – arte de Athos Bulcão. Foto 3 Hotel Brasília Palace – notícia do incêndio. Foto 4 Hotel Brasília Palace – glamour. Foto 5 Hotel Brasília Palace – painel de Athos Bulcão.

O Hotel Brasília Palace já foi ruína precoce por longos anos, mas foi restaurado e reaberto ao público, tendo ressurgido das cinzas, literalmente, após um incêndio, em 1978, que destruiu todo o terceiro andar e o levou ao fechamento, à decadência e ao abandono. O hotel foi uma das primeiras construções de Brasília, junto com o Palácio da Alvorada, e recebeu personalidades de todo o mundo nos tempos de JK.

O Hotel – projetado por Niemeyer - foi inaugurado em 1958, quase dois anos antes da inauguração de Brasília. Sua arquitetura é típica da obra modernista de Niemeyer: “com fachada e pilotis livres, formas leves e suaves e a inserção de painéis artísticos assinados por Athos Bulcão” (Folder do Brasília Palace Hotel. Tribuna do Palace. Ano I. N.01).

No Hotel, habitantes e visitantes podem ver a primeira piscina oval do mundo, projetada por Niemeyer; painéis de Athos Bulcão, nas paredes da fachada externa e no grande salão de eventos, em frente ao terraço lateral, que leva à piscina oval; além uma galeria, no mezanino, com fotos de bailes e personalidades nacionais e internacionais que passaram pelo hotel, em seus primórdios. Em seus tempos áureos, o Brasília Palace hospedou personalidades do mundo político e artístico nacional e internacional – entre essas, o líder da Revolução Cubana Che Guevara, o Príncipe Mikasa, do Japão e o Rei Roberto Carlos. Há ali, também, fotos do incêndio trágico que provocou o fechamento do hotel, levando a uma briga judicial que o condenou à decadência e ao abandono.

Logo na chegada, os habitantes e viajantes são convidados a viajar no tempo: uma rural willys verde, estacionada estrategicamente à porta de entrada que leva à recepção do hotel conduz os visitantes a lerem o folder, em formato de jornal, contando a história do veículo que trouxe a Brasília, clandestinamente e pela última vez, o fundador da Cidade - o Presidente JK - havia sido cassado pela Ditadura Militar e proibido de visitar a Cidade que construiu.

O Hotel pertenceu, originalmente, à Novacap e depois à Terracap – as companhias de Habitação de Brasília – e, desde a inauguração, foi arrendado, à empresa Prudência de Grandes Hotéis. Depois do incêndio, nove anos se passaram numa briga judicial entre a Terracap e a empresa arrendatária, Nesse tempo, o hotel foi saqueado, deteriorado e abandonado. Somente em 1997, o GDF recuperou o direito de licitar o Hotel, que foi arrematado pelo Grupo Paulo Otávio, na forma de concessão de uso.

Antes de prosseguir para a visita guiada ao Palácio da Alvorada, propomos aos nossos turistas que almocem no Restaurante Oscar – cujo nome é uma homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer -, decorado com um piano de cauda e mobiliário de época, em frente à piscina oval, o local é um convite ao descanso e ao lazer.

Palácio da Alvorada – um Palácio Modernista para JK

Foto 41 - Palácio da Alvorada



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹⁷

Após o almoço, convidamos nossos habitantes e turistas a uma caminhada leve de 1 km, em direção ao Palácio da Alvorada, na expectativa de fazer uma visita guiada por sua surpreendente e bela edificação, onde estão guardados objetos de arte, mobiliário de época, quadros e esculturas que interpretamos como tesouros guardados nos palácios da Capital da República.

Nesse momento, temos que colocar uma questão técnica que torna esse um percurso **ideal** e **não real**, em virtude de conter uma impossibilidade causada pela

¹¹⁷ Legenda: Foto 1 – Palácio da Alvorada – com a capela ao lado. Foto 2 – Palácio da Alvorada – esculturas. Foto 3 – Palácio da Alvorada – biblioteca.

agenda restritiva do Palácio da Alvorada, que só prevê visitas às quarta-feiras, enquanto os passeios na barca Mar de Brasília são oferecidos nos finais de semanas e feriados. Aliás, todos os demais palácios – que ficam na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios -, preveem as visitas turísticas em feriados e nos fins-de-semana, à exceção do Palácio do Planalto, cuja visita só é permitida aos domingos.

Essa incompatibilidade entre as agendas das visitas guiadas, nos atrativos turísticos de Brasília, é interpretada, em nossa pesquisa, como mais hostil e menos hospitaleira aos habitantes e viajantes, além de ser também impeditiva do seu exercício do direito à cidade. Entendemos que, por se tratar de edificações tombadas como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, tanto pela UNESCO, quanto pelos governos Federal e do Distrito Federal, são de interesse público e devem estar acessíveis aos habitantes e viajantes.

O Palácio da Alvorada é uma das mais belas edificações de Niemeyer e foi primeira construção de alvenaria da nova Capital. Sua visita guiada é considerada fundamental – ao lado das visitas ao Planalto, Congresso e Itamaraty -, por estarem entre as maravilhas da arquitetura modernista de Niemeyer e por guardarem inúmeros tesouros – objetos, mobiliário, pinturas, esculturas e jardins - em suas dependências.

O Palácio foi inaugurado antes da Cidade, em 1958, para abrigar o Presidente JK, que até então ficava hospedado no Palácio do Catetinho. Logo na entrada, vemos um espelho d'água refletindo a fachada do edifício, suspensa por colunas típicas da obra de Niemeyer. Essas colunas que só tocam o chão por uma das pontas criam um efeito visual que – ao nosso olhar – todo o palácio parece flutuar. Dentro do espelho d'água, a escultura *As Iaras*, de Alfredo Ceschiatti, empresta mais beleza ao ambiente.

O Palácio é todo revestido de mármore e vedado por largas vidraças; dispõe de uma pequena capela – dedicada a Nossa Senhora da Conceição -, em sua lateral esquerda, projetada por Niemeyer e decorada por Athos Bulcão. Em sua parte interna, vemos um rico acervo de obras de arte, além de uma biblioteca de 3.400 livros. Nos jardins de trás, que dá para a piscina, o paisagismo é de inspiração japonesa, e diversos animais ficam soltos no jardim.

Móveis de Anna Maria Niemeyer, peças de tapeçaria, esculturas e telas de grandes artistas brasileiros, entre eles, Djanira e Alfredo Volpi, completam a beleza

dos tesouros que decoram os ambientes do Palácio da Alvorada, numa visita que dura, em média, 40 minutos.

Terminada a visita, é hora de embarcarmos no automóvel e, percorridos 9,5 km, chegar ao Pontal do Lago Sul, onde a Barca Mar de Brasília nos aguarda para um passeio turístico pelo Lago Paranoá.

Lago Paranoá – a praia de Brasília

Foto 42 - Lago Paranoá



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora¹¹⁸

Construído artificialmente, 1959, o Lago Paranoá é parte essencial da escala bucólica projetada por Lúcio Costa. É fundamental também para domar a seca que todos os anos assola a Cidade, amenizando a baixa umidade e baixando a poeira vermelha que castigam habitantes e viajantes, especialmente nos meses de agosto, setembro e outubro.

O passeio pelo Lago Paranoá proporciona uma visão de Brasília de outra perspectiva. A partir dos recortes do Lago, a barca nos conduz a vários atrativos

¹¹⁸ Legenda: Foto1 - Lago Paranoá – pier. Foto 2 - Lago Paranoá - crepúsculo Foto3 - Lago Paranoá - pier no setor de hotéis de turismo norte.

turísticos localizados em suas margens, entre eles, a Ermida de Dom Bosco e a Ponte JK. Na volta do passeio, é hora de um merecido descanso num dos restaurantes do Pontão, para repor as energias e apreciar a paisagem inesquecível do céu crepuscular de Brasília, iluminando as águas plácidas do Lago Paranoá.

Pode-se optar por pegar a barca Mar de Brasília no Hotel Royal Tullip Alvorada, que fica a apenas 1 km do Palácio da Alvorada, onde fizemos nossa visita guiada. Isso eliminaria o trajeto rodoviário de nosso Percurso Cinco. No entanto, como o passeio – saindo daquele hotel - só é oferecido aos sábados, ao meio-dia, optamos pelo deslocamento de automóvel até o Pontão do Lago Sul, onde o passeio é oferecido em fins de semana e feriados, às 17 h, para aproveitar o espetáculo do por do sol sobre o Lago Paranoá.

Nesse passeio, o céu de Brasília é soberano, e dá para entender por que ele foi utilizado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer como elemento essencial do projeto urbanístico e arquitetônico da Cidade. Como reafirmou Lúcio Costa, no documento Brasília Revisitada,

A presença do céu. Da proposta do plano-piloto resultou a incorporação à cidade do imenso céu do planalto, como parte integrante e onipresente da própria concepção urbana — os "vazios" são por ele preenchidos; a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda¹¹⁹.

.A Barca Mar de Brasília é a única empresa que faz, regularmente, um tour turístico, com duração de uma hora, pelo Lago Paranoá. Os passeios acontecem aos sábados, domingos e feriados, com embarques realizados no píer do Pontão do Lago Sul e, também, somente aos sábados ao meio-dia, com embarque no Hotel Royal Tullip Alvorada.

A empresa Mar de Brasília faz ainda um trabalho de conscientização ambiental com alunos das redes pública e particular da Cidade. O atrativo de embarque é a Ermida Dom Bosco, a primeira capela construída em Brasília, em homenagem ao santo italiano que sonhou com a Cidade da civilização do 3º milênio, localizada entre os paralelos 15º e 20º, que muitos acreditam tratar-se de uma profecia sobre a fundação de Brasília, um dos mitos fundantes tratados em nossa pesquisa.

119

(COSTA, 1985/87. <http://urbanistasporbrasil.wweebly.com/uploads/9/4/0/4/9404764/brasiliarevisitada.pdf>. Acessado em 10/02/2018, às 14h20).

O Lago Paranoá é um lago artificial - formado pelas águas represadas do Rio Paranoá – que abastece Brasília. Com 48 km² de área, o Lago começou a se formar em 1959, como fechamento das comportas e estava previsto antes mesmo do Concurso do Plano Piloto de Brasília, vencido pelo urbanista Lúcio Costa. Sua construção já constava das plantas colocadas à disposição dos concorrentes do concurso, ao lado de outras construções decididas previamente, como as do Palácio da Alvorada, do Brasília Palace Hotel e do Aeroporto¹²⁰.

Foram necessários oito meses para a formação total do Lago. história do Lago Paranoá se confunde com a história de Brasília e – em nossa interpretação – até com sua viabilidade, tamanha a importância do Lago para amenizar os efeitos avassaladores da falta de umidade que atinge Brasília, na estação das secas. Talvez por isso, os habitantes da Cidade lhe devam tanto amor, tanta predileção. Um de nossos personagens históricos, o cineasta Vladimir Carvalho, confessou ser esse o seu lugar predileto na Cidade:

Eu gosto muito das margens do Lago Paranoá... É como se fosse uma coisa ancestral, a coisa da água, gosto muito de ver Brasília de dentro d'água, gosto de ver a terra em volta, aqueles relevados bem caprichados das residências... isso me atrai muito (CARVALHO, em entrevista à pesquisadora).

Ao participar de nosso Percorso Cinco, com a visita pela Vila Planalto, para conhecer a história do acampamento que virou bairro de Brasília; depois de ver as ruínas precoces em plena orla do Lago Paranoá, componente fundamental da escala bucólica de Costa (1991); depois da visita ao Hotel Brasília Palace, de conhecer sua história – com a tragédia do incêndio que fechou suas portas e a rural trazendo à memória a viagem clandestina de JK à Cidade que construiu. Tudo isso acende a memória dos habitantes e viajantes e, em nossa interpretação, despertam ou ressignificam seu olhar sobre a grande epopeia que foi o processo de construção e fundação de Brasília.

E dentro dessa epopeia, como em toda grande história, aparecem suas misérias e suas grandezas; seus heróis e seus esquecidos; seus mitos e utopias, e a força da realidade a eles se sobrepondo. A visita ao Palácio da Alvorada, com sua arquitetura monumental e seus tesouros guardados da arte e do paisagismo

¹²⁰ (CAVALCANTI, Flávio. <http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Lago-Paranoa.shtml>. Acessado em 08/02/2018, às 23h28).

modernistas e, depois, a visão de Brasília, de dentro do Lago Paranoá, de certa forma, recuperam o olhar amoroso de viajantes e habitantes para essa história. E, finalmente, em nossa interpretação, propõem um novo olhar – um olhar geopoético - sobre Brasília. Um olhar que tentamos construir, a partir da fala de seus personagens e da construção desse Roteiro Geopoético de Brasília. Que a partir dele, surjam muitas outras viagens.

PARTE V – ECOS DA HISTÓRIA NAS FALAS DOS PERSONAGENS E NOS PERCURSOS TURÍSTICOS DE BRASÍLIA

Centro-Oeste¹²¹

*O olho do furacão;
O olho cego de Lampião;
Os olhos furados de Édipo;
E os olhos de Steve Wonder,
Elétricos, compondo hinos;
E os do sábio Simeão
Velando Jesus menino;
E o olho de Deus – divino -
Colorindo o Centro-Oeste
Aos olhos que umedecem,
Humanos e peregrinos.*

Quando começamos nossa pesquisa, em 2017, tínhamos em mente um produto: a construção de um Roteiro Geopoético de Brasília, composto por alguns percursos turísticos que seriam por nós experimentados, com o objetivo de despertar um novo olhar ou de ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade.

O que nos moveu foi a possibilidade de – por meio de um roteiro turístico – contribuir para resgatar a memória dos viajantes e habitantes sobre os mitos e utopias que marcaram a fundação de Brasília. As estratégias utilizadas foram duas: de um lado, desvelar as marcas dessa história em cinco percursos turísticos que delineamos para compor nosso Roteiro; de outro, dar voz a seis personagens históricos da Cidade, dentro das representações sociais de pioneiros, candangos e brasilienses históricos, e a mais quarenta viajantes e habitantes da Cidade, ouvidos aleatoriamente.

¹²¹ (PEREIRA, Amneres, 2017)

Nosso objetivo foi trazer à luz o contexto sócio-histórico-cultural e os mitos e utopias que permearam a construção da Cidade, trazendo milhares de brasileiros ao Planalto Central do Brasil, a partir de 1957, para participar do que interpretamos como uma genuína epopeia.

Seria possível encontrar os vestígios e as marcas de tais memórias nos percursos turísticos que experimentaríamos, na construção de nosso Roteiro? Estariam eles presentes na memória individual e coletiva de seus habitantes e viajantes? Buscávamos especificamente a memória de um período histórico do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, marcado pelos novos ares do Modernismo, nos campos do urbanismo, da arquitetura e das artes; e do Desenvolvimentismo com Democracia Social, no campo da política.

Em busca de resgatar essa história, realizamos nossa investigação científica. Primeiro, buscamos entender como se formaram os mitos e utopias que marcaram a fundação de Brasília e que provocaram a migração de tantos brasileiros para o Planalto Central. E, depois, buscamos descobrir se essa história e suas utopias ainda sobrevivem nas marcas do território e na memória coletiva de habitantes e viajantes.

Como questão norteadora, propusemo-nos a responder se o fenômeno do Turismo – a partir da experimentação de percursos turísticos – pode contribuir para resgatar o olhar ou desenvolver um novo olhar dos habitantes e viajantes sobre o processo sócio-histórico-cultural e a carga de poder simbólico que marcaram a fundação de Brasília. E para tanto, identificamos e desenvolvemos a reflexão sobre como se legitimaram os lugares e espaços propostos nos percursos turísticos, por meio da recuperação de sua história e memória.

Buscamos, ainda, respostas para algumas questões sobre o Turismo na Cidade de Brasília, em relação à situação dos equipamentos turísticos, ao exercício do direito à Cidade, à influência do urbanismo e da arquitetura modernistas no olhar de habitantes e viajantes, e em relação à questão da hospitalidade/hostilidade, nas práticas do Turismo no Distrito Federal.

Para responder a essas questões, determinamos como objetivos específicos de nossa pesquisa entender como se deu o processo de exclusão do direito à cidade que parece ter atingido seus habitantes e viajantes; porque estes tendem a interpretar a Cidade como mais hostil e menos hospitaleira; de que forma o poder simbólico atuou no processo de construção de Brasília; e em que medida a falta de

equipamentos turísticos adequados dificulta o usufruto da Cidade por habitantes e viajantes.

Para embasar nossa interpretação das representações da realidade estudada e delinear os percursos turísticos de nosso Roteiro Geopoético, desenvolvemos os seguintes estudos e trabalhos de campo:

1 - Diálogo com autores que desenvolveram reflexões sobre Teoria da Viagem, Geopoética, e Turismo e Hospitalidade; e outros que estudaram a história de Brasília e sua relação com Ideologia. Modernismo. Arquitetura. Urbanismo e Direito à Cidade; dentro do contexto sócio-histórico-cultural do Brasil, à época..

2 - Entrevistas longas e semiestruturadas com seis personagens históricos de Brasília, que chegaram à Cidade entre 1957 e 1977 (nosso recorte temporal), ou que nasceram nesse período, e se inserem nas categorias de pioneiros, candangos e brasilienses históricos. E entrevistas curtas e estruturadas com vinte habitantes e vinte viajantes em visita a Brasília, colhidas aleatoriamente em atrativos turísticos e atrativos de aglomeração.

3 - Levantamento e experimentação de roteiros turísticos preexistentes, escolhidos em pesquisa junto a órgãos públicos e, também, junto a cinco agências e cinco hotéis, com sede física ou virtual no Plano Piloto de Brasília; e pesquisa de literatura sobre Turismo em Brasília, junto à Secretaria Adjunta de Turismo e à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal;

4 – Experimentação e delineamento de cinco percursos turísticos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília, capaz de ressignificar o olhar dos viajantes e habitantes sobre a Cidade.

Justificamos nossa pesquisa por considerarmos muito importante o resgate e a preservação da memória coletiva dos brasileiros sobre o processo sócio-histórico-cultural que levou à mudança da Capital, e do que tal fato significou para o País.

Nossa percepção de sua importância se ancora, ainda, no fato de que a história da fundação de Brasília e sua influência no desenvolvimento do País, nas últimas seis décadas, tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, especialmente dentro da Universidade de Brasília, que tem um rico acervo de dissertações e teses sobre a matéria.

Consideramos também fundamental para o Turismo em Brasília detectar as barreiras concretas que impedem ou dificultam seu incremento. Algumas dessas barreiras puderam ser constatadas, ao longo de nossa pesquisa.

Adotamos, em nosso estudo, o Brico-Método (AVENA, 2008), na perspectiva da bricolagem metodológica, a partir da concepção de um sujeito complexo e multirreferencial - o sujeito social -, produto e produtor da sociedade. Entendemos, com esse autor, que o sujeito interage com os outros e dessa interação nasce o tecido social. O mesmo tecido social que “retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura” (MORIN, 1999 apud AVENA, 2008, p. 166).

Utilizamos, dentro da bricolagem metodológica, o método fenomenológico na experimentação dos percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília. Utilizamos-nos da bricolagem na interpretação dos dados coletados nas entrevistas com personagens históricos de Brasília, habitantes e viajantes. As técnicas de pesquisa aplicadas foram as entrevistas estruturadas e semiestruturadas e a observação participante nos roteiros preexistentes e na experimentação dos percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília.

Procuramos manter, durante toda a pesquisa, o olhar caleidoscópico e subjetivo, de quem “observa de longe, como ideia” (ALMINO, 2006) o espaço social urbano da Cidade, em busca de compreender as motivações dos que migraram para o Centro Oeste para construir uma utopia e de descobrir, nos percursos turísticos delineados em nossa pesquisa, as marcas dessa história.

Com os autores que se debruçaram sobre o contexto sócio-histórico-cultural do País, à época da construção e fundação de Brasília, vimos como os conceitos de mito e ideologia são próximos e até se confundem. Sendo que a ideologia existe no campo do discurso, exatamente, quando os interesses são mascarados, naturalizados, a atrativo de não mais se distinguir o que é mito e o que é ideologia. É o que os autores chamam de poder simbólico.

A história de Brasília está repleta de mitos e ideologias que se interpenetram e se confundem. Nas quase sete décadas que separam a demarcação do Quadrilátero Cruls e o projeto político do Presidente Juscelino Kubistchek, estariam esses mitos fundantes ainda enraizados à memória coletiva de viajantes e habitantes? Quem foram os brasileiros que se deixaram envolver por essa geopoética da viagem, simbolizada na construção de uma Cidade destinada a construir utopias? O que pensavam e o que pensam, atualmente, esses candangos, pioneiros e brasilienses históricos e como veem, hoje, a Cidade Modernista?

Com os autores de estudos sobre uma Teoria da Viagem, vimos como a viagem faz parte da história do homem no Planeta. E o viajante, na atualidade, é compreendido como aquele que parte em busca de uma poética da geografia. Essa poética da geografia - ou geopoética - é o encontro entre poesia, pensamento e ciência; encontro entre o ser e o mundo. E pelo caminho da geopoética – garantem esses estudiosos - é possível empreender uma busca pela alma do lugar.

Dentro da perspectiva da geopoética é que nos propusemos, nessa pesquisa, a empreender uma viagem pelo território e pela memória dos viajantes e habitantes da Cidade. Tanto na experimentação dos percursos turísticos preexistentes e dos propostos para compor nosso Roteiro, quanto na interpretação das entrevistas, nossa busca foi pelos vestígios e marcas da história de Brasília, em seu território e na memória individual e coletiva de habitantes e viajantes.

A opção preferencial pela caminhada possibilitou - em nossa interpretação – o aprofundamento da experimentação dos percursos delineados, do atrativo de vista da geopoética – o amor pela beleza da Terra. Nosso foco foi o viajante e o habitante da cidade de Brasília. E foi para esse viajante – o turista contemporâneo -, mas também para o habitante que faz turismo em sua própria cidade - que voltamos o nosso olhar.

A partir da compreensão da memória como sendo uma junção de acontecimentos, personagens e lugares (POLLAK, 1992); e de que esta não é exata, mas seletiva, herdada e flutuante, foi que interpretamos as entrevistas coletadas e experimentamos os percursos preexistentes e os propostos para compor nosso Roteiro. Se os vestígios e marcas buscados houverem surgido dos caminhos trilhados, e se servirem para acender uma centelha no caminho para despertar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre Brasília, terá se realizado o propósito dessa pesquisa.

O Distrito Federal tem hoje cerca de três milhões de habitantes, distribuídos por 31 Regiões Administrativas – as antigas Cidades-Satélites. Com um PIB de R\$ 180 bilhões, apenas 2,5% provêm de atividades características do turismo (OTDF-2013). Essa pequena radiografia mostra, por si só, quão pouco representativo é o Turismo na Cidade e quão desconhecida é Brasília para os próprios brasileiros, uma Cidade única, templo do Modernismo urbanístico e arquitetônico, tombada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Os dados do Turismo revelam, também, algumas das barreiras que impedem seu incremento. Só para dar um exemplo do grau de dificuldade imposto aos turistas, no campo do Turismo Cívico – um dos mais procurados em Brasília -, levantamos as agendas de algumas visitas guiadas aos Palácios nos quais funcionam as sedes e outros órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – sob a responsabilidade dos órgãos que neles funcionam. As visitas, no geral, são bem organizadas e o acolhimento ao turista pode ser considerado de excelência.

O problema é que tais órgãos não conversam entre si e, tampouco, com as secretarias de Turismo e de Cultura do GDF, responsáveis pela visitação turística em outros museus, palácios, monumentos e parques da Cidade. O resultado são horários conflitantes ou em dias distintos da semana. Algumas visitas, como a do Palácio do Planalto, por exemplo, só funciona aos domingos. Já no Palácio da Alvorada, as visitas só ocorrem nas quartas-feiras. Mesmo no Congresso Nacional, as visitas não são diárias: funcionam às segundas, quintas, sextas, finais de semana e feriados. Apenas o Palácio do Itamaraty oferece visitas diárias.

Todas as visitas nesses palácios devem ser pré-agendadas, em dias de semana, por telefone ou via internet, exigindo, portanto mais tempo e mais organização por parte do visitante. Ou seja, fica praticamente impossível para o Turista, fazer a visita guiada em pelo menos quatro palácios que interpretamos, em nossa investigação, como imprescindíveis, por sua importância arquitetônica – tanto externa quanto internamente - e pela riqueza de seu acervo de obras de arte: o Itamaraty, o Palácio da Alvorada, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Isso responde negativamente a duas de nossas questões de pesquisa: se a falta de equipamentos turísticos (ou, nesse caso, a dificuldade de acesso a esses equipamentos) contribui para impedir o exercício do direito à cidade; e também para a visão da Cidade por habitantes e viajantes como mais hostil e menos hospitaleira.

A despeito das dificuldades e mesmo do amadorismo na gestão do Turismo na Cidade, Brasília é um imenso museu, nos campos do urbanismo, da arquitetura e da arte. Um museu a céu aberto e um museu interior, com inúmeros tesouros guardados em seus palácios, memoriais e espaços culturais. Mas é também, paradoxalmente, uma Cidade cheia de ruínas, ruínas precoces – se considerado o tempo histórico de 57 anos desde sua construção.

Durante as visitas guiadas, muitos desses tesouros guardados se revelaram aos nossos olhos. E nas caminhadas, em cinco percursos que experimentamos e

delineamos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília, as cortinas do tempo e da história se dilataram e a Urbe Modernista - com suas grandezas e misérias - se deixou entrever.

Quanto às entrevistas realizadas, utilizamo-nos da técnica da entrevista longa, semiestruturada, para ouvir seis personagens de Brasília, que se enquadram nas representações sociais de pioneiros, candangos e brasilienses históricos, chegados à Cidade ou aqui nascidos entre 1957 e 1977. Nossos personagens foram o cineasta e professor universitário Vladimir Carvalho; o poeta e empresário Nicolas Behr, o economista e auditor fiscal Miguel Rodrigues, a professora Maria Aparecida Emediato, a bacharel em Relações Internacionais Leilane Rebouças e o publicitário Pedro Laplace.

Utilizamo-nos, ainda, da técnica da entrevista curta e estruturada, para colher as impressões de vinte habitantes e vinte viajantes, em visita à Cidade. Tanto as entrevistas longas quanto as curtas tiveram como objetivo provocar a memória e colher impressões que nos ajudasse a responder às seguintes questões de pesquisa:

1 Em que medida, a presença ou a falta de equipamentos turísticos contribui para o exercício do direito à cidade e para tornar os espaços públicos de Brasília *hostis* ou *hospes*?

2 Sob quais aspectos o projeto arquitetônico e urbanístico influi no olhar dos viajantes e habitantes sobre a Cidade?

3 Como os viajantes e habitantes de Brasília interpretam a Cidade, no que tange à hospitalidade?

4 Como e em que medida parece ter se dado o processo de exclusão do direito à Cidade que atinge seus viajantes e habitantes?

Nas entrevistas com pioneiros, candangos e brasilienses históricos, a memória da saga da construção e dos mitos e utopias que a forjaram apareceu, muito vívida e visceral. Mas nas falas dos habitantes e viajantes, muito dessa memória meio que se perdeu, restando apenas o espanto, o deslumbramento e a estranheza que a monumentalidade e a beleza da arquitetura modernista provocam no olhar.

Outro traço marcante que apareceu, nessas entrevistas, foi o estigma da corrupção na política e, por consequência, imputado à Brasília, em função de ser ela a Sede do Poder Político. A rejeição que a política provoca nos cidadãos é

transferida para Brasília, em muitas das falas. Embora, na fala dos habitantes, o amor pela Cidade prevaleça sobre esse estigma; e há os que sabem separar bem as duas coisas.

A técnica de despertar a memória pela via da entrevista longa e semiestruturada, o que significa uma abertura à divagação, fundamental para nossa investigação, foi aplicada nos seis personagens históricos que têm em comum a vivência do processo de fundação e formação da Cidade e o amor por Brasília - pelo que ela representou para a integração do Brasil; e pelo território do Centro-Oeste. São pioneiros, candangos e brasilienses históricos que trazem na memória, de alguma forma, alguns dos seus mitos fundantes, pesquisados em nossa pesquisa: capital da esperança, cidade modernista, capital do Brasil do futuro e espaço urbano democrático.

Esses seis personagens compreendem o contexto sócio-histórico-cultural em que a Cidade foi fundada e consideram que o direito à Cidade – outro foco de nossa investigação - tem sido comprometido pela segregação social, má distribuição de renda e precariedade dos transportes urbanos. Para eles, a espacialidade polinucleada – grande distância que separa as cidades do DF – dificulta o usufruto pelos habitantes e viajantes do espaço urbano de Brasília, com suas paisagens, palácios e monumentos; e em consequência provoca sua exclusão, ou pelo menos lhes impõe barreiras concretas quanto ao exercício do direito à Cidade.

Essa segregação social, ao lado da condição de ser Brasília a Sede do Poder Político, é vista pelos entrevistados, como responsáveis pela tendência – que dizem perceber – de o restante do País interpretar Brasília como uma cidade mais hostil e menos hospitaleira. Todos os seis ouvidos são pioneiros e/ou candangos – já que as duas denominações se confundem - ou filhos destes e, por isso, sentem-se perfeitamente à vontade em habitar o território do Planalto Central; e declaram sua admiração e seu amor ao projeto urbanístico e à arquitetura de Brasília.

Compreendem o poder simbólico inserido no projeto geopolítico de JK; fazem parte de suas memórias individual e coletiva personagens históricos como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Athos Bulcão, Roberto Burle-Marx e o próprio Juscelino Kubitshek, a quem atribuem grande importância histórica no processo de transferência da Nova Capital. Mas eles são unânimes em considerar os candangos os grandes heróis da construção da Cidade e, também, os grandes prejudicados da história, já que viram negadas as promessas feitas pelo Governo JK – desde as

campanhas de recrutamento de operários para participar da construção da Nova Capital - de que viriam construir uma Cidade do Brasil do Futuro, menos desigual e mais democrática; e que a mudança para Brasília lhes possibilitaria conquistar um futuro de prosperidade e bonança.

Responsabilizam os sucessivos governos de Brasília pelo aprofundamento das desigualdades e da segregação social dos candangos, já a partir do Golpe de 1964 – que, em sua visão, interrompeu o Projeto Brasília, enquanto representativo de uma sociedade mais justa e igualitária – mas apontam que a segregação começou ainda nos primórdios de Brasília, com as sucessivas campanhas de erradicação de favelas promovidas pelo Governo, ainda antes da inauguração, portanto em pleno Governo JK.

Por terem vivido na Cidade, desde os seus primórdios, quatro desses personagens consideram que o mal maior, em relação ao projeto de Brasília, aconteceu com o Golpe de 1964 e a implantação da Ditadura no País, que viram acontecer *in loco*. Os governos militares expulsaram e perseguiram os ideólogos de Brasília, entre estes, estavam o próprio Juscelino Kubitschek, o arquiteto Oscar Niemeyer e o sociólogo Darcy Ribeiro, que era o grande responsável pela concepção da Universidade de Brasília-UnB.

Muitos outros políticos, intelectuais e artistas - que embarcaram na utopia da construção de um novo País e a esse projeto dedicaram suas próprias vidas – foram perseguidos e afastados de suas funções, a partir de 1964, quando Brasília tinha apenas quatro anos de existência. Por isso, esses personagens históricos da Cidade veem na implantação da Ditadura a interrupção do Projeto Brasília, cujas marcas podem ser vistas em vários atrativos de nossos percursos turísticos, como por exemplo, o projeto do urbanista Lúcio Costa para as superquadras, que só foi seguido na íntegra em um bloco de quatro superquadras, sendo uma delas – a SQS 308 – considerada a superquadra modelo.

Eles lamentam, também, que mesmo com o fim da Ditadura e a redemocratização do País, que já tem quase trinta anos, os sucessivos Governos de Brasília não tenham sido capazes de retomar esse projeto. Conscientes de que muitos dos mitos e utopias da Cidade foram apropriados pelo discurso oficial, para atrair os candangos, nossos personagens avaliam que a realidade – com a expulsão dos operários para as periferias do DF - foi maior e impôs a Brasília as mesmas mazelas das demais metrópoles brasileiras.

O eco das falas desses personagens traz algumas memórias trágicas do processo de fundação de Brasília, como o assassinato de operários em um acampamento da construtora Pacheco Fernandes – até hoje negado pelo Poder Público, mas relatado por muitos dos que aqui estavam quando aconteceu a tragédia, inclusive por dois de nossos entrevistados. Os operários foram assassinados pela GEB, a Guarda Especial de Brasília, e enterrados em vala comum, em um terreno, logo depois, soterrado pelas águas do Lago Paranoá. Mas suas falas trazem também histórias de coragem, de esperança e de gestos de grandeza.

Esses ecos da memória afetiva dos habitantes de Brasília também foram encontrados entre os 20 habitantes, que participaram das entrevistas curtas e estruturadas. Mesmo entre os mais pobres, prevalece o amor pela Cidade e o encantamento pela beleza de sua arquitetura e pelo planejamento urbano. Permanece a admiração pelos pioneiros e candangos e pelas figuras de JK, Niemeyer e Lúcio Costa. Permanece na memória o respeito pela ousadia do sonho de se construir uma Cidade representativa de uma nova civilização, de um novo País mais justo e solidário. A maioria diz que sua vida melhorou, apesar das dificuldades, e que não gostariam de viver em outro lugar. Gostam da monumentalidade dos palácios e dos atrativos turísticos da Cidade Modernista; gostam da amplitude e organização dos seus espaços públicos; gostam de fazer parte dessa história.

Como principais problemas, tanto habitantes quanto viajantes denunciaram a dificuldade de mobilidade e as desigualdades sociais entre o Plano Piloto e as outras cidades do DF. A má qualidade dos transportes públicos, a burocracia exigida no acesso às visitas internas aos Palácios e a falta de espaços de sombra e de locais para alimentação foram apontadas como barreiras concretas para que possam usufruir do seu direito à Cidade. Por isso, veem o espaço social urbano do Plano Piloto como mais hostil e menos hospitaleiro. A corrupção da política é percebida como o grande e maior mal e que acaba sendo apontada como uma marca de Brasília.

Na memória coletiva, percebem-se ainda vestígios dos tempos da construção e dos primeiros anos de Brasília – especialmente entre os habitantes -, pois muitos ainda veem a Cidade como símbolo de modernidade e possibilidade real de trabalho. Entre as crenças e utopias citadas, aparecem resquícios da profecia de

Dom Bosco, do misticismo e da viagem dos candangos para construir a Nova Capital. As visitas guiadas aos Palácios são, para a grande maioria, desconhecidas. Muitos se sentem intimidados, seja por barreiras concretas (agendamento prévio em dias diferentes para os vários palácios) ou ideológicas (intimidação nas portas dos palácios e monumentos, especialmente por responsáveis pela segurança desses locais).

Entre os viajantes ouvidos, a grande maioria – 90% dos ouvidos – era de jovens entre 17 e 44 anos. Doze deles estavam na Cidade pela primeira vez. A maioria viu a Cidade com admiração e encantamento. A arquitetura, a monumentalidade, a limpeza e o planejamento urbano foram as características mais destacadas. A seca e o calor da estação das secas (essas entrevistas aconteceram em outubro), e a falta de espaços de sombras e de acolhimento ao turista, ao longo do Eixo Monumental, foram compreendidos como hostilidade.

A falta de transporte público e as grandes distâncias foram igualmente objetos de queixas. A monumentalidade e suntuosidade dos monumentos e palácios, ao mesmo tempo, encantam e intimidam os viajantes. Eles também apontaram a corrupção na política como o grande mal do País. Mas não aparece, entre os turistas, a memória dos tempos áureos da construção da Cidade, dos mitos e utopias que a envolveram e da saga dos candangos que para cá vieram em busca de uma vida melhor. Apenas certo misticismo permanece na memória coletiva, envolvendo poder, ecumenismo, prosperidade e beleza.

Após a interpretação das falas colhidas em nossa pesquisa, consideramos ter sido identificado o olhar mais *hostis* e menos *hospes* dos viajantes e habitantes sobre Brasília, um dos objetivos específicos de nossa pesquisa. Consideramos, também, terem sido respondidas – se não conclusivamente, pelo menos, dando indicações nessa direção – quatro de nossas questões de pesquisa.

Em nossa interpretação, foram levantados problemas pelos entrevistados que nos levam a inferir que a falta de equipamentos turísticos contribui sim para dificultar o exercício do direito à cidade e para tornar os espaços públicos de Brasília mais *hostis* e menos hospitaleiros. Entre esses problemas, foram citadas a segregação espacial e social, a falta ou má qualidade dos transportes públicos, a falta de espaços de sombra e de atrativos de acolhimento ao turista (banheiros, restaurantes, lojas de souvenirs e atrativos de alimentação), além da dificuldade de acesso aos interiores dos palácios, espaços culturais e museus.

A excelência da arquitetura modernista e o projeto urbanístico, com suas escalas bucólica, residencial, gregária e monumental, foram apontados como uma grande conquista para o País. Foram destacados, entre outros, a beleza da Cidade, a limpeza dos espaços públicos, a luminosidade, o planejamento urbano, a condição de cidade-parque e a qualidade da habitação de quem mora nas superquadras do Plano Piloto. Todas essas qualidades destacadas são típicas da proposta modernista de Costa e Niemeyer e, por isso, consideramos que o projeto arquitetônico e urbanístico influi, e influi de forma muito positiva, no olhar dos viajantes e habitantes sobre Brasília.

Para os entrevistados, porém, as soluções urbanísticas e arquitetônicas construídas em Brasília não impediram a usurpação do direito à Cidade da parcela mais humilde da população. Em especial, a espacialidade polinucleada e a má qualidade dos transportes públicos, ao lado da gritante desigualdade entre os que moram no Plano Piloto e os que vivem nas outras regiões administrativas do Distrito Federal, impedem – na visão dos entrevistados - ou, no mínimo, dificultam o usufruto do espaço social urbano de Brasília por habitantes e viajantes.

Além disso, o fato de ser Brasília a Sede do Poder Político acaba reforçando ainda mais a visão negativa da Cidade, em especial pelos brasileiros que moram em outros estados da Federação. Por todas essas razões, interpretamos que a Cidade é vista por habitantes e viajantes como mais hostil e menos hospitaleira.

Os habitantes da Cidade, tanto nas entrevistas longas, quanto nas curtas, são unânimes quanto ao papel desempenhado pelos candangos na construção de Brasília. Eles são vistos como os grandes personagens, os verdadeiros heróis da construção e fundação de Brasília. E, ao mesmo tempo, como os grandes prejudicados, já que viram negadas as promessas de que aqui seria construída uma Cidade menos desigual e mais democrática e de que, migrando, eles encontrariam habitação, trabalho e prosperidade. Apontam ainda que a segregação vem acontecendo desde os primórdios de Brasília, com as sucessivas campanhas de erradicação de favelas promovidas pelo Governo, ainda antes da inauguração, portanto em pleno Governo JK.

No processo de construção do Roteiro Geopoético de Brasília, buscamos, em primeiro lugar, responder à questão norteadora de nossa investigação: se a prática do Turismo, por meio da experimentação de atrativos e percursos turísticos, poderia influir no olhar de viajantes e habitantes sobre a Cidade.

Em segundo lugar, nós nos propusemos a desvelar – nesses percursos – as marcas e vestígios do processo sócio-histórico-cultural e dos mitos e utopias que fazem parte da história da Cidade, com o propósito de alcançar nosso objetivo geral: promover esse novo olhar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre Brasília.

Para alcançar esses dois propósitos, pesquisamos a história e a memória de cada um dos atrativos integrantes dos cinco percursos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília: o Percurso Um, denominado No Meio do Caminho tinha uma Pedra Fundamental, é composto por 11 atrativos turísticos, num trajeto de 172 km – o único que utiliza o transporte rodoviário, em virtude das grandes distâncias percorridas.

O Percurso Dois, com o nome de Geopoética do Espaço Social do Plano Piloto, é composto por oito atrativos turísticos, num percurso de 10 km, e é todo feito a pé, numa caminhada pelas escalas bucólica e residencial, conforme descritas por Costa (1991), em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília.

O Percurso Três, que chamamos de A Escala Gregária de Lúcio Costa, é uma caminhada de três horas, percorrendo 5,5 Km, para visitar oito atrativos turísticos, que permite a compreensão da escala gregária, em alguns dos atrativos do Percurso, e, também, sua intercessão com a escala monumental.

O Percurso Quatro é uma visita à Praça dos Três Poderes, com a inclusão de visitas guiadas a três dos cinco palácios que a circundam: o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Itamaraty. O roteiro, denominado A Praça Monumental, seus Palácios e Tesouros, é uma caminhada por 4 km pela Praça dos Três Poderes, com paradas em todos os seus monumentos, esculturas, museus e espaços culturais, e mais três visitas guiadas. Todo o roteiro acontece no atrativo mais significativo da escala monumental de Costa (1991).

E o Percurso Cinco, que denominamos de Palácios, Hotéis e uma Vila na Rota do Lago Paranoá, é um percurso com meios de locomoção mistos: começa com uma visita à Vila Planalto, prossegue com uma caminhada de 2,6 km até o Hotel Brasília Palace; com mais um km de caminhada, chega-se ao Palácio da Alvorada, para uma visita guiada de 40 minutos; e, por último, nossos habitantes e viajantes são transportados numa Van até o Pontão do Lago Sul, para embarcar num passeio turístico pelas águas do Lago Paranoá.

O Relatório do Plano Piloto de Brasília, com o qual Costa (1991) ganhou o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 1956, foi o guia em que nos ancoramos para a criação do Roteiro. A partir das marcas e vestígios encontrados nesses atrativos turísticos, montamos os cinco percursos que consideramos possíveis de despertar esse novo olhar ou de ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade de Brasília, alcançando, dessa forma, o objetivo geral de nossa investigação.

O traçado urbanístico da Cidade, com suas escalas bucólica, residencial, gregária e monumental, foi o farol a iluminar a escolha de nossos percursos, revelando vestígios e marcas no território do Distrito Federal, reveladores da história da fundação da Cidade, que queríamos trazer à luz. Tudo começou com um quadrilátero, dentro dele um triângulo, dentro dele uma cruz. Isso do atrativo de vista de Costa (1991), em seu primeiro esboço para a Cidade, porque, na verdade, a história de Brasília começou bem antes, como se pode ver já no primeiro atrativo visitado no Percurso Um: a Pedra Fundamental.

Mesmo nos trechos que, como esses do Percurso Um, exigiram o uso do transporte rodoviário, o ato de caminhar e a atitude de contemplação foram a base de nossa experimentação. E a Pedra Fundamental foi o primeiro passo que demos em busca dos vestígios e memórias da epopeia da construção da Nova Capital, cujo primeiro ato data de 1821, quando o deputado José Bonifácio – ainda no Brasil- Império, propôs construir a Cidade, na latitude aproximada de 15°, e sugeriu-lhe o nome de Brasília.

Percurso Um – No Meio do Caminho tinha uma Pedra Fundamental

A Pedra Fundamental foi fincada no Morro do Centenário, na cidade de Planaltina, em 1922, pelo Governo do Presidente Epitácio Pessoa, marcando a fronteira Norte do Quadrilátero Cruls (uma zona de 14.400 km²), que havia sido definido, em 1891, pelo art. 3^o da Constituição da República e, dois anos após, o território foi demarcado, após duas missões científicas, chefiadas pelo astrônomo Luis Cruls.

Enquanto a Missão Cruls demarcava o território de Brasília, do outro lado do oceano, nascia o primeiro mito fundante da Cidade - resultado do sonho do santo italiano Dom Bosco que, em 1883, previu o surgimento de uma cidade

representativa de uma nova civilização – a civilização do 3º Milênio, entre os Paralelos 15° e 20°, o mesmo paralelo em que a Missão Cruls previu a construção de Brasília.

A Pedra Fundamental é uma placa de bronze moldada e fundida pelo Liceu de Artes e Ofícios (SP), em São Paulo e fincada no Morro do Centenário, em Planaltina, no local mais alto do DF. Do alto da Pedra Fundamental, é possível observar o largo horizonte do Planalto Central, a vegetação de Cerrado, e a cúpula do imenso céu, cuja proximidade, nessas terras altas, levou Lúcio Costa e Oscar Niemeyer a incorporá-lo como elemento central de seus projetos urbanístico e arquitetônico.

Da Pedra Fundamental, seguimos por mais seis km, até o Vale do Amanhecer, onde funciona o Vida - movimento ecumênico-esotérico fundado por Tia Neiva, que foi caminhoneira e profetisa de uma nova civilização, que afirmava ser advinda de seres extraterrestres. A história de Tia Neiva é a história de milhares de brasileiros que deixaram seus territórios para engajar-se na aventura da construção de Brasília. O sincretismo da seita que fundou é revelador, também, do grau de misticismo e das utopias que marcaram a fundação de Brasília, e que estão presentes em sua paisagem, formas arquitetônicas e templos, com a utilização de vários elementos esotéricos, tais como triângulos, pirâmides e cristais, em suas praças, parques e edificações.

Depois da visita ao Vale de Tia Neiva, partimos para visitar o monumento Solarius, que fica na fronteira Sul do Quadrilátero Cruls, após percorremos um longo trajeto de 74 km, retornando pela BR-020, para atravessar a Cidade, pelo Eixo Rodoviário - um trecho de 13 km pelas asas Norte e Sul do Plano Piloto. Ao contemplar as superquadras de um lado e do outro do Eixão, e - entre este e as superquadras - apreciar o imenso jardim que permeia todo esse imenso espaço urbano, o habitante e viajante sente um impacto: o do contato visual com as escalas bucólica e residencial das áreas residenciais do Plano Piloto.

Depois do Eixão, seguimos viagem pela BR-040, até chegar ao local onde fica o Solarius – conhecido pelos habitantes da Cidade como Chifrudo - uma escultura (ou as ruínas de uma escultura - doada, em 1967, pelo Governo da França, e instalada próxima à divisa entre Goiás e o Distrito Federal, na fronteira Sul do Quadrilátero Cruls). O Solarius é o primeiro atrativo turístico que classificamos como ruína precoce de Brasília, pelo seu alto grau de deterioração e abandono.

Do Solarius, seguimos por 9,5 km, até o Catetinho, o palácio de madeira que abrigou o presidente, cujas instalações, por sua simplicidade e singeleza, acordam o olhar para o elevado grau de aventura, ousadia e coragem dos fundadores da Cidade. As fotografias, documentos, utensílios domésticos e móveis do Catetinho; o passeio pela trilha que vai dar num olho d'água, onde o poeta Vinicius de Moraes e o maestro Tom Jobim compuseram um hino e uma canção para Brasília, em 1957; tudo desperta o olhar para o contexto sócio-histórico-cultural em que a fundação de Brasília aconteceu.

Um km depois do Catetinho, chegamos à Casa Velha do Gama – a sede da Fazenda Gama – desapropriada para a construção de Brasília. Ali, a arquitetura colonial e as fotos de um Brasil humilde e rural levam-nos de volta ao estágio de desenvolvimento do País, à época, com o Centro-Oeste ainda inexplorado e pouco habitado - uma fronteira a ser desbravada. E com essa digressão, com essa volta no tempo induzida pela arquitetura colonial da sede da Fazenda e pelas fotografias de caminhões repletos de humildes candangos, chegando ao Centro Oeste, não se pode deixar de comparar a paisagem antiga e a paisagem atual, e perceber o quanto o Brasil – e especialmente o Centro-Oeste - cresceu e se desenvolveu, de lá pra cá.

Continuamos o percurso por mais 13 km, até chegar ao Museu Vivo da Memória Candanga, outra construção toda de madeira, ao estilo do Catetinho, onde funcionou o primeiro hospital público da Nova Capital. Ali, a exposição permanente Sangue, Poeira e Lona é uma crônica em imagens da saga dos candangos – os operários construtores de Brasília.

Mais 2,9 km, e chegamos ao Núcleo Bandeirante, a antiga Cidade Livre, a porta de entrada dos pioneiros e candangos. Nesse território, nasceu o primeiro núcleo habitacional do Distrito Federal. Era na Cidade Livre que a Novacap, desde 1957, recebia os imigrantes, fichava os operários e tirava seus documentos, encaminhando-os para o trabalho nos diversos canteiros de obras, onde ficavam os acampamentos das empreiteiras.

Na terceira parte de nosso percurso, andamos mais 14 km, deixando a Cidade Livre, em direção à Praça do Cruzeiro, em pleno Eixo Monumental (perpendicular ao Eixo Rodoviário, formando o outro eixo da cruz que dá o formato do Plano Piloto de Brasília). Nessa Praça, em 1957, foi celebrada a primeira missa de Brasília – na mesma data em que, 460 anos antes, havia sido rezada a primeira

missa do Brasil, na chegada dos portugueses ao País, em 1500. Um gesto simbólico de conquista e posse do território, que JK soube recriar com maestria, reforçando o mito de que Brasília iria representar a refundação do País, rumo ao futuro. Na Praça, atualmente, já com ares de certo descuido e abandono, a cruz fincada nela é uma réplica da original que, por motivos de preservação e segurança, foi transferida para dentro da Catedral Metropolitana de Brasília.

A três km da Praça do Cruzeiro, chegamos ao Memorial JK e ao Memorial dos Povos Indígenas, localizados um em frente do outro, outra simbologia surgida já muito depois da fundação da Cidade, mas repetindo a mensagem dos tempos de JK, ligando simbolicamente as fundações de Brasília e do Brasil. No Memorial JK, é possível resgatar muito da memória da fundação de Brasília, por meio de fotografias, documentos e de um vídeo da época da construção, quando a Cidade era ainda um imenso canteiro de obras. Nesses dois últimos atrativos turísticos do Percurso Um, os habitantes e viajantes têm o primeiro contato, dessa vez não só visual, mas também sensorial e tátil, com a imensidão do espaço social urbano da Cidade, com a arquitetura modernista de Niemeyer e com sua escala monumental.

Interpretamos ser possível, nesse Percurso Um, despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes para aspectos fundamentais da história da fundação de Brasília, entre estes, as dificuldades enfrentadas em se construir uma Cidade a partir do vazio; a ousadia e a coragem de seus fundadores – pioneiros e candangos – que enfrentaram a poeira e a aridez do Planalto, morando em barracos de lona e em casas de madeira, para construir a Nova Capital; uma visão da passagem de um Brasil colonial para a Modernidade, por meio de um projeto urbanístico e arquitetônico; e os mitos fundantes que foram se somando, ao longo do tempo, à história de Brasília, a partir do sonho de Dom Bosco, ainda no século XIX, até o Governo JK, que se apropriou desse e de outros mitos e utopias, para recrutar adeptos às suas próprias utopias, com a promessa de desenvolver cinquenta anos em cinco e de construir – via Brasília - o País do Futuro.

Percurso Dois - Geopoética do Espaço Social do Plano Piloto

Nosso Percurso Dois é uma caminhada de dez km pelas escalas bucólica e residencial do Plano Piloto, em busca do que chamamos de uma geopoética do espaço social do Plano Piloto. Partindo da Estação do Metrô do Eixo L, no

comecinho do Eixo Rodoviário Sul (ou Eixão, como chamam os habitantes de Brasília), na altura da SQS 202, seguimos por um percurso a pé de 4,5 km, aos domingos e feriados, pela larga Avenida, que fica fechada para o lazer da população.

Nesse trajeto, habitantes e viajantes podem contemplar a cena urbana, com a ocupação do Eixão por centenas de pessoas que por lá caminham, andam de bicicleta, fazem piqueniques, ou simplesmente relaxam, nos largos gramados, à sombra das árvores. Os jardins que compõem a paisagem, com seus gramados, árvores frutíferas e flores típicas do Cerrado, não só entre o Eixão e os Eixos W e L, mas também permeando as superquadras, de um lado e de outro da Avenida, desperta o olhar para a compreensão das escalas bucólica e residencial pensadas por Costa.

Depois de caminhar até a altura da SQS 109, passamos por uma das passarelas subterrâneas, utilizadas em dias de semana para a travessia dos Eixos (Eixão, Eixo L e Eixo W) que cortam as asas Norte e Sul, para chegar ao Bar Beirute, fazendo uma pausa para recuperar as forças e, depois, seguir em direção ao único conjunto de superquadras que traduz com exatidão o conceito de habitação proposto por Costa (2001) para a Cidade Modernista, com todas as edificações que o compõem: a Unidade de Vizinhança.

A passarela subterrânea é a segunda ruína precoce que destacamos em nossa pesquisa. São 16 passarelas construídas, ao longo do Eixão, para dar segurança ao pedestre. No entanto, a precariedade dessas passarelas, em franco estado de deterioração - rachadas, descascadas e mal iluminadas -, forçam os habitantes a arriscarem suas vidas, atravessando as seis pistas daquela que é considerada a mais larga avenida do Brasil e da América Latina.

Depois da passarela, chegamos ao Bar Beirute que, desde 1966, é palco de encontro de artistas, intelectuais e estudantes da Cidade. Outra peculiaridade do bar é ter sido comprado pelos garçons que nele trabalhavam, tendo à frente Francisco Marinho, ou simplesmente Seu Chiquinho. Ele é um candango típico, vindo do Ceará na década de 60, em busca de trabalho e prosperidade. Virou proprietário do bar mais representativo do movimento cultural de Brasília, ao longo de décadas e, pelo menos para esse candango, o sonho de aqui encontrar prosperidade e bonança se realizou.

Depois de uma pausa de meia-hora no Bar Beirute, e de experimentar algumas iguarias de sua clássica comida árabe, seguimos pela comercial das entrequadras SQS 109/110, em direção ao Clube Unidade Vizinhança nº 1 – a 500 m dali -, um clube que é a cara de Brasília, construído dentro da escala residencial do projeto de Costa, para atender ao conjunto das quatro superquadras SQS 107, SQS 108, SQS 307 e SQS 308.

Do Clube, partimos, por dentro das SQS 109 e 108, até alcançar a Igrejinha e a SQS 308, considerada a Quadra Modelo, por ser a única que seguiu à risca as indicações do projeto de Lúcio Costa. Tanto o Clube quanto a Igrejinha fazem parte do conceito da Unidade de Vizinhança (COSTA, 1991), composta por quatro superquadras, comércio locais, Igreja, Cinema, Posto de Saúde, Biblioteca, Delegacia Policial e escolas. A proposta educacional foi concebida pelo educador Anísio Teixeira, a convite do Presidente JK. Seu plano, nas superquadras modelo, do qual o clube que visitamos faz parte, compõe-se de Jardim de infância, Escola-Parque e Escola-Classe. Essa era uma proposta de educação integral, composta pela educação formal, artística, desportiva e cultural.

A Igrejinha, na Entrequadra 307-308 Sul, foi a primeira igreja de alvenaria de Brasília, construída em 1958. Projetada por Oscar Niemeyer, tem estrutura em concreto armado, sustentada por três pilares, cuja forma lembra um chapéu de freira. As paredes externas têm azulejos de Athos Bulcão, e os painéis internos foram pintados originalmente por Alfredo Volpi. Destruída totalmente, a atrativo de ser considerada não passível de recuperação pelo IPHAN, a pintura de Volpi foi substituída pelo trabalho do artista plástico Francisco Galeno, como se pode ver atualmente. Fica patente, mais uma vez, o descaso com a conservação do acervo e das edificações da Cidade, mesmo quando tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Da Igrejinha, entramos na Superquadra Modelo, cujas edificações e jardins, assinados por Burle Marx, compõem a Unidade de Vizinhança Modelo, o que deveria ter se repetido a cada quatro superquadras, pelo projeto de Costa (1991), em todas as quadras do Plano Piloto. O IPHAN-DF considera a superquadra a contribuição mais importante de Lúcio Costa ao urbanismo mundial, ao transformar o quarteirão tradicional num amplo bosque, entremeado por blocos residenciais, de até seis pavimentos, e com pilotis livres, liberando o espaço para o livre usufruto do pedestre.

Na SQS 308, há jardins projetados por Burle-Marx; a escola de Jardim de Infância, com azulejos de Athos Bulcão; a Escola-Classe, projetada por Niemeyer; e a Escola-Parque, representando o turno complementar do projeto de uma escola integral, com a prática de esportes e o estudo de artes. Terminada a visita, seguimos até a Via W-2, onde encontramos o Espaço Cultural Renato Russo, que se encontra fechado para reforma. Nos anos 70, esse espaço cultural era muito frequentado por estudantes, artistas e intelectuais da Cidade, e seus dois teatros fizeram história.

O Espaço Cultural Renato Russo foi fechado, mudou de prédio e mudou de nome, para homenagear o líder da Legião Urbana, a mais famosa e mais amada banda de rock de Brasília. Foi reinaugurado em 1993 e fechado outra vez. Atualmente, passa por sua terceira reforma, cuja conclusão já foi adiada três vezes. Pelo grau de degradação de sua estrutura física e pelos quase cinco anos em que permanece fechado, interpretamos o Espaço Cultural Renato Russo como mais uma ruína precoce de Brasília, a terceira identificada em nosso roteiro.

De lá, seguimos por 1 km, passando por dentro das SQS 307 e 107, até o Cine Brasília, que também faz parte da Unidade de Vizinhança. Com 607 lugares, o Cine Brasília foi projetado por Niemeyer e inaugurado em 22 de abril de 1960, durante os festejos de inauguração de Brasília. É palco do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o festival mais antigo do País, e seu icônico Troféu Candango – nome dado em homenagem aos operários da construção de Brasília - é objeto do desejo de diretores, atores e de toda a classe de profissionais envolvidos com o Cinema Nacional. Em 1975, passou por uma grande reforma, após anos de decadência, por falta de manutenção de seu mobiliário e equipamentos de som e imagem, e foi reaberto ao público em julho de 1976.

Após a visita ao Cine Brasília, retomamos a caminhada pelo Eixão, por mais 2,8 km, até a Estação do Metrô, na altura na SQS 202, nosso atrativo de partida. Interpretamos que a caminhada pelos percursos turísticos do Percurso Dois – percorrendo a paisagem bucólica do Eixo Rodoviário Sul e as entranhas das Superquadras de Brasília - possibilita a experimentação *in loco* da escala residencial - permeada pela escala bucólica - como imaginada e projetada por Costa, em seu relatório. É possível, em nossa interpretação, despertar o olhar de habitantes e viajantes para o modo de viver em Brasília, a partir da compreensão do conceito de Unidade de Vizinhança, na intercessão das escalas residencial e bucólica proposta pelo urbanista.

Percurso Três - A escala Gregária de Lúcio Costa

Nosso Percurso Três é um mergulho no coração da Urbe: a escala gregária de Lúcio Costa, planejada para ser o atrativo de encontro dos habitantes e viajantes da Cidade, a partir da Rodoviária de Brasília, localizada exatamente no cruzamento dos Eixos Rodoviário e Monumental – no atrativo de intercessão da cruz, ou no atrativo do corpo do avião (ou do pássaro) em que lhe nascem as asas.

O relatório de Costa propunha que na Plataforma Superior da Rodoviária se concentrassem os bares, galerias de arte, restaurantes, cinemas e teatros, formando o “centro de diversões da cidade, mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysees” (COSTA, 1991, p. 24). Por isso, a Rodoviária foi implantada ali, para possibilitar que habitantes e viajantes tivessem amplo acesso à cultura e ao lazer.

Lojas, arte e cultura acessíveis a todos. Foi por isso que, bem em frente à Plataforma Superior da Rodoviária, do lado Norte e do lado Sul, respectivamente, foram edificadas o Conjunto Nacional – o primeiro shopping – e o CONIC – o Setor de Diversões Sul, inaugurado em 1967, onde funcionariam bares, teatros e cinemas. Nosso Percurso Três – uma caminhada de 5,5 km pelas artérias onde pulsa o coração da Cidade – começa exatamente pelo CONIC.

O CONIC vive em permanente estado de decadência – misto de precariedade, abandono e degradação - e sua história confunde-se com a história de Brasília, por sua localização estratégica no centro nervoso da Capital do País. Ao mesmo tempo em que está localizado ao lado das superquadras e dos novos edifícios comerciais e shoppings habitados e frequentados pelos mais abastados, ali também é local de trabalho e de diversão das populações de baixa renda, que moram nas cidades-satélites (regiões administrativas de Brasília). Por isso, é uma das áreas mais heterogêneas do Plano Piloto.

Pelo CONIC, circula uma população aproximada de 150 mil pessoas, das quais 10 mil trabalham no Centro Comercial. Esse grande fluxo de pessoas acontece por sua proximidade da Rodoviária, a poucos passos dali. Ao mesmo tempo, ao redor do CONIC, construções de alto luxo, hotéis e shoppings, vêm ocupando os espaços e agravando a perda de status do SDS. Atualmente, funciona

no local um comércio mais popular e alternativo. De discos de Vinil a CDs; de óculos a tatuagens; de livrarias a igrejas evangélicas; tudo se mistura nas ruelas descascadas e paredes pichadas do CONIC.

Mas no CONIC já funcionaram oito salas de cinemas; o Teatro Dulcina - aberto pela grande dama do teatro brasileiro, Dulcina de Moraes, que aceitou o convite de JK e aportou na Cidade em 1972, para fazer história; além de bares, livrarias e cafés que pareciam confirmar a proposta de Costa de ser o CONIC o centro propulsor da arte e da cultura. Hoje, tudo isso ficou no passado. No entanto, não interpretamos o CONIC como ruína precoce, por ser o local considerado palco de resistência de movimentos artísticos e culturais da Cidade, de comerciantes que se recusam a deixar o local e da população da Cidade que, a despeito do descaso dos poderes público e privado e, a despeito da imagem estigmatizada, continuam a frequentar o CONIC como opção de lazer.

Na saída do SDS, seguimos pelo calçadão que liga o CONIC ao Conjunto NACIONAL, em frente à Rodoviária. Nesse espaço de Praças e fontes – um deles fechado para reforma – é possível ter uma visão privilegiada do encontro das escalas gregária e monumental, proposta por Costa (1991), em seu Relatório do Plano Piloto de Brasília. Olhando para o Oeste do Eixo Monumental, é possível vislumbrar a larga avenida e, no centro e no alto, a Torre de TV, emoldurada pela imensa cúpula do céu do Planalto Central. Do lado Leste do Eixo Monumental, pode-se vislumbrar a Esplanada dos Ministérios, com os vários edifícios e monumentos que a compõem, tendo ao fundo a Praça dos Três Poderes, com o Palácio do Congresso Nacional, ao centro.

Após esse desejável estado de contemplação desse atrativo de observação, é chegada a hora de visitar a Rodoviária, o maior atrativo de aglomeração de Brasília. A Rodoviária foi construída, em três níveis, exatamente no Marco Zero da Cidade, atrativo de cruzamento dos eixos Rodoviário (Norte-Sul) e Monumental (Leste-Oeste). A Plataforma Superior, ligada como vimos ao CONIC e ao Conjunto Nacional, também dá acesso ao Teatro Nacional e à Esplanada dos Ministérios, pelo lado Leste. Na Plataforma Inferior, funcionam os terminais de ônibus para embarque e desembarque de passageiros. E no subterrâneo, foi construído um túnel (apelidado de Buraco do Tatu), que liga a Asa Norte e Asa Sul, sem interromper o Eixo Rodoviário.

Da plataforma superior e das praças construídas em sua lateral norte, é possível ter uma ampla visão do cruzamento das escalas gregária e monumental, representado pelo cruzamento dos Eixos; bem como é possível vislumbrar a escala residencial, onde estão as Asas Norte e Sul. E permeando tudo, a escala bucólica, com seus jardins, árvores frutíferas e florais, e seus largos gramados. É uma visão de 360 graus da Cidade Modernista, uma visão monumental da Cidade monumental.

Saindo da Rodoviária, pela Plataforma Superior, chegamos às escadarias que descem até o Teatro Nacional, localizado no início da Esplanada dos Ministérios – a escala monumental propriamente dita. O Teatro Nacional é a quarta ruína precoce listada em nosso percurso. Trata-se de uma das mais belas edificações de Oscar Niemeyer, com fachada de Athos Bulcão e formato de pirâmide truncada, dando início a uma sequência de palácios, museus, esculturas e monumentos, que fazem dessa paisagem um ícone da arquitetura modernista mundial.

A grandiosidade e beleza do prédio do Teatro Nacional não impediram, no entanto, sua degradação e fechamento – por determinação da Justiça – em 2013, por apresentar riscos à população. A história do Teatro é o retrato fiel do descaso: sua construção teve início em 1960, mas a obra só foi concluída em 1981 – 21 anos depois – após sucessivos fechamentos, reformas e inaugurações parciais. O Teatro Nacional tem três salas de espetáculos: a Villa-Lobos (1407 lugares), a Martins Pena (407 lugares) e a Alberto Nepomuceno (95 lugares); além do Foyer, com paisagismo de Burle Marx. Atualmente, apenas o Foyer encontra-se aberto ao público.

Depois da visita ao Teatro Nacional, seguimos pelos gramados da Esplanada dos Ministérios, até o Complexo Cultural da República, do outro lado da Avenida. A paisagem horizontal da longa Esplanada, a suntuosidade dos seus Palácios e edificações, tudo isso corrobora, em nossa interpretação, para o mergulho na escala monumental e na arquitetura modernista e para nosso propósito de despertar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade. A experiência de caminhar nesse trajeto possibilita também – em nossa interpretação - a compreensão pelos habitantes e viajantes do conceito de geopoética do espaço – o amor pela beleza da terra (WHITE, 1990) – estudado em nossa pesquisa.

A Esplanada é formada por um conjunto de 17 edifícios, projetados por Oscar Niemeyer, distribuídos harmônica e uniformemente, dos dois lados da Avenida e com um extenso gramado ao meio que, muito recentemente, ganhou ciclovias e árvores típicas do Cerrado. Do lado Sul dessa Esplanada, chegamos ao Complexo

da República, onde estão os prédios do Museu da República e da Biblioteca Nacional. Inaugurado em 2006, o complexo é uma das últimas obras de Niemeyer no Eixo Monumental. Faz parte do Complexo uma praça de concreto com três espelhos d'água, e um restaurante que - inexplicavelmente - está sempre fechado ao público.

No Museu, há dois auditórios e área externa com capacidade para 10 mil pessoas. Já a Biblioteca Nacional possui salas de leitura e pesquisa, videotecas e salas administrativas. Após a visita, seguimos nossa caminhada por mais 1,3 km pela Esplanada, até a Catedral Metropolitana de Brasília, obra prima da arquitetura modernista e vencedora do maior prêmio da arquitetura mundial, em 1988: o Prêmio Pritzker.

A Catedral, com sua estrutura circular, de setenta metros de diâmetro, da qual se elevam dezesseis colunas de concreto, estava pronta já em 1960, na inauguração de Brasília, mas só foi concluída dez anos depois, em 1970. Seu Campanário, construído ao lado, compõe-se de uma barra linear de concreto que sustenta quatro enormes sinos de bronze. Na entrada do Templo, as esculturas dos quatro evangelistas, de Alfredo Ceschiatti, recebem os visitantes, no caminho por um túnel escuro que conduz à nave, três metros abaixo do nível do chão. É como um ritual de passagem que vai da escuridão à luz, e todos os que vão à Catedral sentem esse impacto – um efeito arquitetônico visual e sensorial, inventado pelo gênio de Niemeyer.

A Nave do Templo é iluminada por luz natural, que penetra pelas frestas dos vitrais coloridos: 36 mil pedaços triangulares de fibra de vidro colorido, com desenhos de Marianne Peretti. Três anjos de bronze, pendurados por cabos de aço, parecem flutuar. Pinturas de Di Cavalcanti e de Athos Bulcão, uma réplica da Pietá, do Vaticano e uma réplica da imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Brasília e do Brasil, completam o acervo dessa obra grandiosa da arquitetura e da arte modernistas. Na Catedral, está também a cruz de madeira com a qual foi rezada a primeira missa em Brasília, no início da construção, em 1957.

Da Catedral, retornamos pelo mesmo caminho até o Complexo da República e, de lá, alcançamos um terminal improvisado da Rodoviária de Brasília, no prédio onde, por muitos anos, funcionou o Touring Club do Brasil. As escadarias do terminal nos levam de volta ao calçadão da Plataforma Superior da Rodoviária, em frente ao Conjunto Nacional, o último atrativo turístico de nosso Percurso Três.

O Conjunto Nacional foi o primeiro shopping da Nova Capital, e de toda a região Centro-Oeste, construído entre 1971 a 1977, em três etapas. Os letreiros luminosos de Athos Bulcão são a marca registrada do Shopping que, ao contrário de seu vizinho – o CONIC – está em ótimo estado de conservação. Sentar em um de seus cafés, após nossa caminhada, para observar os pedestres passeando pelo calçadão e praças adjacentes é um momento de puro deleite. Desse atrativo de observação, em frente ao calçadão do Conjunto Nacional, é possível – em nossa interpretação - experimentar *in loco* o conceito da escala gregária, na perspectiva do urbanista que ousou inventar uma Cidade, no meio do nada, a partir do traçado de uma cruz. E é em sua homenagem que desenvolvemos esse percurso.

Percurso Quatro - A Praça Monumental, seus Palácios e Tesouros

A proposta do Percurso Quatro de nosso Roteiro foi fazer um reconhecimento geopoético da escala monumental, em sua plena realização, que interpretamos estar concentrada na Praça dos Três; e uma experiência estética, na observação de seus incontáveis monumentos, esculturas, pinturas, mobiliário e jardins e no passeio pelos cinco palácios que circundam a Praça.

É um percurso de 4 km, que inclui três visitas guiadas aos palácios do Planalto, do Congresso e do Itamaraty, para descobrir os seus tesouros guardados. Nessa escala, há plena harmonia entre interior e exterior; entre arquitetura, arte e urbanismo; entre paisagem e espaço social. A Praça dos Três Poderes é monumental, no tamanho, no formato, e no conjunto urbanístico e arquitetônico. Nela, estão os Palácios sedes do Legislativo, Executivo e Judiciário. São 683 metros, em forma de triângulo equilátero, num terrapleno mais baixo, vinculado a um terrapleno mais alto, ligando a Praça à Esplanada dos Ministérios.

Na Praça dos Três Poderes, atrativo central desse Percurso, uma sucessão de monumentos, esculturas, museus e espaços culturais trazem um pouco da história e memória de Brasília, contando uma espécie de crônica monumental da Cidade Modernista. Alguns monumentos e edificações têm a assinatura de Niemeyer, como o Panteão da Pátria, de 1986, em homenagem a Tancredo Neves (eleito e morto antes da posse - uma tragédia da história que deixou marcas em Brasília). Também são de Niemeyer, a Pira da Pátria (1987) e a escultura Marco

Zero (1888), em homenagem ao tombamento da Cidade pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Alguns museus e monumentos nasceram com Brasília, em 1960. O Museu da Cidade, também projetado por Niemeyer, tem na parte externa um busto de JK, o fundador da Cidade e, em seu interior, uma exposição permanente, contendo documentos, mapas e fotografias da época da construção. Outros são bem mais novos, como o Espaço Lúcio Costa, de 1992, que abriga uma imensa maquete de Brasília e um painel contendo a íntegra do Relatório do Plano Piloto de Brasília, além de documentos, fotos e desenhos do urbanista.

Também estão localizados na Praça dos Três Poderes, o Pombal (1964), de Niemeyer, a escultura Guerreiros (1959), de Bruno Giorgi, renomeada de Candangos, em homenagem aos operários da construção da Cidade; e a escultura A Justiça (1961), de Alfredo Ceschiatti, em frente ao Palácio do Supremo Tribunal Federal. Completam esse autêntico museu a céu aberto, o Mastro da Bandeira - monumento de Sérgio Bernardes, que segura a bandeira nacional, medindo 286 m² (a maior do mundo, segundo o Guinness) - e o Espaço Oscar Niemeyer - que fica na parte posterior da Praça, em homenagem ao arquiteto por excelência de Brasília.

Depois de caminhar pela Praça dos Três Poderes, num passeio geopoético por sua paisagem bucólica e monumental; depois de reconhecer em seus monumentos e palácios os traços inconfundíveis da arquitetura modernista de Niemeyer; propusemos aos habitantes e viajantes visitas guiadas por pelo menos três dos cinco Palácios localizados na Praça e no terrapleno que a liga à Esplanada dos Ministérios: o Planalto, o Congresso e o Itamaraty. No interior desses Palácios, em nossa interpretação, estão guardados tesouros de valor incalculável, não só do atrativo de vista arquitetônico e paisagístico, mas no campo das artes plásticas e do design brasileiros.

No primeiro terrapleno, onde fica a Praça dos Três Poderes, estão os Palácios do Planalto, do Congresso Nacional (no seu vértice do Triângulo) e do Supremo Tribunal Federal; no segundo terrapleno, que liga o Congresso Nacional à Esplanada dos Ministérios; estão localizados os Palácios do Itamaraty e da Justiça. Nas visitas guiadas ao Planalto, ao Congresso e ao Itamaraty, encontram-se, entre outros, telas e esculturas de grandes mestres brasileiros, como Di Cavalcanti, Cândido Portinari, Athos Bulcão, Marianne Peretti, Alfredo Ceschiatti, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Frans Krajcberg, Franz Weissmann, Maria Martins, Mary Vieira, Ione

Saldanha, Rubem Valentim, Sérgio de Camargo, Tomie Ohtake, Burle Marx, Aldemir Martins, Vitor Brecheret, Carlos Bracher, Iberê Camargo e Djanira; além de móveis de Niemeyer e de Sérgio Rodrigues, painéis de Athos Bulcão, jardins de Burle-Marx e centenas de objetos de arte, lustres e tapetes, que enriquecem a visita.

A beleza plástica da arquitetura e as centenas de obra de arte que compõem os diversos salões e jardins desses palácios tornam esses atrativos de visita imprescindíveis à compreensão da escala monumental do projeto de Brasília, bem como do grau de excelência alcançado pela arquitetura e pela arte modernistas no Brasil, da qual o Plano Piloto é sua maior expressão.

Pelo simbolismo de suas edificações, monumentos e esculturas, por abrigar os palácios sede dos Três Poderes da República e pelos incontáveis objetos, mobiliário e obras de arte guardados em seus Palácios, interpretamos ser possível despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar de habitantes e viajantes sobre a Cidade, objetivo geral de nossa pesquisa. Entre os elementos possíveis de despertar esse olhar, destacamos o simbolismo da Praça dos Três Poderes, representando o equilíbrio entre os Poderes da República; a compreensão da escala monumental e do traçado da arquitetura modernista; e a intercessão entre urbanismo, arquitetura, artes plásticas e paisagismo, presentes na escala monumental de Brasília, especialmente no conjunto formado pela Praça dos Três Poderes e pela Esplanada dos Ministérios, com os cinco Palácios que a circundam.

Percurso Cinco – Palácios, Hotéis e uma Vila, na Rota do Lago Paranoá

O Percurso Cinco, o último delineado em nossa investigação para compor o Roteiro Geopoético de Brasília, é um percurso misto, do atrativo de vista da mobilidade. Nele, habitantes e viajantes utilizam a caminhada, o transporte rodoviário e o transporte aquático. É, também, um percurso ideal (mas não real), pois contém uma impossibilidade momentânea: a incompatibilidade entre as agendas de dois dos atrativos turísticos por nós incluídos, o tour pelo Lago Paranoá na Barca Mar de Brasília (que acontece aos sábados, domingos e feriados) e a visita guiada ao Palácio da Alvorada (que acontece exclusivamente às quartas-feiras).

Do atrativo de vista do acesso do turista e do direito à cidade – objetos de investigação de nossa pesquisa -, consideramos a agenda de visita guiada do Palácio da Alvorada extremamente hostil e até impeditiva, já que exclui os fins de

semana e feriados, quando os demais Palácios, como o Planalto, o Itamaraty e o Congresso Nacional, mantêm as portas abertas, exatamente nessas datas.

Feitas essas ressalvas, voltemos ao nosso percurso ideal. Nosso percurso começa com um passeio matinal pela Vila Planalto, uma Vila de pioneiros e candangos, dos primórdios da construção de Brasília, e que foi o local do acampamento das Construtoras Rabelo e Pacheco Fernandes. Após um passeio pela Vila, para visitar as poucas casas de madeira que restam dos seus primeiros tempos e de saber um pouco da história dessa comunidade que viveu tragédias e conquistas; prosseguimos o percurso, com uma caminhada de 2,6 km até o Brasília Palace, o primeiro hotel da Cidade, inaugurado em 1958, com o intuito de hospedar arquitetos, técnicos e engenheiros da construção de Brasília, e também as comitivas internacionais em visita às obras da futura Capital.

Entre a Vila Planalto e o Hotel, nossos habitantes e visitantes passam por mais duas ruínas precoces incluídas em nosso roteiro: a Concha Acústica – projetada por Niemeyer - que foi o primeiro palco para shows e espetáculos performáticos da Cidade - inaugurado em 1969 e, atualmente, abandonada pelo Poder Público; e o Museu de Arte de Brasília – MAB, criado em 1985, para abrigar o acervo do Governo do Distrito Federal, que reunia centenas de obras de arte moderna e contemporânea, provenientes, segundo a Secretaria de Cultura do GDF, de doações e prêmios aquisitivos de salões locais e nacionais.

Do Hotel Brasília Palace, seguimos em caminhada por mais 1 km para chegar até o Palácio da Alvorada – a morada do Presidente - um ícone da arquitetura modernista e a primeira construção de alvenaria da nova Capital. O Palácio da Alvorada - ao lado dos palácios do Congresso, do Planalto e do Itamaraty – é uma das maravilhas da arquitetura de Niemeyer e, por isso, consideramos fundamental a visita guiada, em busca dos tesouros guardados em suas dependências. O Palácio foi inaugurado antes da Cidade, em 1958, para abrigar o Presidente JK, que até então ficava hospedado no Palácio do Catetinho, o Palácio de Madeira que vimos no Percurso Um de nosso Roteiro.

Na entrada do Palácio da Alvorada, um espelho d'água reflete sua fachada, suspensa por colunas que dão graça e leveza à edificação, e abriga a escultura As Iaras, de Alfredo Ceschiatti. Todo revestido de mármore e vedado por largas vidraças, o Palácio dispõe de uma capela minúscula, em sua lateral esquerda,

projetada por Niemeyer e decorada por Athos Bulcão, e abriga um rico acervo de obras de arte, além de uma biblioteca de 3.400 livros.

Do Palácio da Alvorada, nossos habitantes e viajantes seguem, de automóvel, por 9,5 km, até o Pontão do Lago Sul, para pegar uma barca turística e fazer um tour, com duração de uma hora, pelo Lago Paranoá. O passeio pelo Lago Paranoá proporciona uma visão de Brasília de outra perspectiva. A partir dos recortes do Lago, a barca nos conduz a vários atrativos turísticos localizados em suas margens, como a Ermida de Dom Bosco e a Ponte JK. Na volta do passeio, é hora de um merecido descanso num dos restaurantes do Pontão, para repor as energias e apreciar a paisagem inesquecível do céu crepuscular de Brasília, iluminando as águas plácidas do Lago Paranoá.

Nesse Percurso Cinco, o último que montamos como parte do Roteiro Geopoético de Brasília, nossa ideia foi propor uma caminhada simbólica ligando a Vila Planalto ao Palácio da Alvorada, respectivamente, a morada do candango e a morada do Presidente, ambas erguidas antes mesmo da inauguração da Cidade, entre 1957 e 1958, antes também de que se formassem as águas do Lago Paranoá. Entre a singeleza das casas de madeira em ruínas que abrigaram, nos primórdios de Brasília, engenheiros e operários, num mesmo acampamento e a suntuosidade e beleza das instalações do Palácio da Alvorada, é que buscamos levantar tragédias e garimpar tesouros, a partir do que Pollak define como a memória do lugar.

No acampamento da Vila Planalto, o Presidente Juscelino Kubitschek visitou, conversou e fez refeições com operários e engenheiros, e sua presença – como nos contou um dos nossos entrevistados – tinha o poder de restaurar as forças e reacender a esperança nos corações dos candangos, que enfrentavam diuturnamente ininterruptas jornadas de trabalho, para erguer uma Cidade monumental, em menos de quatro anos. Muitos desses candangos morreram em acidentes de trabalho, outros – segundo registrado na história oral da Cidade - foram assassinados e enterrados em vala comum, coberta depois pelas águas do Paranoá, esse Lago que muitos apostavam – à época de sua construção - que nunca encheria, nos oito meses que se passaram para que seus 48 km² de volume de água se completassem.

Na Vila Planalto, a decadência das casas de madeira, algumas de propriedade do GDF, e o monumento em homenagem aos candangos mortos na tragédia do acampamento da Construtora Pacheco Fernandes, são marcas

indelévels dessa história. Mas também ali há conquistas: os pioneiros e candangos da Vila foram os únicos que conquistaram o direito de fixar residência, depois de uma luta que durou anos; todos os demais acampamentos da época foram derrubados e seus moradores removidos para cidades-satélites do DF.

No trajeto entre a Vila Planalto e o Hotel Brasília, mais duas ruínas precoces – a Concha Acústica e o MAB – confirmam o descaso e a incapacidade administrativa dos sucessivos governos do Distrito Federal, de gerir com eficiência e responsabilidade o patrimônio de uma Cidade que é tombada triplamente como Patrimônio histórico e cultural da humanidade. Os títulos foram concedidos pela UNESCO, pelo Governo Federal e pelo próprio GDF.

Também no Hotel Brasília Palace, as marcas dessa tragédia anunciada de ameaça à Cidade tombada estão estampadas nos jornais, na galeria de fotos que espelha o grande incêndio que, em 1978, destruiu o terceiro andar do prédio. O Brasília Palace foi inaugurado em 1958, quase dois anos antes da inauguração de Brasília e já trazia os conceitos e traços da arquitetura modernista de Niemeyer, “com fachada e pilotis livres, formas leves e suaves e a inserção de painéis artísticos, assinados por Athos Bulcão” (Folder do Brasília Palace Hotel. Tribuna do Palace. Ano I. N.01).

O Hotel pertenceu à Novacap, depois Terracap e era arrendado, desde sua inauguração, à empresa Prudência de Grandes Hotéis. Depois do incêndio, nove anos se passaram numa briga judicial entre a Terracap e a empresa arrendatária. Nesse tempo, o hotel foi saqueado, deteriorado e abandonado. Somente em 1997, o GDF recuperou o direito de licitar o Hotel, que foi arrematado pelo Grupo Paulo Otávio, na forma de concessão de uso. Em seus tempos áureos, o Brasília Palace hospedou personalidades do mundo político e artístico nacional e internacional, entre essas, o líder da Revolução Cubana Che Guevara, o Príncipe Mikasa, do Japão e o Rei Roberto Carlos.

No Hotel, habitantes e visitantes podem ver a primeira piscina oval do mundo, projetada por Niemeyer; painéis de Athos Bulcão; e uma antiga Rural Willys, que trouxe a Brasília, clandestinamente, o Presidente JK, que havia sido cassado pela Ditadura. Depois de uma visita ao requintado Restaurante Oscar – cujo nome é uma homenagem ao arquiteto, nossos habitantes e viajantes dão um último passeio para apreciar a paisagem, com área verde de 32 mil m² e seguem por mais 1 km de caminhada, até o Palácio da Alvorada. Mesmo sem a possibilidade, nesse momento

de nossa pesquisa, de fazer a visita guiada a esse ícone da arquitetura e da arte modernistas. Falemos dos seus tesouros guardados.

O Palácio da Alvorada – ao lado dos palácios do Congresso, do Planalto e do Itamaraty – é uma das maravilhas da arquitetura modernista e, por isso, consideramos fundamental a visita guiada, por sua importância histórica e arquitetônica. Projetado por Niemeyer, foi a primeira edificação de alvenaria da Cidade, inaugurado em 1958, para abrigar o Presidente JK, que até então ficava hospedado no Palácio do Catetinho, o Palácio de Madeira que vimos no primeiro percurso de nosso roteiro.

Localizado na península que divide o Lago Paranoá em Lago Sul e Lago Norte, o Alvorada é uma obra de arte que abriga diversas outras obras de arte em seu interior. O primeiro impacto na chegada ao Palácio é o imenso gramado que separa a Edificação do seu portão de entrada. A visita guiada começa num micro-ônibus que nos leva até a entrada da Residência Oficial do Presidente da República, onde um espelho d'água abriga a escultura *As Iaras*, de Alfredo Ceschiatti. Sustentado por colunas que parecem só tocar o chão, por um de seus vértices, o Palácio parece quase flutuar, tanta leveza lhe deu o formato dessas colunas. Delas se originou o símbolo emblemático de Brasília, que compõe o Brasão do Distrito Federal.

O Palácio é todo revestido de mármore e vidro e seus salões são decorados com esculturas e telas de importantes artistas brasileiros. Nos jardins de trás, que dá para a piscina, o paisagismo é de inspiração japonesa, e diversos animais ficam soltos no jardim. Do lado esquerdo do Alvorada, há uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, toda decorada por Athos Bulcão. Móveis de Anna Maria Niemeyer, peças de tapeçaria, esculturas e telas de pintores brasileiros como Djanira e Alfredo Volpi, dão o tom da decoração dos ambientes. Completam o cenário uma biblioteca com 3.400 livros. A visita ao Alvorada dura 40 minutos.

Terminada a visita, é hora de embarcar no automóvel apropriado ao número de nossos habitantes e viajantes, por 9,5 km, até o Pontal do Lago Sul, onde a Barca Mar de Brasília nos aguarda para um passeio turístico pelo Lago Paranoá, que, desde 1959, abastece a Cidade Modernista, amenizando a falta de umidade e baixando a poeira vermelha típica do solo do Cerrado.

A Barca Mar de Brasília faz regularmente um tour turístico, com duração de uma hora, pelo Lago Paranoá, aos sábados, domingos e feriados, com embarques

realizados no píer do Pontão do Lago Sul. O grande atrativo desse tour, além do Lago Paranoá em si, é o espetáculo do pôr do sol sobre suas águas. E proporcionar aos habitantes e viajantes a visão desse espetáculo do céu de Brasília – que é um elemento fundamental da arquitetura e do projeto urbanístico da Cidade, como afirmado pelos próprios Costa e Niemeyer – foi o que nos moveu na escolha desse atrativo de partida e desse horário do passeio.

A Barca também oferece um tour, aos sábados, saindo às 12h, do píer do Royal Tullip Alvorada, um hotel vizinho ao Brasília Palace, um dos atrativos turísticos de nosso Percurso Cincope. A empresa faz ainda um trabalho de conscientização ambiental com alunos das redes pública e particular da Cidade. O atrativo de embarque desses passeios é a Ermida Dom Bosco, a primeira capela construída em Brasília, em homenagem ao santo italiano que sonhou com a Cidade da civilização do 3º milênio, localizada entre os paralelos 15º e 20º, que muitos acreditam tratar-se de uma profecia sobre a fundação de Brasília, um dos mitos fundantes tratados em nossa pesquisa.

O Lago Paranoá é um lago artificial - formado pelas águas represadas do Rio Paranoá – que abastece Brasília. Com 48 km² de área, o Lago começou a se formar em 1959, com o fechamento das comportas, e estava previsto antes mesmo do Concurso do Plano Piloto de Brasília, vencido pelo urbanista Lúcio Costa. Sua construção já constava das plantas colocadas à disposição dos concorrentes do concurso, ao lado de outras construções decididas previamente, como as do Palácio da Alvorada, do Brasília Palace Hotel e do Aeroporto. Foram necessários oito meses para a formação total do Lago.

A história do Lago Paranoá se confunde com a história de Brasília e – em nossa interpretação – até com sua viabilidade, tamanha a importância do Lago para amenizar os efeitos avassaladores da falta de umidade que atinge Brasília, na estação das secas. Talvez por isso, os habitantes da Cidade lhe devam tanto amor, tanta predileção. Um de nossos personagens históricos, o cineasta Vladimir Carvalho, confessou ser esse o seu lugar predileto na Cidade: “eu gosto muito das margens do Lago Paranoá. É como se fosse uma coisa ancestral, a coisa da água, gosto muito de ver Brasília de dentro d’água, gosto de ver a terra em volta, aqueles relevados bem caprichados das residências. Isso me atrai muito”.

Em seu Relatório do Plano Piloto, Lúcio Costa (1991, p. 32) descreve dessa forma a Cidade que inventou: “É assim que, sendo monumental é também cômoda,

eficiente, acolhedora e íntima”. Foi em busca de recuperar histórias e memórias dessa Cidade inventada que realizamos nossa viagem. Uma viagem pelo território geopoético de Brasília e pelo território mental de seus personagens históricos. Interpretamos terem sido respondidas nossas questões de pesquisa e termos enfim atingido nosso objetivo-geral.

Sim, todas as respostas foram respondidas, para o bem e para o mal.

Sim, foi possível encontrar muitos vestígios e muitas marcas da história da fundação de Brasília nos percursos experimentados de nosso Roteiro Geopoético.

Sim, a história de Brasília está presente na memória individual e coletiva de seus habitantes; mas meio que se perdeu, na memória dos viajantes.

Sim, o fenômeno do Turismo – a partir da experimentação de percursos turísticos – pode contribuir para resgatar o olhar ou desenvolver um novo olhar dos habitantes e viajantes sobre o processo sócio-histórico-cultural e a carga de poder simbólico que marcaram a fundação de Brasília, bem como, por extensão, sobre quaisquer outras cidades e lugares que se queira experimentar.

Sim, a ausência ou a precariedade dos equipamentos turísticos podem dificultar e até mesmo impedir o exercício do direito à Cidade por habitantes e viajantes.

Sim, o projeto urbanístico e a arquitetura modernistas influem – e em nossa pesquisa influem positivamente - no olhar de habitantes e viajantes sobre Brasília.

E, sim, pelas dificuldades apontadas e por sua condição de Sede do Poder Político, Brasília é interpretada como mais hostil e menos hospitaleira (mais *hostis* e menos *hospes*) por habitantes e viajantes.

Por fim, com o intuito de contribuir para o debate sobre a situação do Turismo em Brasília, queremos apontar as principais barreiras ao incremento do Turismo, que detectamos em nossa pesquisa, e que contribuem para a visão da Cidade como mais hostil e menos hospitaleira: má qualidade dos transportes públicos, espaço urbano polinucleado, segregação social e ausência de equipamentos turísticos (toilettes, souvenirs, espaços de sombra, quiosques de apoio ao turista, locais de alimentação, etc).

De todos os problemas detectados nos equipamentos e atrativos turísticos, o mais grave – em nossa interpretação – foi o estado de degradação, precariedade e abandono de vários desses atrativos, que compõem os cinco percursos delineados do Roteiro Geopoético de Brasília. Ruínas precoces de uma Cidade que tem apenas

57 anos e que, além disso, é tombada triplamente – pela UNESCO, pelo Governo do Brasil e pelo Governo do Distrito Federal, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Advertimos, por fim, que esses percursos são apenas alguns de muitos outros possíveis de compor nosso Roteiro Geopoético de Brasília. Ficaram de fora do escopo dessa pesquisa muitas edificações, monumentos, templos, museus e parques que são verdadeiros tesouros da arquitetura, do urbanismo, do design e das artes plásticas da Cidade Modernista.

Também não foi objeto de nossa investigação 28 Regiões Administrativas do Distrito Federal, com toda sua riqueza sócio-histórico-cultural. Nossa pesquisa abrangeu apenas as Regiões Administrativas de Brasília, de Planaltina e do Núcleo Bandeirante, onde estão localizados os atrativos turísticos dos cinco percursos que compõem esse Roteiro Geopoético de Brasília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMINO, João. **Cidade Livre**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ALMINO, João. **Conferência na Academia Brasileira de Letras**, Almino. 2006

AVENA, Biagio M. **Turismo, Educação e Acolhimento**. São Paulo: Roca, 2006.

AVENA, Biagio Maurício. **Por uma Pedagogia da Viagem, do Turismo e do Acolhimento. Itinerário pelos Significados e Contribuições das Viagens à (Trans)formação de Si**. Tese de Doutorado - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROSO, Eloísa. Brasília: **As Controvérsias da Utopia Modernistas na Cidade das Palavras**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida em Fragmentos: sob a Ética Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEHR, Nicolas. **Brasília A-Z – cidade-palavra**. . Brasília, 2014

BEHR, Nicolas. **Poesília: Poesia Pau**. Brasília, 2002.

BENI, Mário e MOESCH, Marutscka. **Do discurso sobre a Ciência do Turismo para a Ciência do Turismo**. XII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Turismo, 2015.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre paisagem e geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRUNEL, Pierre. **Dicionário de Mitos Literários**. Rio de Janeiro: UnB e José Olympio, 1997.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

CAMARGO, Luiz. **Hospitalidade**. Ed. Aleph, 2004.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra: Opinião da Crítica e Roteiro**. Brasília: Fundação Cultural do DF, 1997.

COSTA, Lúcio. **Brasília, Cidade que Inventei: Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF. 1991.

COUTO, Bruno. **Ideologia e Utopia de Brasília: Disputas em Torno do Projeto de Brasil Moderno**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEGUY, Michel. **Reabertura após obras**. Campinas-SP: Unicamp, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo-SP: Atlas, 1995. 3 ed. rev. e amp.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, Jacques e DUFOURMANTELLE, Anne. **Da Hospitalidade**; São Paulo: Escuta, 2003.

DIAS, Karina. **Reflexões em sala de aula**. Disciplina: Elogio à Viagem. CET-Turismo, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia – Uma introdução**. Boitempo Editorial, São Paulo. 1991.

FARRET, 2010. **O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. Brasília, Ideologia e Realidade – Espaço urbano em questão**. Organizador: Paviani, Aldo. Ed. UnB, Brasília, 2010.

FERREIRA, Ignez. **O Processo de industrialização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. Brasília, Ideologia e Realidade – Espaço urbano em questão**. Organizador: Paviani, Aldo. Ed. UnB, Brasília, 2010.

GASTAL, Susana e MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Editora Aleph. 2007

GASTAL, Susana. **Turismo, Imagens e Imaginários**. Ed. Aleph. São Paulo, 2005.

GASTAL, Suzana e outros. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Ed. Edipucrs: 4. Ed. Porto Alegre, 2008.

GIORGI, Amedeo. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GIOVENARDI, Eugênio. **Impactos sócio-ambientais do crescimento urbano no DF. Brasília, Ideologia e Realidade – Espaço urbano em questão**. Organizador: Paviani, Aldo. Ed. UnB, Brasília, 2010.

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia**. São Paulo: Ed. realizações, 2010.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pos-Modernidade**. 12. ed. Lamparina, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Vol. I. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Vol. II. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

HUBERMAN, Didi-Georges. **O Que Vemos, O Que Nos Olha.** 1. Ed. Editora 34, 1998.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica.** Aparecida-São Paulo: Ideias e Letras., 2006.

KATINSKY, Júlio. **Brasília em três tempos: a arquitetura de Oscar Niemeyer na capital.** Rio de Janeiro: Revan, 1991. 79p. (p.54)

KERN, Iara e PIMENTEL, Ernai. **Brasília Secreta.** Brasília: Pórtico Editora., 2000.

KOZEL, Salette. **Geopoética das Paisagens: olhar, sentir e ouvir a “natureza”.** Caderno de Geografia. Volume 22, nº 37, 2012. ISSN 0103-8427.

KUBITSCHECK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

LABUCCI, Adriano. **Caminhar, uma revolução.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2015

MACHADO, Lia e MAGALHÃES, Themis. **Imagens do espaço: imagens de vida. Brasília, Ideologia e Realidade – Espaço urbano em questão.** Organizador: Paviani, Aldo. Ed. UnB, Brasília, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **Nomadismo: vagabundagens pós-modernas.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALDONADO, Mauro. O estrangeiro. In: **Raízes Errantes.** São Paulo: Ed. 34, 2004.

MARCEL, Gabriel. **Homo Viator**. Salamanca, Espanha: Sigueme S.A.U, 2005.

MATTOS, Elisa. **Memorial JK. Uma história de dedicação**. **Jornal de Brasília**, Brasília, 26 jul. 1987. Caderno 2, p.10.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Ciência do Homem e Fenomenologia**. São Paulo: Saraiva, 1973.

MOESCH, Marutschka M. **Epistemologia social do Turismo**. 2004, Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de Brasília USP, São Paulo, 2004.

MOLINA, Sergio. **Fundamentos del Nuevo Turismo**. Centro de Emprendimiento e Innovación, México, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MURPHY, Steve. **Panorama critique et commentaire. Logiques du Bateau ivre. Notes de lecture**. Disponível em: http://abardel.free.fr/petite_anthologie/le_bateau_ivre.htm. Acessado em: 6 de agosto de 2017, às 23h46.

NIEMEYER, Oscar. **Minha Experiência em Brasília**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015

ONFRAY, Michel. **Teoria da Viagem – Poética da Geografia**. Porto Alegre: L&PM editores, 2009.

PAVIANI, Aldo. (Org.) **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2 ed. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

PAVIANI, Jaime. **Epistemologia prática – ensino e conhecimento científico**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

PEREIRA DE OLIVEIRA, Amurabi. **Nova Era à Brasileira: A new age popular do Vale do Amanhecer. Interações: Cultura e Comunidade**, vol. 4, n. 5, 2009, pp. 31-48. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Uberlândia-MG. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3130/313027312004.pdf>. Acessado em 26 de dezembro de 2017, às 12h35.

PETRARCA. **Carta do Monte Ventoso**, 1336.

REIS, Marcelo. **Tia Neiva: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o Vale do Amanhecer (1925-2008)**. Universidade de Brasília.- Departamento de História. Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4780>. Acessado em: 26 sw dezembro de 2017, às 15h21.

RIMBAUD, Arthur. **Le Bateau Ivre, 1872. Rimbaud Livre [introdução e tradução Augusto de Campos]**. Coleção Signos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª ed., 2002, p. 29-35. Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br>. Acessado em: 6 de agosto de 2017, às 23h41.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Ed, USP. 4. ed. São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**; em colaboração com ELIAS, Denise. 6. ed. São Paulo. USP, 2008.

SENADO. **Edição comemorativa dos 50 anos de Brasília**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not08.asp>>. Acessado em 1 de maio de 2017.

SHIMIDT, Benício. Brasília como centro político. **Brasília, Ideologia e Realidade – Espaço urbano em questão**. Organizador: Paviani, Aldo. Ed. UnB, Brasília, 2010.

SILVA, Ariane. **Museu Virtual de Brasília: Um Instrumento de Promoção do Turismo**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

SILVA, TT da. **A produção social da identidade e da diferença**. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43988485>. Acessado em: 5 de janeiro de 2016.

SOARES, V. D. M. **Ensaio Filosófico**. Vol 1.2010. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo2/Victor_Dias_Maia_Soares.pdf. Acessado em: 20 de novembro de 2017, às 11h46.

SOUZA, Ana Amália Torres e ROCHA, Zeferino Jesus Bargaosa Rocha. **No princípio era o mythos: articulações entre Mito, Psicanálise e Linguagem**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n3/a03>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2016.

TERRA, Tatiana. **Brasília Bucólica – A Experiência de Caminhar pelas Entrequadradas de Brasília (Cidade, Arte e Turismo)**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

VASCONCELOS, Adirson. **A Epopeia da Construção de Brasília**. Brasília, 1989.

WHITE, Keneath. **Leitura de Laperouse. Caderno 1**. 1990. Disponível em: <http://institut-geopoetique.org/pt/cadernos-de-geopoetica/175-leitura-de-laperouse>. Acessado em 21 de janeiro de 2018. Às 22h52.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE A: Formulário de observação de roteiros e atrativos turísticos pré-existent de Brasília

ROTEIRO:		
DADOS DA AGÊNCIA/EMPRESA RESPONSÁVEL		
Agência/Empresa:		
Endereço:		
Data:	Hora:	Local:
Preço:	Participante:	
ATRATIVOS TURÍSTICOS QUE COMPÕEM O ROTEIRO		
EXPERIÊNCIA FENOMENOLÓGICA - OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE		
RELATO EMPÍRICO – OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE		
IMAGENS E SONS EXPERIMENTADOS (fotos)		



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE B: Formulário de observação de percursos e atrativos do Roteiro Geopoético de Brasília

PROPOSTA

Observação participante dos percursos e atrativos turísticos que compõem o Roteiro Geopoético de Brasília, a partir de uma visão geopoética com experimentação fenomenológica da Cidade, e aplicação de técnicas diversas de pesquisa qualitativa, tendo como modelo metodológico o Brico-método (AVENA, 2008).

EXPERIMENTAÇÃO FENOMENOLÓGICA

A partir de uma visão geopoética de Brasília - considerando a geopoética como “o amor pela beleza da terra” e o conceito de viajante como “aquele que opta pela saída geológica”, ou como aquele que contempla a “reunião da beleza da terra” (DEGUY, 2010, p. 125) -, a experimentação proposta no Roteiro visa despertar o olhar do viajante e habitante para a “alma” da Cidade, a partir de conceitos e subjetividades, tais como: imensidão, ser geográfico, nomadismo, errância, teoria da viagem e topoanálise.

A experimentação inclui trechos com caminhada pelas paisagens, equipamentos turísticos e monumentos históricos, no intuito de despertar a memória do viajante e habitante sobre os mitos fundantes de Brasília (Capital da Esperança; Democracia; Modernidade; Monumentalidade; Direito à Cidade); e provocar a reflexão sobre a realidade atual da Capital brasileira.

PERCURSO E ATRATIVOS TURÍSTICOS DO ROTEIRO GEOPOÉTICO DE BRASÍLIA

EXPERIMENTAÇÃO FENOMENOLÓGICA DO PERCURSO E DE SEUS ATRATIVOS TURÍSTICOS]

● **Percurso:**

● **Atrativos turísticos:**

Observações:



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE C: Quadro de Campos de Investigação da Pesquisa

Campos de Investigação	Objeto	Problema de Pesquisa	Questões de Pesquisa	Questão Norteadora	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Relação dialógica com autores que estudaram as áreas da Teoria da Viagem, da Geopoética, e do Turismo e Hospitalidade;	Delineamento de percursos turísticos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília, capaz de despertar um novo olhar ou ressignificar o olhar dos viajantes e habitantes sobre a Capital.	Entender como se deu o processo de desconstrução de uma utopia e, também, quais os significados ocultos dessa saga que poderiam ser resgatados por meio de percursos turísticos	Em que medida a falta de equipamentos turísticos contribui para dificultar o exercício do direito à cidade e para tornar os espaços públicos de Brasília <i>hostis</i> ou <i>hospes</i> ?	Buscar responder se o Turismo, a partir da experimentação fenomenológica de atrativos e percursos turísticos propostos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília, possibilita aos habitantes e viajantes despertar ou ressignificar o olhar sobre o processo sócio-histórico-cultural e a carga de poder simbólico envolvido na fundação da Cidade.	Despertar ou ressignificar o olhar dos habitantes e viajantes sobre a Cidade, por meio de percursos turísticos propostos para compor um Roteiro Geopoético de Brasília.	Identificar e desenvolver a reflexão sobre como se legitimaram os lugares e atrativos dos percursos turísticos propostos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília;
Estudo do contexto sócio-histórico-cultural e dos mitos fundantes da fundação de Brasília.			Sob quais aspectos o projeto arquitetônico e urbanístico influi no olhar dos viajantes e habitantes sobre a Cidade?			Identificar qual o olhar dos viajantes e habitantes sobre Brasília;
Entrevistas semiestruturadas com seis personagens históricos de Brasília, e coleta de impressões de 40 habitantes e viajantes.			Como os viajantes e habitantes de Brasília interpretam a Cidade? Como <i>hostis</i> ou como <i>hospes</i> ?			Realizar levantamento sobre os principais roteiros turísticos da Capital Federal.
Experimentação roteiros pré-existentes e de percursos turísticos para compor o Roteiro Geopoético de Brasília.			Como se deu o processo de exclusão do direito à cidade de viajantes e habitantes?			



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE D: Formulário de pesquisa semiestruturado com pioneiros, candangos e brasilienses históricos.

DETALHAMENTO DA ENTREVISTA:		
Nome do entrevistado:		
Data:	Hora:	Nome do Pesquisador:
Telefone do pesquisador:		
Objetivo da Pesquisa		
Representatividade social do entrevistado:		
PERGUNTAS FEITAS AO ENTREVISTADO		
Quando e porque o Sr/a Sra se mudou para Brasília?		
Quais foram suas primeiras impressões sobre a Cidade?		
O que o Sr/a Sra esperava e o que encontrou?		
Como é viver no espaço urbano de Brasília (facilidades e dificuldades)?		
A arquitetura e o projeto urbanístico de Brasília facilita ou dificulta a vida das pessoas?		
O que falta na Cidade e o que ela tem a mais em relação a outras cidades que você conhece?		
Quais as crenças, mitos e utopias sobre Brasília de que o Sr / a Sra se lembra?		
Por que, em sua visão, em Brasília (não) se realizaram os propósitos de seus fundadores de ser a Capital do País do futuro?		
Em sua visão, o habitante de Brasília tem garantido o seu direito à Cidade?		
Como o Sr vê esse direito em relação aos que residem no Plano e aos que moram nas cidades administrativas e do entorno?		
O que fez o Sr/a Sra permanecer em Brasília?		
Em que medida o Sr/ a Sra é um turista em sua própria Cidade? Que lugares mais o atraem e quais costuma frequentar?		
O Sr/ a Sra se considera um pioneiro ou um candango? Por quê?		



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE E: Formulário de pesquisa estruturada com turistas em Brasília

DETALHAMENTO DA ENTREVISTA:		
Nome do entrevistado:		
Data:	Idade:	Naturalidade:
Atrativo turístico da entrevista:		
Quantas vezes visitou Brasília:		
Motivo da viagem:		
PERGUNTAS FEITAS AO ENTREVISTADO		
Qual o motivo de sua viagem a Brasília?		
Quais as crenças, mitos e utopias sobre Brasília que o Sr/a Sra conhece ou ouviu falar?		
O que o Sr/a Sra esperava da Cidade e o que encontrou?		
Em sua opinião, o turista tem facilidade de conhecer e de usufruir dos espaços, palácios e monumentos da cidade?		
Quais os lugares de que o Sr/a Sra mais gostou e o que achou da arquitetura da Cidade?		
Como o Sr/a Sra definiria a Cidade de Brasília em meia-dúzia de palavras?		



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE F: Formulário de pesquisada estruturada com habitantes de Brasília

DETALHAMENTO DA ENTREVISTA:		
Nome do entrevistado:		
Data:	Idade:	Naturalidade:
Tempo de residência em Brasília		
Atrativo turístico da entrevista:		
PERGUNTAS FEITAS AO ENTREVISTADO		
Quando e porque o Sr/a Sra se mudou para Brasília?		
O que o Sr/a Sra esperava da Cidade e o que encontrou?		
Como é viver no espaço urbano de Brasília e o que acha de sua arquitetura?		
Quais as crenças, mitos e utopias sobre Brasília de que o Sr/a Sra se lembra?		
Em sua visão, o habitante tem facilidade de usufruir dos espaços, palácios e monumentos da Cidade?		
Em que medida o Sr/ a Sra é um turista em sua própria Cidade? Que lugares mais o atraem e quais costuma frequentar?		
Como o Sr/a Sra definiria Brasília em meia-dúzia de palavras?		



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
 Programa de Pós-Graduação
 Mestrado Profissional em Turismo

APÊNDICE G: A Perna Amputada de Rimbaud

Ensaio poético sobre uma teoria da viagem

*“Or moi, bateau perdu sous les cheveux des anses. Jeté par
 l'ouragan dans l'éther sans oiseau”.*
 (RIMBAUD. *Le Bateau Ivre*, 1872)

Escolho o crepúsculo. E escolho o mar, no verão, em movimento. E os silêncios. Ir e vir. Murmúrio das ondas e do vento. E escolho as cores diluindo-se no crepúsculo. Lá, onde se fundem céu e mar, está meu canto no mundo. Distâncias, paisagens, infinito alumbramento.

Nesse lugar – em verdade um não lugar – onde tempo é espaço e espaço é tempo, refunda-se em mim o sopro poético, o verso dominante proposto por Bachelard (1993), em *A Poética do Espaço*. Nesse não lugar – meu canto no mundo - estou presente, “presente à imagem no minuto da imagem” (BACHELARD, 1993, p. 1). Presente em seu respirar, sopro em movimento. Eis o milagre da criação enquanto ato poético, cujo significado filosófico busca o autor abrigar dentro de “uma fenomenologia da imaginação” (BACHELARD, 1993, p. 2). “No devaneio poético, a alma está em vigília” (BACHELARD, 1993, p. 3) e eu estou, quando sou mar e céu, espuma e movimento. Nesse canto do mundo, sou infância do pensamento. “Concha inicial” (BACHELARD, 1993, p. 24) é meu mar-céu, moradia. E mesmo quando parto, pois que ficar se faz impossível, é nessa concha morna e crepuscular que a alma enfim encontra abrigo.

Na névoa tênue que une mar e céu ao infinito, posso zarpar no barco embriagado de Rimbaud, em cósmico movimento. E enfrentar abismos, de joelhos, se o mar rimbaudiano, “a soluçar... Com flores fantasmiais de pálidas ventosas”, cobrir “os meus artelhos” ((RIMBAUD, 1872 *apud* CAMPOS, 2002). Há milhas de distância, em movimento, nas terras altas do Planalto Central, vive em mim meu

canto no mundo e sua luz, misto de céu e mar, é para mim refúgio e rompimento. Guardo-o na penumbra, esse espaço primordial. E choro, como Dumas, “porque Dumas tem lágrimas” (BACHELARD, 1993, p. 34). Choro de saudade dessa casa onírica de que nos fala Bachelard (1993, p. 35). Quero e não quero voltar ao seu aconchego, pois que em mim urra o desassossego e lá também há trevas e eu tenho medo. “Medos de criança que se concretizam” (BACHELARD, 1993, p. 38) moram nesse porão de minha casa primordial, casa de névoa onde se encontram céu e mar. Casa construída no entretempo do crepúsculo, quintessência do verbo habitar, para onde nos conduz o autor, ao compor o sentido fenomenológico da casa como “essência de nossa intimidade protegida” (BACHELARD, 1993, p. 23).

Em devaneio – “deslocamento do homem imóvel” (DIAS, 2015) -, volto ao Cerrado, ao Planalto Central, a Brasília, com seus imensos espaços, com seu excesso de exterior, “prisão maior que as outras” (BACHELARD, 1993, p. 224). Fora do meu canto no mundo, sou luz ou sou sombra? Sou eu dentro ou cá fora? Quem olha, dentro de mim, através das pupilas dilatadas pelo excesso de luz? Exterior e interior formam uma dialética do esquartejamento, reflete o autor de *A Poética do Espaço*. Cá fora, fora do meu canto do mundo, “tudo é desmedido”, reescrevo o verso de Rilke, em sintonia com Bachelard (1993, p. 231), e tal qual o autor, quisera eu chorar, pelos versos que desejara ter escrito.

Retorno do interior ao exterior e tomo emprestada a perna amputada de Rimbaud. Sou pedestre, na cidade de pedra e mármore, sob o sol. Caminho no Eixo Rodoviário, de norte a sul; e cruzo o Eixo Monumental, de leste a oeste. No primeiro eixo, sorvo o néctar de todas as flores e o suco de todas as frutas; no segundo, escalo colunas monumentais e firo os olhos, cegos de brancura e luz. Imóvel, no pátio da Rodoviária, engulo a fumaça dos carburadores, bem ao centro dos eixos, em forma de cruz. Estou exausta, no cerne desse mundo em trânsito, onde corpo e alma estão nus. Aqui também é um não lugar, como o canto do mundo dentro de mim, e desse não lugar, eu crio o mundo. Porque sou morada, e a morada está em mim, caminha comigo, estou nela e ela está em mim. “Sob esse céu, sobre essa terra, eu habito, eu estou” (DIAS, 2015).

Mas o olhar – esse outro que contempla o mundo – vê cá e em mim o estrangeiro. E fico como que instável ao perguntar quem sou e quem é o outro. Será esse o sentido de “estar mareado em terra firme” de que nos fala Maldonado (2004, p. 30), em *O Estrangeiro*? “Estrangeiro diante de estrangeiro. Irredutivelmente

separados e inseparavelmente unidos” (MALDONADO, 2004, p. 30) assim sou eu, nesse espaço de trânsito. Migrante, estrangeira, sem qualquer “vínculo com a saudade e a tradição... sem visões alentadoras ou moradas estáveis” (MALDONADO, 2004, p. 31), lanço o olhar sobre os passantes, os que param por um instante, os que cruzam o olhar com o meu, os que seguem apressados, imersos, como eu, no “silêncio que dá lugar ao lugar e devolve a palavra a sua promessa, deixando ao outro as chaves, para libertar a palavra de seu isolamento” (MALDONADO, 2004, p. 31).

Do centro da Rodoviária de Brasília, do centro do corpo dessa ave-avião, meu devaneio alça voo e sobrevoa a relva verde da Esplanada. Quase cega pela luz do sol, refletido no branco do mármore do Museu Nacional de Arte; nos vitrais da Catedral de Brasília, guardada pelos quatro Evangelistas; nos espelhos d’água em frente aos prédios do Congresso Nacional, na escultura em forma de Meteoro, fincada no lago do Palácio do Itamaraty, a revelar-me a condição de errante em travessia. Sou viajante em passagem pela terra. Nascida para morrer, trago em mim essa “voz que convida à viagem” (MALDONADO, 2004, P. 32). Nesse momento, voo com Maldonado “rumo ao aberto, onde Abraão tornou a dar luz à palavra” (MALDONADO, 2004, p. 33), e ousou repetir-lhe o verso: “... meu Senhor, eu que sou pó e cinzas...”, sobre essa terra e sob esse céu, devolvo “. Ao horizonte físico o poder metafísico da palavra” ((MALDONADO, 2004, p. 33).

Vejo a terra daqui do alto do profundo azul e tanto mais chego ao alto, mais diminuta a cidade plantada no Planalto Central e o próprio Planalto já é névoa, paisagem diluída nas nuvens esparsas entre terra e céu. E aqui entendo, dentro da fenomenologia do visível, a viagem de Goethe à Itália, descrita por Besse (2006, p. 54), quando “as distâncias da paisagem servindo-se dos acidentes, ou seja, do jogo da luz com os vapores do céu”, ensinam o olhar a entender a gradação de cores da natureza, pois “na cor encontra-se o que a geometria não alcança. A carne do mundo, que é o lugar mesmo da manifestação da sua essência” (BESSE, 2006, p. 55). Do alto desse céu, olho a geologia do Planalto Central e vejo-lhe as cores antes das formas, mas a cor também se dispersa, e cega o olho humano ante o jogo de luz e obscuridade, e os vapores do céu.

“A Paisagem é o mundo em redução e o vapor da paisagem, o acesso à formação do mundo sob a forma de uma presença sensível”, ensina Besse (2006, p. 57), em seu ensaio sobre a viagem de Goethe. Quem é essa presença sensível que

nos remete à formação do mundo? O que é o vapor, o embaçamento? “Caminhar é estar do lado de fora”, afirma Gros (2010, p. 37) sobre o ato do caminhante. No lado de fora, estou, sob o céu do Planalto, voando pelas alturas esfumaçadas do céu de Brasília. A paisagem está em mim e eu estou na paisagem. “Há um poema do mundo e o ser compõe esse poema. Essa é uma experiência estética”, afirma DIAS (2015) e posso experimentar, em devaneio, fenomenologicamente, esse estar no mundo, ao compor essa paisagem. Retorno ao espaço que reconheço como meu, lentamente, e pouso outra vez no chão, os pés fincados no barro vermelho dessas terras altas do Planalto Central do Brasil.

Ainda é crepúsculo, entretanto do dia e da noite, quando o mundo parece suspirar. Estou junto às coisas, junto às sombras que se anunciam, enquanto a tarde se esvai e a noite se impõe com sua colcha de silêncios. Meu devaneio segue, um pé depois do outro, pelos gramados da Esplanada dos Ministérios. Estendo o corpo sobre o verde e sinto sua úmida maciez. Durmo ou sonho dormir sob as estrelas do céu do Planalto? É tão perto esse céu de estrelas que quase posso tocá-lo. Estendo a mão para alcançá-lo e então acordo com um arrepio transpassando-me a carne. “Será o arrepio da terra passando através de nosso corpo”, como nos relata Gros (2010, p. 67), citando Stevenson, em Uma noite no pinhal? Também em minha cama, quantas vezes, no aconchego de estar em casa, senti esse chamamento dentro da noite cósmica e acordei, como se o arrepio do mundo tocasse meu corpo, sob os lençóis.

Segundo Onfray (2009, p. 10), há dois modos de ser no mundo, e “para figurar esses dois modos de ser no mundo, a narrativa genealógica e mitológica produziu o pastor e o camponês”. Sou pastora ou camponesa? Nômade ou sedentária? Quero o mundo ou o abrigo? Ou ambos os estados são faces da mesma moeda: o homem, em sua travessia pelo Planeta? Por enquanto, estou e sou aqui, ser geográfico. Por enquanto, meu planeta é terra, a terra vermelha do Cerrado, onde habito, com os pés fincados no chão, “corpo que se movimenta no espaço sobre a terra e sob o céu” (DIAS, 2015). Eu e meu outro – corpo e alma –, nômade e sedentária, ser deslocado no tempo e no espaço.

Sei que só parto para poder voltar e porque levo comigo meu canto no mundo, formado de sal, e nuvem, e céu, e mar. “Não há viagem sem reencontro com Ítaca, que dá sentido ao deslocamento...”, lembra-nos Onfray (2009), remetendo-nos ao livro de Labucci que, em seu capítulo 16, sob o título Agora sabes o que são as

Ítacas, a partir de poema de Kaváfis, nos fala das “duas riquezas da viagem: o caminho e a meta... sem o destino não haveria viagem, mas a viagem é (também – grifo meu) aquilo que se encontra o que se vive ao longo do caminho” (LABUCCI, 2013).

Em sua Teoria da Viagem, Onfray (2009, p. 85) nos propõe o caminho da viagem, nem sedentarismo contínuo, nem nomadismo permanente. O lugar de onde se parte e ao qual se retorna é “o eixo em torno do qual oscila a agulha da bússola. Sem ele não há atrativos cardiais, nem rosa dos ventos”.

Volto, então, ao meu eixo. A princípio, retorno à ponta norte do Eixo Rodoviário, início do meu devaneio de caminhar. Então, desperta pelo trêmulo sopro do vento que entra pela porta da varanda do meu quarto, recolho as asas colhidas no simbolismo da perna amputada do poeta Arthur Rimbaud, sobre a qual nos fala Maffesoli (2001), em texto sobre o nomadismo. Sou novamente eu e o corpo real dessa casa e desse quarto, minha morada e aconchego. Rimbaud perdeu a perna por realizar ao extremo seu desejo selvagem, insaciável, de “percorrer o vasto mundo para experimentar-lhe as múltiplas potencialidades” (ONFRAY, 2009, p. 85).

Também eu, *homo viator*, trago em mim a fome da viagem e a sede de infinito. E sigo os passos de Cristo, “através do mito da ascensão, que canoniza o desejo do outro lugar”, de que nos fala Maffesoli (2001, p. 30). Em travessia sou no espaço do mundo. E quando o corpo tombar, cumprido o seu tempo vagabundo, alçarei voo rumo à eternidade. E levarei comigo a alma libertária e a embriaguez dos versos de Rimbaud:

“Eu vi os arquipélagos astrais! e as ilhas
Que o delírio dos céus desvela ao viajor:
– É nas noites sem cor que te esqueces e te ilhas,
Milhão de aves de ouro, ó futuro Vigor?
(RIMBAUD, 1872 *apud* Augusto de Campos, 2002).